

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA DE MELO

CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A ATRATIVIDADE, O ACESSO E A PERMANÊNCIA
NAS LICENCIATURAS DA UEPG

PONTA GROSSA

2018

ANA PAULA DE MELO

CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A ATRATIVIDADE, O ACESSO E A PERMANÊNCIA
NAS LICENCIATURAS DA UEPG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Masson.

PONTA GROSSA

2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Melo, Ana Paula de
M528 Condições sociais para a atratividade,
 o acesso e a permanência nas licenciaturas
 da UEPG/ Ana Paula de Melo. Ponta Grossa,
 2018.
 234f

 Dissertação (Mestrado em Educação -
 Área de Concentração: Educação),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientadora: Profª Drª Gisele Masson.

 1.Política educacional. 2.Valorização
 docente. 3.Carreira docente.
 4.Licenciatura - acesso. 5.Licenciatura -
 permanência. I.Masson, Gisele. II.
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Mestrado em Educação. III. T.

CDD: 379.81

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA DE MELO

**CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A ATRATIVIDADE, O ACESSO E A PERMANÊNCIA
NAS LICENCIATURAS DA UEPG**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)  Profª Dra. Gisele Masson - UEPG


Profª Dra. Michelle Fernandes Lima - UNICENTRO


Profª Dra. Simone de Fátima Flach - UEPG

Prof. Dr. Jefferson Mainardes - UEPG - suplente

Ponta Grossa, 11 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

A gratidão por ter conseguido elaborar essa dissertação vai para todos os trabalhadores que, por meio de seu trabalho e sua luta oportunizaram meu ingresso numa universidade pública e gratuita. Também agradeço à Professora Dr.^a Gisele Masson, que aceitou trabalhar nesse projeto com muita dedicação e seriedade. Agradeço aos professores da banca de qualificação, à Professora Dr.^a Michelle Fernandes Lima, Professora Dr.^a Simone de Fátima Flach e Professor Dr. Jefferson Mainardes, pelos apontamentos os quais colaboraram na organização dessa dissertação. Agradeço à CAPES pela Bolsa disponibilizada. Eu não teria as mesmas condições para escrever esse trabalho se não tivesse esse suporte financeiro. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, o qual sempre se apresentou a postos para resolver as mais diversas questões durante o processo do Mestrado. Agradeço aos meus pais, Rosilda Ostrufk e João Edemar de Melo, pela educação na luta pela sobrevivência e pela perseverança em construir tempos melhores. Agradeço ao meu companheiro Luciano Ostrufk, pelos diálogos sobre tempos diferentes, sobre revoluções e sobre a humanidade, todas as conversas foram inspiradoras do que está escrito neste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação possui como tema as políticas de valorização docente, as quais envolvem, de maneira geral, a formação, as condições de trabalho, a carreira e a remuneração. Neste trabalho procuramos desvelar as particularidades escondidas no processo da formação inicial de professores. Assim, buscamos responder ao seguinte questionamento: quais os condicionantes sociais para a escolha da profissão docente tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)? Para tanto, objetivamos analisar os principais determinantes que levam os estudantes a escolher a profissão docente e suas influências nas condições de acesso e permanência nas licenciaturas da UEPG. Na busca por atender ao nosso objetivo, referenciamos-nos no aporte teórico metodológico marxista, o materialismo histórico-dialético. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário com 67 questões de múltipla escolha aplicado aos alunos das turmas dos quartos anos das licenciaturas da UEPG, em 2017, sendo pesquisados os cursos de licenciatura em Artes visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras Português/Inglês, Matemática, Música, Pedagogia e Química. Foram contemplados, no questionário, os aspectos socioeconômicos, institucionais, familiares e pessoais dos licenciandos. Em 2018, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis egressos oriundos das licenciaturas em que aplicamos o questionário, com a intenção de aprofundar algumas questões desse instrumento. De acordo com as informações obtidas, a maioria dos licenciandos é trabalhador, oriundo da educação básica pública, com renda mensal familiar de até três salários mínimos, já pensou em desistir ou trancar o curso, sente a necessidade de auxílio estudantil, principalmente em relação ao transporte e à alimentação. Dessa maneira, consideramos que a organização precária do trabalho, na sociedade capitalista, gera, por sua vez, uma precarização na formação do trabalhador. Por isso, entendemos que a escolha pela docência e o acesso à educação superior são condicionados, principalmente, pela necessidade de trabalhar, e a permanência só é possível devido à conciliação do trabalho com a graduação. Dessa forma, o mesmo elemento – trabalho – que possibilita a permanência do estudante, pode desqualificar a sua formação e levá-lo à evasão. Por isso, ser trabalhador, cursar uma licenciatura e se formar professor, é um ato de resignação e resistência ao capital. Resignação porque a opção pelo magistério e o acesso ao curso superior se dão de acordo com as possibilidades oferecidas pelo capital. Resistência porque ser trabalhador, com condições socioeconômicas desfavoráveis e, ao mesmo tempo, ser estudante, é ir contra a perspectiva de que os trabalhadores devem trabalhar somente para reproduzir sua força de trabalho. Pretendemos contribuir com o estudo realizado, dentro das possibilidades oferecidas na busca pela emancipação política, por meio do conhecimento da realidade que perpassa a formação inicial dos professores da UEPG, de maneira a auxiliar na transformação dessa realidade, com políticas que atendam às demandas apresentadas neste trabalho. Porém, sem perder de vista que somente por meio da emancipação humana é que poderemos, verdadeiramente, libertar-nos dos entraves impostos pelo capital, nos mais diversos aspectos da vida humana.

Palavras-chave: Política educacional. Valorização docente. Atratividade para a carreira docente. Acesso e permanência nas licenciaturas da UEPG.

ABSTRACT

This dissertation's main theme is teacher's valorization policies, which involve primarily teachers training, work conditions, career and remuneration. Along the text, we seek to unveil the hidden specificities in the initial teachers training process. Therefore, we aim to answer the following question: which are the social conditioners for the teacher's career choice, in view of the access and permanence in the graduations within teacher preparation program at the State University of Ponta Grossa (UEPG)? On that account, we objectively analyze the main determinants that guide the students to choose the teaching career and their influences in the access and permanence conditions in these graduations. In the path to reach our aim, we look for the Marxist methodologic theory, the dialectical and historical materialism. To collect data, we applied a 67 objective questions questionnaire to the students of the senior year (4th) of 2017 in the following courses: Visual Arts, Biological Sciences, Physical Education, Physics, Geography, History, English Language and its Literature, Mathematics, Music, Pedagogy and Chemistry. In the questionnaire the socio-economical, institutional, familiar and personal aspects were taken into account. In 2018, semi-structured interviews were held within six university egresses from the same courses the questionnaire was applied, aiming to depth some aspects of this collecting tool. According to the data, most of the students are working people, from the public system of elementary education and high school, with family income until three Brazilian minimum wage, have had thoughts of giving up their graduation and felt/feel the need of student assistance, mostly related to transport and feeding. Thus, considering that the work precarious organization in the capitalist society in its turn creates the precariousness in the workers training/preparing programs. Hence, we understand that the teacher career choice and the graduation access are conditioned mostly by the need to work. The permanence is only possible due to the conciliation of work and graduation. That being the case working is the element for both allowing the student to stay in their course and disqualify its development, as well as the reason for them to leave. Therefore, working, studying and becoming a teacher is a resignation and resistant act towards the capital. Resistant because being a working person within unwealthy socio-economical conditions as well as a student goes against the perspective that working people should only work to reproduce the workforce. With this research, we pretend to contribute within the political emancipation through the knowledge of the reality that follows the initial teacher preparation program at UEPG, as so we can change this reality with policies that meet the demands here presented. Yet, not having out of sight that only by human emancipation we truly can free ourselves from the barriers imposed by the capital in all the different aspects of life.

Keywords: Educational policies. Teachers valorization. Teaching career attractiveness. Access and permanence graduation within teacher preparing program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-	Matrículas na Educação Superior, por modalidade de ensino e categoria administrativa – 2013/2015.....	55
Gráfico 2-	Matrículas nos cursos de licenciatura nas IES públicas, de acordo com a modalidade de ensino, segundo os dados do INEP, 2013/2015.....	55
Gráfico 3-	Matrículas nos cursos de licenciatura nas IES privadas, de acordo com a modalidade de ensino, segundo os dados do INEP, 2013/2015.....	56
Gráfico 4-	Evolução do número de matrículas gerais e nos cursos de licenciatura, na Educação Superior brasileira, por categoria administrativa. (2013, 2015 e 2016).....	57
Gráfico 5-	Evolução do número de matrículas gerais e nos cursos de licenciatura, por modalidade de ensino. (2013, 2015 e 2016).....	58
Gráfico 6-	Modalidade de Educação Básica cursada pelos licenciandos da UEPG- 2017.....	77
Gráfico 7-	Cor/raça dos licenciandos da UEPG- 2017.....	78
Gráfico 8-	Número de pessoas com nível de Educação Superior nas famílias dos licenciandos da UEPG- 2017.....	78
Gráfico 9-	Número de pessoas com nível de Educação Superior nas famílias dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	79
Gráfico 10-	Renda total familiar dos licenciandos da UEPG- 2017.....	81
Gráfico 11-	Renda total familiar dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	82
Gráfico 12-	Situação financeira dos licenciandos da UEPG- 2017.....	84
Gráfico 13-	Situação financeira dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	85
Gráfico 14-	Situação de trabalho dos licenciandos da UEPG- 2017.	85
Gráfico 15-	Situação de trabalho dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	86
Gráfico 16-	Número de livros lidos pelos licenciandos da UEPG, excetuando-se as leituras obrigatórias- 2017.....	87
Gráfico 17-	Transporte utilizado pelos licenciandos da UEPG para chegar à Universidade, por curso de licenciatura- 2017.....	88
Gráfico 18-	Atratividade para os cursos de licenciatura da UEPG- 2017.....	90
Gráfico 19-	Atratividade para os cursos de licenciatura da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	91
Gráfico 20-	Intenção dos licenciandos da UEPG em desempenhar a profissão docente- 2017.....	97
Gráfico 21-	Perspectivas dos licenciandos da UEPG após concluir a graduação- 2017.....	97
Gráfico 22-	Perspectivas dos licenciandos da UEPG após concluir a graduação, por curso de licenciatura- 2017.....	98
Gráfico 23-	Principais razões dos licenciandos da UEPG para a escolha dessa IES- 2017.....	99

Gráfico 24-	Justificativas dos licenciandos da UEPG que já pensaram em desistir ou trancar a graduação- 2017.....	101
Gráfico 25-	Justificativas dos licenciandos da UEPG que já pensaram em desistir ou trancar a graduação, por curso de licenciatura- 2017.....	102
Gráfico 26-	Principais tipos de auxílios estudantis que os licenciandos da UEPG gostariam de receber- 2017.....	103
Gráfico 27-	Principais tipos de auxílios estudantis que os licenciandos da UEPG gostariam de receber, por curso de licenciatura- 2017.....	104
Gráfico 28-	A relação dos licenciandos da UEPG com os professores do curso – 2017.....	107
Gráfico 29-	A relação dos licenciandos da UEPG com os colegas do curso- 2017.....	107
Gráfico 30-	Desempenho dos licenciandos da UEPG, nas disciplinas do curso- 2017.....	108
Quadro 1-	Aspectos positivos e negativos à permanência estudantil dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL, TRABALHO E ESTADO: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A ANÁLISE DA ATRATIVIDADE, DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA.....	20
1.1 RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO.....	21
1.2 O PAPEL DO ESTADO NA SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL E O TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	36
CAPÍTULO 2- EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: POLÍTICAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS.....	48
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	48
2.2 ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS: CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	58
2.3 POLÍTICAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	65
CAPÍTULO 3- A REALIDADE DOS LICENCIANDOS DA UEPG: CONDIÇÕES SOCIAIS DE ESCOLHA, DE ACESSO E DE PERMANÊNCIA NO CURSO.....	71
3.1 PERFIL GERAL DO LICENCIANDO DA UEPG	77
3.2 CONDIÇÕES SOCIAIS DA ATRATIVIDADE E DO ACESSO À CARREIRA DOCENTE.....	90
3.3 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UEPG.....	100
CAPÍTULO 4- AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES NA ESCOLHA, NO ACESSO E NA PERMANÊNCIA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL.....	120
4.1 DADOS DOS LICENCIANDOS DA UEPG EM COMPARAÇÃO COM OS DEMAIS ESTUDOS SOBRE O TEMA.....	120
4.2 CONDICIONANTES DA ESCOLHA DA LICENCIATURA, ACESSO E PERMANÊNCIA DOS LICENCIANDOS DA UEPG: RELAÇÕES COM O CAPITAL, O TRABALHO E O ESTADO.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICE 1- QUADRO COMPARATIVO DAS PRODUÇÕES SOBRE O TEMA: ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS.....	147
APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS TURMAS DE 4º ANO DAS LICENCIATURAS DA UEPG – 2017.....	149
APÊNDICE 3- ENTREVISTAS COM OS EGRESSOS DAS	

	LICENCIATURAS – 2018.....	154
APÊNDICE 4-	PERFIL DO LICENCIANDO DA UEPG – 2017.....	180
APÊNDICE 5-	ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, SEGUNDO OS LICENCIANDOS DA UEPG - 2017.....	184
APÊNDICE 6-	CONDIÇÕES DE ACESSO DOS LICENCIANDOS DA UEPG – 2017.....	185
APÊNDICE 7-	CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS LICENCIANDOS DA UEPG- 2017.....	186
APÊNDICE 8-	DADOS DO QUESTIONÁRIO, POR CURSO DE LICENCIATURA.....	191
APÊNDICE 9-	DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS SELECIONADOS PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA DA UEPG EM 2014.....	207
ANEXO 1-	PLANO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	213

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se situa no campo da valorização docente, mais especificamente no que concerne às condições sociais que influenciam na escolha pela profissão docente, no acesso ao curso de licenciatura e na permanência nesse curso. As razões que motivaram a realização de tal estudo estão intimamente ligadas às condições materiais, as quais nortearam a caminhada da referida autora. Formada em escola pública, no meio rural e, pertencendo a uma família que colaborou com a construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para conquistar terras para plantar e conseguir sobreviver, entrar numa universidade pública estava, apenas, no plano das ideias. No entanto, tornou-se realidade, e sendo mulher, pobre, negra, com educação básica cursada na rede pública, baixo nível cultural, pais com ensino fundamental incompleto e renda familiar até três salários mínimos, a permanência no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no período noturno, não possibilitou o pleno aproveitamento dessa graduação.

Ao perceber as condições nas quais adentrei e permaneci na universidade, entendi que a intenção, relatada por muitos calouros das licenciaturas, inclusive por mim, de “mudar o mundo com a educação”, estaria fadada ao fracasso se essa mudança não considerasse as condições materiais de cada aluno, e mais, se não tivesse como propósito final a transformação radical da situação socioeconômica da grande maioria da população, não só brasileira, mas mundial.

Foi a vivência de sentir a incapacidade de acessar a educação superior, foram as dificuldades referentes à permanência no curso de graduação e foi o entendimento da educação como um dos meios com o qual é possível contribuir para revolucionar todo esse conjunto de situações que me levaram a questionar: quais os condicionantes sociais para a escolha da profissão docente, tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)?

A UEPG possui 39 cursos de graduação, e desses, 13 são licenciaturas; logo as licenciaturas representam 33,3% de todos os cursos ofertados nessa instituição. Considerando as distintas áreas do conhecimento, temos as licenciaturas em: Matemática; Geografia; Física; Química; Ciências Biológicas; Educação Física; Pedagogia; Letras Português/Espanhol; Letras Português/Francês; Letras Português/Inglês; História; Artes Visuais; e Música. A julgar os diferentes turnos de oferta dessas licenciaturas, temos 11 cursos no período noturno, cinco no período vespertino, um no período matutino e um no período integral.

Para responder à pergunta enunciada acima e compreender o objeto de estudo que se apresenta, tomamos como amostra alunos das diferentes licenciaturas. Aplicamos questionário com questões de ordem socioeconômica, institucional e familiar, sendo todas as questões de múltipla escolha, nas licenciaturas em Geografia período noturno, Física período noturno, Química período noturno, Ciências Biológicas período vespertino, Educação Física período noturno, Pedagogia período noturno, Letras Português/Inglês período noturno, História período noturno, Artes Visuais período vespertino e Música período vespertino.

O questionário foi aplicado em uma turma de 4º ano de cada licenciatura acima mencionada, no ano de 2017. Esse questionário passou por um teste piloto aplicado a uma turma de 4º ano do curso de pedagogia. Após esse teste, em que os acadêmicos puderam contribuir com perguntas e sugestões, reestruturamos esse instrumento de coleta de dados. A análise percentual dos dados, gerada pelos questionários, foi feita com o uso do software Sphinx¹.

Além dos questionários, também tínhamos como objetivo realizar entrevistas semiestruturadas com um acadêmico de cada turma que havia respondido ao questionário, no entanto, tendo em vista o tempo que tivemos para a realização das entrevistas, conseguimos entrevistar apenas seis acadêmicos das licenciaturas em História, Química, Física, Ciências Biológicas, Educação Física e Pedagogia, sendo um acadêmico representante de cada curso acima descrito. As entrevistas foram realizadas no ano de 2018, ou seja, com os egressos das turmas as quais responderam ao questionário.

Por meio dos dados levantados com os questionários e entrevistas, bem como as contribuições da produção acadêmica e do referencial teórico-metodológico marxista, investigamos os condicionantes sociais envolvidos na escolha da licenciatura como curso de graduação, no acesso a esse curso e, na permanência nesse nível de ensino. O objeto de estudo pode ser entendido no contexto da valorização docente que, de maneira geral e sucinta, envolve remuneração, condições de trabalho, carreira e formação. Nesse sentido, estamos estudando um dos elementos da valorização docente, a formação, buscando analisar as condições sociais que permeiam a formação inicial dos professores, especificamente, a atratividade, o acesso e a permanência na licenciatura.

Louzano et al. (2010) apontam alguns fatores basilares da atratividade para a carreira docente a nível mundial, no que se refere, especificamente, à carreira de professor. Segundo

¹ O software Sphinx, de maneira geral, é um programa voltado para a organização de dados quantitativos e qualitativos. Permite a análise de questionários com questões abertas e/ou fechadas, e também realiza análises de entrevistas, ou outro tipo de textos.

os autores a flexibilidade em poder trabalhar como professor e também em outra área; as férias mais longas quando comparadas com outras carreiras; a baixa taxa de desemprego; e a possibilidade de colaborar com o desenvolvimento social são os principais fatores que embasam a atratividade para a carreira docente, a nível mundial. Porém, no Brasil, o principal fator estaria relacionado à estabilidade no emprego dos contratados. (LOUZANO et al., 2010). Vale anunciar que nesta dissertação abordamos a questão da atratividade para a carreira docente no âmbito da formação inicial de professores. De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, a atratividade para a carreira docente, no que concerne à escolha pelo curso de licenciatura, está diretamente relacionada à possibilidade que estes cursos oferecem no que diz respeito tanto à possibilidade de trabalhar e estudar quanto à relativa rápida inserção no mercado de trabalho.

De acordo com a revisão de literatura realizada, levantamos dados que indicam alguns aspectos do perfil dos estudantes de licenciatura, a saber: ser trabalhador, oriundo da rede pública de educação básica, com renda familiar até, no máximo, três salários mínimos, baixo nível cultural e pais com baixa escolaridade. No que concerne à atratividade para a escolha do curso, a vocação e a possibilidade de conciliar o trabalho com os estudos, bem como o rápido ingresso no mercado de trabalho, são os principais apontamentos dos estudantes. Referente ao acesso e permanência, os estudos demonstram que as dificuldades financeiras são os principais entraves no processo de formação dos alunos, por isso, receber algum tipo de suporte financeiro é essencial para a continuidade da frequência no curso de licenciatura.

O levantamento de trabalhos para a revisão de literatura foi feito a partir do Banco de Dissertações e Teses da CAPES, Portal de Periódicos CAPES e plataforma IBICT. Com as palavras-chave: “atratividade para carreira docente”; “acesso e permanência em curso de formação de professores” e “acesso e permanência nas licenciaturas” obtivemos oito artigos, 18 dissertações e seis teses, totalizando 32 trabalhos. Destes, apenas 18 trabalhos condizem, em algum aspecto, com o objeto da pesquisa aqui proposta².

Ao realizarmos a revisão da produção acadêmica, percebemos a ausência de trabalhos em que os três elementos – atratividade para carreira docente, acesso e permanência nas licenciaturas – estejam articulados de modo a constituir um objeto de pesquisa com maior complexidade e profundidade. E, ainda, não encontramos trabalhos com o enfoque aqui proposto, em que o método materialista histórico-dialético tenha sido utilizado. Dessa maneira, justificamos nosso trabalho utilizando dois argumentos principais: ampliação do

² O quadro comparativo com os respectivos estudos, por nós analisados, encontra-se no apêndice 1.

objeto de pesquisa – não encontrado na revisão de literatura – com a articulação de três elementos envolvidos na formação inicial dos professores (atratividade, acesso e permanência nas licenciaturas) e utilização do método marxista – materialismo histórico-dialético – que consiste, dentre várias outras atribuições, em fazer análises concretas de situações/objetos concretos. Com isso, acreditamos conseguir contribuir com o campo de pesquisa da valorização docente, tão discutido na atualidade.

Para responder à nossa pergunta, enunciada já no início, temos como objetivo geral analisar os principais determinantes que levam os estudantes a escolher a profissão docente e suas influências nas condições de acesso e de permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. No que tange aos objetivos específicos, buscamos:

- a) Traçar o perfil geral dos estudantes de licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- b) Identificar os determinantes sociais que influenciam os estudantes na escolha da profissão docente;
- c) Apontar as condições de acesso e analisar as condições de permanência dos estudantes nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- d) Problematicar as possibilidades e os limites na escolha da profissão docente, no acesso e na permanência no curso de formação inicial.

Buscando atender aos objetivos apresentados, esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro é intitulado “As relações entre capital, trabalho e Estado: elementos essenciais para a análise da atratividade, do acesso e da permanência nos cursos de licenciatura”. Esse capítulo tem como objetivo principal elucidar as relações mais gerais, sob as quais se estrutura a totalidade social. Para isso, buscamos apresentar a categoria trabalho como uma categoria social e, sobretudo, ontológica, uma vez que é fundante daquilo que denominamos *ser social*. Após justificarmos a utilização da categoria trabalho e apresentarmos sua determinação ontológica, refletimos, inicialmente, sobre as relações que se estabelecem, na sociedade capitalista, entre o capital e o trabalho, bem como os reflexos dessa relação no que concerne à educação. Na sequência, nesse mesmo capítulo, tratamos do papel do Estado na sua relação com o capital e o trabalho e, mais uma vez, ilustramos as relações existentes com a educação.

O segundo capítulo tem como título “Educação superior brasileira: políticas para o acesso e a permanência nas licenciaturas”. Esse capítulo visa, sobretudo, situar nosso objeto de pesquisa dentro da educação superior, do campo acadêmico e das políticas educacionais. Sendo assim, busca contextualizar, de maneira generalizada, as principais características da

Educação Superior no Brasil, e também as contribuições da produção acadêmica sobre o tema do acesso e permanência nas licenciaturas e, finalmente, apontar as políticas que visam atender às demandas do acesso e permanência nesse nível de ensino.

No capítulo três, o qual se intitula “A realidade dos licenciandos da UEPG: condições sociais de escolha, de acesso e de permanência no curso”, buscamos estabelecer um panorama geral do nosso objeto de pesquisa, por meio da breve apresentação da educação superior no Estado do Paraná e dos dados mais gerais sobre a UEPG. Em seguida, apontamos os dados dos questionários aplicados, e das entrevistas, com o objetivo de traçarmos o perfil geral do aluno de licenciatura da UEPG e identificarmos os determinantes sociais envolvidos na atratividade para a carreira docente, no acesso e na permanência nesse curso.

O quarto e último capítulo, intitulado “As possibilidades e os limites na escolha, no acesso e na permanência no curso de formação inicial”, visa dar as possíveis contribuições ao problema por nós apresentado. Dessa maneira, nesse capítulo, temos como objetivo comparar os dados que levantamos, por meio dos questionários e das entrevistas, com o acúmulo de estudos sobre o tema, e relacioná-los com os determinantes mais gerais das relações entre o capital, o trabalho e o Estado.

Todo o processo de investigação, bem como a análise dos dados estatísticos, foi feito com base nas contribuições do materialismo histórico-dialético.

O materialismo histórico-dialético (MHD) é apresentado nas obras de Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820-1895), mas de maneira implícita. A apreensão desse método, e também seu estudo e detalhamento, é feita por autores marxistas, uma vez que Marx não dedicou obras específicas que tratem de questões epistemológicas.

Não pretendemos fazer análises e relações profundas sobre o MHD. Buscamos, sucintamente, apontar os seus principais elementos.

De acordo com Tonet (2013), até a modernidade, o conhecimento científico e filosófico centrava-se na objetividade, em entender o que é o ser. No período moderno, isso muda, e a centralidade volta-se para a subjetividade, com a problemática do conhecimento. No entanto, apesar de ser moderno, o método marxiano não é comum para essa época, uma vez que a ênfase é na objetividade e a pergunta a ser respondida é: o que é o ser social? Não se pergunta sobre o conhecimento, pois esse é apenas mais uma dimensão do ser social.

A diferença da centralidade da objetividade do mundo greco-medieval e da teoria marxiana é que, para Marx, sobressai a necessidade de uma ontologia do ser social, com o trabalho como fundamento do ser social, que requer uma unidade entre subjetividade e objetividade, sendo a objetividade fundante e a subjetividade fundada. (TONET, 2013).

O MHD se constitui, para além da investigação, enquanto postura e enquanto práxis, ao passo que o sujeito que opta por tal referencial teórico metodológico, busca a transformação da realidade investigada, ao compreender que a veracidade da teoria depende do seu caráter prático. (BENITE, 2009). Há, portanto, uma explícita intencionalidade ao utilizar o método marxiano.

No entanto, para que possamos chegar a uma compreensão profunda sobre o real que se pretende modificar, não podemos nos basear apenas na descrição de fatos, e sim estabelecer as relações que organizam e compõem essa realidade. Por isso, a categoria da totalidade é central neste referencial teórico, pois possibilita apreender os múltiplos determinantes que configuram a realidade, por meio da relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade. (MASSON, 2007).

O MHD é uma alternativa entre o racionalismo e o empirismo. Ele rompe com esses métodos ao passo que não enfatiza somente o sujeito ou somente o objeto, como ocorre no racionalismo e no empirismo, respectivamente. (BORBA; PORTUGAL; SILVA, 2008). O método em questão rompe com a dicotomia sujeito/objeto, dessa forma, o homem é objeto, porque a história é resultado da sua produção, ele se exterioriza a partir das suas ações, da sua produção material, e, é sujeito porque é o homem quem determina essas ações. (MASSON, 2007). Portanto, existe uma relação dialética entre sujeito e objeto, pois, ao mesmo tempo em que o homem determina a história, com suas ações, dentro das condições materiais impostas por esta, ele também é determinado por ela.

No entanto, não podemos perder de vista a prioridade ontológica da objetividade em relação à subjetividade. Essa prioridade do objeto em relação dialética com o sujeito pode ser percebida no seguinte trecho de Lukács (2013, p. 299), ao tratar da autonomização da imagem da realidade na consciência humana:

Esses objetos se confrontam com o sujeito, por um lado, na dura imutabilidade do seu ser-em-si e, por outro lado, o sujeito da práxis deve sujeitar-se incondicionalmente a esse ser-em-si, tentar entendê-lo do modo mais incontaminado possível por preconceitos subjetivos, por projeções da subjetividade sobre o objeto etc.[...] A irrefutabilidade dessa prioridade do ser-em-si surge justamente do fato de que um trabalho (uma práxis) bem sucedida só é possível quando a consciência percebe os objetos do mundo exterior, quando ela os reproduz idealmente, quando ela os apreende e os trabalha da maneira que corresponde ao seu ser-em-si.

Por isso, entendemos que o real predomina sobre o ideal, uma vez que, em se tratando da história da humanidade, o último se origina, em última instância, do primeiro. Dessa

forma, o material predomina sobre o subjetivo e o objeto sobre o sujeito, mas como já dito, não de maneira linear, e sim dialética.

Sendo assim, compreendemos que não podemos encaixar a realidade no método, é o método que deve estar adequado à realidade. Se o mundo é dialético, está sempre em movimento e possui contradições, é necessário um método que consiga entender esse movimento e essas contradições. (PIRES, 1997). Antes de o MHD ser utilizado como um método, ele reflete o que é e como se configura a própria realidade, que se constitui na dialética da materialidade da história, produzida pelos (e produzindo os) homens a cada geração.

Na obra marxiana intitulada “Contribuição à crítica da economia política”, no capítulo do “Método da economia política”, Marx esclarece de que maneira conseguimos entender a realidade, levando em consideração sua totalidade caótica, porém, não perdendo de vista essa totalidade depois de feitas as análises/abstrações. Para ele:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2003, p. 258-259).

A partir do exposto, entendemos que o concreto, ao mesmo tempo, é e não é o ponto de partida. Não é, pois só conseguimos entendê-lo ao final do processo, depois de feita a “síntese das múltiplas determinações”; porém, é o ponto de partida efetivo uma vez que a realidade que se olha no início do processo é a mesma ao final deste. Dessa forma, inicialmente temos uma visão caótica do todo, o que podemos chamar de concreto figurado, depois, com determinações mais precisas, a partir de análises e abstrações chegamos a conceitos que conseguem nos fazer voltar à totalidade, agora rica de determinações e relações. (MARX, 2003). Imaginemos uma realidade qualquer, neste caso as condições sociais dos licenciandos da UEPG. Essa realidade é concreta, e não nos aparece como ponto de partida e sim como uma realidade acabada, como resultado, a chamamos de concreto figurado, pois, mesmo a reconhecendo, ainda não a compreendemos. No entanto, o entendimento real dessa realidade acontece, de fato, quando a consideramos o verdadeiro ponto de partida, ou seja, quando a tomamos e passamos a conhecer suas singularidades por meio das suas determinações que, relacionadas, estruturam a realidade em questão, sendo assim, ao olhar para a realidade social dos licenciandos da UEPG ao final do processo de investigação, poderemos explicá-la por meio da síntese de suas múltiplas determinações e, essa realidade

agora é considerada o concreto pensado. Trata-se da investigação que vai do todo para as partes e, depois, novamente retorna ao todo.

Sendo assim, buscamos ao longo desta dissertação, partir do todo para as partes e, novamente, voltar ao todo. Nosso ponto de partida foi, então, o entendimento do capital, do trabalho e do Estado. Fazemos isso, pois entendemos que na busca pelo mínimo entendimento da totalidade social, não podemos deixar de considerar as relações sob as quais repousam todas as outras relações sociais. Nesse sentido, a explicação da atratividade para a carreira docente, acesso e permanência nas licenciaturas da UEPG, não deve ser feita descolada de sua relação com o trabalho, o capital e o Estado. Obviamente essa relação não deve ser feita de maneira direta, mas, mediada.

Depois da breve explanação, com vistas a abranger o entendimento mínimo da totalidade social, fomos às “partes”. Para isso, apresentamos dados sobre a educação superior no Brasil de maneira geral, e dados referentes à atratividade para o acesso e permanência nas licenciaturas, levantados com a revisão de literatura. Também apresentamos as políticas para o acesso e permanência estudantil na educação superior. Na sequência, expomos os dados coletados por meio dos questionários e das entrevistas. Sendo assim, apontaremos quais os condicionantes, expressos pelos licenciandos, envolvidos na atratividade para a carreira docente, no acesso e na permanência no curso. Ao final da dissertação, buscamos retornar aos apontamentos gerais sobre a totalidade social, com vistas a fazer as relações do nosso objeto de pesquisa com essa totalidade.

Como já anunciado anteriormente, a categoria da totalidade é central no referencial teórico marxista, pois possibilita a apreensão da realidade, por meio da relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade (MASSON, 2007). Com isso, devemos explicitar o que entendemos, neste trabalho, por singularidade, particularidade e universalidade.

Nosso objeto de pesquisa é uma singularidade dentro de um complexo social que é a educação que, por sua vez, compõe, com diversos outros complexos, a totalidade social. Para compreendermos essa singularidade (que possui características tanto únicas quanto universais) em sua própria totalidade, utilizamos a categoria da particularidade. É por meio dessa categoria que podemos entender essa singularidade dentro da totalidade social, como também compreender aquilo que esse objeto de pesquisa (singularidade) possui de caráter universal e de caráter singular. Por meio da particularidade, fizemos a mediação entre a singularidade e a universalidade do nosso objeto de pesquisa. Assim, foi possível apreender as

especificidades da atratividade para a carreira docente, o acesso e a permanência nas licenciaturas da UEPG, bem como as generalizações que podem ser feitas sobre esse objeto.

Somente depois de feito as devidas relações entre singularidade, particularidade e universalidade é que podemos voltar ao todo e, entender nosso objeto de pesquisa – atratividade, acesso e permanência nas licenciaturas – e responder à nossa pergunta inicial, com maior riqueza de determinações e relações.

CAPÍTULO 1

AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL, TRABALHO E ESTADO: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A ANÁLISE DA ATRATIVIDADE, DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA

As relações estabelecidas entre o capital, o trabalho e o Estado são determinantes na compreensão da sociedade capitalista. Disso decorre que, ao utilizar o método marxiano, é necessário compreendermos nosso objeto de estudo dentro dessas relações, a fim de apreendermos esse objeto em suas máximas conexões com a totalidade social. Para tanto, nos embasamos em Marx, Engels, Lukács, Mészáros, Tonet, Lessa, Antunes, e demais autores marxistas. Com base nesses autores, entendemos o Capital como uma relação social estabelecida entre aqueles que possuem os meios de produção – burgueses – e aqueles que possuem a força de trabalho – trabalhadores. Compreendemos o Estado como um complexo social que compõe a superestrutura do sistema capitalista, assumindo função de manter a ordem social vigente e, temos o trabalho como a categoria social fundante do ser social e ineliminável da vida dos homens, uma vez que é a atividade a qual possibilita a existência e reprodução da espécie humana.

Inicialmente, tratamos da relação entre o trabalho e o capital, em que o primeiro, necessariamente, está sob o domínio do segundo, expressando, assim, na luta de classes, um irremediável antagonismo. Antagonismo esse que é gerido e controlado pelo Estado, assim como apresentamos no item 1.2. É com base nessas relações que são pensadas e implementadas as políticas educacionais, as quais, de maneira implícita ou explícita, vão defender, em última instância, a continuidade do sistema do capital.

Compreender essa estrutura básica da atual forma de sociabilidade é necessário para que consigamos responder ao nosso questionamento norteador, pois os condicionantes sociais dos licenciandos para a escolha da profissão docente, tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas, não podem ser explicados descolados de sua raiz, que é a sociedade de classes, regida pelo sistema do capital.

Não é nosso objetivo o aprofundamento da análise da sociedade capitalista, mas apontar as relações mais gerais que existem entre o capital, o trabalho e o Estado, apresentando a categoria trabalho como fundante do ser social. Intentamos também demonstrar como a educação e a política educacional e, nesse sentido, a atratividade, o acesso e a permanência nos cursos de licenciatura, são codependentes do trabalho, do Estado e do capital.

1.1 RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Nosso objeto de pesquisa está diretamente relacionado a dois complexos sociais: à educação e à política educacional. Do ponto de vista da ontologia de Lukács, educação e política são práxis sociais e essas possuem dependência ontológica e autonomia relativa em relação ao trabalho. (TONET, 2009). Sendo assim, para entender as práxis sociais utilizamos a categoria trabalho, pois essas são ontologicamente fundadas pelo trabalho e este, na sociedade capitalista, não pode ser compreendido se não compreendermos também o capital.

Entender o trabalho em seu sentido ontológico é entender o “ser” do trabalho, entender sua essência, ou seja, apreender sua gênese e desenvolvimento de maneira geral, independentemente de um período histórico específico. Se consideramos necessário tratar do trabalho para entender o objeto dessa dissertação (como já justificado anteriormente) partimos do pressuposto de que o entendimento dessa categoria social deve ser apreendida em sua totalidade, ou seja, não deve ser analisada de forma fragmentada e isolada. Para entender o trabalho, em qualquer período histórico, devemos nos ater ao seu sentido ontológico.

O seguinte trecho de Lukács (2012, p. 35) justifica a prioridade ontológica do trabalho, por ser uma categoria fundante das demais categorias do ser social:

Todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Nesse excerto, Lukács ressalta o trabalho como a atividade que contribuiu, essencialmente, para que, de meros animais, passássemos a constituir o ser social, e que devido a esse e outros motivos, todas as outras categorias sociais contém, direta ou indiretamente, relação com o trabalho.

A produção e a reprodução da vida humana estão diretamente relacionadas ao trabalho, pois é por meio deste que ocorre a mediação entre homem e natureza e dessa forma, a vida humana. É por meio do trabalho que o homem consegue converter objetos naturais, existentes independentemente da consciência humana, em coisas úteis. Esse processo de transformação é um processo teleológico, em que o resultado do trabalho é prévio e propositalmente pensado. (LUKÁCS, 2012).

O ser social é um complexo de complexos e, para entendê-lo, o ponto de partida só pode ser o trabalho, já que “o trabalho é a única dimensão que tem a função de ser o fundamento ontológico do ser social.” (TONET, 2009, p. 24), pois “transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens.” (LESSA; TONET, 2011, p. 26).

Assim, é por meio do trabalho que o homem se distingue da natureza (ser inorgânico e orgânico), passando a compor o ser social. (LESSA; TONET, 2011). A diferença da materialidade do mundo dos homens, em relação à materialidade puramente natural, está no fato de que aquela está condicionada à teleologia presente nos atos singulares que se convertem em causalidade dos processos históricos. (LESSA, 2005). Isso significa que a história do ser social, diferentemente da história natural, é resultado de um processo de síntese entre teleologia e causalidade em que, a partir de uma prévia ideação (projeção no pensamento daquilo que se pretende fazer) e de escolha entre alternativas (maneiras de como realizar a ação), o homem transforma a natureza, atendendo a uma necessidade. (LESSA; TONET, 2011).

Vale ressaltar que o momento da prévia ideação é fundamental para compreendermos a diferença do trabalho em seu sentido ontológico em relação às atividades que os animais realizam. Por mais que algumas espécies de animais possuam a capacidade de modificar a natureza, produzindo algo novo (um ninho, formigueiro ou colmeia), a sua capacidade de realizar essa atividade é puramente biológica e não constitui trabalho. (LESSA; TONET, 2011). Se nos atentarmos para o fato de que todos os indivíduos de uma determinada espécie de animal realizam as mesmas atividades, não havendo diferenciação na objetivação, isso indica que não existem prévias ideações em cada animal, e sim, um comando filogenético que orienta a ação, ou seja, não há intencionalidade na ação de construir um ninho ou um formigueiro. Já o homem realiza trabalho e tem a consciência de sua ação, de sua intencionalidade com essa atividade. A objetivação é consequência de um acúmulo anterior e também implica em consequências sociais futuras. (LESSA; TONET, 2011).

Outra análise fundamental para compreendermos o trabalho, em seu sentido ontológico, diz respeito às consequências que o trabalho traz para a sociedade. Além de fundar o ser social, ao diferenciar o homem dos demais seres da natureza, ele interfere direta e indiretamente no desenvolvimento do ser social. Ao realizar trabalho, o homem utiliza conhecimentos construídos historicamente para objetivar aquilo que pretende; assim, ele modifica a si mesmo, pois aprendeu algo novo com essa ação. Esse aprendizado pode servir para aprimorar a realização da sua próxima ação, e mais, esse aprendizado, ao ser generalizado, torna-se patrimônio de toda sociedade e contribui não somente para a próxima

ação desse sujeito singular, mas para o aprimoramento de outras ações de outros indivíduos. Essas características que envolvem o trabalho constituem sua dimensão social. Desse modo, todo ato humano possui essas características e, por isso, todo ato humano é social. (LESSA; TONET, 2011).

O trabalho, como ato fundante do ser social, exerce influência sobre todas as demais atividades humanas, sendo assim, toda atividade humana possui certa dependência e também certa autonomia em relação ao trabalho, como veremos a seguir.

Arte, educação, política, etc. são atos sociais, portanto, possuem as mesmas características que constituem a dimensão social do trabalho. Segundo Lessa e Tonet (2011), ao realizar quaisquer atividades acima citadas, o homem é influenciado pela história passada, e ao realizar determinada atividade conduz a novas necessidades e possibilidades que interferem na história futura. Os conhecimentos adquiridos nesse processo são generalizados, tornando-se patrimônio de toda a sociedade e aplicáveis a outras situações.

Arte, educação, política, etc. na perspectiva da Ontologia do ser Social de Lukács, caracterizam-se como práxis sociais, pois ocorrem com a ação do homem sobre a consciência de um grupo de outros seres humanos, diferentemente do que ocorre no trabalho, em que há a ação do homem sobre a natureza. (MASSON, 2016). A respeito da práxis social, Lukács (2012, p. 221) entende que:

é sempre um ato teleológico, no qual o pôr da finalidade precede, de modo objetivo e cronológico, a realização. Isso não quer dizer, porém, que seja sempre possível saber quais serão as consequências sociais de cada ação singular.

Dessa maneira, podemos entender as práxis sociais como ações singulares que, antes de realizadas, são planejadas e reproduzidas em pensamento e, mesmo que planejadas antecipadamente, podem gerar resultados inesperados.

O autor afirma que “o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material.” (LUKÁCS, 2012, p. 37). O trabalho é entendido como modelo, pois, mesmo que nas práxis sociais não haja a transformação da natureza pela ação do homem, há uma transformação social e, essa transformação é também material, concreta. Dessa maneira, entendemos que a educação e a política se configuram como práxis sociais, em que pessoas influenciam na ação de outras pessoas ou grupos sociais, gerando efeitos práticos na sociedade. De maneira generalizada, professores agem sobre a consciência de seus alunos e, lideranças políticas, por meio de

discursos falados e/ou escritos, influenciam na consciência de toda uma população, e isso resulta, em última ordem, em decisões e ações concretas. As políticas, de maneira geral e, sendo assim, as políticas educacionais, fundam-se e têm como modelo o trabalho.

Em se tratando de um período histórico determinado e, nesse caso, do sistema capitalista, qualquer política educacional, em última análise, é pensada e implementada de acordo com as demandas e as estruturas impostas por esse sistema. Nesse sentido, mesmo que as ações políticas sejam extremamente mediadas e, aparentemente, não tenham resultados materiais (concretos), elas sempre resultarão em algo material, e, em nossa sociedade, esse resultado está condicionado às imposições do capital. Ainda sobre a relação entre trabalho, capital e a educação, Tonet (2007, p. 13) afirma:

Deste modo, toda a vida dos indivíduos, em todas as suas manifestações é, de algum modo, posta sob a ótica do capital. Desde o trabalho propriamente dito, até as manifestações mais afastadas dele, como a religião, os valores morais e éticos, a afetividade e as relações pessoais. O que não significa, vale a pena enfatizar de novo, que todos os aspectos, em sua totalidade, estejam subsumidos ao capital. Se assim fosse, sequer os indivíduos poderiam existir enquanto indivíduos. Esta afirmação significa, apenas, que nenhum aspecto da vida social e individual, hoje, deixa de ser perpassado pelos interesses do capital. Educar portanto seria uma atividade voltada, sob as mais variadas formas, para a preparação dos indivíduos para a vida social, entendendo por vida social a vida nos marcos, ainda que sempre em processo, desta forma de sociabilidade.

Todavia, como a sociedade capitalista é fundada, em última instância, na contradição entre capital e trabalho, mesmo que os imperativos do capital continuem se efetivando, não podemos perder de vista as possibilidades de outra formação social, baseada no trabalho livre e associado, em que “a produção seja voltada para o valor de uso, ou seja, para o atendimento das necessidades humanas”. (TONET, 2007, p. 18). E para que a educação possibilite a efetivação de outro modelo de sociedade, baseado na emancipação da humanidade, ela “terá que ser norteadas por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquela voltada para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital”. (TONET, 2007, p. 19).

A educação e as atividades já mencionadas (arte, política, etc.) do ponto de vista ontológico, não configuram trabalho, mas formas mais desenvolvidas de práxis social, em que a finalidade do por teleológico não é a transformação da natureza (como ocorre no trabalho) e sim da consciência de outros homens. Nesse sentido, existe uma relação de dependência e autonomia, ao mesmo tempo, dessas atividades, enquanto práxis sociais, com o trabalho. A práxis social cria algo novo, e o resultado da ação, assim como no trabalho, contribui para o desenvolvimento da humanidade. É nesse sentido que Masson (2016, p. 34) explicita a função social da educação: “Desse ponto de vista, a educação tem a função social de possibilitar a

apropriação, pelos homens, das objetivações genéricas da humanidade” e é por meio dessa apropriação que ocorre a relação do indivíduo com o gênero humano. A função social da educação, entendida a partir da análise das práxis sociais, é atividade essencial tanto para a reprodução social, quanto para a sua superação. Vale ressaltar que aqui relacionamos a educação com o trabalho numa perspectiva ontológica, ou seja, independentemente de tempo histórico.

Por meio da leitura da ontologia de Lukács, podemos dizer que a relação – não direta, mas mediada - entre o trabalho e as demais categorias e práxis sociais, resulta no fato de que, no trabalho (intercâmbio homem-natureza), o fim posto não é possível se não houver aquele momento de espelhamento correto da realidade, o que prescinde de um ato cognitivo. Dessa mesma forma, na práxis social, em que o pôr do fim consiste em levar outro grupo social a tomar determinadas decisões, esse espelhamento também é necessário, mas nesse caso, esse espelhamento é permeado por complexidades advindas do desenvolvimento do próprio ser social. Essa maior complexidade da práxis social em relação ao trabalho consiste no fato de que a relação entre as pessoas é perpassada por sentimentos, valores, emoções, etc.

Lukács (2012) também apresenta outro aspecto da práxis social, o qual diz respeito a sua não neutralidade:

A estreita vinculação entre teoria e práxis tem como consequência necessária que esta última, nas suas formas fenomênicas sociais concretas, encontre-se amplamente influenciada pelas representações ontológicas que os homens têm a respeito da natureza. (LUKÁCS, 2012, p. 69).

Por meio do exposto, entendemos que, conscientemente ou não, as representações que os homens possuem a respeito da sua visão de mundo como um todo, advinda da sua relação com a sociedade, influenciam nas práxis sociais. Daí deriva o caráter nunca neutro de toda e qualquer práxis social. Diante dessa reflexão, podemos colocar uma questão: os grupos dominantes que possuem maior influência política na organização sistemática da educação são movidos por quais interesses e visões de mundo? Concordamos com Tonet (2007, p. 20), ao afirmar que “uma concepção de educação está vinculada ao tipo de sociedade que se deseja construir, o que inclui todo um conjunto de concepções a respeito do homem, da sociedade e da história”.

Até aqui, apresentamos brevemente o trabalho em seu sentido ontológico, e como ele se relaciona com as demais atividades humanas, que não necessariamente modificam a natureza, mas também constituem parte importante da sociedade, ao passo que são oriundas dessa relação que o homem estabelece com a natureza. O que ocorre é que conforme a

sociedade se desenvolve (se afasta da barreira natural) ela vai se complexificando, e entender como o trabalho influencia todo o complexo social é fundamental para entendermos a sociedade capitalista.

Ao analisar o trabalho nas diferentes sociedades, percebemos como essa ação humana interfere em toda a organização social. Conforme o trabalho vai se complexificando ao longo da história, toda a sociedade se complexifica. De maneira genérica, temos: a) A estruturação do Estado no modo de produção asiático; b) O Direito, o funcionalismo público e o exército existentes no modo de produção escravista; c) O Clero, a nobreza e a aristocracia na sociedade feudal. Ambas as organizações não surgem por acaso, mas têm objetivos muito bem definidos (ainda que não tão claros para a grande maioria dos indivíduos), pois decorrem da necessidade de possibilitar a manutenção da exploração do trabalho presente em cada tipo de sociedade. (LESSA; TONET, 2011).

Na sociedade capitalista não é diferente, uma vez que as práxis sociais são cada vez mais mediadas, e mesmo assim, a categoria trabalho permanece como fundamental, como explica Lukács (2012, p. 263),

O “afastamento da barreira natural” não só altera o conteúdo e o modo de atuação dos pores teleológicos singulares, mas, além disso, também trás à luz um processo que cria, entre eles, vínculos cada vez mais íntimos, mais complexos, mais mediados. Sabemos que o capitalismo é o primeiro a levar a efeito uma esfera econômica em que cada ato reprodutivo singular, mediado em menor ou maior extensão, exerce certa influência sobre cada um dos demais. Por essa razão, Marx chamou a atenção, por um lado, para o fato de que determinadas categorias simples, por exemplo trabalho concreto como produtor de valores de uso, necessariamente estão presentes em toda formação, [...] assim o trabalho é uma categoria muito antiga, mas, compreendida nessa simplicidade economicamente pura, ele é “uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração”. Essa historicidade das categorias econômicas em seu efeito sobre sua constituição e estrutura, sua dinâmica e seu modo de agir elimina da esfera econômica corretamente concebida em termos ontológicos todas as reificações que o pensamento burguesamente fetichizado introduz nela.

Até agora apresentamos o trabalho como a categoria fundante do ser social, a qual esteve presente em todo tipo de sociedade, sendo ineliminável da vida dos homens, uma vez que cria valor de uso e influencia diretamente no desenvolvimento da sociedade, sendo, por isso, o modelo das práxis sociais, como a educação e a política. É nesse sentido que a educação é uma práxis social, a qual tem como modelo o trabalho, mas se distingue desse ao transformar o ser social e não, diretamente, a natureza. A educação superior e, mais especificamente ainda, a formação dos alunos das licenciaturas, é resultado da intencionalidade e planejamento de diversos indivíduos e grupos sociais presentes nas mais

diversas instâncias do complexo político e educacional. As decisões desses indivíduos e grupos sociais geram resultados práticos na vida de cada acadêmico. A aprovação ou não aprovação de qualquer política educacional pode definir o acesso ou não acesso, a permanência ou a desistência de estudantes. Para entender esses resultados materiais originados da educação e da política, ambas práxis sociais, buscaremos entender como o trabalho se organiza nessa sociedade, e isso nos levará, consequentemente, à necessidade de compreender o capital.

Depois de entendido a influência direta que o trabalho possui na vida de cada ser humano, independente do sistema de que se fala, ao tratar da sociedade capitalista, percebemos como o trabalho deixa de ser algo positivo ao trabalhador e passa a ser apenas o seu meio de sobrevivência, o qual não contribui para o seu desenvolvimento. Para falarmos dessa configuração capitalista do trabalho, utilizamos como autores norteadores de nossa reflexão Marx e Engels, com análises ancoradas no contexto do século XIX. Como norteadores da reflexão sobre o trabalho no capitalismo em sua fase atual, utilizamos, dentre outros autores, Ricardo Antunes, Claudio Katz e Sérgio Prieb.

A sociedade capitalista, como constatou Marx, é permeada por contradições advindas do capital que se baseia, sobretudo, na relação entre aqueles que possuem trabalho acumulado – capitalistas – e aqueles que possuem somente sua própria força de trabalho – trabalhadores – (TONET, 2007). No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels descrevem a nova configuração da classe trabalhadora no sistema capitalista, no qual a burguesia “transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem da ciência em trabalhadores assalariados”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 12). Marx e Engels apresentam “a condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa” que seria “a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 29). A respeito dessa relação intrínseca entre trabalho assalariado e capital, Marx (1982, p. 16) nos esclarece que,

O capital só se pode multiplicar trocando-se por força de trabalho, trazendo à vida o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só se pode trocar por capital multiplicando o capital, fortalecendo o poder de que é escravo. Multiplicação do capital é, por isso, multiplicação do proletariado, isto é, da classe operária.

Essa relação entre o capital e o trabalho assalariado é recíproca. O salário pago ao trabalhador diz respeito à quantia de dinheiro que ele necessita para sobreviver e garantir

quesua força de trabalho possa ser reutilizada, no outro dia, pelo capitalista. De acordo com Marx,

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. (MARX, 2013, p. 312).

Para o trabalhador por em movimento sua capacidade/força de trabalho, o capitalista lhe paga um salário, que é a representação do valor da mercadoria força de trabalho, sendo que “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.” (MARX, 2013, p. 317). Nesse sentido, o salário não pode ser multiplicado, pois é, necessariamente, consumido totalmente pelo trabalhador.

No que concerne ao capitalista, esse

Paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por 336/1493 um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p. 337).

Acontece que o valor que o trabalhador acrescenta à matéria prima, por meio da aplicação de sua força de trabalho, gerando esse produto, resultado desse processo que pertence somente ao capitalista, é maior do que o valor da própria força de trabalho do trabalhador. Dessa maneira, o capitalista, ao explorar a força de trabalho de seus empregados, produz capital, pagando ao trabalhador somente o necessário para sua subsistência, enquanto que esse, por meio de sua força de trabalho que é vendida por determinadas horas por dia, gera, para o capitalista, mais valor do que o necessário para sua própria sobrevivência.

Percebemos, então, a dependência existente entre trabalhador e capitalista, força de trabalho e meios de produção. É essa relação entre esses sujeitos e “propriedades” que resulta no capital. Dessa maneira, o capital se apresenta como uma relação social, mas não é natural, como afirma Marx:

A natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social. (MARX, 2013, p. 315)

A vida de cada trabalhador é “vendida” por determinadas horas por dia para manter essa relação de interdependência, a qual assegura a continuidade do capital e, considerando que, de acordo com os dados, tanto da revisão de literatura quanto os dados levantados com os licenciandos da UEPG, a maioria dos estudantes de licenciatura são trabalhadores, ou seja, de maneira geral, recebem o salário para subsistir, isto é, se alimentar, se vestir, possuir moradia, e demais necessidades básicas. Dentro da racionalidade do capital, a Educação Superior não faz parte da subsistência básica, não sendo estranho, então, o dado levantado com o questionário aplicado aos alunos das licenciaturas da UEPG, o qual revela que a maioria deles já pensou em desistir do curso ou trancar a graduação e, também, que a maioria dos licenciandos entrou na licenciatura porque foi possível conciliar o trabalho com os estudos. Aqui, deixamos mais uma pergunta a ser respondida ao final dessa dissertação: como se dá, levando em consideração o que expusemos acima, a atratividade para a carreira docente, o acesso e a permanência nos cursos de licenciatura, dos alunos trabalhadores?

Voltando à relação entre trabalho assalariado e capital, temos que o salário recebido pelo operário/trabalhador pode subir ou baixar de acordo com algumas variáveis. Se o preço das mercadorias que o operário consome aumenta, mesmo que seu salário continue igual, podemos dizer que ele teve seu salário reduzido. O contrário é verdadeiro, nesse sentido,

O preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal, não coincide, portanto, com o salário real, isto é, com a soma de mercadorias que é realmente dada em troca do salário. Ao falarmos, portanto, da subida ou descida do salário, não temos de considerar apenas o preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal. Mas nem o salário nominal, isto é, a soma em dinheiro por que o operário se vende ao capitalista, nem o salário real, isto é, a soma de mercadorias que pode comprar com esse dinheiro, esgotam as relações contidas no salário. (MARX, 1982, p. 18).

O salário real pode permanecer o mesmo ou até subir (compra-se mais mercadorias de subsistência do que antes devido à queda do preço dessas mercadorias), e o salário relativo baixar, (o capitalista paga menos ao operário, e assim, lucra mais), isso concomitantemente. A queda e a subida do salário e do lucro se dão de maneira inversamente proporcional, pois “estão na razão inversa um do outro. A quota-parte do capital, o lucro, sobe na mesma proporção em que a quota-parte do trabalho, a jornada, desce, e inversamente. O lucro sobe na

medida em que o salário desce, e desce na medida em que o salário sobe.” (MARX, 1982, p. 19).

O avanço do capitalismo pressupõe o avanço dos lucros que implica no aumento do abismo entre o trabalho e o capital. De acordo com Marx (1982, p. 20),

O operário tem interesse no rápido crescimento do capital – significa apenas: quanto mais depressa o operário aumentar a riqueza alheia tanto mais gordos serão os bocados que caem para ele, tanto mais operários podem ser empregados e chamados à vida, tanto mais pode ser aumentada a massa dos escravos dependentes do capital.

Esse metabolismo de manutenção e aumento de capital, só faz aumentar os antagonismos de classe, com o avanço na divisão do trabalho e na aplicação de novas máquinas,

Vemos como o modo de produção, os meios de produção, são assim continuamente transformados, revolucionados, como a divisão do trabalho traz necessariamente consigo uma maior divisão do trabalho, a aplicação de maquinaria uma maior aplicação de maquinaria, o trabalhar em grande escala um trabalhar em maior escala. (MARX, 1982, p. 22).

Como as relações entre preço de mercadorias, lucro, salário real, salário relativo, salário nominal e custos de produção são codependentes, a mudança numa relação afeta todo o sistema e, esse sistema se renova por meio dessas próprias relações. Avança o capital, decai o trabalho, ascende o capitalista, sucumbe o trabalhador, assim, sucessivamente, às vezes de maneira explícita, às vezes de maneira velada.

Desse modo, o trabalho, na sociedade capitalista, distingue-se daquele ato fundante do ser social, devido a diversos fatores. No capitalismo, a produção oriunda do trabalho acarreta a crescente riqueza e desenvolvimento das capacidades humanas, ao mesmo tempo em que contribui com a crescente miséria (material e intelectual) e desumanidades. (LESSA; TONET, 2011).

Os modelos de produção capitalista que se instauraram historicamente foram, e ainda são, aperfeiçoados sucessivamente e aplicados de diferentes maneiras em diferentes épocas, nos diferentes países. Não é nossa intenção aprofundar em detalhes os principais modelos de produção - taylorismo/fordismo e toyotismo – mas, apresentar como, sucessivamente, o capital se revigora, por meio de novas formas de exploração/produção.

De maneira geral, podemos dizer que entre, aproximadamente, 1920 e 1960, predominaram o modelo taylorista/fordista, concomitantemente ao Estado de bem estar social. Aproximadamente ao final de 1960, início de 1970, tanto o modelo produtivo

taylorista/fordista, quanto o Estado de bem estar social e o capitalismo, entram em crise, impulsionando o ressurgimento do movimento operário. Após essa fase, a resposta do sistema se deu, dentre outros aspectos, com a ascensão do toyotismo, do neoliberalismo e da microeletrônica. (ANTUNES, 2003).

Foi com o Taylorismo que o artesão, típico do sistema feudal, deixa de trabalhar em todas as fases do processo de fabricação das mercadorias. Por meio dos estudos feitos por Frederick Taylor, a produção foi racionalizada, hierarquizada, e dividida. Cada trabalhador passou a executar uma única tarefa, num tempo determinado, sob o comando da gerência. Henry Ford aprimorou o modelo taylorista, sendo a sua principal atribuição a esteira. Dessa maneira, além de fazer apenas uma tarefa durante toda a jornada de trabalho, o trabalhador estava submetido à velocidade dessa máquina. (KATZ, 1995); (ANTUNES, 2002).

Essas transformações ocorreram devido ao fato de que a maneira como os operários trabalhavam não coincidia com os objetivos capitalistas, logo, impuseram-lhes o cronômetro e os movimentos repetitivos, com ritmos de trabalho intensos; além de que, “através do roubo explícito do saber artesanal, o taylorismo transferiu, em bloco, o conhecimento das operações e os projetos à gerência.” (KATZ, 1995, p. 14).

Basicamente, o modelo de produção taylorista/fordista possui como principais características a produção em massa, por meio da linha de montagem e produtos mais homogêneos; o controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; o trabalho parcelar e a fragmentação das funções; a separação entre elaboração e execução das atividades; as unidades fabris concentradas e verticalizadas; a constituição/consolidação do operário massa e do trabalhador coletivo fabril. (ANTUNES, 2002).

A Organização Científica do Trabalho (OCT), surgida como consequência do taylorismo, estabeleceu três princípios que nortearam a divisão de tarefas dos operários, sendo

Deslocar o trabalho das especialidades para torná-las autônomas dos ofícios e permitir assim a realização rápida de atividades; separar a concepção da realização de tarefas formalizando “cientificamente” essa ruptura; concentrar todos os conhecimentos nas mãos da gerência.” (KATZ, 1995, p. 15).

O autor também esclarece a respeito da reação dos trabalhadores frente aos avanços tayloristas:

As grandes greves e rebeliões antitayloristas foram a base da grande sindicalização norte-americana entre 1900 e 1920. Mas a resistência ao cronômetro, à

desqualificação e à individualização do salário reapareceram em cada movimento posterior de taylorização, transformando a batalha entre a apropriação patronal e a reapropriação operária do controle do processo de trabalho em um conflito central da luta de classes. (KATZ, 1995, p. 16).

Com o passar do tempo, a OCT se torna inviável. Essa inviabilidade é consequência do fato de que a força de trabalho não é uma mercadoria qualquer, pois está relacionada com necessidades sócio-históricas e com a luta de classes. A expressão concreta disso foram as críticas da imprensa e da academia e, o acúmulo de greves e rebeliões dos trabalhadores, desde os anos 1940 nos EUA (GORDON, 1985 apud KATZ, 1995), e 1960 em todos os países com capitalismo avançado (CORIAT, 1982 apud KATZ, 1995). Essas e outras questões abriram espaço para o advento do Toyotismo, fundado por Taiichi Ohno, na fábrica automobilística da Toyota.

O nascimento do toyotismo está diretamente ligado ao contexto histórico e geográfico japonês. Após a segunda Guerra Mundial, com pouco espaço e pequeno mercado consumidor, o modelo taylorista/fordista já não atendia às demandas japonesas. Sendo assim, esse modelo foi aperfeiçoado, com redução de estoques, produção ajustada à demanda, desperdício zero, etc. Posteriormente, como afirma Antunes (2002), tal modelo produtivo passou a ser utilizado em todo o mundo, devido ao seu potencial universalizante.

Com base em Coriat (1992), Antunes (2002) destaca quatro características na produção que levaram ao advento do toyotismo, no Japão: a necessidade de um trabalhador operar simultaneamente duas máquinas; o aumento da produção sem aumentar o número de trabalhadores; a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban* (controle de estoque, de produção); e a expansão do *kanban*. Também se ressalta a transformação dos sindicatos, com um sindicalismo de manipulação e cooptação. Sobre as principais características do toyotismo:

Seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série* e *de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoquemínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o *kanban* estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda. (ANTUNES, 2002, p. 34).

Os trabalhadores precisam ser multifuncionais para poder dar conta do consumo flexível e mais individualizado. É necessário trabalho em equipe para gerir várias máquinas, “*kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, gerência participativa e sindicalismo de empresa.* (ANTUNES, 2002, p. 35).

Utilizando Gounet, (1992), Antunes (2002) nos fala da intensificação da exploração do trabalho, e de outras características do toyotismo, como o operário polivalente no lugar do operário desqualificado do fordismo; a integração em equipe no lugar da linha individualizada; a fabricação de elementos para a satisfação de pessoas que estão na sequência de sua linha. Esse modelo japonês, de acordo com Antunes (2002), possui enorme potencial universalizante, expandindo-se para todo o mundo.

A transformação não foi apenas material, mas, também, subjetiva:

A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do *ser* que *trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais *despótica*; aquela, a do toyotismo, é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa*, em verdade mais *manipulatória*. (ANTUNES, 2002, p. 42).

Essa nova configuração do mundo do trabalho, advinda do toyotismo, é marcada pela flexibilização, tanto das formas de trabalho – formal, informal, autônomo, terceirizado, etc.-, quanto do trabalhador – polivalente, executor de várias funções – e, conseqüentemente, dos direitos trabalhistas. São essas as principais expressões da organização do trabalho na contemporaneidade. Além dessas características, outro marco diz respeito ao desenvolvimento da microeletrônica e da robótica que revolucionaram a produção.

De acordo com a pesquisa de Prieb (2005), o avanço científico e tecnológico aplicado à produção, em vez de possibilitar ao trabalhador uma menor jornada de trabalho, gera um efeito oposto: aumento do desemprego, uma vez que o capitalista opta por empregar menos trabalhadores para atuar junto às máquinas, não havendo prejuízo algum para este.

Já o avanço do setor terciário (serviços), na atualidade, decorre da diminuição do emprego no setor primário e secundário que, por sua vez, ocorre devido ao avanço da automação³. Essa nova configuração do trabalho, no capitalismo contemporâneo, caracteriza-

³ Ricardo Antunes (2002), no primeiro capítulo de seu livro “Adeus ao trabalho”, oferece um panorama das transformações ocorridas no mundo do trabalho. De maneira geral, a partir da década de 1980, concomitante à crise material e subjetiva da classe que vive do trabalho, ocorreram profundas transformações com o avanço da automação, robótica e microeletrônica. (ANTUNES, 2002). A

se pela precarização e flexibilização do trabalho. O trabalho terceirizado e o trabalho informal, que ganharam forte expressão na atualidade, são marcados por menores salários, maiores jornadas de trabalho e enfraquecimento dos sindicatos. Dessa forma, segundo Prieb (2005, p. 198):

O que está ocorrendo não é uma diminuição do trabalho ou de sua importância no processo de criação de riqueza capitalista, mas uma precarização do trabalho, que passa cada vez mais a conhecer o aumento da exploração facilmente verificada pela ascensão no mundo tanto do trabalho parcial e temporário como do informal.

Entendemos que o atual estágio do capitalismo impõe novas formas de organizar as relações sociais, porém, mesmo que atualmente novas formas de produzir mais valia venham se consolidando, por meio do setor de serviços e, dessa forma, a ação do homem sobre a natureza (que configura o trabalho em seu sentido ontológico) venha perdendo o foco das atenções, isso não significa a perda da dependência que esse tipo de trabalho possui em relação ao trabalho que produz riqueza material, pois, como afirma Lessa (2005, p. 29),

É o trabalho que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza que produz o conteúdo material da riqueza da sociedade. Todas as outras classes sociais e – acrescentamos agora – todas as outras atividades sociais dependem, direta ou indiretamente, da riqueza gerada pelo trabalho dos operários.

Percebemos que, com o desenvolvimento da organização do trabalho, as relações se tornam cada vez mais mediadas. No entanto, não podemos perder de vista o caráter ontológico do trabalho, para não nos equivocarmos ao entender o trabalho, em sua essência, como algo negativo ao homem. Esse caráter de negatividade e exploração, intrínseco aos sistemas escravagistas, feudal e capitalista, não deve ser analisado separado do trabalho com um sentido positivo. Só assim conseguiremos avaliar os limites do trabalho, impostos, na atualidade, pelo capital e as consequências advindas dessa imposição, para os diferentes trabalhadores. Se tivermos um olhar histórico, porém, perceberemos a possibilidade de não apenas evidenciarmos as precariedades e desumanidades do capital, mas, as possibilidades da emancipação humana, social e política das pessoas, por meio das possíveis transformações nas relações de trabalho, em que o sujeito trabalhador seja, efetivamente, dono do seu trabalho.

Automação em seu significado estrito diz respeito à substituição do trabalho humano, por meio de computadores ou outras máquinas. Como consequência, temos, por exemplo, o aumento do desemprego.

A formação dos licenciandos, desde a atratividade para a carreira docente até o acesso e a permanência no curso de licenciatura, diz respeito à Educação, mais especificamente à Educação superior que é uma práxis social, que depende, dentre outras coisas, de outras práxis sociais, como a política educacional, por exemplo. No entanto, ambas são influenciadas pelo trabalho, o qual, no atual estágio do capitalismo, encontra-se cada vez mais precarizado.

De acordo com os dados levantados com a revisão de literatura e com os dados dos questionários aplicados aos acadêmicos de licenciatura da UEPG, podemos apontar algumas relações identificadas até aqui, levando em consideração que, majoritariamente, os licenciandos são trabalhadores: a) o trabalho precarizado consome força e energia do trabalhador, precariza a própria vida do trabalhador; b) o trabalhador assalariado recebe seu salário para subsistir, e nisso não está previsto, do ponto de vista do capital, a Educação Superior; c) o capital possui imperativos que influenciam diretamente nas decisões dos estudantes, dessa maneira, a escolha pela licenciatura se dá, na maioria dos casos, devido à possibilidade de conciliação da graduação com o trabalho e também à rápida inserção no mercado de trabalho que o campo educacional oferece.

Sendo assim, podemos concluir que trabalhar é a condição para permanecer estudando, ou seja, possuir renda para subsistir e garantir, com os estudos, uma ascensão social futura, mas, ao mesmo tempo, a conciliação dos estudos com o trabalho apresenta dificuldades as quais tendem a levar o acadêmico de licenciatura a evadir; ou a permanecer no curso, mas não com a mesma disponibilidade de tempo e energia que os demais alunos não trabalhadores. O sistema capitalista impulsiona os indivíduos a buscarem melhores condições de vida e as condições desse mesmo sistema gera entraves nesse processo, como veremos mais detalhadamente no capítulo 3.

A breve e sucinta explanação a respeito do trabalho como fundamento do ser social e de todas as outras categorias e práxis sociais e, como o trabalho se apresenta na atualidade na sua relação com o capital, são reflexões necessárias para que possamos compreender o papel do Estado na sua relação com o capital e o trabalho. Se a classe trabalhadora está nas licenciaturas, em instituições de ensino regular, podemos afirmar que, consequentemente, dependem do Estado. No entanto, todo esse arranjo é possível graças à organização do trabalho que objetiva a produção ampliada do capital.

1.2 O PAPEL DO ESTADO NA SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL E O TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Marx não se debruçou especificamente sobre as questões do Estado, por isso utilizaremos como principais autores norteadores dessa reflexão, dentre outros marxistas, Engels e Mészáros. Engels, com sua análise ancorada em seu contexto social, a partir da segunda metade século XIX, fornece-nos conceituações mais gerais, e Mészáros, aproximadamente um século mais tarde, reflete sobre as questões atuais do Estado moderno.

No que diz respeito ao entendimento básico sobre o capital e sua relação com o trabalho na sociedade capitalista, entendemos que essa forma de trabalho, como descreve Marx e Engels em “O Manifesto do Partido Comunista”, reduziu todos os profissionais em trabalhadores assalariados. É o trabalho assalariado que constitui a “condição de existência do capital”, pois assegura a “formação e a multiplicação do capital”. A divisão do trabalho, nessa sociedade, tira toda a autonomia do trabalhador. Como apenas um “apêndice da máquina”, o que interessa ao trabalhador é o seu salário, e não aquilo que sua força de trabalho explorada produz diariamente. (MARX; ENGELS, 2008).

De maneira geral, o capital se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na extração de mais valia, nesse sentido:

A relação entre capital e trabalho demonstra, por um lado que, no modo de produção capitalista, a produção está voltada não para a satisfação as necessidades humanas vitais, mas, ao invés, para a geração da mais valia de modo que seja garantido o processo contínuo da acumulação de capital; e por outro lado, o lugar que os indivíduos ocupam nessa relação está subordinado à “estrutura hierárquica de comando do capital”, e aparecem como personificações do capital, ou do trabalho. (ANDRADE, 2012, p. 19).

A hierarquia presente na sociedade burguesa é resultado das personificações do capital, ou seja, para que o capital continue a existir, é necessário que existam capitalistas e proletários, meios de produção privados e força de trabalho a ser explorada. Por isso, os capitalistas são a personificação do capital, enquanto os proletários são a personificação do trabalho. Nessa relação, “o capital é autônomo e pessoal, enquanto o indivíduo que trabalha não tem autonomia nem personalidade.” (MARX; ENGELS, 2008 p. 34).

Engels, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, mostra-nos como a relação entre a organização familiar, o trabalho e o Estado é íntima e não pode ser desconsiderada. O autor esclarece como nasce o Estado, por meio de uma nova

organização familiar - passagem do casamento sindiásmico⁴ para a monogamia - e de uma nova organização econômica - passagem do comunismo primitivo ao sistema escravista. Segundo o autor,

A constituição da gens, fruto de uma sociedade que não conhecia antagonismos interiores, era adequada apenas para semelhante sociedade. Ela não tinha outros meios coercitivos além da opinião pública. Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e exploradores pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regimento gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado. (ENGELS, 1984, p. 190).

Por meio dessa citação, Engels nos apresenta o nascimento do Estado escravagista como uma estrutura que passa a existir devido à própria necessidade social, pois, sem o Estado, a estrutura social viria a sucumbir. Ao tratar da gênese do Estado, percebemos uma grande contradição, em que o Estado – tendo surgido do seio da própria sociedade – coloca-se acima e, aparentemente, autônomo em relação a ela. Como afirma Engels,

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com esses interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado. (ENGELS, 1984, p. 191).

A falsa impressão de que o poder estatal é algo que vem de fora, e que o Estado é algo que se impõe a nós, vem da contradição inerente à sua gênese. Mesmo tendo surgido da sociedade, o Estado precisa se impor a ela, para cumprir seu papel.

No que diz respeito ao desenvolvimento e funcionalidade do Estado, de uma maneira geral, Engels (1984, p. 193-194) nos diz que,

⁴De maneira geral, o casamento sindiásmico nasceu no limite que separa o estado selvagem da barbárie. Nesse núcleo familiar a poligamia era permitida, com casamentos por grupos que poderiam, inclusive, ser consanguíneos.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, e, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Sendo assim, no que se refere às conceituações gerais sobre o Estado, entendemos sua gênese como uma resposta à necessidade de conter os antagonismos resultantes do desenvolvimento social e, quanto ao seu desenvolvimento (Estado escravagista, Feudal e Moderno) e função social, compreendemos que todas as formações estatais cumpriram (e o Estado moderno cumpre) o papel de conservar a ordem socioeconômica estabelecida, por diversos meios, como veremos adiante. Na sequência, perceberemos que o Estado moderno, sob os imperativos do capital, age como “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa”, como afirmam Marx e Engels. (2008, p. 12).

A relação do Estado e do capital pode ser considerada dialética, uma vez que o Estado surge a partir da propriedade privada:

A partir do momento em que o excedente econômico produzido pela sociedade passou a ser apropriado por uma classe particular, surgiram, ao mesmo tempo, por necessidade imanente, novas esferas, a exemplo do Estado, do Direito, de determinadas formas de consciência social etc., que passaram a desempenhar suas funções específicas intimamente articuladas com a reprodução econômica social. (ANDRADE, 2012, p. 13).

Marx (2010), em suas *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. De um Prussiano, mostra-nos a essencial impotência do Estado frente aos problemas sociais, devido àquilo que ele representa. Marx coloca, de um lado, burguesia, Estado e política e, de outro, os trabalhadores, problemas sociais e revolução social e, ontologicamente, argumenta que é impossível encontrar o princípio e a solução dos males sociais por meio do Estado ou da política, uma vez que,

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX, 2010, p. 62).

Sendo assim, por mais que a luta pelos direitos sociais, a qual tem o Estado como arena, seja imprescindível, não será a luta política que transformará, essencialmente, a sociedade capitalista e, ainda, de acordo com a linha teórica marxiana, cabe somente aos trabalhadores travar a luta social contra a burguesia e o Estado.

Melo (2012), com base em Mészáros, esclarece as principais funcionalidades do Estado para o capital, sendo três principais: a) o Estado, por meio de recursos públicos, dispõe da possibilidade de sustentar as disputas trabalhistas; b) o aparato jurídico e político-repressivo do Estado garante vantagens ao capital em detrimento da classe trabalhadora; c) a intervenção do Estado nos conflitos de classe é muito mais eficaz do que qualquer intervenção de uma empresa privada. Nesse sentido, o Estado possui todo o aparato necessário (orçamentário, ideológico e repressivo) para a quebra do movimento de resistência da classe trabalhadora.

Assim como o Estado depende do capital para existir, este, por sua vez, não existiria sem o Estado. Para manter a relação entre capital e trabalho, a função política do Estado consiste em considerar válidas todas as demandas da sociedade que não contrariem a ordem capitalista, ou seja, que não contrariem a garantia da propriedade privada, a organização hierárquica da classe trabalhadora, a livre compra e venda da força de trabalho, a acumulação privada de capital, etc. (ANDRADE, 2012). E, mesmo que se tenha a intenção de resolver os problemas sociais, em detrimento do capital por meio do Estado, isso não seria possível, como nos mostra Marx (2010, p. 60):

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente as consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração.

Dessa maneira, mesmo com a relação de interdependência entre capital e Estado, o Estado jamais poderá agir de maneira a modificar a essência do capitalismo (que consiste na acumulação de capital, a qual tem por base o trabalho assalariado, que extrai o máximo possível de trabalho excedente dos produtores), pois, segundo Andrade (2012, p. 26),

Os nexos ontológicos que articulam o Estado à estrutura econômica da sociedade, não permitem que haja uma transformação, de qualquer ordem, em uma dessas

esferas sem que também não ocorra na outra, posto que, elas se complementam na sua essencialidade. Assim, a transformação radical do Estado e, por fim, sua superação, afirmam-se na transformação radical das relações capitalistas de produção e na construção de novas relações sociais que não tenham como princípio ontológico essencial a exploração do homem pelo homem.

Melo (2012) também assinala que as intervenções do Estado, que aparentemente buscam alguma mudança na sociedade (reformas sociais), nada mais são que maneiras de manter a ordem do capital, uma vez que medidas referentes à assistência social buscam:

Encontrar as falhas existentes com o propósito não de eliminar a miséria, mas de disciplinar suas consequências mais gritantes, aquelas que, ao transbordarem para a sociedade, possam colocar em xeque a reprodução e manutenção da ordem social vigente. (MELO, 2012, p. 39).

Como o capital não poderá compartilhar o poder com o trabalho, este também não poderá ser representado no parlamento, pois, ao contrário do capital, o trabalho não pode extrapolar os limites parlamentares. (MELO, 2012).

Diferente do capital, que detém o domínio da esfera produtiva e política, o trabalho, por meio das reformas que partem do campo político, mantém-se subordinado ao poder do capital:

É, portanto, essa relação de complementaridade entre a base sociorreprodutiva e a esfera política do capital que assegura que as políticas parlamentares e as reformas sociais não ultrapassem os limites impostos pelas determinações objetivas da ordem social vigente. (MELO, 2012, p. 44).

Para a manutenção do sistema do capital, além da divisão entre aqueles que possuem somente sua força de trabalho (trabalhadores), e aqueles que detêm os meios de produção (capitalistas), é necessário que os trabalhadores entendam como naturais as leis que regem esse sistema. É nesse sentido que a ideologia dominante e o aparato jurídico e político repressivo mostram sua importância. Devido a isso, desde a revolução burguesa, o Estado vem cumprindo seu papel de assegurar à burguesia a manutenção de propriedade privada. (MELO, 2012). Genro (2017) exemplifica como age o Estado no que diz respeito à ideologia e à repressão, advindas da classe dominante, na atualidade.

A propaganda feita pela Rede Globo em defesa da reforma da previdência e a repressão sofrida pelos manifestantes em Brasília em 24 de maio são exemplos cristalinos desta combinação entre ideologia e repressão. Quando a ideologia não funciona, a repressão – inclusive através do exército – está sempre à disposição das classes dominantes. (GENRO, 2017, p. 37).

Nesse momento do texto abriremos um breve parênteses para, mínima e sinteticamente, caracterizarmos nosso entendimento sobre ideologia. Para isso, nos reportaremos, novamente, a ontologia de Lukács.

De maneira geral, devemos sublinhar que ideologia não se resume simplesmente em “pensamento de pessoas singulares”, ou em ideias as quais são “produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor” (LUKÁCS, 2013, p. 335). Antes de qualquer coisa, conceituamos ideologia como um complexo de ideias com uma função precisamente determinada. (LUKÁCS, 2013).

Faz parte da ideologia, aquilo que Lukács chama de *momento ideal*, o qual se caracteriza “como força motriz do ser social, que cria coisas novas, ele é exatamente a intenção condutora daquele movimento material do trabalho que, pelo metabolismo da sociedade com a natureza, efetua nele essas mudanças.” (LUKÁCS, 2013, p. 294).

No entanto, para ser ideológica, uma ideia, ou qualquer produto ideal, não basta somente a intenção, deve haver funcionalidade. Sendo assim, a ideologia se caracteriza como a elaboração ideal da realidade para tornar possíveis as práxis sociais, sendo ainda um instrumento de luta social. Qualquer ponto de vista, uma hipótese ou uma teoria científica que se transforma em um meio para enfrentar os conflitos sociais, pode ser considerado uma ideologia. (LUKÁCS, 2013).

É nesse sentido que buscamos explicar como o Estado, ao disseminar a ideologia que torna viável a reprodução do capital, violenta o trabalhador ao negar a essência da realidade da sociedade de classes, velando toda a exploração por meio da disseminação de discursos que naturalizam todas as contradições do sistema capitalista. Isso torna possível que, a cada dia, os trabalhadores contribuam com esse sistema, sem refletir sobre as possibilidades de superação do mesmo. No entanto, quando os trabalhadores se organizam, demonstrando a negação de algum aspecto da ideologia dominante, o Estado se serve da repressão na busca pela manutenção das condições sociais.

Para melhor entendermos a atual configuração do Estado, embasamo-nos em Mészáros (2015), mediante o qual compreendemos que o “funcionamento do sistema do capital em sua crise estrutural” está sendo e, não poderia ser diferente, “protegido de todas as maneiras por suas formações de Estado.” (MÉSZÁROS, 2015, p. 27). Isso justificaria (do ponto de vista dos capitalistas) as repressões aos movimentos sociais em nossos tempos.

Apesar de o Estado, aparentemente, identificar-se com a lei e o direito, em sua essência, encontramos a *ilegalidade* e a supremacia da *lei do mais forte*, de maneira que todas

as formações estatais executam ações, as quais permitem a permanência da ordem socio-reprodutiva estabelecida. Nas palavras de Mészáros, “a lei do mais forte e a ilegalidade do Estado são em certo sentido sinônimos, em vista de sua *correlação necessária*.” (MÉSZÁROS, 2015, p. 57). É dessa correlação necessária que se serve a classe dominante, para manter o poder. Em se tratando do Estado moderno, sob os imperativos do capitalismo, percebemos de maneira concreta como a *lei do mais forte* e a *ilegalidade* do Estado vêm atuando, na tentativa de salvar as estruturas do sistema do Capital.

Genro (2017) apresenta dados reveladores da relação (necessária) entre capitalismo, Estado e corrupção. Essa relação está sendo explicitada, como nunca visto antes, na atual conjuntura política brasileira. Além do *lobby*, outros esquemas escancaram a realidade ilegal e desigual inerente ao sistema capitalista. Diante disso, entendemos que o *mais forte* a ditar a sua lei são os proprietários das grandes empresas, e a corrupção, que é formalmente ilegal, mesmo explicitada nas investigações, constitui-se como parte do próprio funcionamento do Estado. Entendemos também que o Estado sob a forma do neoliberalismo, promove um ambiente ainda mais propício para a corrupção. De acordo com Corrêa (2017, p. 19),

O próprio neoliberalismo favorece relações promíscuas entre o público e o privado. O faz ideologicamente pela negação do serviço público, mas também com as privatizações e Parcerias Público-Privadas, que garantem uma maior concentração do poder fático das empresas.

Além de que, por sua essência, o Estado sempre busca conter os antagonismos inerentes ao sistema estabelecido, e em se tratando do sistema capitalista, na atualidade, o Estado neoliberal favorece ainda mais a subordinação do Estado ao capital.

Ilegalidade, lei do mais forte, ideologização e repressão, são algumas das principais características do atual Estado moderno, que tem sua crise como reflexo da crise do capital. Dessa maneira, sob a forma do Estado neoliberal, ditam-se as regras necessárias para a reprodução do sistema vigente. Nesse modelo de Estado,

O trabalho é flexibilizado e precarizado, com redução permanente no nível de emprego e predominância do regime previdenciário de capitalização. Não é, portanto, uma casualidade estarmos diante de índices recordes de desemprego e que o grande pleito da burguesia seja a aprovação das reforma trabalhista e previdenciária. (GENRO, 2017, p. 38-39).

No entanto, essa íntima relação entre o capital e o Estado deve ser entendida corretamente, não como uma mera relação de subordinação de um a outro e vice versa. Não perdemos de vista que,

A primazia relativa nessa inter-relação inextricável entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e suas formações de Estado – que em um determinado ponto da história torna-se um círculo vicioso – pertence às primeiras. (MÉSZÁROS, 2015, p. 94).

Sendo assim, sublinhamos a prioridade do capital em relação ao Estado, tanto para compreendermos minimamente a origem do Estado, seu desenvolvimento e seu fenecimento⁵, anunciado por Mészáros. No que diz respeito ao desenvolvimento do Estado moderno, quanto mais o sistema capitalista se desenvolve, maior é a “centrifugalidade” antagônica das partes constituintes desse sistema e, por essa causa, maior é a expansão do Estado,

Dada a *centrifugalidade insuperável* das unidades reprodutivas materiais do capital, a *coesão*, como exigência absoluta de *qualquer* ordem sociometabólica, só poderia ser alcançada, e, no curso da massiva expansão econômica, mantida, através da correspondente expansão da formação de Estado do sistema *que toma conta de tudo*. (MÉSZÁROS, 2015, p. 104).

É por isso que não falamos do Estado sem tratar da organização socioreprodutiva, ou seja, não tratamos da atual configuração do Estado, sem abordar o desenvolvimento do sistema capitalista.

Precisamos, também, compreender que, independentemente das formas com que o Estado moderno se apresenta, seja intervencionista ou neoliberal, sua essência - de servir ao capital - não se altera. Segundo Paniago (2012, p. 70),

O Estado moderno, portanto, na essência, apresenta-se como uma mediação política cuja função é a realização das prioridades reprodutivas do sistema do capital, e para tanto tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou melhor, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas segundo os mesmos interesses dominantes.

Devido a essa subordinação do Estado ao capital, para os trabalhadores, não importa quantas e quais reformas sejam feitas por meio do Estado, enquanto houver propriedade privada, exploradores e explorados, os trabalhadores manter-se-ão no mesmo lugar na sociedade, ou seja, não alcançarão a emancipação humana. Contudo, sublinhamos que nos referimos à impossibilidade da emancipação humana dentro do sistema capitalista, mas não

⁵No capítulo 2, do livro de Mészáros (2015), intitulado “A montanha que devemos conquistar”, o autor salienta “o futuro não apenas *deve*, mas também só pode trazer com ele o *fenecimento* do Estado. Assim, ambos os termos ‘pode’ e ‘deve’ tiveram que permanecer pontos cruciais em qualquer orientação socialista historicamente sustentável, qualquer que seja a tentação de excluir um ou outro como experimentamos até o presente momento” (MÉSZÁROS, 2015, p. 38).

perdemos de vista que as possibilidades de superação desse sistema devem ser postas em movimento agora, ainda sob os imperativos do capital. É nessa perspectiva que podemos, mais uma vez, destacar a função da educação nesse processo. Como afirma Tonet (2007, p. 31),

Toda atividade educativa que pretenda contribuir para a formação de indivíduos efetivamente livres – definida a liberdade no seu patamar mais elevado historicamente hoje possível – deve ter como horizonte norteador a emancipação humana e não a emancipação política, da qual a cidadania é parte integrante.

É necessário deixar claro que não menosprezamos o papel da emancipação política, tendo em vista sua respectiva contribuição para o desenvolvimento do ser social, mas, sublinhamos a necessária movimentação na busca pela emancipação humana, a qual consiste, sinteticamente, em homens livremente associados, trabalhando, cada um de acordo com suas possibilidades, de forma coletiva e consciente, de maneira a garantir a correta produção e distribuição de riquezas. Somente assim, quando cada indivíduo for o sujeito (consciente) de sua própria história, com tempo livre na busca por sua autoconstrução, e não objetivando a produção de capital, é que cada ser humano não mais será dominado pelo capital, mas, tomará as rédeas, tanto do processo produtivo quanto de sua própria vida, em todos os seus aspectos. (TONET, 2007).

Pretendemos ter deixado evidente que a emancipação política, dentro do sistema capitalista, é necessária, mesmo que vise uma “construção de um mundo cidadão”, com uma “melhor forma política de reprodução da sociabilidade mantendo, ao mesmo tempo, a desigualdade social.” (TONET, 2007, p. 34). É nesse sentido que, ainda sob as demandas do capital, devemos realizar atividades educativas emancipadoras, e não, uma educação emancipadora, ao passo que a última, como já discurremos, só será possível numa outra organização social.

Ainda sobre a relação entre o Estado, o capital, a emancipação política, a emancipação humana e a educação, compreendemos que vivemos – em se tratando do sistema capitalista – limitados no que diz respeito à emancipação humana; porém, vivemos sob as possibilidades da emancipação política. A conquista daquela deverá ser levada à cabo por meio de um processo revolucionário e, a efetivação da última se dá, em última instância, por meio da ação do Estado. Marx (1991, p. 23) nos apresenta as limitações da emancipação política,

O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que os Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um *Estado livre* sem que o homem seja um homem

livre [...] Portanto, o *Estado* pode ter-se emancipado da religião, ainda que e inclusive, a *grande maioria* continue religiosa. E a grande maioria não deixará de ser religiosa pelo fato de sua religiosidade ser algo puramente *privado*.

Há, no contexto da emancipação política, uma dualidade entre a vida coletiva e/ou genérica e a vida individual. A emancipação política diz respeito à vida coletiva, que analisada de perto, é irreal e constitui uma generalidade apenas no plano das ideias, enquanto que a vida particular, ou, a vida material, permanece a mesma. (MARX, 1991). Podemos ilustrar essa afirmação adiantando que, no levantamento das políticas para o acesso e permanência dos estudantes da educação superior brasileira, percebemos uma gama de políticas voltadas para essa demanda. No entanto, quando saímos do plano formal/legal, percebemos que a situação do acesso e permanência dos alunos na educação superior é demasiadamente precária. Ou seja, do ponto de vista político, podemos dizer que estamos a caminho de resolver a problemática apresentada, mas, no plano da vida particular e material, a situação ainda não mudou.

Contudo, Marx (1991, p. 28) também nos apresenta a emancipação política como uma etapa da emancipação humana,

Não há dúvida que a emancipação *política* representa uma grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana *dentro* do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática.

Precisamos ter em mente que qualquer mudança social que almejamos - seja a erradicação da fome no mundo ou a garantia do acesso e permanência de todos os estudantes em todos os níveis de ensino – nunca será efetivada, de maneira universal, enquanto estivermos sob os domínios do capital. Devemos, também, entender que, por mais útil e necessário que seja o Estado para a manutenção do capital, não será por meio do Estado que modificaremos radicalmente a sociedade. Uma vez que a relação entre trabalhadores e capitalistas não se resume em leis e sim na relação social de exploração. (MELO, 2012). Sendo assim, só alcançaremos a emancipação humana,

Quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força *política*, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 1991, p. 52).

Intencionamos, nessa sessão, mostrar a gênese, desenvolvimento e função do Estado, o que nos remete às relações deste com o trabalho e o capital. Onde fica, então, nosso objeto de pesquisa? Como a atratividade, o acesso e a permanência dos estudantes de licenciatura se encaixam como codependentes desse emaranhado de relações? Como nossa análise parte do ponto de vista da sociedade dividida em classes, entendemos os licenciandos divididos entre trabalhadores e não trabalhadores.

Os problemas da formação inicial dos professores, os quais abordamos nessa dissertação, de acordo com a revisão de literatura e com os dados das licenciaturas da UEPG por nós levantados, podem ser sintetizados da seguinte maneira: a) os estudantes trabalhadores optam pela profissão docente devido os imperativos do capital, podendo não ser, de fato, uma escolha e sim uma alternativa de ascensão social relativamente rápida possibilitada pela conciliação entre trabalho e estudo e rápida inserção no mercado de trabalho; b) o acesso e a permanência no curso de licenciatura, para esses estudantes, é permeada de desafios de ordem socioeconômica.

Esses problemas, referentes à atratividade para a carreira docente, acesso e permanência nas licenciaturas, não podem ser resolvidos pelo Estado. Tendo em vista que não é função do Estado, por exemplo, possibilitar que um trabalhador deixe de trabalhar e possua as condições para poder se formar naquilo que deseja.

O aluno trabalhador não poderia cursar outra graduação, que não uma licenciatura ou outro curso que seja ofertado em meio período (no caso da UEPG, temos o curso de Administração e direito, além das licenciaturas, em meio período). Sendo assim, a atratividade para a carreira docente já mostra sua dependência ao trabalho. O Estado, tendo como mediador principal a universidade, age por meio da política de cotas e oferta de cursos noturnos.

No entanto, a permanência desse estudante trabalhador é perpassada de desafios, como falta de tempo para as atividades acadêmicas, cansaço, etc., além dos recursos financeiros que o curso demanda como transporte, alimentação, cópias de materiais. Considerando esses fatores, temos os acadêmicos do quarto ano das licenciaturas como amostra para nossa pesquisa. São formandos, a grande maioria deseja desempenhar a profissão docente, como descrito no capítulo 3. Porém, o Estado que facilitou, de certa maneira, a entrada do aluno trabalhador no curso de licenciatura é o mesmo Estado, e agora falando especificamente das ações estatais do Paraná, que precariza o setor educacional com intensificação do trabalho

do professor por meio da redução no número de contratados, retirada da verba da previdência do funcionalismo público, etc.⁶

Qual a função do Estado nessa situação? Manter esse aluno trabalhando, de forma precária, seja na indústria, no comércio, ou na sala de aula, afinal, ao Estado interessa manter as relações sociais que permitam a existência do capital.

O Estado pode oferecer políticas mínimas que amenizam certos problemas, mas, como vimos, “a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder”. (MARX, 2010, p. 60). Ou seja, se pensarmos na resolução radical desses problemas, não nos remetemos ao Estado e às políticas, mas sim, aos trabalhadores organizados para transformar a organização do próprio trabalho. Porém, isso não quer dizer que também não se deva travar a luta no campo da política e do Estado, uma vez que a emancipação política é parte essencial da emancipação humana/social. Em outras palavras, devemos lutar para garantir que o Estado nos reporte aquilo que é necessário, em termos de benefícios sociais, mas sabendo que o ele é deficiente em resolver esses problemas de forma estrutural. Por isso, também temos que colaborar no processo revolucionário, travando a luta social com os trabalhadores, os quais possuem a tarefa histórica de superar as classes sociais, tirando da burguesia tudo o que ela tirou da classe trabalhadora e mais, tirando da burguesia tudo o que ela é, isto é, dissolvendo a sociedade de classes.

No próximo capítulo trataremos sobre a Educação Superior brasileira e suas políticas para o acesso e a permanência dos estudantes. Dessa maneira, será possível, nos capítulos 3 e 4, aprofundar a análise feita até o momento.

⁶A Lei nº 18469, de 30 de Abril de 2015 reestrutura o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adota outras providências. A Resolução n.º 15/2018 – GS/SEED, Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: POLÍTICAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS

Neste capítulo abordamos os aspectos específicos da Educação Superior no Brasil, do acesso e da permanência nas licenciaturas, assim como as políticas voltadas para as demandas do acesso e da permanência. Desejamos contribuir para o entendimento de nosso objeto de pesquisa dentro de sua rede de relações, tanto com a Educação Superior, quanto com as políticas voltadas para o acesso a esse nível de ensino.

A Educação Superior brasileira e as políticas voltadas para o acesso e permanência são temas abrangentes e estudados por diversos autores, sendo assim, não é nossa intenção aprofundar o seu estudo, mas, apontar questões mais gerais que são necessárias para compreender nosso objeto de pesquisa, fazendo as máximas relações possíveis.

Neste capítulo abordamos como o Estado, por meio das políticas voltadas para o acesso e permanência nesse nível de ensino (item 2.3), formalmente, atende e/ ou está a caminho de atender as demandas colocadas. Importante destacar como isso se choca com os dados reais os quais apresentamos nos itens 2.1 e 2.2. Dessa maneira, este capítulo visa contrapor o que o Estado oferece, em termos de políticas educacionais, e o que a realidade apresenta.

A relação capital, trabalho e Estado não está descolada da realidade da educação superior brasileira. O setor privado detém a grande maioria das matrículas no que diz respeito tanto às licenciaturas, quanto à totalidade dos cursos. Esse fator está relacionado à característica essencial do sistema capitalista, em que tudo se torna mercadoria, até mesmo a educação. É em decorrência dessa situação, que percebemos como no plano formal/político temos avanços no que diz respeito ao acesso e permanência estudantil, em detrimento das condições reais, vividas no dia a dia dos estudantes. Queremos dizer que, dentro do atual sistema socioeconômico, mesmo que se efetivem avanços no que se refere às leis, a condição de vida da maioria da população não se altera, em sua essência. Enquanto vivermos num sistema em que até mesmo os direitos são tomados como mercadoria, conseguiremos avanços apenas no plano formal.

2.1 APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A história da educação superior brasileira guarda íntima relação com as demandas da elite econômica, em detrimento das demandas sociais. Fávero (2006) esclarece que a

organização do ensino superior brasileiro, assim como das universidades, tardou em se consolidar. E, ao efetivar-se, buscou atender às demandas colocadas pela elite. Segundo a autora, a universidade como instituição,

Foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. (FÁVERO, 2006, p. 19).

Por meio do exposto, entendemos que a maneira e os motivos pelos quais se estruturou a educação superior no Brasil não condizem com uma concepção de universidade democrática, para todos, que busca colaborar com o desenvolvimento social em suas múltiplas dimensões. Por isso, historicamente, justifica-se os impasses que a universidade brasileira ainda deve superar, tendo em vista seu breve tempo de desenvolvimento.

Foi apenas em 1808, devido à vinda da família real para o Brasil, que se criou o Curso Médico de cirurgia na Bahia, no mesmo ano, foi instituído o Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. (FÁVERO, 2006). Em 1810, foi instituída a Academia Real Militar, na qual foi implantado o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ. (FÁVERO, 2006, apud. VILLANOVA, 1948). Em 1827, foram criados os cursos jurídicos e instalados no ano seguinte em São Paulo e Olinda. Esses cursos foram essenciais na formação de quadros para o Estado, como um todo. (FÁVERO, 2006, apud. MOREIRA, 1960).

Em 1920, a primeira Universidade oficial é criada no país. Ela reúne a Escola Politécnica e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro com uma das Faculdades Livres de Direito. São três unidades profissionais, conservando suas características, sem maiores integrações entre as partes. Mesmo assim, esse fato pode ser considerado um grande avanço para a consolidação da educação superior no país. (FÁVERO, 2006).

Sendo jovem, a universidade brasileira ainda carrega características oriundas de sua própria fundação. Os primeiros cursos superiores foram criados no país – medicina, engenharia e direito - para formar os intelectuais da elite econômica, e ainda carregam consigo o prestígio e a seletividade social, tal qual nos tempos em que esses cursos foram criados.

De forma genérica, podemos dizer que o acesso à Educação Superior no Brasil foi ampliado, principalmente após 2003, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). (QUADROS; FERNANDES, 2015; COSTA et al. 2013). Porém, a qualidade da educação não

acompanhou esse avanço, devido ao crescimento do setor privado, o qual configura um ensino precário quando comparado às Instituições de Educação Superior (IESs) públicas, uma vez que, para o setor privado, o objetivo central é a concorrência e não o investimento para a melhoria da qualidade do ensino oferecido. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Considerando apenas as universidades públicas, percebemos que ainda existem diferenças no que se refere aos cursos pretendidos por estudantes pertencentes às diferentes classes sociais. Cursos considerados “mais prestigiados”, frequentemente, são restritos a uma minoria de estudantes com maior poder econômico, tendo cursado a Educação Básica no setor privado. Já os cursos considerados “com menor prestígio”, dentre eles as licenciaturas, têm sua maioria composta por estudantes com baixo poder econômico, oriundos da rede pública da Educação Básica. (BRAGA; PEIXOTO; BOGUTCHI, 2003). Essas informações colocam em dúvida se realmente existe a escolha pela carreira docente ou, se esta é consequência das desigualdades existentes previamente ao acesso à Educação Superior. (GISI, 2006).

Observamos que, para além do acesso, a permanência na Educação Superior também está relacionada com a situação socioeconômica do indivíduo. Gisi (2006) aponta que quanto menor é a renda, menor é a porcentagem de alunos matriculados na universidade, e o percentual de alunos com renda inferior a três salários mínimos apresenta maior taxa de evasão.

De acordo com Amaral (2016), o Brasil está entre os principais países com maiores desafios a superar na Educação Superior. A evasão, principalmente nas licenciaturas, é um dos dilemas da Educação Superior brasileira, apontados pelo autor. Outro desafio diz respeito ao percentual da população em idade educacional (0 a 24 anos). Nesse sentido, o autor traz dados de 2010, em que 45% da população brasileira se encontrava em idade educacional, o que demandou um grande investimento do Estado para garantir o acesso à educação.

Segundo o mesmo trabalho, a taxa líquida (número de matrículas de pessoas em idade educacional – 18 a 24 anos) da Educação Superior brasileira, no ano de 2011, era de 14,3%, e a taxa bruta (número total de matrículas) 28,2%⁷, sendo que nesse mesmo ano, as matrículas nas IES privadas atingiram o percentual de 73,7%, em comparação com as IES públicas. (AMARAL, 2016).

⁷ De acordo com o trabalho de Neves, Raizer e Fachineto (2007), o objetivo do Plano Nacional de Educação era de, até 2010, avançar para 30% a taxa líquida da Educação Superior brasileira sendo que, até 2007, essa taxa era de 11,5%. O que ocorreu foi que, de acordo com o trabalho de Amaral (2016), baseados nos dados do Censo da Educação Superior de 2011, nem a taxa bruta de matrícula na Educação Superior alcançou essa meta, com 28,2%, e a taxa líquida ficou em 14,3%.

De maneira geral, a expansão na Educação Superior brasileira se caracteriza pelo avanço das IES privadas e pelo ensino a distância. De 1995 a 2005, o total de universidades públicas (federais, estaduais e municipais) expandiu, em termos de matrículas, 78%, enquanto que, no setor privado, a expansão foi de 213,6%. De 2005 a 2011, a expansão no setor público foi de 42%, enquanto que, no setor privado, foi de 49,5%. A perspectiva é que até 2020 a educação presencial cresça 82%, enquanto que a educação a distância se expanda 166%. (AMARAL, 2016). Como proposição para melhorias no acesso à Educação Superior, Amaral (2016) destaca que,

O caminho para a ampliação das matrículas em todos os níveis educacionais é complexo, e os desafios para a elevação dos patamares de qualidade exigem mudanças significativas na estrutura socioeconômica da população, além da aplicação de recursos financeiros públicos em educação em todos os seus níveis, etapas e modalidades, que precisam dirigir-se também para ações que permitam a permanência dos estudantes nas IES. (AMARAL, 2016, p. 728).

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam para a tendência apresentada por Amaral (2016), de que o setor privado e a modalidade de ensino a distância ganham cada vez mais força.

Nas tabelas a seguir, comparamos os dados dos anos de 2013, 2015 e 2016 com o intuito de mostrar a progressão do número de matrículas na Educação Superior brasileira. Com os dados desses anos, calculamos a evolução no número de matrículas entre um ano (2015 e 2016), entre dois anos (2013 e 2015), e entre três anos (2013 e 2016).

A seguir, buscamos relacionar o número de matrículas, das IES públicas e privadas, com ensino presencial e a distância, comparando o geral de matrículas na Educação Superior brasileira com os cursos de licenciatura.

Tabela 1- Matrículas na Educação Superior brasileira, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2013.

	Pública	Privada	Total
EaD	154.553	999.019	1.153.572
Presencial	1.754.823	4.373.835	6.128.568
Total	1.909.376	5.372.854	7.282.230

Fonte: INEP (2013), adaptado pela autora.

No ano de 2013, 86,6% das matrículas da Educação Superior brasileira, em se tratando do ensino a distância, concentravam-se na rede privada. No que diz respeito ao ensino presencial, 71,33% das matrículas se encontravam neste setor. Sendo assim, considerando

tanto a modalidade a distância quanto presencial, 73,78% das matrículas se concentravam na rede privada de ensino.

Nesse mesmo ano, considerando somente a rede pública, 91,9% das matrículas se encontravam no ensino presencial e, a considerar a rede privada, 81,4% das matrículas se concentravam nessa mesma modalidade de ensino. Dessa maneira, 84,15% do total de matrículas na Educação Superior Brasileira se localizava no ensino presencial.

Tabela 2- Matrículas nos cursos de licenciatura, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2013.

	Pública	Privada	Total
Ead	97.796	353.397	451.193
Presencial	501.922	421.059	922.981
Total	599.718	774.456	1.374.174

Fonte: INEP (2013), adaptado pela autora.

Referente apenas às matrículas nos cursos de licenciatura com ensino a distância, temos que, em 2013, 78,32% se encontravam na rede privada. Considerando o ensino presencial, 54,38% das matrículas nas licenciaturas se concentravam na rede pública. Nesse sentido, levando em conta tanto o ensino a distância quanto o presencial, 56,35% das matrículas nos cursos de licenciatura se encontravam no setor privado.

Considerando apenas a rede pública, temos que 83,69% das matrículas em licenciatura em 2013, se localizavam no ensino presencial. Tomando apenas o setor privado, percebemos que 54,36% das matrículas se encontravam no ensino presencial. Dessa forma, 67,16% das matrículas nas licenciaturas em 2013, considerando tanto a rede pública quanto a rede privada, concentrava-se no nesta modalidade de ensino.

Tabela 3- Matrículas na Educação Superior brasileira, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2015.

	Pública	Privada	Total
Ead	128.393	1.265.359	1.393.752
Presencial	1.794.833	4.809.638	6.604.471
Total	1.923.226	6.074.997	7.998.223

Fonte: INEP (2015), adaptado pela autora.

No ano de 2015, considerando o total de matrículas na Educação Superior brasileira, temos que, levando em conta tanto o ensino a distância quanto o presencial, 75,95% das matrículas se encontravam no setor privado. Sendo que, no que concerne somente ao ensino a

distância, 90,78% das matrículas estavam neste setor e, a considerar somente o ensino presencial, 72,82% dessas matrículas também se concentravam na rede privada.

De acordo com a tabela 3, ao analisar as porcentagens por modalidade de ensino, percebemos que, considerando tanto o setor público quanto o privado, 82,57% das matrículas se encontravam na modalidade presencial, uma vez que, considerando somente a rede pública, 93,32% dessas matrículas estavam na modalidade presencial e, a considerar somente a rede privada, 79,17% se localizavam nessa mesma modalidade de ensino.

Tabela 4- Matrículas nos cursos de licenciatura, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2015.

	Pública	Privada	Total
Ead	87.962	477.038	565.000
Presencial	491.035	415.895	906.930
Total	578.997	892.933	1.471.930

Fonte: INEP (2015), adaptado pela autora.

De acordo com a análise por categoria administrativa temos que, em 2015, considerando tanto a modalidade presencial quanto a distância, 60,66% das matrículas nos cursos de licenciatura se concentravam na rede privada. Sendo que, ao levar em conta somente a modalidade a distância, 84,43% das matrículas estavam no setor privado enquanto que, considerando somente a modalidade presencial, 54,14% dessas matrículas estavam no setor público.

A análise por modalidade de ensino nos mostra que, considerando tanto a rede pública quanto a privada, 61,61% das matrículas nos cursos de licenciatura, em 2015, se localizavam na modalidade presencial. Levando em conta somente a rede pública, 84,8% dessas matrículas estavam na modalidade presencial. E considerando somente o setor privado, 53,42% das matrículas se concentravam na modalidade a distância.

Tabela 5- Matrículas na Educação Superior brasileira, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2016.

	Pública	Privada	Total
Ead	122.601	1.371.817	1.494.418
Presencial	1.867.477	4.686.806	6.554.283
Total	1.990.078	6.058.623	8.048.701

Fonte: INEP (2016), adaptado pela autora.

Por meio da análise da tabela 5, no que se refere ao percentual referente à categoria administrativa, percebemos que em 2016, considerando o total de matrículas na Educação

Superior Brasileira, 75,27% se concentravam no setor privado. Considerando somente a modalidade de ensino a distância, temos que 91,79% das matrículas referentes a essa modalidade estavam no setor privado e, levando em conta somente a modalidade presencial, 71,5% das matrículas localizavam-se no mesmo setor.

Com base na análise por modalidade de ensino temos que 81,43% do total de matrículas na Educação Superior brasileira, concentravam-se na modalidade presencial. Sendo que 77,35% das matrículas do setor privado estavam nessa mesma modalidade e, 93,83% das matrículas do setor público se localizavam, também, na modalidade presencial.

Tabela 6- Matrículas nos cursos de licenciatura, por modalidade de ensino e categoria administrativa, 2016.

	Pública	Privada	Total
Ead	81.881	558.446	640.327
Presencial	497.233	382.934	880.167
Total	579.114	941.380	1.520.494

Fonte: INEP (2016), adaptado pela autora.

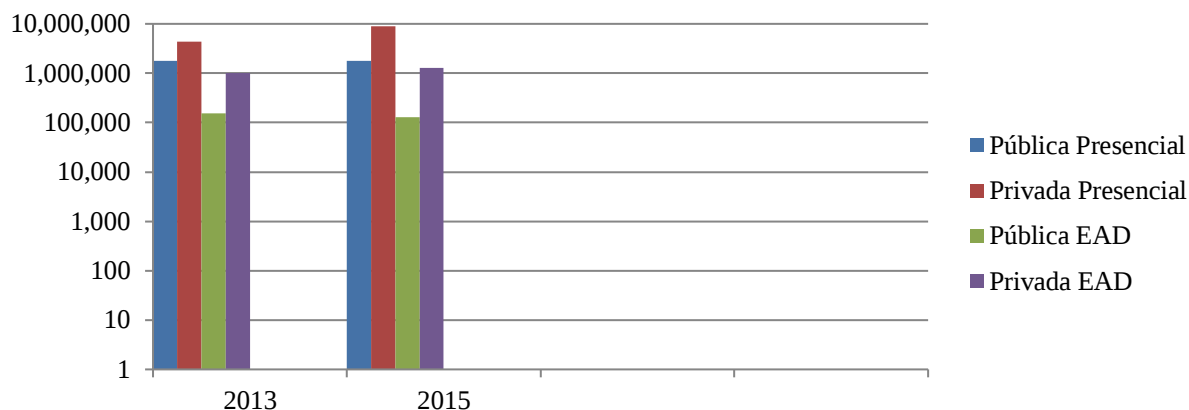
Em 2016, 57,88% das matrículas nos cursos de licenciatura se concentravam na modalidade presencial; considerando somente o setor público, 85,86% dessas matrículas estavam nessa mesma modalidade de ensino e, a considerar somente o setor privado, 59,32% das matrículas encontravam-se na modalidade a distância.

No que se refere à porcentagem por categoria administrativa, temos que 61,91% das matrículas nos cursos de licenciatura se concentravam na rede privada; a considerar somente o ensino a distância, 87,21% dessas matrículas estavam nesse mesmo setor e, levando em conta somente a modalidade presencial, 56,49% das matrículas concentravam-se na rede pública.

No geral, ao considerar todas as modalidades de ensino e categorias administrativas, temos o aumento de 9% nas matrículas entre os anos de 2013 e 2015. Na rede pública com ensino presencial, ocorreu um aumento percentual irrisório, sendo que na rede pública com ensino a distância aconteceu a queda no número das matrículas, para esse mesmo período. Dessa maneira, a grande responsável pelo aumento no número de matrículas no ensino superior no Brasil, entre 2013 e 2015, é a rede privada.

Na rede pública com ensino presencial, o número de matrículas aumentou 2,2%, entre 2013 e 2015. Nas IES públicas com ensino a distância, houve queda de 16,92% no número de matrículas no intervalo de tempo mencionado. Nas IES privadas com ensino presencial, o número de matrículas subiu 9,1%. Nas IES privadas com ensino a distância, o aumento foi ainda maior, 78,95%. O gráfico a seguir ilustra essa situação.

Gráfico 1- Matrículas na Educação Superior, por modalidade de ensino e categoria administrativa – 2013/ 2015.

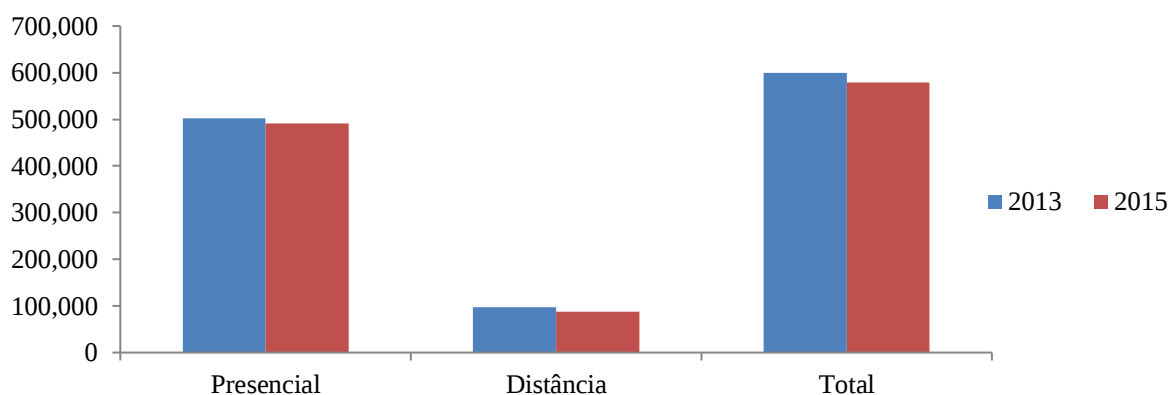


Fonte: INEP (2015), adaptado pela autora.

Ao comparar os dados de 2013 e 2015, percebemos que, em se tratando do número de matrículas nas licenciaturas, considerando todas as modalidades de ensino e categorias administrativas, houve um aumento de 6,6%.

Nas IES públicas com ensino presencial, o número de matrículas nas licenciaturas caiu 2,17%. Nas IES públicas com ensino a distância, a queda no número de matrículas foi de 10,1%. Nas IES privadas com ensino presencial, o número de matrículas caiu 1,23%. Apenas nas IES privadas com ensino a distância houve aumento no índice de matrículas nas licenciaturas, 25,9%, entre 2013 e 2015. Os gráficos a seguir ilustram o cenário acima descrito.

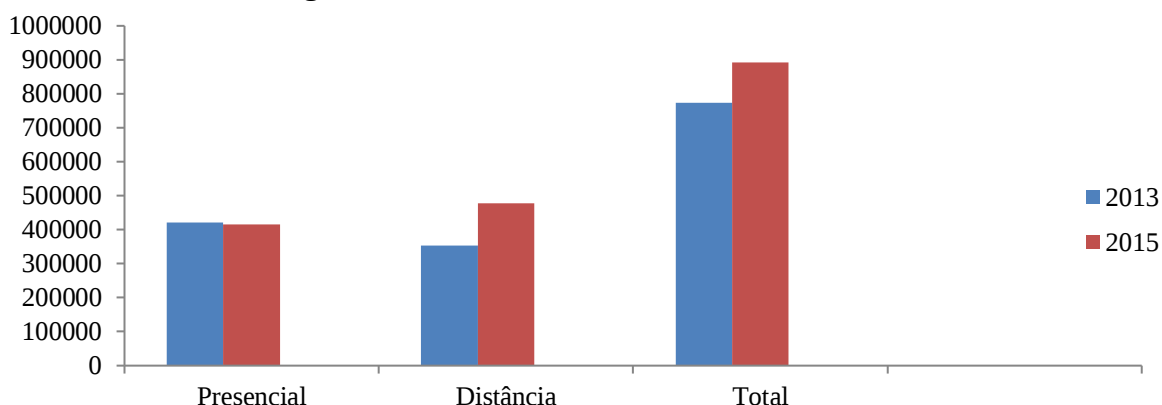
Gráfico 2- Matrículas nos cursos de licenciatura nas IES públicas, de acordo com a modalidade de ensino, segundo os dados do INEP, 2013/2015.



Fonte: INEP (2015), adaptado pela autora.

De acordo com o gráfico anterior, a grande maioria das matrículas em licenciatura, em se tratando das IES públicas, no ano de 2013, está localizada no ensino presencial, com diferença percentual de 67%. De um total de 599.718 matrículas, temos 83,69% das matrículas no ensino presencial e apenas 16,3% no ensino a distância, em 2013. Em 2015, o número de matrículas nos cursos de licenciaturas, nas IES públicas, teve uma pequena queda, mas manteve a prevalência na graduação presencial.

Gráfico 3- Matrículas nos cursos de licenciatura nas IES privadas, de acordo com a modalidade de ensino, segundo os dados do INEP, 2013/2015.



Fonte: INEP (2015), adaptado pela autora.

No que diz respeito às matrículas nas licenciaturas nas IES privadas, percebemos que, em 2013, o ensino presencial possuía número maior de matrículas nas licenciaturas, porém, em 2015, a modalidade a distância passou a deter a maioria das matrículas nesses cursos.

Ao considerar todos os cursos, modalidades de ensino e categorias administrativas, temos um aumento de 0,63% no número de matrículas na Educação Superior brasileira, entre 2015 e 2016. Ao comparar a taxa de aumento no número de matrículas entre 2013 e 2015, vemos que nesse período a média foi de 4,5% anual (9% entre 2013 e 2015), porcentagem significativamente superior quando comparamos o ano de 2015 e 2016.

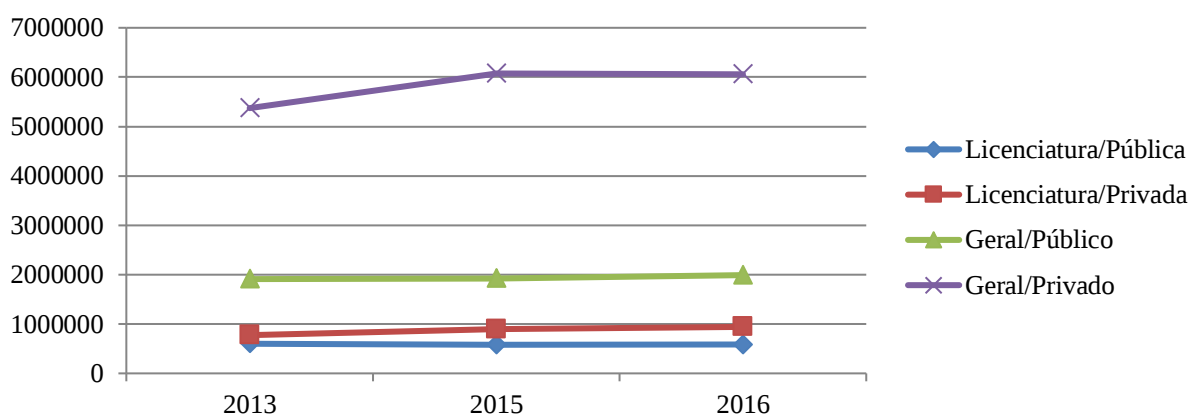
No que diz respeito apenas à rede pública de ensino, considerando todas as modalidades de ensino e todos os graus acadêmicos, houve um aumento de 3,36% no número das matrículas entre 2015 e 2016. No que se refere à rede privada, para esse mesmo período, considerando todas as modalidades de ensino e grau acadêmico, o declínio do número de matrículas foi de 0,27%.

As licenciaturas tiveram índice de 3,2% de aumento nas matrículas, no período de 2015 e 2016, ao considerar todas as categorias administrativas e modalidades de ensino.

Considerando apenas os cursos de licenciatura, para todas as modalidades de ensino, o número de matrículas entre 2015 e 2016, nas IES públicas, teve um pequeno aumento de 0,03%. Já nas IES privadas, para todas as modalidades de ensino, o número de matrículas nos cursos de licenciaturas aumentou 5,5%.

O Gráfico a seguir ilustra as variações no número de matrículas gerais e nos cursos de licenciatura, na Educação Superior brasileira, entre 2013, 2015 e 2016.

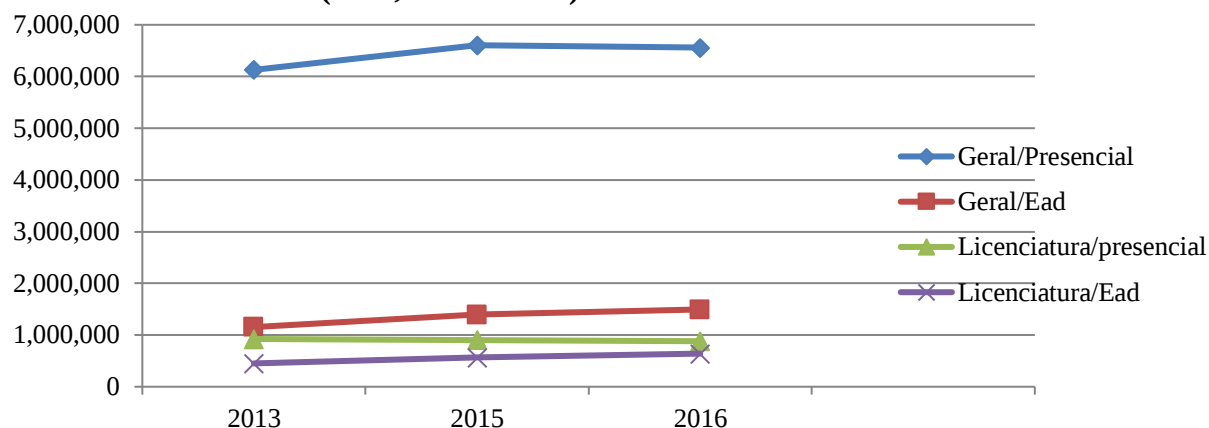
Gráfico 4- Evolução do número de matrículas gerais e nos cursos de licenciatura, na Educação Superior brasileira, por categoria administrativa. (2013, 2015 e 2016).



Fonte: INEP (2018), adaptado pela autora.

Mesmo com o pequeno declínio nas matrículas do setor privado, considerando o total de matrículas entre 2015 e 2016, esse ainda detém uma enorme vantagem em relação ao setor público. No que se refere às licenciaturas, as matrículas nas IES privadas, tanto quanto nas IES públicas, tiveram aumento, assim como a totalidade das matrículas das IES públicas.

Gráfico 5- Evolução do número de matrículas gerais e nos cursos de licenciatura, por modalidade de ensino. (2013, 2015 e 2016).



Fonte: INEP (2018), adaptado pela autora.

Com base no gráfico 5, percebemos que, considerando tanto a totalidade das matrículas na Educação Superior brasileira, quanto somente as matrículas nas licenciaturas, a modalidade presencial possui vantagem percentual. Porém, as matrículas nessa modalidade de ensino também apresentam queda percentual. Considerando o total de matrículas, entre 2013 e 2015 o percentual de matrículas na modalidade presencial subiu, mas entre 2015 e 2016, diminuiu. Considerando somente as licenciaturas, a taxa de matrículas nessa modalidade vem diminuindo desde 2013.

O número de matrículas na modalidade a distância, apesar de ser menor do que o número de matrículas na modalidade presencial, vem aumentando, desde 2013, tanto no geral quanto nos cursos de licenciatura.

Se em 2013 os cursos de licenciatura não se enquadravam na regra geral da expansão da rede privada e da educação a distância, a partir de 2015 essa realidade mudou, e atualmente, os cursos de licenciatura seguem a lógica dos demais cursos.

Na sequência, apresentaremos os dados sobre o acesso e a permanência nas licenciaturas, bem como o perfil dos licenciados no Brasil, com base nos resultados de diversos estudos realizados a partir de 2010.

2.2 ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS: CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Ao realizar a revisão de literatura, encontramos 33 trabalhos que discutiam a questão da atratividade para a carreira docente ou sobre o acesso e permanência nas licenciaturas, porém, não encontramos trabalhos em que esses três elementos – atratividade, acesso e

permanência – estivessem articulados numa mesma pesquisa, tampouco, um estudo em que se investigasse esses elementos em todos os cursos de licenciatura de uma instituição. Mesmo assim, os dados levantados pelos autores desses artigos, teses ou dissertações, contribuíram para a análise dos dados levantados com os questionários e, também, para o entendimento da atratividade para a carreira docente, o acesso e a permanência nas licenciaturas, em outras regiões do Brasil.

Consideramos que o perfil do acadêmico de licenciatura é fundamental para que possamos compreender o processo de acesso e permanência na graduação. Nesse sentido, quanto ao perfil daqueles que estão em processo de formação para a carreira docente, destacamos os seguintes elementos: a) escolaridade dos pais; b) renda mensal familiar; c) modalidade de Educação Básica cursada; d) nível cultural.

A baixa escolaridade dos pais foi verificada nos estudos de Santos (2014), Souza (2010), Ribeiro (2015) e Fonseca (2014). Além disso, numa pesquisa sobre os estudantes das licenciaturas em pedagogia e matemática, comparados aos acadêmicos de direito, Palazzo e Gomes (2012) identificaram que os pais dos licenciandos apresentam escolaridade menor que os pais dos acadêmicos de direito.

Outra característica que compõe o perfil dos docentes em formação é ter cursado o Ensino Médio em escola pública, questão evidenciada na pesquisas de Costa et al. (2013), Palazzo e Gomes (2012), Santos (2013), Santos (2014), Souza (2010), Ribeiro (2015), Branco (2015) e Bavaresco (2014).

A baixa renda mensal familiar também é uma das características do perfil dos estudantes de licenciatura. Essa questão foi abordada no trabalho de Santos (2013), revelando que 50% dos alunos possuem uma renda mensal familiar entre 03 e 10 salários mínimos. O estudo de Fonseca (2014) evidenciou que a renda tem como limite 06 salários mínimos. Palazzo (2015) apontou, genericamente, que as famílias dos licenciandos apresentam baixa renda. Sato (2015), Santos (2014) e Souza (2010) destacaram que a renda vai até 03 salários mínimos, enquanto Costa et al. (2013) verificaram que a renda média mensal familiar dos estudantes pesquisados varia de 01 a 02 salários mínimos.

Podemos perceber que o resultado encontrado na pesquisa de Santos (2013), em que a amostra é relativamente pequena (80 licenciandos de Matemática e Física) tem maior contraste em relação aos resultados dos outros trabalhos. Se nos atentarmos para a abrangência da amostra utilizada nas pesquisas, percebemos que, no estudo de Fonseca (2014), a amostra é relativamente grande (13 cursos de licenciatura do estado do Rio Grande do Sul). O trabalho de Sato (2015) teve como sujeitos da pesquisa os alunos dos cursos de

licenciatura avaliados no exame ENADE de 2008. Verificamos que quanto maior a abrangência da pesquisa, menor é a renda dos estudantes analisados. No entanto, mesmo em outro estudo com amostra relativamente pequena, verificamos que a renda mensal familiar também é baixa, como no trabalho de Santos (2014), que teve sua amostra composta por estudantes do oitavo semestre de pedagogia da UNEMAT, além do trabalho de Costa et al. (2013) em que foram analisados os alunos de licenciatura em química da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Entendemos que o distanciamento dos dados do trabalho de Santos (2013) com os demais trabalhos, pode estar relacionado às particularidades existentes entre as áreas específicas das licenciaturas em questão (matemática-física, pedagogia e química, respectivamente) e também na diferença da região onde se encontram os sujeitos das pesquisas (Vale do Paraíba, Mato Grosso e Serra Talhada, respectivamente). Apenas apontamos essa possibilidade, pois não colocaremos em discussão essas particularidades.

Sobre o nível cultural dos futuros professores em formação, Santos (2013) realizou um estudo com acadêmicos das licenciaturas em Física e em Matemática, e constatou as seguintes questões: 27% dos licenciandos não leram nenhum livro no ano; 30% afirmaram terem lido, no máximo, 2 livros; 38% dos entrevistados afirmaram que leem jornais algumas vezes na semana; 32% dos alunos ingressantes leem, raramente, jornais, assim como 35% dos concluintes; em torno de 80% dos estudantes têm a internet como principal meio de informação. Souza (2010), em estudo junto aos acadêmicos de licenciatura em matemática e pedagogia da PUC/SP e UFMG, considera o hábito cultural da maioria dos pesquisados preocupante, pois se caracteriza por poucas leituras, e utilização da TV para se atualizar, com pouco acesso às atividades culturais.

Quando a pesquisa envolve comparações, seja entre as modalidades (licenciatura e bacharelado), entre os turnos (integral ou noturno) ou entre instituições (PUC/SP e UFMG), constatamos resultados para o perfil dos estudantes das licenciaturas que conflitam com os encontrados pelos autores acima mencionados, como no trabalho de Patrocino (2013). De acordo com a autora, as diferenças entre os perfis dos acadêmicos se dão muito mais pelo turno do curso do que pela modalidade bacharelado ou licenciatura, sendo que em todos os cursos (licenciatura e bacharelado) analisados, os estudantes do período diurno apresentam, em sua maioria, maior fator socioeconômico (FSE), maior conhecimento em relação às línguas estrangeiras, maior escolaridade dos pais, maior renda familiar mensal e maior adesão às atividades como monitoria. Nesse sentido, Branco (2015) também verificou as diferenças

socioeconômicas entre alunos pertencentes ao período noturno e ao período integral, havendo prevalência de condições menos favoráveis nos acadêmicos do período noturno.

Referente à comparação por instituição, o trabalho de Souza (2010) mostra que acadêmicos de licenciatura da PUC /SP, em sua maioria, estudaram em escolas particulares e possuem melhores condições socioculturais, quando comparados aos alunos das licenciaturas da UFMG.

Fazendo uma análise sobre esses dados, é possível inferir que a maior parte dos estudantes de licenciatura apresenta condições econômicas, culturais e sociais desfavoráveis; no entanto, há variações para esse perfil quando eles estudam em IES privada e/ou frequentam o período diurno/integral do curso.

A questão da atratividade para a carreira docente está diretamente relacionada ao perfil dos futuros professores. Louzano et al. (2010), apontam que, de acordo com a literatura internacional, a atratividade para a carreira docente está relacionada a quatro fatores principais: a flexibilidade em poder trabalhar como professor e também em outra área; as férias mais longas quando comparadas com outras carreiras; a baixa taxa de desemprego; altruísmo, ou seja, a possibilidade de colaborar com o desenvolvimento social. Porém, no Brasil, o principal fator estaria relacionado à estabilidade no emprego dos contratados, entretanto, esse elemento não compensa as condições negativas do trabalho docente. (LOUZANO et al., 2010).

Em estudo, por meio da análise dos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Louzano et al. (2010) apontam que, no Brasil, apenas 10% dos candidatos que se interessam pela carreira docente estão entre os melhores alunos do ensino médio do país. Os autores também compararam os perfis dos estudantes candidatos ao curso de pedagogia e de engenharia e verificaram que os primeiros, em sua maioria, são trabalhadores, com renda até três salários mínimos, tendo cursado a educação básica na rede pública, sendo que a maioria dos candidatos que se interessam pela engenharia não são trabalhadores, possuem renda superior a três salários mínimos e cursaram a educação básica na rede privada. Louzano et al. (2010, p. 563) concluem que:

Diferentemente dos países de alto desempenho, o Brasil atrai indivíduos com baixo rendimento acadêmico e com perfil socioeconômico mais baixo para programas de formação de professores. Além do perfil dos que são atraídos para a carreira docente, há que se levar em conta também a qualidade da formação oferecida a esses futuros professores.

Consideramos que a atratividade para a carreira docente, no Brasil, caracteriza-se, principalmente, pelo mercado de trabalho abrangente, mas também é perpassada por desafios referentes à qualificação e à condição social dos profissionais,

Quanto ao acesso e permanência nos cursos de licenciatura, Costa et al. (2013) enfatizam a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para os alunos do curso de licenciatura em química, da UFRPE, em Serra Talhada - Pernambuco. Os autores do referido trabalho entendem que, devido à demanda por mais professores, abrem-se mais oportunidades para pessoas anteriormente excluídas do ensino superior, conciliando a demanda por esses profissionais com a tentativa de reduzir a desigualdade social, com a abertura de novos cursos de licenciatura e, consequentemente, maior formação e mais emprego para a população.

Palazzo e Gomes (2012) compreendem que, apesar da expansão da Educação Superior, ainda existe grande desigualdade na qualidade e democratização desse nível de ensino. O trabalho desses autores apresenta dados que demonstram a maior seletividade existente nas universidades públicas em relação às instituições de ensino superior privadas. Isso revela que, mesmo com a expansão da Educação Superior, perduram as divisões (desigualdades) entre aqueles que ingressam em IES mais requisitadas, nos cursos mais valorizados socialmente, e aqueles das IES mais acessíveis com um baixo custo.

Nesse sentido, Tartuce, Nunes e Almeida (2010 p. 475) problematizam a questão,

A escolha pela docência, por jovens das classes C e D, será realmente uma opção? Ou é uma opção por descarte, quase uma desistência do que esse jovem realmente gostaria de fazer? Em geral, considera-se que a escolha se dê por descarte, por se tratar de cursos gratuitos ou baratos, aligeirados, de fácil acesso e, portanto, viáveis não só do ponto de vista econômico, mas também das exigências de natureza acadêmica.

Essa “facilidade” para adentrar a um curso de licenciatura também é percebida em universidades públicas, como aponta o estudo de Patrocino (2013), realizado na UFMG, em que se verificou a baixa concorrência para esse tipo de graduação.

A questão da permanência nos cursos de licenciatura também não se afasta das discussões em torno da atratividade e acesso. Destaca-se que o suporte financeiro é um dos principais aspectos para a permanência do estudante no curso de graduação, é o que revela o estudo de Costa et al. (2013). Os autores salientam a importância do PIBID, pois este possibilita um suporte, não somente pedagógico, mas também financeiro ao acadêmico, o que diminui a evasão nas licenciaturas. Nesse estudo, verificou-se que 100% dos alunos

pesquisados (licenciandos em química da UAST) afirmaram a importância do PIBID para a formação docente e 75% só poderiam continuar no curso com a bolsa de estudos. Os acadêmicos também afirmaram o caráter motivacional que o programa exerceu sobre eles e revelam que houve (graças aos programas que colaboram com a permanência estudantil) mudanças de perspectivas do futuro dos alunos. O PIBID, portanto, cumpre um papel que, de acordo com seu objetivo, não deveria cumprir, de auxiliar na permanência estudantil.⁸

Sato (2015) também aponta que receber ajuda de custo para as despesas do curso é uma das características diretamente associadas àqueles que afirmam querer ser professor, com probabilidade média de 84%.

Ainda sobre a questão da permanência e a evasão nos cursos de licenciatura, Castro (2013) entrevistou alunos evadidos e constatou que a grande maioria deles afirmou trabalhar enquanto estudava. Pouco mais da metade não conseguiu conciliar vida pessoal, acadêmica e familiar. Dentre as dificuldades encontradas, a maioria apontou a necessidade de trabalhar.

Martins (2013), em pesquisa que envolveu alunos do período noturno, pertencentes aos cursos de licenciatura em pedagogia, história, matemática e bacharelado em administração, verificou que as principais alegações dos alunos quanto aos fatores que interferem no rendimento pedagógico estão: poucas horas de sono; irritabilidade e cansaço (devido ao fato de ir dormir muito tarde e acordar muito cedo); dificuldades para chegar no horário de início das aulas; trabalho distante da faculdade e Ensino Médio e Fundamental deficitários.

A pesquisa de Branco (2015) também observou que muitos estudantes de licenciatura, principalmente no período noturno, exercem algum tipo de trabalho. Essa realidade de conciliação entre estudos e trabalho levou Quadros e Fernandes (2015) a concluir que o ensino a distância foi uma alternativa para a permanência no curso, apontada por estudantes de licenciatura em pedagogia do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, especialmente pela flexibilidade de horários de estudo, o que possibilita conciliar com o trabalho.

Ribeiro (2015), em estudo sobre evasão e permanência num curso de Licenciatura em Física, destaca que as justificativas dos alunos sobre seu desempenho acadêmico considerado “mediano” ou “insatisfatório”, relacionam-se com a falta de tempo; professores que não

⁸Dentre os objetivos do PIBID, encontrados em seu regulamento, destacam-se o incentivo à formação de docentes; a contribuição para a valorização do magistério; a elevação da qualidade da formação inicial nos cursos de licenciatura; a inserção dos licenciandos no cotidiano escolar, etc. Em nenhum momento encontramos algo que remeta à alguma função de auxílio financeiro para a permanência dos estudantes no curso.

correspondem às expectativas e Educação Básica precária. Além disso, 59% dos alunos já pensaram em desistir devido a esses motivos. Entre os fatores que contribuíram para que os acadêmicos que pensaram em desistir permanecessem no curso estão: gostar do que faz, desejo de ser professor e persistência. Esses são os mesmos elementos elencados por Tartuce, Nunes e Almeida (2010), Palazzo (2015) e Branco (2015), como questões motivacionais para o ingresso na carreira docente, como já destacamos anteriormente.

Quanto à permanência na licenciatura em relação à formação pedagógica recebida, Santos (2013) observou que estudantes das licenciaturas em Física e Matemática, de maneira geral, estão satisfeitos com a formação que recebem, sendo que alguns salientam a deficiência do curso no que diz respeito a uma formação voltada para a prática docente.

Santos (2014), ao pesquisar estudantes de pedagogia, constatou que 70% dos entrevistados declararam não ter pensado em desistir do curso e, segundo a análise da autora, a maioria aponta para a conclusão do curso dentro do prazo mínimo de quatro anos, o que, de acordo com a análise realizada, tem relação direta com a necessidade de ingressar o quanto antes no mercado de trabalho. Indo ao encontro com essa condição de “resistência” dos acadêmicos das licenciaturas, Palazzo e Gomes (2012) concluíram que, mesmo com a desvalorização social da carreira docente, a maioria dos entrevistados realmente almeja a carreira docente e o principal motivo pela escolha da licenciatura é o desejo de ser professor.

Os dados da produção acadêmica nos dão o seguinte panorama quanto ao perfil do estudante de licenciatura: pais com baixa escolaridade; ensino médio cursado em escola pública, baixa renda mensal familiar e baixo nível cultural. Quanto ao acesso, podemos afirmar que, apesar da expansão da Educação Superior, ainda persistem desigualdades no acesso, a considerar a maior concorrência nas universidades públicas em detrimento dos cursos de graduações particulares. Em relação à permanência, destaca-se a necessidade de suporte financeiro aos licenciandos, bem como os prejuízos que são inerentes aos estudantes trabalhadores.

Por meio da análise dos estudos, já podemos ter noção dos desafios existentes no acesso e permanência nas licenciaturas, uma vez que, de maneira geral, a carreira docente não se mostra atrativa, a não ser pela facilidade em ingressar, tanto na graduação, quanto no mercado de trabalho. Percebemos que elementos objetivos, como o fato de necessitar conciliar o trabalho e os estudos, interferem negativamente no processo de permanência no curso de graduação em licenciatura. No entanto, elementos subjetivos como persistência, gosto pela docência, etc. estão relacionados à interferência positiva na permanência no curso. Podemos, a princípio, inferir que, de acordo com os dados apresentados, os licenciandos

possuem as condições subjetivas, porém, não têm as condições objetivas para permanecerem em seus cursos de graduação.

Nesse sentido, existe a necessidade da garantia da permanência que, na maioria das vezes, devido à falta de condições socioeconômicas favoráveis, resulta na evasão do licenciando. Dessa maneira, podemos dizer que, de acordo com os estudos apontados, tanto o acesso quanto a permanência na Educação Superior brasileira, especificamente nas licenciaturas, é precário.

Apesar dessa constatação, veremos, na próxima seção desta dissertação, a diversidade de políticas que, formalmente, atendem à demanda da democratização do acesso à Educação Superior, bem como auxiliam na permanência do estudante, o que deveria resultar numa menor taxa de evasão. O próprio Plano Nacional de Assistência Estudantil considera a permanência uma área estratégica no que diz respeito à democratização do ensino superior. Dentro dessa área estratégica estão: Moradia; Alimentação; Saúde (física e mental); Transporte; Creche e condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. No entanto, ao identificar os dados da realidade dos alunos de licenciatura, percebemos que ainda existem muitas demandas a serem atendidas, como podemos identificar no capítulo 3 dessa dissertação.

2.3 POLÍTICAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

As políticas sociais são aquelas voltadas para a redução das desigualdades estruturais, e têm sua raiz no conflito entre capital e trabalho, nos movimentos populares do século XIX, com as primeiras revoluções industriais. As origens das políticas sociais também estão relacionadas com um processo de mediação entre interesses opostos. (HÖFLING, 2001).

Por meio da leitura de Lukács, sobre as práxis sociais, entendemos a política como uma práxis social. Dessa maneira, para apreendermos, de uma forma geral e ampla as políticas educacionais, utilizaremos esse conceito.

Segundo Lukács (2012), uma práxis social é uma mediação de segunda ordem em que o objetivo não é a transformação da natureza (como no trabalho), e sim da consciência de um grupo. Sendo assim, existe uma relação de identidade da identidade e não identidade da práxis social com o trabalho. Para o autor, na práxis social,

[...] o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel

qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. Naturalmente, esses pores não se diferenciam apenas por serem mais complexos, mas exatamente porque também se distinguem qualitativamente daquelas formas de dever-ser que contamos no processo de trabalho [...] Essas inegáveis diferenças qualitativas não deveriam ocultar, entretanto, o fato fundamental comum de que se trata, em todos os casos, de relações do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente, mas, ao contrário, é a tarefa do futuro, teleologicamente posta o princípio determinante da práxis a tais atos. (LUKÁCS, 2012, p. 78).

Por meio do exposto, podemos inferir, genericamente, que, no processo de elaboração e implementação de qualquer política educacional, existem intencionalidades de grupos que, podem ser implícitas ou explícitas e, em última instância, buscam influenciar a consciência de outros homens e, assim, induzi-los a realizarem determinadas atividades. Obviamente esse processo é complexo e, quanto mais se desenvolve a sociabilidade, mais mediadas ficam essas relações.

As políticas de educação estão entre as políticas sociais, as quais incluem a área da saúde, previdência, habitação, saneamento, etc. (HÖFLING, 2001). No que se refere ao papel do Estado e do governo no processo geral das políticas sociais, Höfling (2001, p. 31) explica:

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Entendemos que a ação do governo, possibilitada pela estrutura do Estado, não é isenta de interesses, muito pelo contrário, está fundada na luta de classes. No Estado neoliberal, por exemplo, as políticas sociais/públicas/educacionais são vistas como entraves no processo de acumulação do capital, e só devem existir articuladas com a iniciativa privada, garantindo o que eles chamam de equilíbrio do sistema. (HÖFLING, 2001).

Ainda sobre a relação do Estado com as políticas sociais/públicas/educacionais, Souza (2006), entendendo que Estado, política, economia e sociedade estão inter-relacionados e, referenciando-se em Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985), compreende que essas políticas são resultado de um Estado que possui autonomia relativa, devido ao fato de estar submetido às pressões de grupos de interesses e movimentos sociais. Dessa maneira, Stremel (2016) problematiza o conceito clássico de política, elaborado por Dye (1972), em que política é entendida basicamente como aquilo que o governo faz ou deixa de fazer. Para a autora, a

política não se resume às ações somente daqueles que governam, uma vez que estes estão sob pressão de diversos grupos.

No que se refere às conceituações, o campo da política educacional apresenta imprecisões e ambiguidades, uma vez que ainda é um campo em fase de consolidação. (STREMEL, 2016). Utilizando Dale (2010), Stremel (2016) diferencia “políticas de educação” de “políticas educacionais”, a primeira corresponderia à política num sentido amplo e complexo, envolvendo concepções de Estado, projeto de sociedade, etc. Já o segundo termo diria respeito às ações pontuais, específicas e cotidianas, oriundas das políticas de educação.

Nesse sentido, entendemos que as políticas educacionais, assim como outras políticas públicas/sociais são práxis sociais, resultados das ações do governo, pautado numa concepção de Estado e sociedade, estando inevitavelmente submetidas às pressões internas e externas. Sendo assim, as políticas educacionais estão no entremeio das relações existentes entre capital, trabalho e Estado.

De forma geral, de acordo com as leis, o poder público possui responsabilidade sobre o acesso e a permanência estudantil, prioritariamente, para o ensino obrigatório. Quando as leis/programas abrangem a Educação Superior, o setor privado é privilegiado.

No Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, estão inseridas as principais políticas para o desenvolvimento educacional brasileiro. No que diz respeito à Educação Superior, encontramos: a Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o Programa Universidade para Todos (ProUni); o Programa de Cotas e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O Artigo 208, da Constituição Brasileira, no inciso V, afirma que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. (BRASIL, 1988). Concordamos com Sato e Valle (2013), ao afirmarem que o Estado brasileiro não considera possuir responsabilidade alguma sobre o acesso ao nível superior de ensino, uma vez que fica evidente a centralidade somente na capacidade do indivíduo, o que demonstra o caráter meritocrático atribuído à Educação Superior.

O Artigo 206, inciso I, da Constituição Brasileira, prevê a igualdade de acesso e permanência dos estudantes na escola, de maneira geral. Segundo Sato e Valle (2013), o Programa Universidade para todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 2005, contribuiu

para que se cumprisse com a necessidade de democratização de acesso e permanência na Educação Superior, mesmo que tenha fortalecido o setor privado, em detrimento da Educação Superior pública e de qualidade. Segundo as mesmas autoras, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no ano de 2005, bem como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), também foram fatores importantes para a democratização do acesso à Educação Superior. No entanto, ainda perdura o caráter meritocrático, pois mesmo existindo flexibilidade legal para outras formas de ingresso no ensino superior o vestibular ainda é o principal meio utilizado. (SATO; VALLE, 2013).

A UAB, instituída pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, é voltada para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no país. (BRASIL, 2006). Já o Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.”

A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), outro mecanismo de democratização ao acesso à Educação Superior que também tem como foco o setor privado, pois se destina à “concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.” Outra forma de democratizar o acesso e a permanência, mas privilegiando o setor privado.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁹, o qual beneficia acadêmicos de IES federais, preferencialmente oriundos de escolas públicas. A assistência refere-se: à moradia estudantil; à alimentação; ao transporte; à atenção à saúde; à inclusão digital; à cultura; ao esporte; à creches; ao apoio pedagógico; e ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais - PNAEST. Basicamente é o PNAES adaptado para as universidades ou centros

⁹ O Plano Nacional de Assistência Estudantil encontra-se disponível no anexo 1.

universitários estaduais que utilizam o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como processo seletivo. No total, o Brasil possui 38 universidades e um centro universitário estadual, gratuito (INEP, 2013), e, desses, 14 universidades utilizam o SISU, com diferentes porcentagens de número de vagas destinadas a esse processo de seleção.

De acordo com o site Dia a Dia Educação, do governo do estado do Paraná, seis IES utilizam o SISU como forma de preenchimento de vagas, totais ou parciais, sendo elas: Instituto Federal do Paraná (IFPR); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Como vemos, apenas duas universidades estaduais utilizam o SISU. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) utiliza somente o vestibular para ingresso dos estudantes. Dessa maneira, a UEPG, universidade da qual fazem parte os acadêmicos constituintes do objeto desta pesquisa, não possuem nenhum auxílio proveniente do PNAEST.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), regulamentado pelo Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, tem como objetivo “fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da Educação Básica pública brasileira.” A Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016, que aprova o regulamento do programa, deixa explícito, em seu capítulo I, parágrafo único, que as bolsas têm a finalidade de custear as atividades desenvolvidas pelos integrantes dos projetos em execução. Dessa forma, não podemos confundir bolsa acadêmica com bolsa permanência.¹⁰

A política de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, e que se autodeclaram pretos, pardos, indígenas ou com deficiência, consta na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual se direciona para as Instituições Federais de Educação Superior. Dessa maneira, as IES estaduais possuem autonomia para definir os critérios de seleção. No caso da UEPG, de acordo com a Resolução Universitária nº 17, de 9 de dezembro de 2013, 50% das vagas são destinadas aos candidatos oriundos de instituições públicas de ensino, destinando, dentro desse percentual, 10% aos candidatos que se autodeclarem negros.

A partir da descrição das políticas voltadas para o acesso e permanência, podemos destacar que as universidades estaduais públicas se limitam ao PNAEST, ao PIBID e à

¹⁰ O Programa de Bolsa Permanência busca corrigir a desigualdade social entre os estudantes e garantir a permanência e diplomação de acadêmicos em vulnerabilidade social, indígenas e quilombolas. Também pode ser acumulada com bolsa acadêmica.

política de cotas para efetivar a democratização no acesso e permanência estudantil, ainda com a ressalva de que o PIBID não cumpre o papel de bolsa permanência, mas de bolsa acadêmica. Nesse sentido, em se tratando de políticas para o acesso e permanência estudantil, a UEPG trabalha somente com a política de cotas.

Percebemos que, de maneira geral, existem políticas voltadas para a garantia do acesso e permanência na Educação Superior. Há maior preocupação com o setor privado, mas, em se tratando do setor público, as IES federais possuem prioridade. O acesso nas licenciaturas, na maioria das vezes, não é uma escolha, e a permanência depende da conciliação com o trabalho ou algum tipo de auxílio financeiro. No entanto, quando não se efetiva essa conciliação, ocorre evasão; por isso, podemos considerar que as políticas para o acesso e a permanência nas licenciaturas, ainda têm muito que aprimorar e avançar.

Neste capítulo tratamos sobre os dados gerais a respeito da Educação Superior brasileira e demonstramos que apesar da expansão no número de matrículas nesse nível educacional, os governos vêm priorizando o setor privado, como apontam os dados do INEP. No que diz respeito às licenciaturas, constatamos que a rede privada e o ensino a distância detêm a maioria das matrículas referentes a esse tipo de graduação. Também vimos, com base nos dados da produção acadêmica, que o acesso e a permanência dos estudantes nas licenciaturas apresentam diversos obstáculos, sendo o principal aquele referente às questões de ordem socioeconômica. No entanto, na última seção, apresentamos as políticas voltadas para a garantia do acesso e da permanência na Educação Superior, e podemos afirmar que, em contradição com as prerrogativas legais, as condições de permanência na formação inicial dos professores são precárias.

Com base no que expusemos, consideramos que as possibilidades, no que diz respeito à escolha, acesso e permanência no curso de formação superior, estão no plano político, a considerar as diferentes leis que formalmente atendem às demandas colocadas. No entanto, no plano particular, ou seja, nas relações efetivadas entre os indivíduos na sociedade, encontram-se os limites impostos por uma forma de sociabilidade que se estrutura sobre a divisão entre aqueles que trabalham e aqueles que exploram os trabalhadores. Esses limites podem ser visualizados quando investigamos a realidade das condições sociais dos estudantes, sendo que, de acordo com a revisão de literatura realizada e com os dados levantados em nossa pesquisa, é a condição socioeconômica que, em última instância, define o curso a ser escolhido, e as condições de permanecer nesse curso.

Consideramos que a evidenciação da prevalência do setor privado, no que diz respeito ao número de matrículas da educação superior brasileira, aponta para um aspecto da

sociedade capitalista, em que tudo se torna mercadoria, até mesmo os direitos sociais. A discussão sobre a disparidade entre as condições do plano político/formal dos indivíduos com as condições sociais reais destes decorre, justamente, desse aspecto essencial desta forma de sociabilidade.

No próximo capítulo trataremos sobre os dados coletados com os licenciandos da UEPG, a fim de compreendermos os condicionamentos sociais para a escolha da docência e, as condições de acesso e de permanência nos cursos de licenciatura, nessa IES.

CAPÍTULO 3

A REALIDADE DOS LICENCIANDOS DA UEPG: CONDIÇÕES SOCIAIS DE ESCOLHA, DE ACESSO E DE PERMANÊNCIA NO CURSO

A UEPG se localiza na cidade de Ponta Grossa, região centro-oriental do Estado do Paraná, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e faz parte das sete universidades estaduais desse estado, sendo as outras seis a Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Com base na tabela 7, considerando todas as categorias administrativas, percebemos que 77,18% das matrículas na Educação Superior do Paraná, em 2016, estavam na modalidade presencial. Levando em conta somente o setor público, 95,71% das matrículas se encontravam nesta mesma modalidade e, a considerar somente o setor privado, temos que 70,22% das matrículas também se concentravam na modalidade presencial.

Tabela 7- Matrículas na Educação Superior no estado do Paraná, por categoria administrativa e modalidade de ensino, 2016.

	Pública	Privada	Total
Ead	5.831	107.891	113.722
Presencial	130.189	254.443	384.632
Total	136.020	362.334	498.354

Fonte: INEP (2016), adaptado pela autora.

Considerando todas as modalidades de ensino, a análise por categoria administrativa nos mostra que 72,7% das matrículas na Educação Superior do estado do Paraná se concentravam, em 2016, no setor privado. Levando em conta somente a modalidade presencial, 66,15% das matrículas estavam nesse setor, e para a modalidade a distância o percentual de matrículas para a rede privada era de 94,87%.

Ainda que , em 2016, a porcentagem de matrículas na rede privada, no estado do Paraná (72,7%), seja menor que a média nacional (75,27%), e a porcentagem de matrículas na educação presencial, neste estado (77,18%), também seja menor que a média nacional (81,43%), podemos dizer que os dados apresentados, de maneira geral, seguem a tendência nacional

No que diz respeito à UEPG, os dados de 2014 demonstram que essa universidade possuía o total de 13.398 alunos, divididos entre a Educação Básica e Superior, em cursos presenciais e a distância. A universidade totaliza 1.884 alunos na Educação Básica, por meio do Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC)¹¹, Colégio Agrícola Augusto Ribas (CAAR) e Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA)¹² e, 11.544 acadêmicos da Educação Superior, matriculados na graduação, especialização, mestrado ou doutorado dos 06 setores dessa IES. Em se tratando apenas das graduações, presenciais e a distância, nesse ano havia 9.146 matriculados. (UEPG, 2014).

Em 2014, ingressaram 1.908 alunos na graduação a distância, divididos entre os cursos de licenciaturas em Geografia, Matemática, Letras Português/ Espanhol, História, Educação Física, Pedagogia e, bacharelado em Administração Pública. Os 47 cursos de graduações presenciais (considerando a variação de turno e grau, ou seja, bacharelado/licenciatura), e tiveram 1.958 alunos ingressantes nesse mesmo ano.

Com base nos dados dos processos seletivos de 2014 (concurso vestibular e PSS), ano de ingresso dos acadêmicos pesquisados nesta dissertação, destacamos os cursos mais concorridos e também aqueles em que a concorrência é mínima. Considerando todos os cursos, tanto bacharelado quanto licenciatura, no ano de 2014 os 03 cursos mais concorridos foram: a) bacharelado em Medicina, período integral, com 132,6 candidatos por vaga; b) bacharelado em Engenharia Civil, período integral, com 37 candidatos por vaga; c) bacharelado em Direito, período noturno, com 23,6 candidatos por vaga. Os cursos menos concorridos foram: a) licenciatura em Matemática, período integral, com 1,8 candidatos por vaga; b) licenciatura em Letras Português/ Espanhol, período vespertino, com 1,9 candidatos por vaga; c) bacharelado em Geografia, período matutino, com 2,1 candidatos por vaga.

Ao considerar somente as licenciaturas, percebemos que os cursos mais concorridos são: a) licenciatura em Educação Física, período noturno, com 14,6 candidatos por vaga; b) licenciatura em História, período noturno, com 10,2 candidatos por vaga; c) licenciatura em Ciências Biológicas, período noturno, com 9,3 candidatos por vaga. Os cursos menos concorridos dentre as licenciaturas são: a) licenciatura em Matemática, período integral, com 1,8 candidatos por vaga; b) licenciatura em Letras

¹¹ Trata-se das matrículas das Escolas Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha (educação infantil e anos iniciais) e Escola Estadual Prof. Hália Grubba (anos finais do ensino fundamental), as quais estão sediadas no espaço da UEPG.

¹² Atualmente o CEEBJA não existe mais.

Português/ Espanhol, período vespertino, com 1,9 candidatos por vaga; c) licenciatura em Letras Português/Inglês, período vespertino, com 2,6 candidatos por vaga.

Destacamos que os dados apresentados apontam, de maneira geral, as licenciaturas como cursos pouco concorridos, no entanto, ao analisar somente as licenciaturas percebemos que existe maior concorrência para os cursos do período noturno, enquanto os cursos com menor pretensão de ingresso são do período integral ou vespertino.

Os dados de 2014 demonstram que a UEPG contava com 926 bolsas divididas entre 10 programas de iniciação acadêmica, sendo eles: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Bolsas de Iniciação Científica (BIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); Programa de Apoio a Inclusão Social - Pesquisa e Extensão Universitária (BEC); Programa de bolsas PROEX; Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX); Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G; Programa de Bolsas aos Indígenas e Programa de Educação Tutorial – PET. Desses programas, os mais abrangentes são o PIBID, com 320 bolsas e o PIBIC, com 290 bolsas.

No que concerne à assistência estudantil oferecida pela UEPG, de acordo com os dados do relatório de 2014, temos 08 programas/projetos, sendo eles: Estágio Voluntário de Natureza Administrativa, com 152 estagiários; Monitoria, com 74 monitores; Atendimento Indígena, com 24 acompanhamentos por mês; Programa de Moradia Estudantil, com 15 beneficiados; Programa de Assistência Alimentar, com 195 acadêmicos beneficiados com desconto no Restaurante Universitário (RU); Atendimento Assistência Social, com 20 atendimentos; Atendimento a Estudantes com Necessidade Educativa Especial, com 20 atendimentos; Isenção do vestibular, com 2.237 solicitações e 1.179 isenções concedidas.

De acordo com o Relatório de Autoavaliação de 2017, da UEPG, no que se refere ao atendimento ao estudante relacionado à assistência social e psicológica, considerando as possíveis respostas: desconheço, não há, insuficiente, suficiente, muito boa e excelente; a maioria (38,44%) dos graduandos respondentes afirmou desconhecer tal medida e, 21,68% considera insuficiente a maneira como essa questão está prevista/implantada. Sobre o acolhimento aos estudantes ingressantes, a maioria (33,52%) afirmou ser suficiente a forma como está previsto/implantado, sendo que a segunda resposta com maior percentual informa que 21,14% consideram insuficiente. A

Acessibilidade aos estudantes também foi considerada pela maioria (32%) como suficiente, e 27,4% consideram insuficiente a maneira como a acessibilidade está prevista/implantada. (UEPG, 2018).

Por meio dos dados apresentados, salientamos a deficiência da UEPG no que se refere à uma política efetiva de assistência estudantil, que garanta atendimento a todos os estudantes em vulnerabilidade social, em todos os quesitos apresentados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como já descrito no item 2.3 desta dissertação. A assistência estudantil na UEPG diz respeito à Coordenadoria de Assistência e Orientação ao Estudante (CAOE), essa coordenadoria tem como objetivos: Integrar o calouro possibilitando sua ambientação, acolhida e adaptação; Conhecer as principais dificuldades do ingressante; Oferecer informações que favoreçam a rotina acadêmica; Oportunizar entrosamento e integração de calouros e veteranos; Facilitar a adaptação à nova cidade com informação de opções de estadia e alimentação; Oferecer orientação a estudantes com dificuldade de permanência nos estudos por carência financeira; Atender e encaminhar dificuldades bio-psico-sociais; Manter em progresso (estudando e sendo aprovados) estudantes acompanhados pela CUIA, CAD, intercambistas e; Auxiliar tais comissões a alcançarem seus objetivos e atingirem o público-alvo. (UEPG, 2018).

Como podemos visualizar a UEPG não possui uma política específica de assistência estudantil, tão pouco uma pró-reitoria voltada para essa questão. O que a instituição oferece são ações específicas que não possuem a possibilidade de alterar, estruturalmente, a condição de permanência dos estudantes em vulnerabilidade social. A administração da Universidade ainda ignora possíveis políticas como o Plano Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST), por exemplo.

Os dados por nós apresentados neste capítulo reafirmam a deficiência de políticas de assistência estudantil na UEPG. Entendemos que para além de medidas como a oferta de bolsas acadêmicas, estágios, e atendimentos pontuais, é necessário uma política de assistência estudantil abrangente, baseada na realidade social dos acadêmicos e suas respectivas necessidades.

Neste capítulo apresentamos os dados coletados por meio dos questionários aplicados às turmas dos quartos anos das licenciaturas da UEPG¹³, ano de 2017. Também apresentamos as informações coletadas por meio de entrevistas

¹³ O questionário pode ser consultado no apêndice 2 deste trabalho.

semiestruturadas¹⁴. O questionário contou com questões de cunho pessoal, familiar, cultural, relações interpessoais no ambiente acadêmico, condições materiais oferecidas pela UEPG e pelo respectivo curso de licenciatura, etc. As entrevistas buscaram detalhar algumas questões que se tornaram centrais na análise dos dados dos questionários. Sendo assim, ao longo do texto, aprofundamos no detalhamento de alguns dados, com vistas a ampliar a análise que realizamos no capítulo 4.

Realizamos as entrevistas no ano de 2018, ou seja, os sujeitos entrevistados são egressos dos cursos de licenciatura. O objetivo inicial era entrevistar um egresso de cada curso de licenciatura, totalizando 11 entrevistas. No entanto, conseguimos apenas seis entrevistas, com um egresso da Licenciatura em Biologia (E.B), um da Licenciatura em Química (E.Q), um da Licenciatura em Física (E.F), um da Licenciatura em História (E.H), um da Licenciatura em Pedagogia (E.P) e um da Licenciatura em Educação Física (E.EF). Desses seis egressos, apenas um é do sexo masculino.

Seguimos a orientação de Zago (2002) para a realização das entrevistas. De acordo com a autora, a entrevista deve contar com condições que favoreçam a obtenção dos dados, como por exemplo, um local adequado. Segundo Zago (2002, p. 12), “o local é uma condição importante na produção dos dados, podendo facilitar ou produzir constrangimentos.” Sendo assim, em todas as entrevistas o local foi escolhido pelo entrevistado.

Também seguimos a orientação de Zago (2002) no que diz respeito à maleabilidade que a entrevista deve possuir. Podemos dizer que o roteiro da entrevista foi aperfeiçoado até à última entrevista, seguindo a seguinte recomendação:

Ao conduzir uma entrevista como se fosse um questionário, não instaurando uma situação de interação, o pesquisador corre o risco de não atingir seus objetivos [...] as boas entrevistas estariam menos relacionadas às questões técnicas de condução e mais à capacidade de obter a confiança dos pesquisados. (ZAGO, 2002, p. 16).

Sendo assim, buscamos realizar todos os esforços possíveis para conseguir preparar um ambiente que o entrevistado se sentisse a vontade para responder às questões propostas.

No que se refere ao questionário, esse foi estruturado em 67 questões de múltipla escolha e objetivou apreender os condicionantes sociais envolvidos na escolha pelo curso de licenciatura, bem como, as condições em que ocorrem o acesso e a

¹⁴ As entrevistas na íntegra podem ser consultadas no apêndice 3 deste trabalho.

permanência dos alunos nessa graduação. Com o intuito de refletir sobre essas questões de maneira mais ampla, também buscamos traçar o perfil do licenciando. A escolha por uma das turmas de 4º ano se deve ao fato de considerarmos que os estudantes desse ano da graduação possuem mais elementos para expor no questionário, tendo em vista o seu histórico acadêmico. Ressaltamos que os cálculos percentuais dos dados foram feitos por meio do software Sphinx.

Antes de apresentarmos os dados, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito das turmas em que foram aplicados os questionários.

No total, a UEPG possui 11 cursos de licenciatura, sendo assim, foram respondidos 140 questionários, sendo 06 no curso de Física, 19 no curso de Matemática, 10 no curso de Letras, 06 em Ciências Biológicas, 17 em Educação Física, 17 em Química, 07 em Artes Visuais, 04 em Música, 18 em Pedagogia, 20 em Geografia e 16 em História. O único critério para a escolha das turmas foi que deveriam ser turmas de 4º ano das respectivas licenciaturas da UEPG.

A turma de Ciências Biológicas, Artes Visuais e Música pertencem ao período vespertino, todas as demais são do período noturno. Na turma de Matemática havia estudantes do período noturno e integral. Vale ressaltar que, em cada tópico, iniciaremos com a explanação geral a respeito dos dados – dados referentes a todos os cursos de licenciaturas pesquisados – sendo que, na sequência, detalhamos alguns dados por curso de licenciatura e também apresentamos dados levantados por meio de entrevistas, com vistas a aprofundar a reflexão. Fazemos isso, pois, é inerente ao método de exposição marxista, partir do todo, depois ir às partes e, para finalizar, voltar ao todo, com mais riqueza de determinações.

Por meio dos dados coletados, foi possível identificar, de maneira generalizada, o perfil da maioria dos estudantes de licenciatura da UEPG. Também levantamos os elementos referentes à atratividade para a carreira docente, as condições de acesso da maioria desses estudantes à graduação e as condições de permanência em seus cursos. Entendemos que os aspectos do perfil interferem direta e/ou indiretamente no acesso e na permanência, e até mesmo na atratividade. Todos os dados foram categorizados como “perfil geral do licenciando da UEPG”, “condições sociais da atratividade para a carreira docente”, “condições de acesso aos cursos de licenciatura da UEPG” e “condições de permanência nos cursos de licenciatura da UEPG” os quais estão interligados e fazem parte da totalidade que compõe a singularidade do objeto de investigação desse trabalho. Na sequência, trataremos dessas categorias de dados.

3.1 PERFIL GERAL DO LICENCIANDO DA UEPG

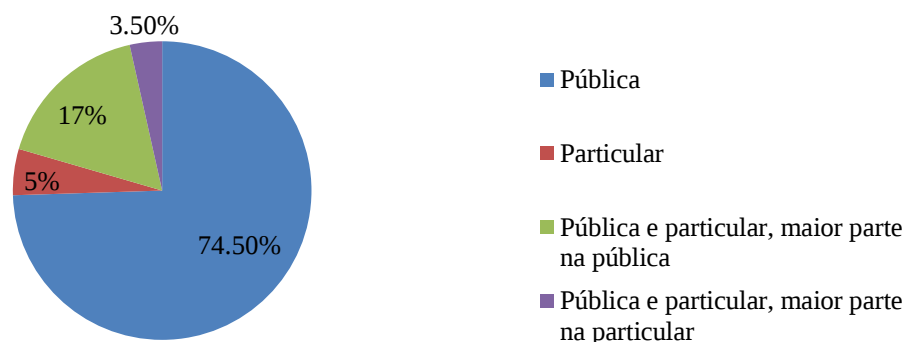
Para traçar o perfil geral do estudante de licenciatura da UEPG utilizamos questões relacionadas aos dados pessoais dos alunos, questões referentes à educação, ao transporte, à moradia, à renda, à família, à cultura e à opinião sobre políticas afirmativas para igualdade de acesso nas IES. Salientamos que a tabela com todas as percentagens referentes a todas as questões sobre o perfil dos estudantes pesquisados está disponível no Apêndice 4.

Ao considerarmos a totalidade da maioria das respostas, podemos, genericamente, inferir que o perfil dos estudantes de licenciatura da UEPG se define como: mulheres, brancas, sem filhos, educação básica na rede pública, com algum familiar com Educação Superior, trabalhadoras, porém, não sendo as principais responsáveis pela fonte de renda da casa, com a renda familiar entre R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00. Utilizam veículo próprio ou transporte coletivo, moram em casa ou apartamentos próprios, com outras duas pessoas, sendo esses, pais ou parentes. Possuem baixo nível cultural, tendo em vista conhecimento de outros idiomas, atividades extracurriculares e leituras.

A seguir, inicialmente, apresentamos os dados que julgamos fundamentais para a compreensão daquilo que se propõe nessa seção, por meio de gráficos.

No que se refere à Educação Básica, a grande maioria dos alunos (74,5%) estudou em escola pública e, dentre aqueles que estudaram em escola pública e particular, a maioria estudou a maior parte do tempo na rede pública (17%). Como nos informa o gráfico 5.

Gráfico 6- Modalidade de Educação Básica cursada pelos licenciandos da UEPG – 2017.

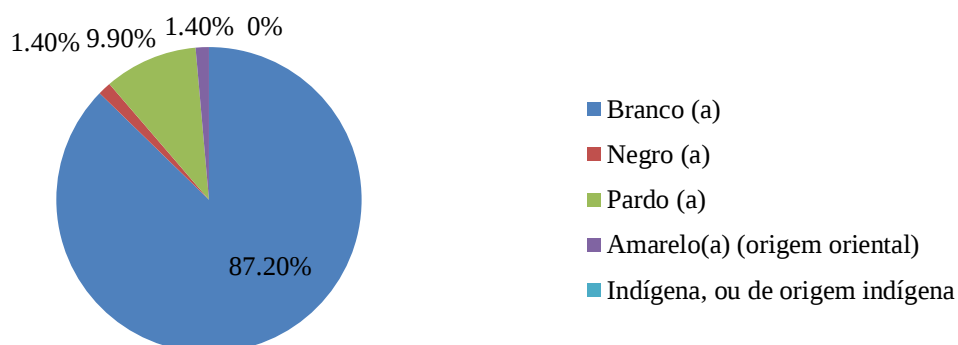


Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Ainda no que se refere à Educação Básica, destacamos que a grande maioria (71,6%) dos alunos frequentou o Ensino Médio não profissional.

O gráfico 6 apresenta como se autodeclararam, no que concerne à cor ou raça, os alunos das licenciaturas da UEPG. Percebemos que 87,2% se consideram brancos (as); 9,9% se autodeclararam pardos (as); 1,4% negros (as) e 1,4% amarelos (as) ou de origem oriental, sendo que ninguém é indígena ou de origem indígena.

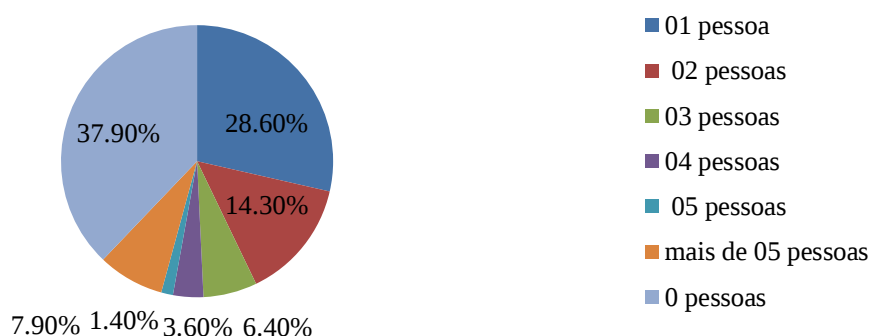
Gráfico 7- Cor/raça dos licenciandos da UEPG – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

No que se refere ao nível de escolaridade dos pais dos estudantes de licenciatura, os dados apurados demonstram que a maioria deles possui alguém na família com o nível superior de ensino, sendo que 28,6% possuem apenas uma pessoa; 14,3% duas pessoas; 6,4% três pessoas; 3,6% quatro pessoas; 1,4% cinco pessoas e, 7,9% mais de cinco pessoas. 37,9% dos respondentes afirmaram não possuir familiares com nível de ensino superior, como nos indica o gráfico 7.

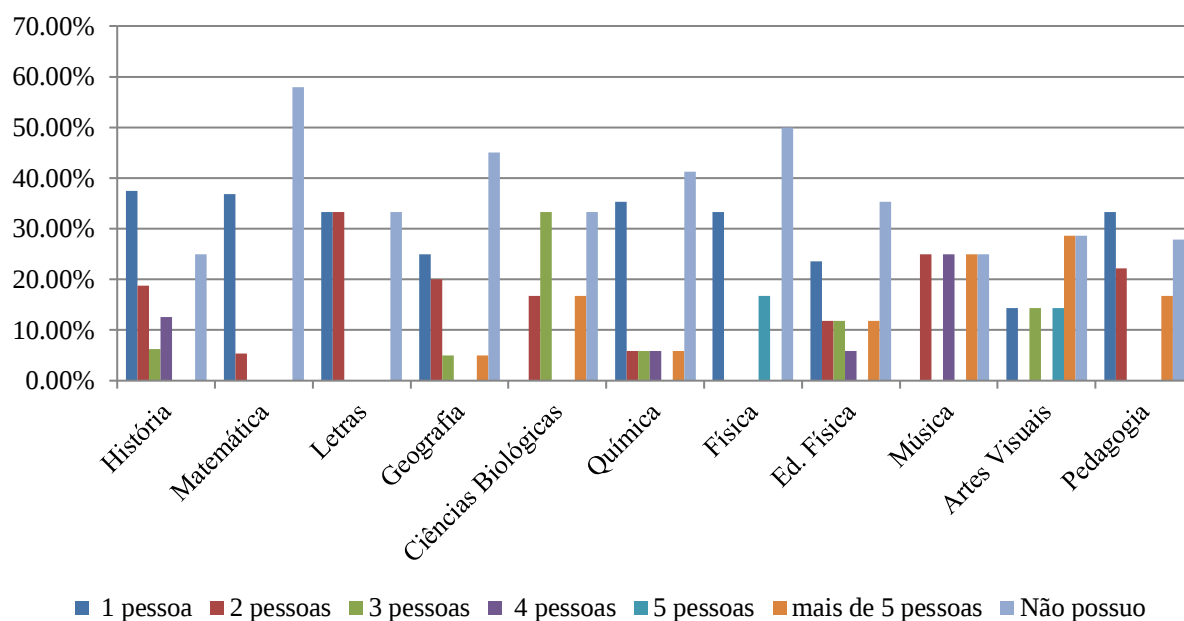
Gráfico 8- Número de pessoas com nível de Educação Superior nas famílias dos licenciandos da UEPG – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como demonstrado no gráfico 7, 37,9% dos licenciandos afirmou não possuir familiares com nível superior de ensino. Ao avaliar por curso¹⁵, percebemos que apenas nas licenciaturas em Geografia, Matemática, Educação Física, Química e Física a maioria dos estudantes afirmou não possuir pessoas na família com ensino superior. Na licenciatura em História, 37,5% dos licenciandos possuem uma pessoa. Em Ciências Biológicas, 37,5% possuem três pessoas, e a mesma porcentagem não possui alguém. No curso de Letras, 37,5% possuem uma pessoa, a mesma porcentagem possui duas pessoas e a mesma porcentagem possui nenhuma pessoa com nível superior de ensino. Música tem 25% dos respondentes com duas pessoas, e a mesma porcentagem para quatro, mais de cinco e nenhuma pessoa na família com ensino superior. Em Artes Visuais, 28,6% possuem mais de cinco pessoas e a mesma porcentagem para quem não possui ninguém na família com ensino superior. No curso de Pedagogia, a maioria (28,6%) possui uma pessoa na família com ensino superior, como ilustramos a seguir:

Gráfico 9- Número de pessoas com nível de Educação Superior nas famílias dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

A questão da escolaridade dos pais foi abordada nas entrevistas e, alguns elementos se sobressaíram. Apenas o egresso da Pedagogia (E.P) afirmou que seus pais, com ensino médio incompleto, não prosseguiram com os estudos, pois não desejavam

¹⁵ No apêndice 8 estão disponíveis os dados do questionário por curso de licenciatura.

adentrar na educação superior. Os demais entrevistados, egressos das licenciaturas em História, Biologia, Química e Física alegaram que seus pais não conseguiram continuar os estudos devido a problemas de ordem socioeconômica.

Os pais do egresso de História (E.H) concluíram o Ensino Médio por meio do supletivo. Quando questionado sobre o motivo de terem interrompido os estudos anteriormente, o egresso explica sobre sua mãe: *“Ela morava numa cidade e ela tinha que estudar em outra e era muito caro o preço da van que eles iam, daí ela abandonou, ela poderia ter terminado, mas ela preferiu não gastar com isso.”* (EGRESSO HISTÓRIA, 2018).

A mãe do egresso da Biologia (E.B) possui graduação e pós-graduação, sendo que seu pai parou de estudar ao concluir o ensino médio, devido à necessidade de trabalhar:

[...]Meu pai que preferiu na verdade arrumar um emprego e tudo, pra poder tipo manter a casa essas coisas assim e tudo, aí fez um concurso público passou e começou a trabalhar em efetivo, aí a minha mãe além de ter o superior completo tem também uma pós e nesse período, já desde o início da graduação dela, ela já trabalhava e já dava aula e continuou também, até se aposentar. (EGRESSO BIOLOGIA, 2018).

Os pais do egresso de Educação Física possuem pós-graduação. Ele afirma que seus pais conseguiram permanecer nos estudos graças à ajuda financeira dos pais:

Meus pais são formados, tem ensino superior, os dois têm pós-graduação e eu acho que a possibilidade de eles estudarem foi dada pelos pais deles, eu acho que a oportunidade que os pais deles deram a eles pra poder seguir no ensino superior na graduação, na pós.. Acho que a ajuda financeira foi mais importante pra poder manter os dois na faculdade. (EGRESSO EDUCAÇÃO FÍSICA, 2018).

A mãe do egresso da Física (E.F) estudou até a quinta série e o pai até a sexta série. A mãe parou os estudos para trabalhar e o pai parou porque decidiu se dedicar ao time de futebol da cidade, como relatado abaixo:

A minha mãe (parou de estudar) foi porque ela tinha que trabalhar, a família dela era bem rígida, família de interior e de acordo com ela, ela não teve oportunidade de estudar porque tinha que trabalhar com a família... No caso do meu pai ele teve oportunidade, mas, resolveu se dedicar ao time de futebol da cidade de onde viemos. (EGRESSO FÍSICA, 2018).

Os pais do Egresso da Química (E.Q) também interromperam os estudos devido à necessidade de trabalhar, como descrito abaixo:

E.Q: *A minha mãe tem ensino fundamental completo e meu pai ensino médio completo.*

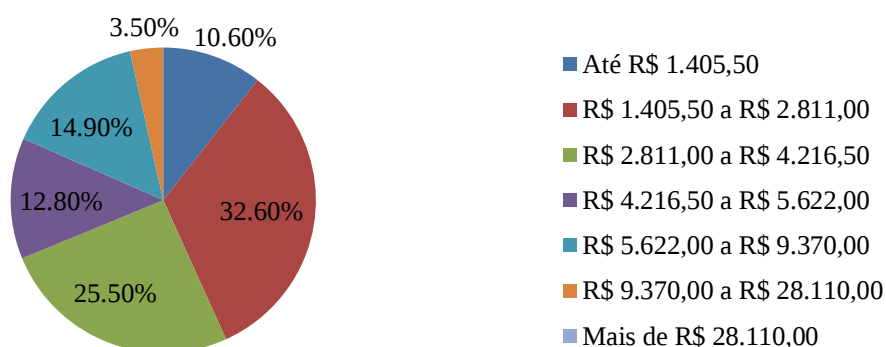
A.P¹⁶: *E você sabe por que a tua mãe não continuou com o ensino médio e teu pai não fez uma graduação?*

E.Q: *Eu acho que por falta de oportunidade mesmo, focar no trabalho.* (EGRESSO QUÍMICA, 2018).

Ainda sobre a escolaridade familiar dos licenciandos, destacamos que a grande maioria (63,1%) não possui ninguém na família com nível de pós-graduação.

Quando perguntados sobre a renda familiar, incluindo os próprios rendimentos, os dados, ilustrados no gráfico 9, mostram que, para a maioria dos licenciandos (32,6%), a renda total da família fica entre 1,5 e 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 à R\$ 2.811,00). A segunda alternativa mais marcada (25,5%) foi a que se refere à renda familiar entre R\$ 2.811,00 à R\$ 4.216,50, ou seja, de 03 a 4,5 salários mínimos; 14,9% dos alunos possuem renda familiar entre R\$ 5.622,00 e R\$ 9.370,00, (06 a 10 salários mínimos); 12,8% assinalaram a alternativa referente à renda entre R\$ 4.216,00 e R\$ 5.622,00 (de 4,5 à 6 salários mínimos); 10,6% dos licenciandos têm a renda mensal familiar com o valor até R\$ 1.405,00 (até um salário mínimo); e, 3,5% declararam a renda entre os valores de R\$ 9.370,00 e R\$ 28.110,00, (entre 10 e 30 salários mínimos). Destacamos a pequena diferença percentual entre aqueles que possuem renda entre 1,5 e 3 salários mínimos com aqueles que afirmaram possuir renda familiar entre 3 e 4,5 salários mínimos. Se juntarmos os percentuais temos o dado indicando que 58,1% dos respondentes possuem renda familiar até R\$ 4.216,50.

Gráfico 10- Renda total familiar dos licenciandos da UEPG – 2017.



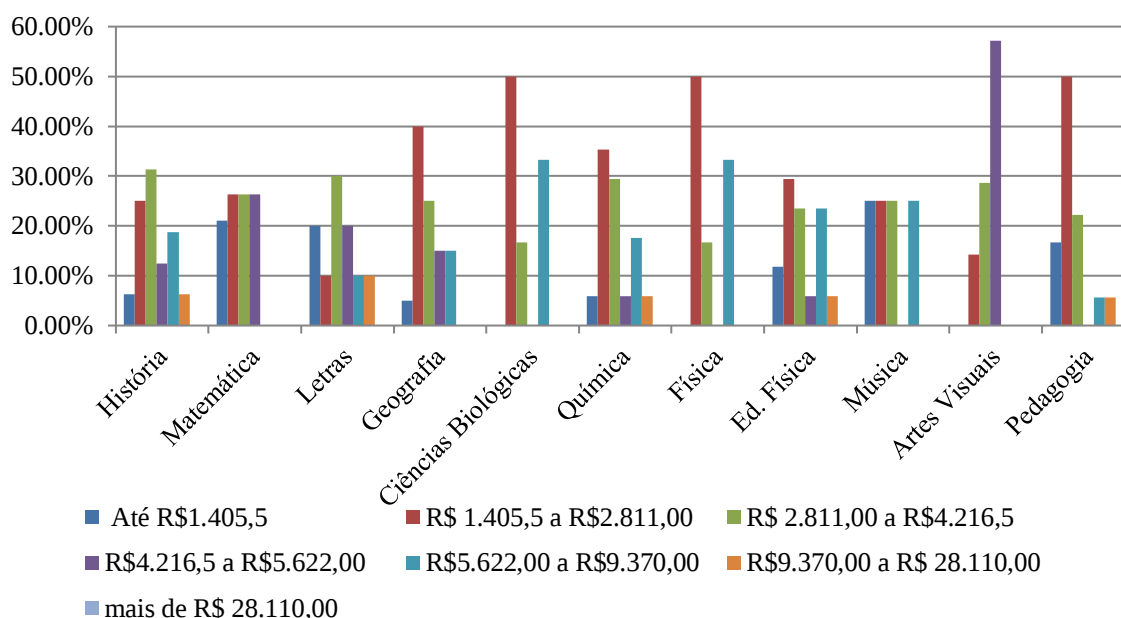
Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

¹⁶ A.P é a abreviação para o nome da entrevistadora, Ana Paula.

Quando analisamos a renda familiar dos estudantes por curso de licenciatura percebemos que os percentuais das licenciaturas em História, Matemática, Letras, Música e Artes Visuais divergem quando comparados ao percentual geral (o qual considera todas as licenciaturas, indiscriminadamente).

Para a maioria dos licenciandos de História (31,3%) e Letras (30%), a renda fica entre 3 e 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,5). No curso de Matemática, 26,30% dos acadêmicos afirmaram que a renda familiar é de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00), sendo que a mesma porcentagem alegou 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,50) e também entre 4,5 e 6 salários mínimos (R\$ 4.216,50 a R\$ 5.622,00). Na licenciatura em Música, 25% respondeu ser de até 1,5 salários mínimos (R\$ 1.405,50), 25% respondeu ser de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00), 25% de 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,50), e 25% afirmaram ser de 06 a 10 salários mínimos (R\$ 5.622,00 a R\$ 9.370,00). Em artes visuais a maioria (57,10%) alegou possuir renda familiar de 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.216,50 a R\$ 5.622,00). O gráfico 10 ilustra esses dados:

Gráfico 11- Renda total familiar dos licenciandos da UEPG, por cursos de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Alguns detalhes referentes à renda dos então egressos das licenciaturas foram apurados por meio das entrevistas realizadas. A renda mensal familiar do E.H e do E.Q

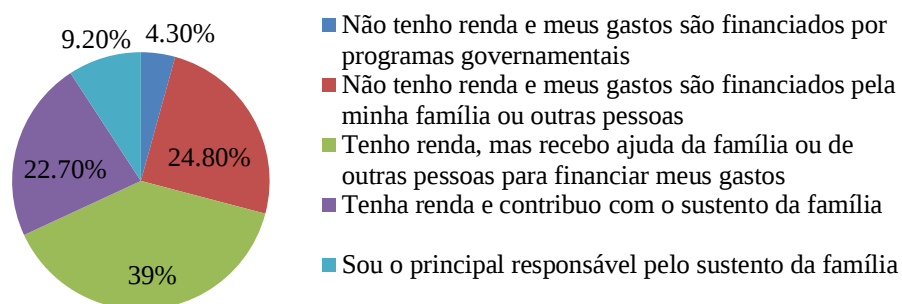
é variável. A renda familiar do E.H varia porque sua mãe é agricultora e a renda é variável conforme a safra, e a renda do E.Q varia porque sua mãe é empresária. Como relatado abaixo:

[...] Assim, o dinheiro que eu recebia do meu pai é de pensão, e a minha mãe, ela como trabalha na roça, como agricultora então é... Não tem como estipular uma renda porque só recebe no final do ano e varia conforme a safra... Então é uma renda muito variável. (EGRESSO HISTÓRIA, 2018).

O meu pai é aposentado por invalidez faz anos já, ele deve ganhar uns R\$ 1.900,00, a minha mãe é empresária então varia no mês... Não sei quanto o total, porque a renda fixa é a minha e a do meu pai, aí minha mãe as vezes dá R\$ 2.000,000 as vezes dá R\$ 3.000,00 é uma renda variável. (EGRESSO QUÍMICA, 2018).

Destacamos, ainda, uma aparente contradição referente à renda familiar e escolaridade dos pais. A família do E.F possui renda mensal de aproximadamente nove salários mínimos, sendo que seu pai estudou até a sexta série e sua mãe até a quinta série. E, a renda mensal do E.B é entre três e quatro salários mínimos, sendo que sua mãe possui nível de pós-graduação (professora aposentada) e seu pai possui ensino médio completo e é funcionário público concursado. A renda mensal familiar do E.EF também é de 4 a 5 salários mínimos, sendo que seus pais possuem nível de pós-graduação.

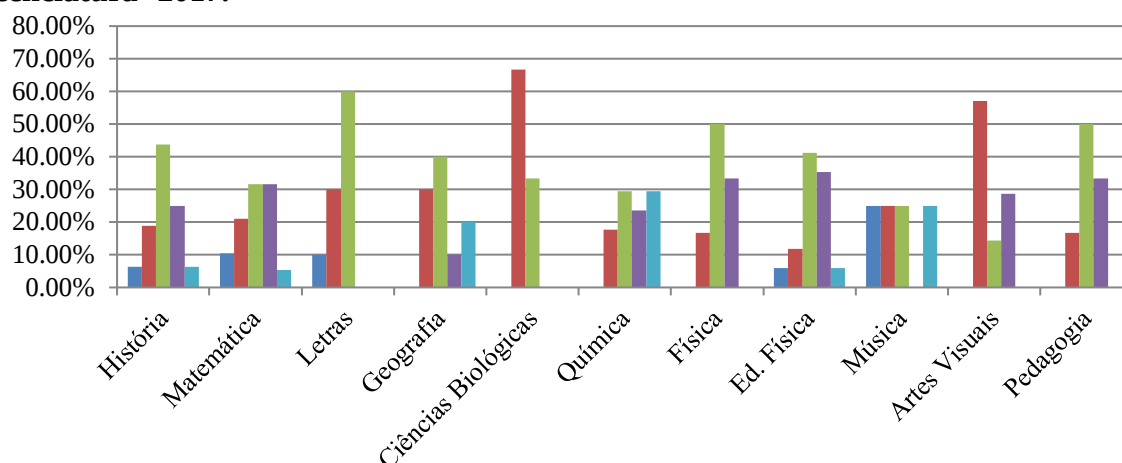
A maioria (39%) dos alunos das licenciaturas da UEPG, no que diz respeito à sua situação financeira alegou ter renda, mas, receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos. A segunda alternativa mais marcada indica que 24,8% dos alunos não possuem renda e seus gastos são financiados pelas suas famílias ou outras pessoas; 22,7% dos respondentes afirmaram possuir renda e contribuir com o sustento da família; 9,2% são os principais responsáveis pelo sustento da família; e, 4,3% não possuem renda e seus gastos são financiados por programas governamentais. O gráfico 11 ilustra esses dados.

Gráfico 12- Situação financeira dos licenciandos da UEPG – 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Ao considerar apenas a turma de Matemática temos que a maioria dos alunos, 31,6%, afirma possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos, sendo que a mesma porcentagem alegou possuir renda e contribuir com o sustento da família. No curso de Química a maioria, 29,4%, afirmou possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos e, a mesma porcentagem afirmou ser o maior responsável pelo sustento da família. Já nos cursos de Ciências Biológicas (66,7%) e Artes Visuais (57,1%) (ambos do período vespertino) a maioria afirmou não possuir renda e ter seus gastos financiados pela família, por outras pessoas ou programas governamentais. Esses dados podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 13- Situação financeira dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.

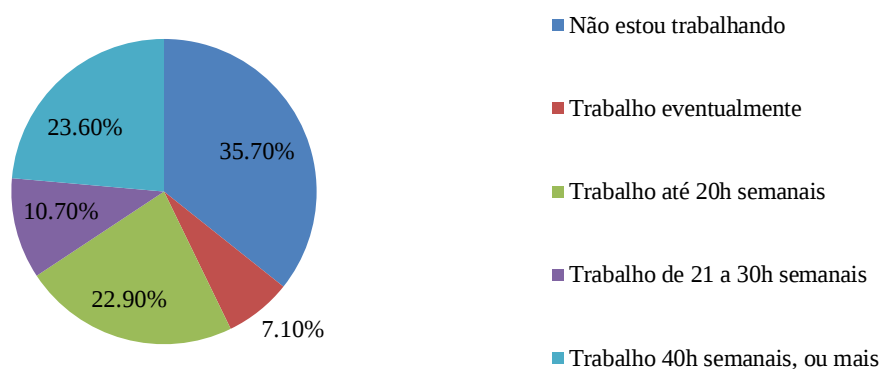


- Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais
- Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família, por outras pessoas ou programas governamentais
- Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos

Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

A maioria dos futuros professores em formação, como pode ser verificado no gráfico 13, trabalha, seja eventualmente (7,1%); até vinte horas semanais (22,9%); de vinte e uma a trinta horas semanais (10,7%); ou quarenta ou mais horas semanais (23,6%); somando 64,3% os estudantes que dividem, de alguma maneira, a vida acadêmica com o trabalho; 35,7% afirmaram não trabalhar.

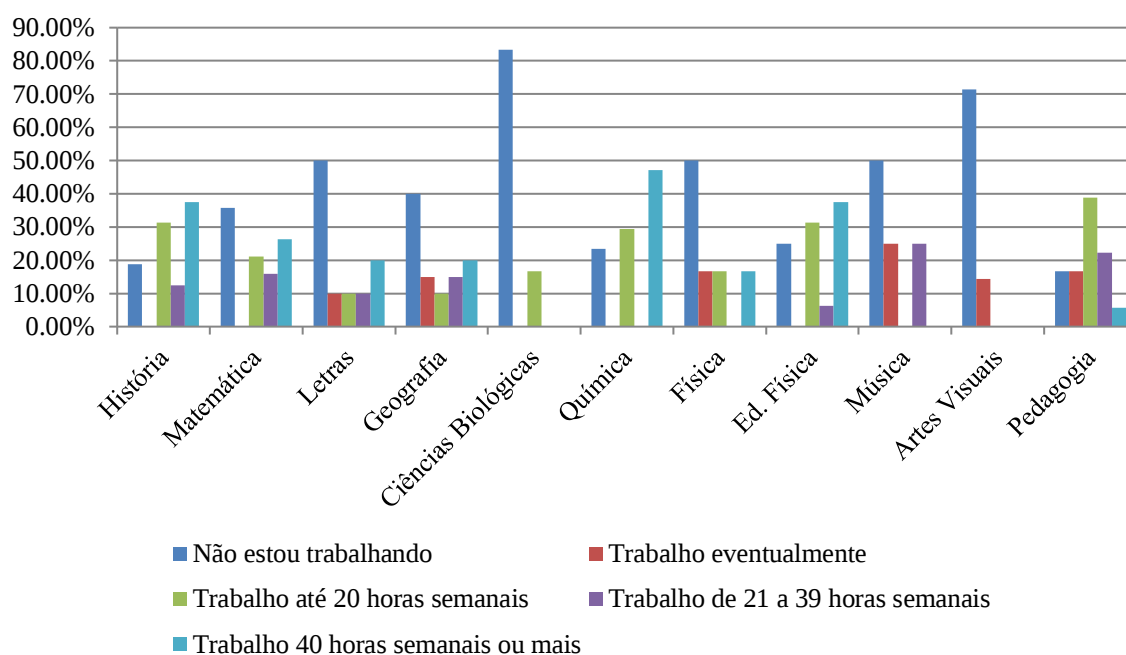
Gráfico 14- Situação de trabalho dos licenciandos da UEPG – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como vimos, 35,7% dos estudantes, considerando todos os cursos de licenciatura, responderam que não trabalham. No entanto, nos cursos de História (37,5%), Educação Física (37,5%) e Química (47,1%), a maioria afirmou trabalhar 40 horas semanais ou mais, como nos indica o gráfico abaixo:

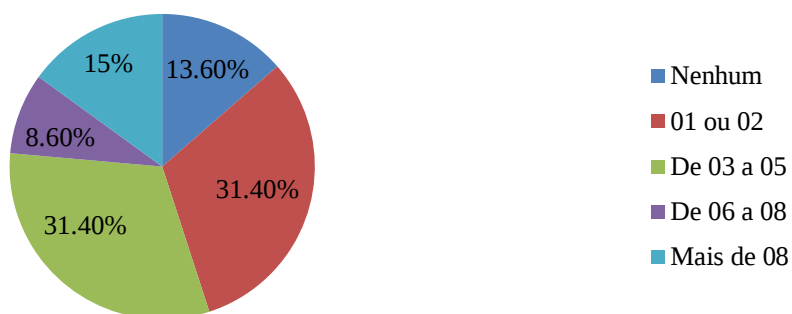
Gráfico 15- Situação de trabalho dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

No que concerne às leituras, na busca por identificar o nível cultural dos alunos, perguntamos quantos livros leram em 2017, excetuando-se os livros da bibliografia do curso. Verificamos, de acordo com o gráfico 15, que 31,4% leu apenas um ou dois livros; a mesma percentagem leu entre três e cinco livros; 15% dos licenciandos leram mais de oito livros no ano; 13,6% não leram nenhum livro; e, 8,6% leram entre seis e oito livros, no ano de 2017.

Gráfico 16- Número de livros lidos pelos licenciandos da UEPG, excetuando-se as leituras obrigatórias - 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

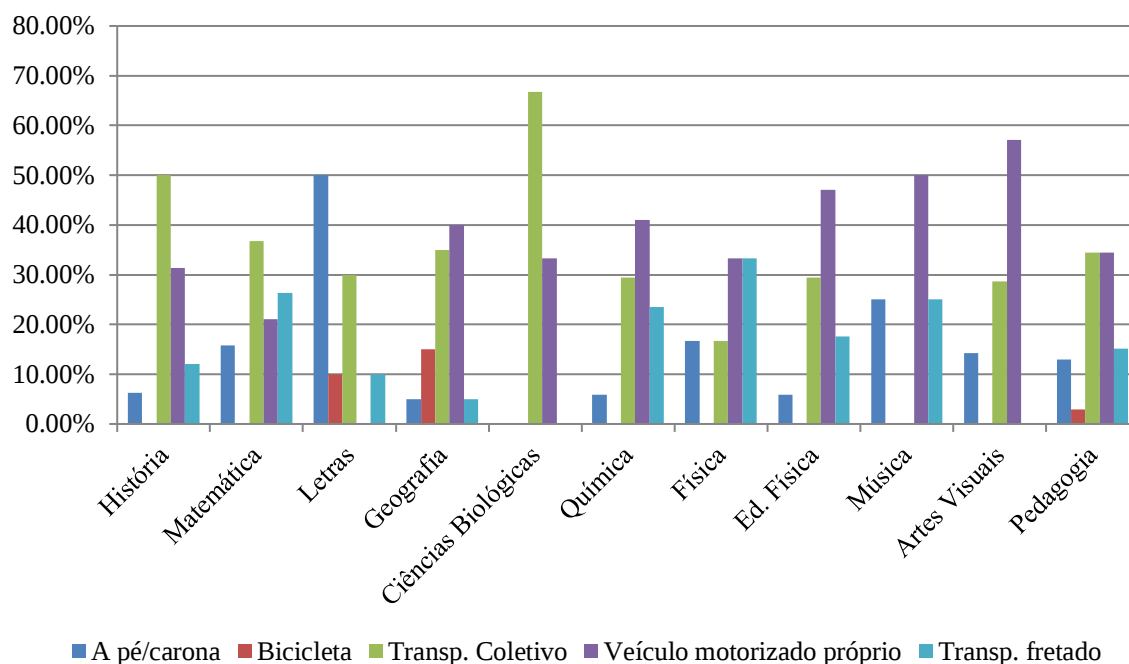
Ainda sobre o nível cultural, a maioria (38,3%) considera seu nível de inglês fraco, seu nível de domínio da língua espanhola fraca (42,6%), não possui domínio de outra língua estrangeira (92,1%) e tem interesse em aprender outro idioma (92,9%). No entanto, 92,9% não frequentaram nenhum curso de língua estrangeira oferecido pela universidade.

A internet é a principal fonte de informações para 93,4% dos licenciandos; 16,4% participam de atividades artísticas e culturais e, 63,3% marcaram a alternativa “outro” no que se refere às atividades extraclasse de que participam. A maioria (42,6%) dedica, aproximadamente, de uma a três horas por dia para aos estudos, excetuando-se as horas de aulas na universidade.

No que se refere à faixa etária e sexo, a maioria dos estudantes (43,6%) possui entre 21 e 23 anos, sendo a maioria (64,5%) mulheres, que não possuem filhos (80%) e, dentre aqueles que possuem, a maioria (12,9%) possuem apenas um.

Em relação ao transporte, para os estudantes das licenciaturas, em geral, o transporte coletivo e veículo motorizado próprio possui a mesma porcentagem de respostas (34,5%). O curso de Letras foge à regra, pois a maioria dos alunos dessa licenciatura (50%) afirmou ir a pé ou de carona para a universidade.

Gráfico 17- Transporte utilizado pelos licenciandos da UEPG para chegar à Universidade, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Entendemos que essa diferenciação do curso de Letras em relação aos demais pode estar associado ao fato de que tal turma de licenciatura se localiza no centro da cidade e no período vespertino. A outra licenciatura que se localiza no centro de Ponta Grossa é a Pedagogia, porém, nossa amostra contou com uma turma do período noturno.

Ainda sobre o transporte, destacamos que na entrevista com o E.P, identificamos que o transporte utilizado para chegar até a universidade, bem como, trabalhar durante o curso de graduação se mostraram determinantes no aproveitamento do curso desse estudante, como pode ser identificado na seguinte passagem:

[...] no primeiro ano eu fazia estágio remunerado numa escola particular. E eu tinha que ficar até o último aluno ir embora. Com isso as vezes eu chegava atrasada para a primeira aula, e eu tinha que ir de ônibus na época, o que também ajudava a atrasar mais ainda. Quando eu ficava até o último ir embora eu ultrapassava a carga horária de trabalho. (EGRESSO PEDAGOGIA, 2018).

A maioria (48,9%) dos licenciandos, em geral, mora em casa ou apartamento com pais ou parentes, possuem casa própria (70,2%) e moram com outras duas pessoas (36,9%).

No que se refere ao entendimento dos acadêmicos das licenciaturas da UEPG sobre as cotas sociais e raciais, a maioria (48,2%) considera justo a cota tanto para alunos negros quanto para alunos oriundos de escolas públicas e, 12,8% não acham justo esse método de ingresso nas universidades, tanto para alunos negros quanto para alunos oriundos das escolas públicas. Além disso, 53,4% consideram que “o sistema de cotas é uma alternativa de correção das desigualdades raciais e sociais existentes com relação ao ingresso à universidade”. A maioria (48,9%) também considera que “o sistema de cotas não resolverá o problema da desigualdade social”.

Dentre os dados apresentados, consideramos que alguns são centrais para nossa análise, uma vez que correspondem às informações obtidas com a revisão da produção acadêmica. Dentre esses dados, dos acadêmicos de licenciatura, está a condição de trabalhadores, a educação básica cursada na rede pública, a baixa renda mensal familiar, e o baixo nível cultural. O fato de a maioria dos estudantes serem trabalhadores é a raiz para explicarmos tanto a baixa renda, quanto o baixo nível cultural e a educação básica cursada na rede pública.

Difícilmente veremos algum indivíduo pertencente à classe economicamente dominante estudando em escola pública, com problemas financeiros e com baixo nível cultural. Isso ocorre por que na atual forma de sociabilidade, em que tudo se torna mercadoria, até mesmo a educação e a cultura estão submetidas à esse princípio orientador. Sendo assim, a educação pública ofertada pelo Estado destina-se, sobretudo, à classe que sobrevive do trabalho. E à classe dominante, apresenta-se o setor educacional privado, que vende educação como uma mercadoria qualquer. Dessa maneira, em vez de, por ser um direito, a educação ser ofertada, igualmente, a todos os indivíduos, por ser mais uma mercadoria, ela é vendida a quem pode pagar, e oferecida de graça a quem não pode. Sabemos que essa constatação está permeada por diversas nuances, no entanto, não é nosso objetivo discuti-los nesse momento.

O aspecto da cultura não foge da lógica exposta anteriormente. O acesso à cultura, tendo esta como uma mercadoria, também fica restrito àqueles que possuem a condição econômica para comprá-la. Dessa maneira, ser trabalhador implica, na maioria das vezes, possuir renda limitada à sobrevivência básica, e isso implica em aceitar aquilo que o Estado proporciona, em termos de educação e cultura. Mas, sobretudo, proporciona a condição social necessária para a luta por uma educação pública de qualidade e por mais acesso aos bens culturais.

Nessa seção apresentamos o perfil geral do estudante de licenciatura da UEPG. Na sequência trataremos das condições que levaram esses alunos a ingressar numa graduação de formação de docentes.

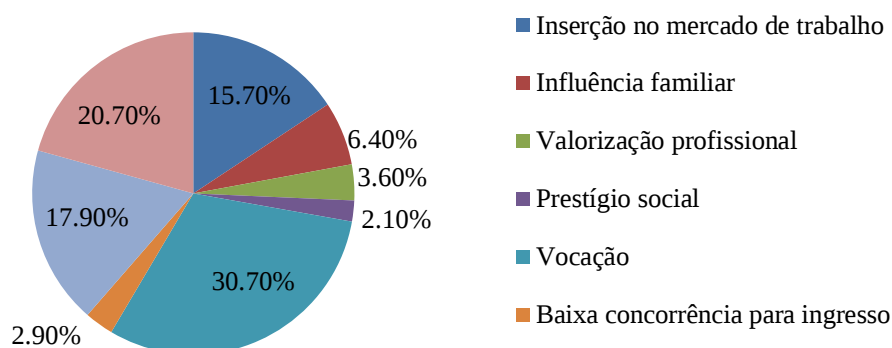
3.2 CONDIÇÕES SOCIAIS DA ATRATIVIDADE E DO ACESSO À CARREIRA DOCENTE

Algumas questões do questionário focaram nos condicionantes que influenciaram na escolha e no acesso a um curso de formação de professores. As tabelas com todos os dados referente a essas categorias, encontram-se nos apêndices 5 e 6, respectivamente.

De maneira geral, a principal influência para cursar uma licenciatura vem dos pais, e também está relacionada às questões referentes ao mundo do trabalho e à vocação. As perspectivas dos estudantes apontam para a permanência na área da educação, principalmente na docência na educação superior.

Para a maioria dos respondentes (33,6%), como podemos verificar no gráfico 17, o trabalho está envolvido na escolha pelo curso de graduação. A possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho é a justificativa para 17,9% dos estudantes terem escolhido a licenciatura, e a inserção no mercado de trabalho é outro motivo que levou 15,7% alunos a cursar uma licenciatura. Para 30,7%, o principal motivo para se ter optado pela profissão de professor foi a vocação. 20,7% marcaram a opção “outro”, 6,4% marcaram influência familiar, 3,6% valorização profissional e, por último, a opção menos marcada, referente ao prestígio social (2,1%).

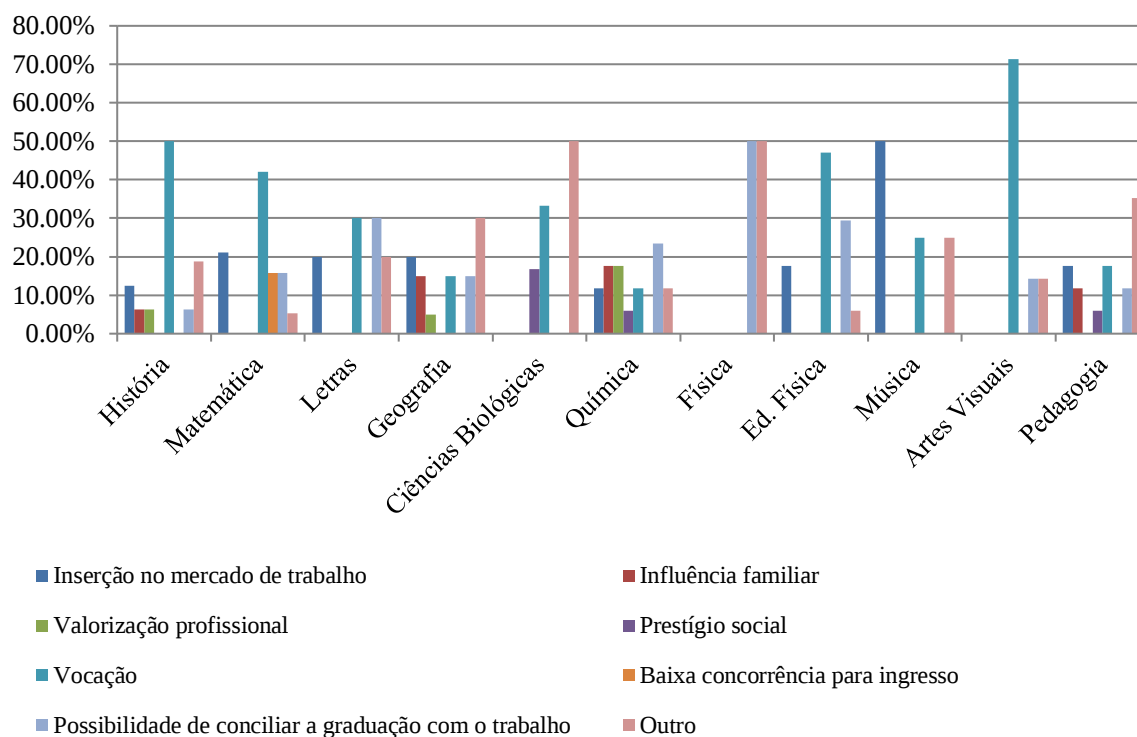
Gráfico 18- Atratividade para os cursos de licenciatura da UEPG – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Ao analisar esse dado por curso, conseguimos visualizar em quais licenciaturas a “vocação” é a motivação predominante e em quais cursos o trabalho é determinante para a escolha da profissão docente. O gráfico a seguir traz essas informações:

Gráfico 19- Atratividade para os cursos de licenciatura da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

A “vocação” possui maior expressão nas licenciaturas em História, Matemática, Educação Física e Artes Visuais. Em Letras empata “vocação” e possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho. Em Geografia, a maioria marcou a opção “outro” e a segunda opção mais marcada foi a referente à inserção no mercado de trabalho. Em Ciências Biológicas, a opção “outro” também foi a mais marcada, ficando em segundo a “vocação”. Em Física, há um empate entre a opção “outro” e conciliação da graduação com o trabalho. Em Música, a inserção no mercado de trabalho possui maior porcentagem de respondentes. Em Pedagogia, a opção “outro” foi a mais marcada, enquanto que, ocupando a segunda colocação ficam empatadas as opções “vocação” e

inserção no mercado de trabalho. Em Química, a possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho foi a opção mais marcada.

As entrevistas buscaram aprofundar a questão da atratividade para a carreira docente, nesse sentido, o egresso do curso de Licenciatura em História afirma que sempre quis ser professor, desde a infância, e se interessava pela área da História, mas não atribui seu gosto à “vocação”. Entende que “vocação” é quando a pessoa sabe fazer e faz bem determinada coisa. E.H entende que ao sair do curso teve a impressão de não estar preparado para a profissão de professor, porém, é a profissão que almeja como relatado abaixo:

A.P: O que atraiu você pra Licenciatura em História, pensado na carreira como docente, como professora?

E.H: É que desde criança eu já brincava de dar aula e é uma coisa que eu sempre quis e eu também gostava de história, escolhi história por gosto.

A.P: Muitas pessoas no questionário colocaram a vocação como o principal atrativo para a carreira docente, o que você entende por vocação?

E.H:Eu acho que vocação talvez não seja a palavra que sirva bem pra mim. É uma coisa que eu gosto, eu acho que gostar também seja um ponto interessante. Mas...é...talvez a vocação seja você fazer bem aquilo que... Se bem que é meio... É confuso porque a gente sai muito... Não é fresco a palavra... A gente sai muito indeciso assim do curso, dá a entender que você não vai conseguir e tal. Eu talvez não consiga me ver como uma vocação, mas é uma coisa que eu gosto, acho que já é um ponto interessante. (EGRESSO HISTÓRIA, 2018).

O egresso da Licenciatura em Biologia iniciou o bacharelado na área em outra cidade, transferiu a matrícula para a UEPG e percebeu que a licenciatura ampliaria seu campo de atuação profissional, então, cursou licenciatura. Os projetos de extensão da UEPG acabaram incentivando-o a continuar na licenciatura, pois mostraram que a docência pode se dar para além da sala de aula, em espaços não formais. E.B não entende que possua a “vocação” para a docência, compreende que vocação é quando a pessoa possui maior facilidade e interesse pela docência, no caso desse egresso, mesmo tendo concluído a graduação, não se sente preparado para trabalhar como professor:

A.P: O que atraiu você para a carreira docente? No caso, fazer um curso de licenciatura?

E.B: Então, foi na verdade vários motivos assim, na verdade, eu iniciei, na biologia com o bacharelado em outra cidade, tentei a transferência pra Ponta Grossa, pra UEPG, e acabei, nesse meio tempo, assim também, mais contato assim relacionado à licenciatura, e vê que teriam muito mais portas abertas assim pra trabalho do que relacionado com o bacharelado, e também principalmente o que me motivou a continuar mais foi também os projetos de extensão que eu acabei me envolvendo, e vendo também esses outros lados que a docência também pode trazer, em benefício pra nós.

A.P: E o que você, em particular, entende por vocação?

E.B: *É, na verdade assim não sei se seria bem uma vocação assim, é mais uma questão acho que mesmo ligada ao dom assim, a pessoa ter uma dinâmica melhor pra trabalhar assim, com as pessoas assim, até mesmo, pelo próprio interesse relacionado ao ser professor mesmo, e trabalhar com essa área, tudo assim, eu particularmente, como terminei agora tudo então ainda não me sinto preparada ainda pra atuar dentro de uma sala de aula, mas quem sabe futuramente eu possa também, estar atuando.*

A.P: *Mas você não atribui, ou atribui, a tua entrada na licenciatura por vocação?*

E.B: *Não, mas assim, pela prática e pelas oportunidades que a licenciatura também poderia oferecer além de ter um campo a mais assim... Mercado de trabalho. (EGRESSO BIOLOGIA, 2018).*

O egresso da Licenciatura em Física possui graduação em bacharelado em Física, mestrado e estava cursando doutorado em Física. Cursou a licenciatura por dois motivos principais, ampliação do campo de atuação profissional e vocação, sendo a última a mais determinante. Ele entende que a maioria dos alunos das ciências exatas acabam, conscientemente ou não, atuando na área docente, justamente devido ao campo restrito que o bacharelado oferece. No caso dele, foi um ato consciente, uma vez que desde o início do bacharelado em Física sabia que sua “vocação” era ser professor. Ele entende vocação como o papel/função que todas as pessoas possuem na vida, como um chamado. Ele atribui à sua vocação para a docência características que facilitam o ensino, o gosto por ver o próximo aprendendo e etc. como pode ser verificado no relato abaixo:

E.F: *[...] Em termos formais, eu inicialmente tive a graduação em bacharelado, mas eu vi que na área das ciências duras, como biologia, química, física, etc. etc. existe pouco campo de atuação em termos profissionais, então o que acontece, os graduados nessas áreas de ciências básicas acabam recuando, de forma consciente ou inconsciente, pra docência, querendo ou não, e nisso incluindo a formação de pós-graduação, mestrado e doutorado, a pessoa acaba caindo as vezes de para quedas na área docente. No meu caso eu já tinha consciência, quando eu comecei o bacharelado, tinha consciente que eu ia me tornar professor, e pessoalmente eu acredito que eu tenho essa vocação, que eu queira ser professor e é isso que eu quero fazer da minha vida, tanto no meio formal quanto no meio informal...*

A.P: *Você acredita então que teve uma combinação, pensando na atração pra carreira docente, entre ampliação do campo profissional e vocação?*

E.F: *Isso, os dois juntos, com um tom mais forte na vocação.*

A.P: *E o que você entende por vocação?*

E.F: *vocação do latim vem de vocacio que é chamado, então eu estou ciente de que as pessoas todas têm uma vocação, independente de quais sejam, e eu com minha experiência de vida notei que eu tenho essa vocação para lecionar e dar aula, então, algumas características que facilitam o ensino, o gosto por ver o próximo aprendendo e assim por diante.*

A.P: *Essa questão da vocação foi uma das que chamaram a atenção com as respostas dos questionários, porque tem toda uma discussão no campo docente referente a isso, e então se tornou necessário compreender o que o*

alunos entendem por vocação, o que é complicado... Seria pra você algo natural, que já nasce com a pessoa?

E.F: As filosofias modernas, educacionais modernas, tendem a excluir do quadro de análise a vocação no sentido clássico, e a vocação que eu estou me referindo é no sentido clássico, entende, e nessa visão, nessa perspectiva, as pessoas todas tem uma vocação, porque cada uma delas tem um papel no mundo, algumas delas tem o papel de docência, entenda aqui docência, papel do professor como duas coisas, instrução e descobrir a vocação nos discípulos, nos alunos, enfatizar o que o aluno quer, então, na visão clássica que é essa que eu estou explicitando, o professor tem essas duas funções, instrução e vocacionar os alunos. (EGRESSO FÍSICA, 2018).

O egresso da Pedagogia gostaria de ter cursado psicologia, mas como não tinha condições de pagar uma faculdade particular ou estudar em outra cidade, optou, inicialmente, pela licenciatura em História e, devido à necessidade de aprofundamento das disciplinas pedagógicas, tendo em vista que não se sentia seguro para desempenhar a profissão docente, acabou cursando Pedagogia, sendo que também possuía o objetivo de ingressar no mestrado (atualmente é mestrando em educação) e a graduação em Pedagogia contribuiria com essa finalidade. Acabou se interessando pela área docente e pretende permanecer nessa carreira. Como descrito abaixo:

Eu, na verdade, gostaria de ter feito Psicologia, mas na época não tinha como eu pagar, só tinha psicologia na faculdade particular, então não tive condições de pagar e nem de estudar em outra cidade, aí eu acabei optando pela História, optei pela licenciatura e acabei gostando e, só que durante o curso eu senti a necessidade de ter estudado disciplinas voltadas para a didática, então resolvi fazer a Pedagogia... Embora eu não tenha feito o curso que eu gostaria de ter feito eu acabei gostando, durante os cursos de História e pedagogia eu acabei gostando dessa área e pretendo ficar nela. (EGRESSO PEDAGOGIA, 2018).

O egresso da Licenciatura em Química sempre foi incentivado pela família a fazer um curso superior. Interessava-se pela química e optou pela licenciatura devido o maior campo de atuação profissional. Atualmente é mestrando na área específica da química. Durante a graduação manteve o foco voltado para a química e destaca a necessidade de as disciplinas pedagógicas serem mais aplicáveis à prática docente. Ressalta, ainda, que teve dificuldade com as disciplinas de fundamentos da educação, psicologia da educação e estrutura e funcionamento da educação, pois necessitava de muitas leituras e era muito teórico, tornando essas disciplinas maçantes, como relatado a seguir:

E.Q: Na parte da graduação eu sempre fui incentivada a continuar, sempre fui pelos meus pais e minha família, incentivada a fazer uma faculdade, eu escolhi a Licenciatura em Química mais pela química mesmo, então eu

gostava assim, eu tive a opção de escolher entre o bacharelado e a licenciatura, eu optei pela licenciatura tanto pelo campo assim de trabalho, tem um leque bem grande de oportunidades não só na escola como também outras, como o mestrado também, então eu escolhi a Licenciatura em Química por causa disso, eu gostava da área também...

A.P: E você sentiu dificuldade com as disciplinas pedagógicas, ou o seu interesse pela área da educação teve alguma mudança depois que você estava no curso ou você continuou na mesma, mais focada na química?

E.Q: Eu fiquei mais focada na química. Acho que desde o começo assim a gente teve uma incentivação, eu pelo menos tive uma incentivação bem maior pra área da pesquisa do que da área da educação, eu acho que na parte das disciplinas pedagógicas, não é que deixou a desejar, mas, o que a química me trouxe de motivação foi bem maior que a da educação. No entanto que quando a gente vai pra escola o susto é bem grande, então, eu acho que a química ficou mais, motivou mais...

A.P: E você sentiu mais dificuldade com as disciplinas pedagógicas assim, mais leitura, não sei, nesse sentido, porque alguns acadêmicos falam que muitos entram mais pela parte da área específica e acabam tendo dificuldade

...

E.Q: Eu acho que as matérias elas são bem teóricas, principalmente as primeiras, estrutura e funcionamento da educação, fundamentos da educação, psicologia da educação, elas se tornaram bem pesadas nesse ponto. As disciplinas de ensino, dependendo do professor, teve um viés mais prático, e alguns anos um viés mais teórico, e eu acho que as disciplinas de ensino, todas da parte da educação deveriam ser mais focadas na área da gente, sabe, porque a gente sentiu bastante que os professores da área de pedagogia davam aula de fundamentos, psicologia, estrutura, e a gente se sentia muito distante daquilo sabe, como se a gente não conseguisse aplicar aquilo na química sabe quando a gente chegou lá no estágio, eu acho que tinha que ser focado na área sabe, como é a parte do ensino de química, a gente vê como aplicar outras metodologias...

A.P: Mais prático pra sala de aula?

E.Q: Uhum, eu acho que deveria seguir esse viés as disciplinas pra tornar menos maçante assim, ensinar mesmo como trazer pra sala de aula as metodologias, não simplesmente ficar só falando na teoria... Acho que deveria ser focado bem na prática assim. (EGRESSO QUÍMICA, 2018).

O E.EF atribui sua entrada no curso de Licenciatura em Educação Física à convivência com os pais que são professores de Educação Física e também menciona a vocação,

E.EF: Meus pais são professores de educação física, então eu acho que o convívio com eles na rotina escolar e tudo mais, me atraiu pra ser professora também. Eu acho que quando eu percebi que eu também poderia ser professora, também teria uma vocação, também teria as características necessárias para ser uma professora também me atraiu bastante pra poder seguir nessa área.

AP: Então, eu queria que você me falasse o que você entende por vocação, porque foi uma resposta que vários acadêmicos deram nos questionários, mas fica uma dúvida, parece uma questão muito subjetiva... O que seria vocação pra você?

E.EF: Então, eu defino vocação como uma capacidade de desenvolver nas crianças nos alunos, da melhor forma possível, atividades do dia a dia, como correr, saltar... Isso nos mais novinhos. E também nos mais velhos ensinar eles a jogar vôlei, handebol, então eu acho assim, eu descobri que eu tenho a vocação, que eu tenho a capacidade, que eu tenho o jeito pra lidar com os

alunos pra eles aprenderem o que eu estou passando pra eles. (EGRESSO EDUCAÇÃO FÍSICA, 2018).

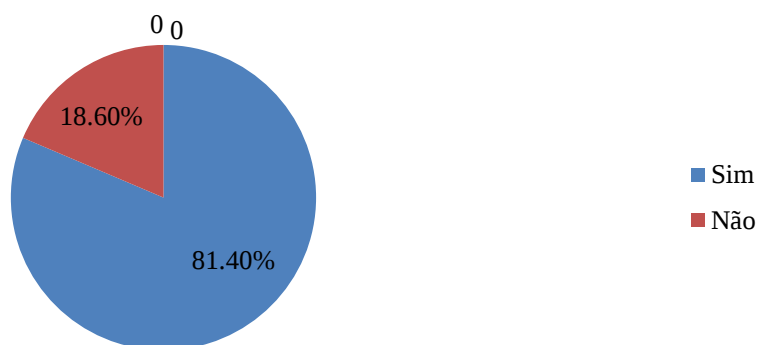
Por meio dos excertos apresentados identificamos dois aspectos principais, relacionados à atratividade para a carreira docente: a) a vocação como algo natural à pessoa, o que facilita sua atuação como professor, bem como seu gosto e grande interesse pela área; b) o ingresso na licenciatura devido à área específica de conhecimento, com vistas a ampliar o campo profissional.

No que se refere à vocação, vimos que tanto o E.B e o E.H não se consideram pessoas com a vocação de professor, pois não possuem facilidade em desempenhar a profissão docente, mesmo possuindo interesse pela profissão. Se levarmos em conta também o conceito de vocação do E.F, entendemos que vocação para os entrevistados é entendido como o bom profissional, seguro de suas ações e de seu papel.

Verificamos, também, que para os egressos das Licenciaturas em Química, Física e Biologia, a escolha da licenciatura também se relaciona com a ampliação do mercado de trabalho. Ressaltando que o E.B mesmo que atualmente deseje atuar na área docente, escolheu sua graduação devido à área específica da Biologia, assim como o E.Q adentrou ao curso e permaneceu apenas focado na área específica da Química, sendo que, atualmente é mestrando nessa área. Nessa mesma linha, o E.F, além da vocação, atribui sua entrada na Licenciatura em Física devido ao maior mercado de trabalho.

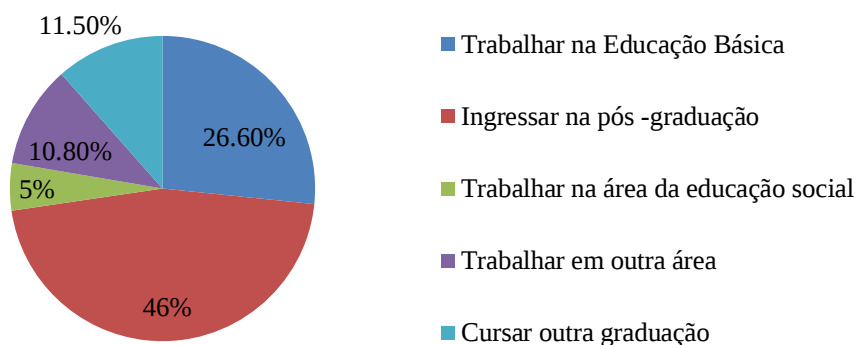
Voltando aos dados do questionário, o Gráfico 19 nos indica que a grande maioria (81,4%) afirma desejar desempenhar a profissão docente após concluir a graduação, sendo que a perspectiva, após concluir a licenciatura, para a maioria (46%), é de ingressar na pós-graduação, para atuar na educação superior. Apenas 26,6% afirmaram a pretensão de atuar na Educação Básica; 11,5% pretendem cursar outra graduação, enquanto 10,8% almejam trabalhar em outra área. Apenas 5% dos alunos responderam que pretendem trabalhar na área da educação social. Sendo assim, 22,3% dos alunos que responderam ao questionário, apesar de estarem concluindo um curso de licenciatura, não pretendem atuar e/ou se especializar na área após a conclusão da graduação, como ilustra o gráfico 20.

Gráfico 20- Intenção dos licenciandos da UEPG em desempenhar a profissão docente-2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

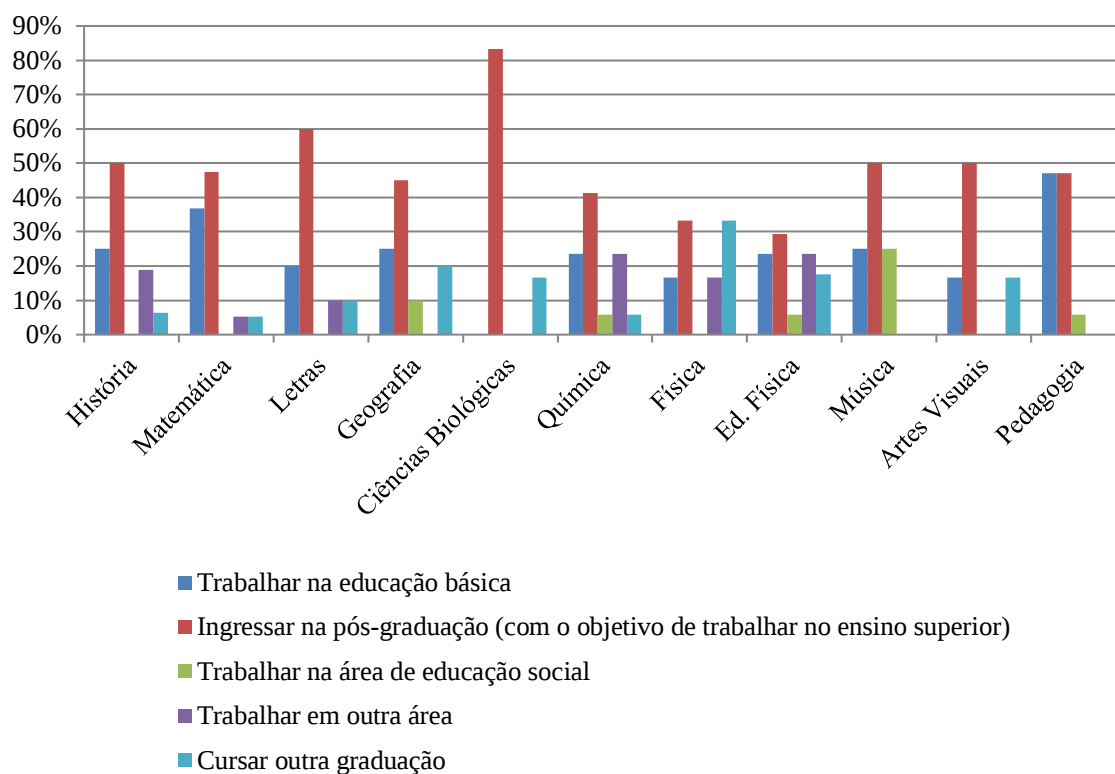
Gráfico 21- Perspectivas dos licenciandos da UEPG após concluir a graduação – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como podemos visualizar considerando todas as licenciaturas, 46% dos estudantes possuem a perspectiva de ingressar na pós-graduação, com o objetivo e trabalhar na educação superior, após a conclusão do curso. Porém, a maioria dos licenciandos dos cursos de Pedagogia e Física aponta diferenciações em comparação ao percentual geral (o qual inclui todos os licenciandos, sem discriminação por curso). Como podemos analisar no gráfico 20, no curso de Pedagogia, 47,1% afirmaram desejar trabalhar na educação básica e a mesma porcentagem almeja a docência na educação superior. E em Física, 33,3% alegaram que a perspectiva é cursar outra graduação e a mesma porcentagem deseja ingressar na pós-graduação.

Gráfico 22- Perspectivas dos licenciandos da UEPG após concluir a graduação, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Por meio das entrevistas, conseguimos identificar que as perspectivas após a conclusão da graduação, de todos os entrevistados, estão sendo atendidas. Ressaltando que dos cinco entrevistados, três estão na pós-graduação em educação e apenas o egresso da Química é mestrando na área da Química.

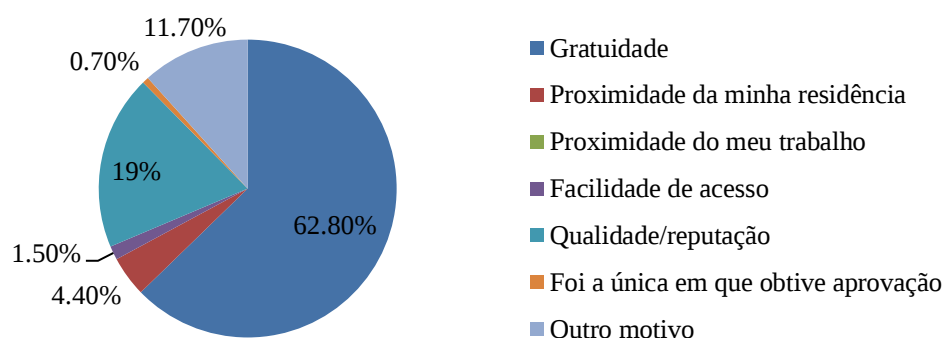
Quando perguntados sobre a pretensão de cursar outra graduação, 72,3% dos respondentes do questionário alegaram que não gostariam de estar em outro curso. Para a grande maioria dos acadêmicos (50%), foram os pais que mais os influenciaram a cursar a graduação, sendo que a segunda opção mais marcada (21,7%) indica que ninguém os influenciou.

Para entender os elementos referentes às condições de acesso aos cursos de licenciaturas da UEPG, os estudantes responderam às questões relacionadas à escolha da UEPG e, também, em que condições o candidato foi aprovado no vestibular ou PSS (processo seletivo seriado). Os dados tabelados, referentes a essa categoria encontram-se no apêndice 5.

De maneira geral, como ilustra o gráfico 22, a principal condição que levou os estudantes a ingressarem na UEPG foi a sua gratuidade. O acesso ao curso se deu por meio do sistema universal e, o nível de dificuldade para adentrar ao curso foi médio.

Para a grande maioria dos alunos (62,8%), a escolha da UEPG se deve ao fato de ser uma instituição com educação gratuita; 19% responderam que foi devido à qualidade/reputação; 11,7% afirmaram haver outro motivo; 4,4% alegaram o fato de a UEPG ser próxima à residência; 1,5% afirmaram a facilidade de acesso e, 0,7% responderam que optaram pela UEPG porque foi a única em que obtiveram aprovação. O gráfico 22 ilustra esses dados.

Gráfico 23- Principais razões dos licenciandos da UEPG para a escolha dessa IES – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

A maioria dos acadêmicos (56,7%) não utilizou nenhuma política de inclusão social para ingressar ao curso e, 35,5% ingressaram na IES por meio das cotas para alunos oriundos de escolas públicas ou de escolas particulares com bolsa de estudos. Apenas 2,8% entraram pelas cotas raciais. A maioria dos estudantes (60%) acha que o nível de dificuldade para adentrar em seu curso de graduação foi médio, no entanto, isso se deve às condições de escolaridade desses estudantes.

De maneira geral, com base na maioria das respostas temos que os estudantes de licenciatura da UEPG adentraram num curso de licenciatura devido à necessidade de trabalhar, tendo também grande expressão a motivação referente à ideia de “vocação”. A maioria dos licenciandos não gostaria de estar em outro curso, deseja desempenhar a profissão docente e pretende ingressar na pós-graduação após a conclusão da graduação.

Para nossa análise é central o dado que indica a principal motivação que levou os estudantes a escolherem um curso de licenciatura. De acordo com os dados, se

juntarmos o percentual de respostas referente à inserção no mercado de trabalho e à possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho, temos que para 33,6%, a escolha pela licenciatura se deu permeada pela necessidade de trabalhar e 30,7% dos estudantes apontaram que escolheram a licenciatura devido à “vocação”.

Entendemos que, o fato de os licenciandos pertencerem à classe trabalhadora, é determinante no entendimento do perfil desses indivíduos (como explanamos no item anterior), também consideramos que a condição de classe fundamenta a escolha pelo magistério. Justificamos tal afirmação pelo fato de que a escolha da licenciatura assegura a sobrevivência do trabalhador durante a graduação, uma vez que ele pode estudar e trabalhar, sendo que estuda num único período, na maioria dos casos, à noite. Também, trata-se de uma profissão com relativa facilidade de inserção no mercado de trabalho. Dessa maneira, a condição de classe é determinante na escolha pelo magistério. O fato de 30,7% dos respondentes do questionário terem alegado que adentraram na licenciatura devido à “vocação”, não altera o que expusemos, ao passo que entendemos que nesses casos, ocorre um encontro entre o curso que o indivíduo realmente deseja cursar com aquilo que é possível de ser realizado.

Após nossa explicação a respeito do acesso dos licenciandos da UEPG à graduação, buscamos, na próxima seção, identificar sob quais condições ocorre a permanência desses estudantes, em seus respectivos cursos.

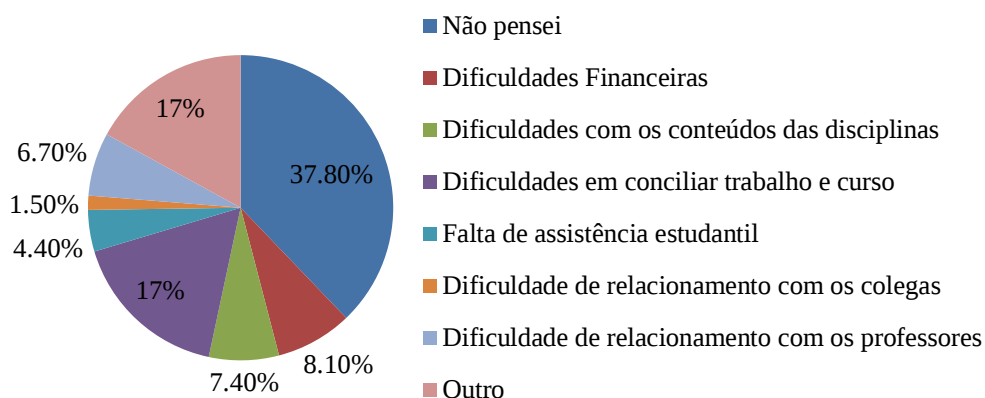
3.3 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UEPG

No que se refere às condições de permanência, várias questões do questionário aplicado buscaram identificar os elementos concernentes às condições que tornam possível a continuidade da frequência dos alunos nos cursos de licenciatura. A tabela com todas as percentagens referentes à essa categoria de dados está disponível no apêndice 7.

De maneira generalizada, podemos inferir que a maioria dos licenciandos não utiliza o Restaurante Universitário (R.U.) periodicamente; nunca trancou matrícula, mas já pensou nisso; nunca recebeu auxílio, porém gostaria de receber; nunca recebeu bolsa e, dentre aqueles que assinalaram terem recebido bolsa (PIBIC, PIBID), a maioria alegou que não desistiriam do curso se não tivessem sido beneficiados.

A grande maioria dos alunos (94,3%) nunca trancou matrícula, porém, a maioria dos graduandos (62,1%) em licenciatura já pensou em desistir ou trancar a graduação. Entre esses que já pensaram em trancar a graduação, como nos informa o gráfico, 23,17% afirmaram que o principal motivo para isso é a dificuldade em conciliar o trabalho e o curso. A mesma porcentagem de alunos assinalou existir outro motivo, não explícito entre as alternativas do questionário; 8,1% alegaram dificuldades financeiras; 7,4% dificuldades com os conteúdos das disciplinas; 6,77% dificuldades de relacionamento com os professores; 4,4% falta de assistência estudantil; e, 1,5% dificuldades de relacionamento com os colegas.

Gráfico 24- Justificativas dos licenciandos da UEPG que já pensaram em desistir ou trancar a graduação – 2017.

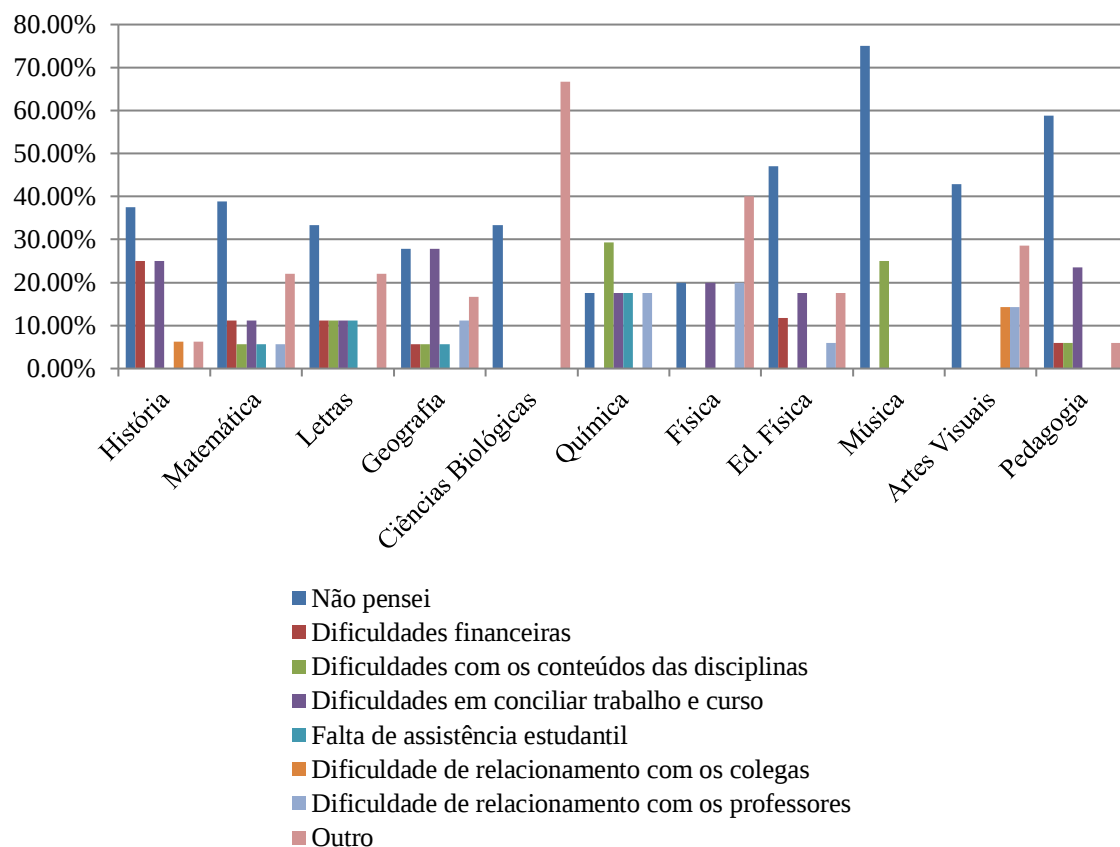


Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Tomando os dados por cursos, temos que para a maioria (25%) daqueles que já pensaram em trancar ou desistir da graduação, no curso de História, o fizeram devido às dificuldades financeiras, sendo que essa mesma porcentagem afirmou que a dificuldade em conciliar o trabalho e o curso foi o principal motivo. Nas licenciaturas em Geografia (27,8%), Educação Física (17,6%) e Pedagogia (23,5%), a maioria dos estudantes afirmou que a conciliação entre o trabalho e o curso foi a principal motivação; na licenciatura em Educação Física, a mesma porcentagem (17,6%) alegou haver outro motivo para terem pensado em desistir ou trancar a graduação. Nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas (66,7%), Matemática (22%), Letras (22%), Artes Visuais (28,6%) e Física (40%) a maioria dos respondentes também afirmou haver outra motivação. Já nos cursos de Música (25%) e Química (29,4%), a maioria alegou que as

dificuldades com os conteúdos das disciplinas seriam a principal justificativa, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

Gráfico 25- Justificativas dos licenciandos da UEPG que já pensaram em desistir ou trancar a graduação, por curso de licenciatura- 2017.



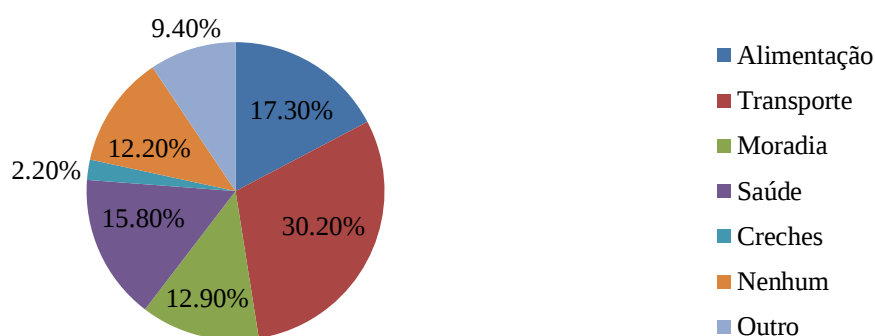
Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Destacamos a informação levantada com a entrevista ao E.B, o qual afirmou ter considerado a possibilidade de trancar a graduação devido à incerteza referente à carreira docente. Quando questionado sobre o motivo de ter pensado em trancar o curso, o E.B alegou:

Acho que mais assim, também relacionado a essa questão, assim de também ver se realmente eu estava fazendo ali... Estava ... Na verdade no caminho certo ali ... Relacionado à licenciatura, principalmente por conta das disciplinas pedagógicas. Tudo que me levavam a pensar tipo, nossa, como que vai ser com o estágio obrigatório, tudo, mas depois quando a gente foi pra sala de aula eu vi que tinha um pouco assim desse interesse em trabalhar com os alunos, mas não precisamente dentro de uma sala de aula. Mas, assim, relacionado com a parte do ensino não formal mesmo, e educação com projetos, outras atividades em outras... Outros campos que também trabalham com a educação. (EGRESSO BIOLOGIA, 2018).

Quando perguntados sobre os auxílios estudantis, a grande maioria dos estudantes (89,9%) alegou que não recebeu nenhum auxílio social do governo ou da universidade. Porém, quase 88% dos alunos sentem a falta de algum tipo de auxílio estudantil. O gráfico 25 aponta que a maioria dos respondentes (30,2%) afirmou que gostaria de receber auxílio transporte; 17,3% marcaram a opção referente à alimentação; 15,8% desejariam receber auxílio saúde; 12,9% gostariam de receber auxílio moradia; 12,2% afirmaram não necessitar de nenhum auxílio; e, 9,4% marcaram a opção “outro”.

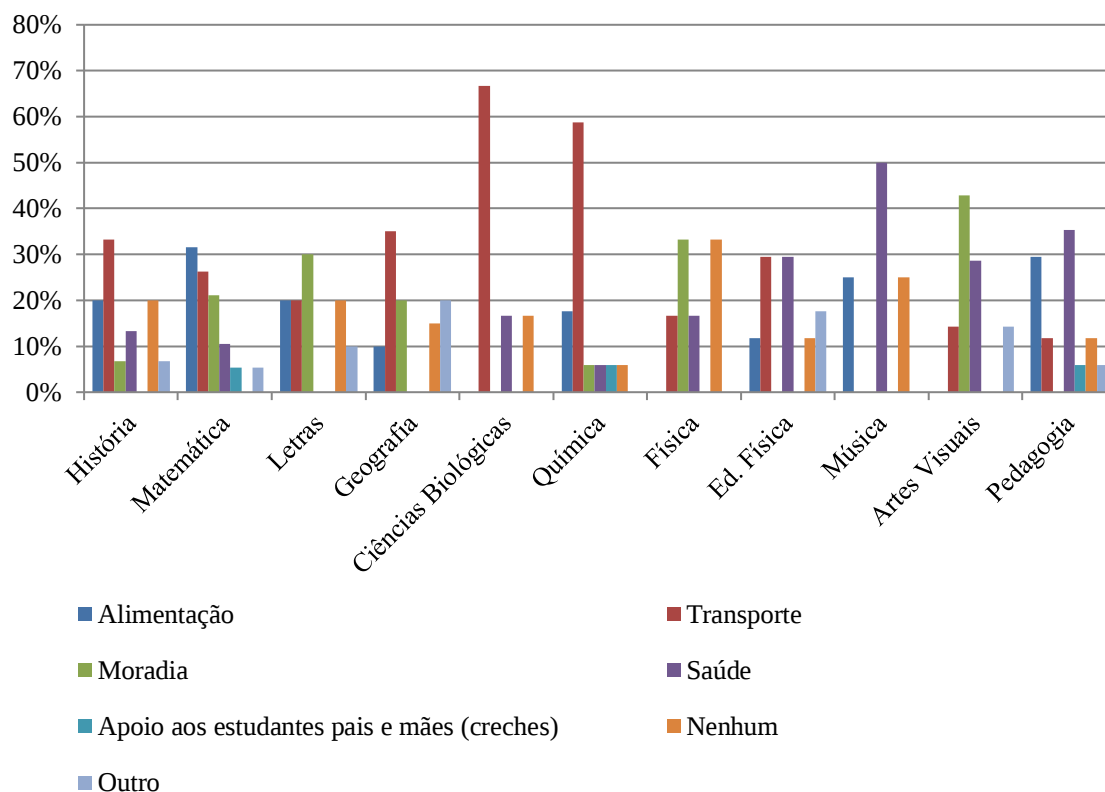
Gráfico 26- Principais tipos de auxílios estudantis que os licenciandos da UEPG gostariam de receber – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como vimos, considerando todos os respondentes do questionário, sem discriminação por curso, temos que a maioria dos estudantes de licenciatura da UEPG afirmou que o auxílio transporte foi o principal tipo de auxílio que gostariam de ter recebido. Porém, se considerarmos apenas o curso de Matemática, veremos que a maioria (31,60%) dos alunos dessa licenciatura gostaria de ter recebido auxílio alimentação. Nas licenciaturas em Letras (30%), e Artes Visuais (42,9%) a maioria respondeu que gostaria de ter recebido auxílio moradia. A maioria dos estudantes de Educação Física (29,4%), Música (50%) e Pedagogia (35,3%) apontou que gostaria de ter recebido auxílio saúde. Em Física, a porcentagem para aqueles que gostariam de ter recebido auxílio moradia é de 33,3%, sendo a mesma porcentagem para aqueles que responderam que não gostariam de ter recebido algum tipo de auxílio. O gráfico a seguir ilustra esses dados:

Gráfico 27- Principais tipos de auxílios estudantis que os licenciandos da UEPG gostariam de receber, por curso de licenciatura- 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Quanto às bolsas acadêmicas, 46,1% receberam bolsa de iniciação científica ou de docência (PIBIC, PIBID, etc.); 43,3% não receberam nenhum tipo de bolsa; 4,3% receberam bolsa de extensão; 3,5% afirmaram ter recebido outro tipo de bolsa; 2,1% bolsa PET; e, 0,7% bolsa monitoria/tutoria. Dentre os alunos que recebem bolsa acadêmica ou auxílio estudantil, quando perguntados se desistiriam do curso, caso não fossem beneficiários, 79,4% responderam que não desistiriam, 14,6% responderam que talvez desistiriam e, apenas, 5,8% alegaram que desistiriam do curso.

Por meio das entrevistas, verificamos que para o E.B a bolsa do projeto de extensão foi determinante para a sua permanência no curso, pois garantiu transporte, alimentação e cópias dos materiais solicitados pelos professores, como descrito abaixo:

A.P: Durante a graduação você necessitou receber algum tipo de auxílio estudantil ou bolsa acadêmica?

E.B: Sim, eu fiz por dois anos, eu fiquei como estagiária voluntária e depois no final, nos dois últimos anos, eu acabei sendo bolsista em projetos de extensão e que de alguma forma também acabou ajudando principalmente

em questão de transporte pra poder chegar à universidade, deslocamento, todas essas questões assim.

A.P: Então receber a bolsa teve uma maior colaboração com a questão do transporte?

E.B: Isso, aham, pra poder tipo manter, terminar a graduação em si.

A.P: E você acha que se não tivesse essa bolsa, esse auxílio, você teria talvez desistido?

E.B: Possivelmente teria trancado. Que era bem complicado, estar aqui o dia inteiro, a questão de almoço, de transporte, muitos Xerox também que precisava ser feito, então, ajudou bastante nesse quesito. Então, se eu não tivesse (recebido a bolsa) possivelmente eu teria que, ou arrumar um emprego paralelo ou, trancar o curso. (EGRESSO BIOLOGIA, 2018).

O egresso da Licenciatura em História foi bolsista do PIBIC por um ano e PIBID por um ano e quatro meses. Salienta que a maior importância desses programas foi a complementação na formação, mas que a bolsa ajudou bastante com transporte e alimentação, porém, não desistiria do curso se não tivesse sido bolsista:

E.H: Eu recebi bolsa de Iniciação Científica.

A.P: quantos anos?

E.H: Foi um ano de Iniciação Científica e aí eu entrei no PIBID um ano antes, e também um ano e quatro meses ... Mas entrei pra complementar a formação mesmo, não porque precisava, necessariamente, da bolsa... Acho que mais pensando na formação.. A.P: Então você não desistiria do curso se não tivesse sido bolsista? E.H: Não.

A.P: Mas então você vê como um ganho mais para o currículo mesmo, para a tua formação?

E.H: Ah é claro que a bolsa ajuda bastante, é mas, as duas coisas, porque pra mim facilitou bastante ter feito Iniciação Científica, PIBID, mas, nossa, a bolsa quebrou um galho enorme, pra tudo, passagem, até alimentação. (EGRESSO HISTÓRIA, 2018).

O egresso da Licenciatura em Química foi bolsista do PET nos dois primeiros anos e do PIBIC nos dois últimos anos. Afirma que conseguiria permanecer no curso mesmo sem a bolsa, mas que teria mais dificuldades:

E.Q: Eu acredito que eu fui muito bem na graduação, em todas as matérias assim...

A.P: Tinha tempo pra estudar, fazer os trabalhos?

E.Q: Sim.

A.P: Trabalhava durante a graduação?

E.Q: Não, eu era bolsista do PET e no terceiro e último ano do PIBIC

A.P: Então você foi desde o primeiro ano bolsista?

E.Q: uhum.

A.P: E você acha que se você não tivesse sido bolsista, tivesse que arrumar um trabalho, ou não tivesse essa renda da bolsa, você conseguiria permanecer no curso?

E.Q: Eu acho que conseguiria permanecer, com bastante dificuldade...

A.P: Teria o mesmo desempenho?

E.Q: Eu não sei avaliar, porque a gente tem vários exemplos de pessoas da minha turma que trabalhavam o dia inteiro e tinham bastante dificuldade, alguns reprovaram nas disciplinas, mas a gente tem vários exemplos de

peessoas que trabalhavam o dia inteiro e foram muito bem, inclusive estão fazendo mestrado, ou estão trabalhando na indústria, com um emprego bom assim sabe, então eu acho que depende do caso. Avaliando eu, eu acredito que eu permaneceria no curso, acredito que iria bem, também. (EGRESSO QUÍMICA, 2018).

O egresso da Educação Física, apesar de não ter pensado em desistir ou trancar a graduação, sofreu com o cansaço, principalmente com o Estágio Obrigatório e o TCC, por trabalhar na época:

E.EF: Não, em nenhum momento eu pensei em trancar a graduação, em nenhum momento eu pensei em desistir do curso, é, era um sonho que eu tinha em fazer uma faculdade, não tinha bem certo o curso que eu queria fazer, mas depois que eu entrei no curso percebi que era isso mesmo, que eu estava na área certa, que era educação física mesmo e nunca pensei em desistir do curso. Muitas vezes eu estava exausta cansada, mas desistir do curso nunca pensei.

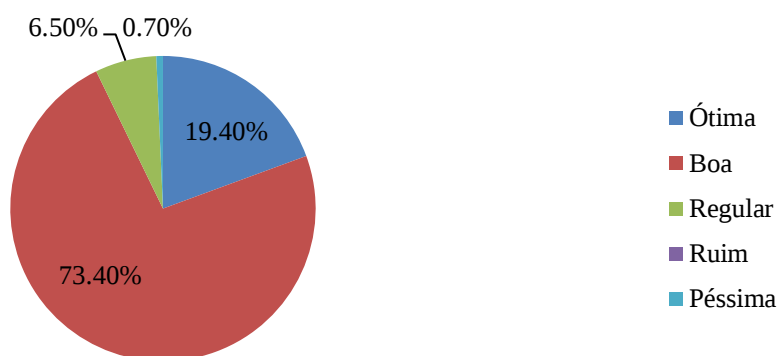
AP: Os motivos da exaustão, do cansaço, você lembra quais os motivos da exaustão, do cansaço?

E.EF: Foi basicamente nos últimos dois anos, que a gente começou estágio e daí como eu sou de Castro a gente tinha que se deslocar pra Ponta Grossa pra fazer estágio, e ficar o dia inteiro em Ponta Grossa, e mais a noite estudar, pra chegar no outro dia e trabalhar ainda, que aí eu fazia estágio em Castro. Então assim, foi bem cansativo e daí no último ano também tinha o TCC, foi bem desgastante ir atrás e as vezes não tinha muito assunto relacionado aí o professor achava algumas coisas mas não era bem isso que a gente estava pensando. Então assim foi desgastante o TCC e os estágios, e também algumas horas complementares, que a gente chegou no último ano e não conseguimos fechar, devido os cálculos que a UEPG faz para as horas complementares, e, a gente teve que correr atrás de horas, atrás de fazer cursos e ir em palestras e acho que isso desgastou bastante também. (EGRESSO EDUCAÇÃO FÍSICA, 2018).

Por meio do exposto é possível compreender como que mesmo sendo uma universidade pública, é necessário que os alunos destinem recursos financeiros à própria formação, desde o transporte e alimentação até as cópias para estudo. Entendemos que essa é uma das maneiras em que, mesmo sendo pública, a universidade pode ser excludente.

Retornando aos dados dos questionários, de acordo com as informações do gráfico 27, verificamos que entre as possíveis respostas – ótimo, bom, regular, ruim, péssimo –, para a maioria dos estudantes (73,4%), a relação com os professores do seu curso é considerada boa; 19,4% a consideram ótima; 6,5% assinalaram a opção regular e; 0,7% marcaram a opção péssima.

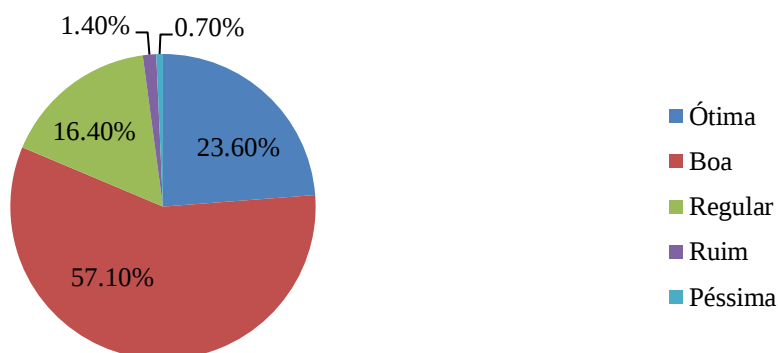
Gráfico 28- A relação dos licenciandos da UEPG com os professores do curso – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como ilustra o Gráfico 28, a relação com os colegas da turma também é classificada como boa para a maioria dos licenciandos (57,1%); 23,6% afirmaram que a relação com os colegas é ótima; 16,4% a consideram regular; 1,4% assinalaram a alternativa ruim e; 0,7% marcaram a opção péssima.

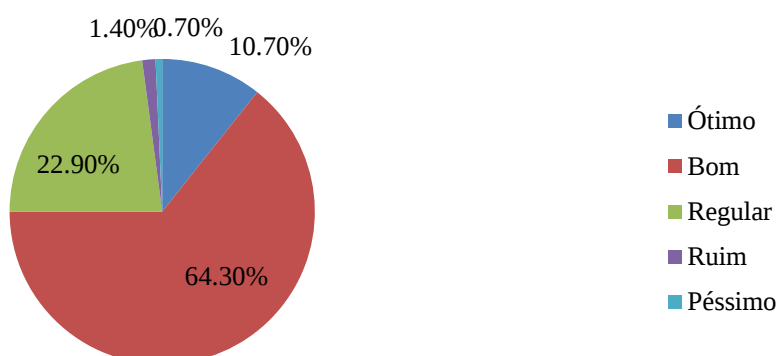
Gráfico 29- A relação dos licenciandos da UEPG com os colegas do curso – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Como aponta o gráfico 29, para 64,3% o próprio desempenho nas disciplinas do curso é tido como bom; 22,9% consideram seu desempenho regular; 10,7% o consideram ótimo; 1,4% assinalaram a opção ruim; e, 0,7% afirmaram ter um péssimo desempenho.

Gráfico 30- Desempenho dos licenciandos da UEPG, nas disciplinas do curso – 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2017). Organizados pela autora.

Para 30,4% dos acadêmicos, o principal grupo que os auxiliou nas dificuldades, durante a graduação, foi os pais, sendo que a segunda maior parcela de estudantes, (16,3%) afirmou não ter passado por dificuldades durante a graduação.

Quanto à alimentação dos estudantes da UEPG, 60% utilizam o Restaurante Universitário (R.U.) eventualmente; 26,4% não utilizam; 6,4% utilizam diariamente para almoço; 3,6% para jantar e almoçar e essa mesma percentagem para apenas jantar, ambos diariamente. Dentre os que utilizam, a maioria (66%) acha o R.U. higiênico; considera o atendimento satisfatório (68,1%); e, acha que a comida do R.U é bem feita (68,1%). A maioria (47,1%) também afirmou que o cardápio é satisfatório, e não considera adequado o preço da comida no R.U. (40%).

Em relação aos cursos de licenciatura, em oferecer condições mínimas para a permanência dos alunos na graduação, os dados se contradizem. A maioria (45%) dos acadêmicos alegou que, no seu curso, não foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação; 32,9% responderam talvez, e apenas 22,1% responderam sim. Analisando por curso, temos que a maioria dos estudantes de Música (75%) e Artes Visuais (71,4%) afirmou ter recebido oportunidades de superação no processo formativo. Na turma de Física as três opções “sim” “não” e “não sei” tiveram a mesma percentagem de respostas, 33,3%. Na turma de Geografia, a mesma percentagem (35%) de alunos assinalou as opções “sim” e “não”. A maioria dos alunos de História (56,3%), Matemática (47,4%) e Letras (40%) afirmou não saber a respeito.

Porém, 59,7% afirmaram que a coordenação de seu curso esteve disponível para orientação acadêmica aos estudantes, uma vez que somente o curso de Educação Física teve a maioria (62,5%) alegando que a coordenação não esteve disponível.

Também, 79,9% alegaram que foram oferecidas oportunidades para os estudantes do seu curso participar de programas, projetos ou atividades de extensão universitária, e 70,7% assinalaram que seu curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição; 54,3% confirmaram que os estudantes de seu curso tiveram oportunidades para avaliar periodicamente a atuação de seus professores. Porém, ao analisar por curso de licenciatura percebemos que a maioria dos estudantes de Educação Física (68,8%), Química (52,9%), Física (83,3%) e Matemática (47,4%), afirmou que não realizou avaliações periódicas dos professores do curso.

No entanto, ao considerar todos os respondentes do questionário, verificamos que 75% afirmaram não terem a oportunidade de avaliar a infraestrutura da UEPG.

No que tange às questões de infraestrutura, com base nos dados que apresentaremos, podemos inferir que, de uma maneira geral, as condições de infraestrutura da UEPG apresentam debilidades.

Para a maioria dos licenciandos (44,3%), a universidade não dispõe de número suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico. Porém, quando analisamos os dados, separadamente, por curso de licenciatura, visualizamos que a maioria dos alunos dos cursos de Geografia (45%), Ciências Biológicas (50%) e Matemática (47,4%) alegou que a instituição possui quantidade suficiente de funcionários. A maioria dos alunos do curso de Artes Visuais (57,1%) assinalou a opção “não sei”.

Os egressos entrevistados apresentam quatro setores debilitados no número de funcionários da UEPG: segurança, docentes e técnicos de laboratórios. Quando questionado sobre a quantidade de funcionários da UEPG, o E.H afirma:

Eu acho que ainda é pouco, até ontem a gente estava conversando, que o número de segurança aqui é, se eu não me engano são cerca de 70 pra universidade inteira, se for dividir em três turnos, se for parar pra pensar cada campus deve ter ali uns três guardas por turno, seis no máximo. Então é uma coisa que ainda falta, se for considerar o... sei lá... Uvaranas é perigoso pra caramba e então acho que ainda é pouco. (EGRESSO HISTÓRIA, 2018).

O E.B também considera que a quantidade de funcionários da segurança da UEPG é deficitária:

Em alguns setores é baixa, em outras assim eu acredito que seja bom, problema, eu acho que o problema maior, na universidade está com relação à segurança, principalmente, eu acho que é bem defasada. Falta, não sei se seria falta de vigilância, mas eu acho assim que mais uma falta de... Não de pessoas...é uma falta assim ...mais de olhar pra comunidade acadêmica e até mesmo dos próprios funcionários, eu acho que isso é bem defasado e bem ... Eu digo até que poderia ser uma falta de respeito porque eu acredito que tenha recursos pra isso e infelizmente a gente...(EGRESSO BIOLOGIA, 2018).

O E.EF também considera que o número de funcionários destinados à segurança da UEPG é deficitário,

pra segurança, principalmente no campus de Uvaranas, eu acho que falta bastante funcionários, nas outras áreas, biblioteca, laboratórios, é... Eu acho bem tranquilo... E protocolos também é bem tranquilo.. Não falta funcionário, mas pra atender à segurança do campus de Uvaranas tem muitos locais que é... Ocorrem assaltos, que são escuros que são desertos, principalmente perto do bloco G de Educação Física é bem perigoso e a gente via que... É possível ver que o número de funcionários pra segurança é bem escasso.(EGRESSO EDUCAÇÃO FÍSICA, 2018).

O E.F afirma que os funcionários da limpeza são essenciais ao funcionamento da UEPG, e considera que existe número suficiente de funcionários:

E.F: Eu acho suficiente, inclusive eu acredito que o principal tipo de funcionário que a UEPG... Quer dizer, o principal não, o mais importante, de base, e as moças da limpeza sabe, eu acho que sem aquelas moças eu acho que a UEPG não iria funcionar direito.

A.P: E você acredita que tem suficiente?

E.F:Acredito que tem suficiente, elas trabalham, e eu acho que é suficiente. (EGRESSO FÍSICA, 2018).

Quando perguntado sobre o número de funcionário que a UEPG possui, inicialmente o egresso de Química considerou que a instituição possuía número suficiente, no entanto, mudou a afirmação na sequência:

A.P: o que você tem a dizer sobre a quantidade de funcionários que a UEPG tem pra atender às demandas dos acadêmicos e professores, em geral?

E.Q: Eu acho que é bom.

A.P: É suficiente? Você trabalha com laboratório e tal, não faltam pessoas?

E.Q: Acho que de laboratório faltam, assim, no caso aqui dos que os alunos usam tudo, eu acho que técnico falta, os professores reclamam, inclusive quando a gente entrou no estágio a professora reclamou que precisava de ajuda pra preparar os experimentos porque os técnicos ficavam andando...

acho que tem dois...Acho que nessa parte sim, falta. (EGRESSO QUÍMICA, 2018).

O egresso da Pedagogia considera que o quadro de docentes é deficitário:

Posso dizer dos profissionais que eu tinha mais contato que são os professores né, então eu penso que ainda falta um maior número de professores...(EGRESSO PEDAGOGIA, 2018).

No que se refere aos dados gerais dos questionários sobre a infraestrutura da UEPG, para a maioria dos licenciandos a segurança no campus é péssima (52,9%); as condições de infraestrutura das salas de aula de seus cursos não estão adequadas (55,7%); a instituição não possui refeitórios, cantinas e banheiros em condições adequadas às necessidades dos seus usuários (50,7%). Porém, a maioria (57,9%) afirmou que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas necessárias para a formação e que a instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso às obras disponíveis em acervos virtuais (42,1%). Sobre a internet gratuita da UEPG, 32,9% a consideram de péssima qualidade; 29,3% acham a qualidade regular; 28,6% classificam como ruim; apenas 8,6% consideram boa; e 0,7% acham ótima.

Constatamos, também que, apesar de a maioria não considerar ótimo o tempo que possuem para realizar as atividades acadêmicas domiciliares, a maioria dos acadêmicos mantém uma boa ou ótima frequência nas aulas.

33,6% consideram como regular o tempo que possuem para realizar as atividades acadêmicas domiciliares; 31,4% classificam esse tempo como bom; 16,4% como ruim; 11,4% como péssimo; e, apenas 7,1% consideram seu tempo para as atividades domiciliares como ótimo. Em relação à assiduidade nas aulas, a maioria dos respondentes (55,7%) a considera boa; 21,4% ótima; 20% regular; 2,1% ruim e apenas 0,7% classificam sua assiduidade como péssima.

Com o objetivo de sintetizar e apresentar os dados por curso de licenciatura, de maneira a facilitar nossa análise, elaboramos um quadro comparativo no qual diferenciamos as respostas dadas pelos licenciandos como “aspectos negativos à permanência” e “aspectos positivos à permanência”. Subdividimos os aspectos positivos em:

a) Aspectos positivos de ordem socioeconômica:

- Não possuir renda e ter seus gastos financiados pela família;
- Não trabalhar;

- Renda familiar acima de 3 salários mínimos (R\$ 2.811,00);
- Não necessitar receber auxílio ou bolsa estudantil ou ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil e não pensar em desistir do curso caso deixe de ser bolsista;

b) Aspectos positivos de ordem institucional:

- Realizar avaliação dos professores do curso;
- Ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação;
- A instituição dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.

c) Aspecto positivo de ordem familiar:

- Possuir uma ou mais pessoas com ensino superior na família.

d) Aspecto positivo referente à possibilidade da evasão:

- Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação.

e) Aspecto positivo referente à atratividade para a carreira docente:

- Vocação como principal atrativo para a carreira docente.

Os aspectos negativos à permanência estudantil são subdivididos em:

a) Aspectos negativos de ordem socioeconômica:

- Ser o maior responsável pelo sustento da família ou contribuir para o sustento da família;
- Trabalhar 20 horas ou 40 horas semanais ou mais;
- Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00);
- Desejar receber algum tipo de auxílio ou bolsa estudantil;
- Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil.

b) Aspectos negativos de ordem institucional:

- Instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico;
- Não realizar avaliação dos professores;

- Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação;

c) Aspecto negativo de ordem familiar:

- Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino.

d) Aspecto negativo referente à possibilidade da evasão:

- Pensar em desistir ou trancar a graduação.

e) Aspecto negativo referente à atratividade para a carreira docente:

- Possibilidade de conciliar graduação e trabalho ou inserção no mercado de trabalho como principal atração para a carreira docente.

Salientamos que, no contexto da pesquisa, a “vocação” teve uma conota  o positiva, pois o entendimento dos estudantes, evidenciado nas entrevistas,    de que esse elemento da atratividade diz respeito    vontade do indivíduo, como aquilo que ele realmente deseja fazer e ter como profissão. Desse modo, para os estudantes, voca  o não    entendida como algo inato que determina a escolha da profissão. Ressaltamos, contudo, que a discussão no campo da educa  o referente    voca  o    ampla, e de maneira geral, resumir a profissão docente    voca  o    desconsiderar todos os outros elementos envolvidos na forma  o do professor; mas, nessa pesquisa voca  o se encaixa como o desejo pela docência, uma verdadeira escolha, contrapondo-se as demais justificativas para o ingresso na carreira, como a rápida inser  o no mercado de trabalho ou a possibilidade de conciliar os estudos com o trabalho.

O quadro abaixo busca traçar um perfil mínimo dos cursos de licenciaturas na UEPG com base na **maioria/maior percentagem de respostas** dadas pelos alunos de cada curso, ou seja, trata-se de uma generaliza  o a partir dos dados, para podermos traçar esses perfis de cada curso de licenciatura. Para dados mais detalhados, disponibilizamos o apêndice 8 no qual    possível avaliar a porcentagem de todas as respostas de todos os cursos de licenciatura. Destacamos que nos casos em que houve empate entre a porcentagem de respostas, as duas respostas foram apresentadas nos dois campos.

Quadro 1- Aspectos positivos e negativos à permanência estudantil dos licenciandos da UEPG, por curso de licenciatura- 2017.	
MATEMÁTICA	
ASPECTOS NEGATIVOS À PERMANÊNCIA	ASPECTOS POSITIVOS À PERMANÊNCIA
- Possuir renda e contribuir com o sustento da família; - Possuir de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00), sendo que a mesma porcentagem alegou 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$4.216,50) e também entre 4,5 e 6 salários mínimos (R\$ 4.216,50 a R\$ 5.622,00.); - Não realizar avaliações dos professores do curso; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Desejar receber auxílio alimentação; - Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil	- A instituição possuir quantidade suficiente de funcionários; - Não trabalhar - Possuir 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,5 a R\$ 2.811,00), sendo que a mesma porcentagem alegou 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,50) e também entre 4,5 e 6 salários mínimos (R\$ 4.216,50 a R\$ 5.622,00.) - Vocação como principal atração para a carreira docente; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação.
LETRAS	
- não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil; - A instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Vocação e possibilidade de conciliar graduação e trabalho como principal atração para a carreira docente; - Desejar receber auxílio moradia.	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - Não trabalhar; - Realizar avaliações periódicas dos professores do curso; - Possuir 1, 2 ou nenhuma pessoa com ensino superior na família; - Possuir renda entre 3 e 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,50); - Vocação e possibilidade de conciliar graduação e trabalho como principal atração para a carreira docente; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação.
GEOGRAFIA	
- Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00); - Desejar receber auxílio transporte.	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - A instituição possuir quantidade suficiente de funcionários; - Não trabalhar; - Realizar avaliações periódicas dos professores do curso; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação; - Não desistir do curso mesmo se não fosse

	beneficiário de alguma bolsa ou auxílio acadêmico.
HISTÓRIA	
- A instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico; - Trabalhar 40 horas semanais ou mais; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Desejar receber auxílio transporte.	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - Realizar avaliações periódicas dos professores do curso; - Possuir 01 pessoa com ensino superior na família; - Possuir renda familiar mensal entre 3 e 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.216,50); - Vocação como principal atração para a carreira docente; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação; - Não desistir do curso mesmo se não fosse beneficiário de alguma bolsa ou auxílio estudantil.
BIOLOGIA	
- Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - possuir 03 pessoas e mesma porcentagem para 0 pessoas na família com ensino superior; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00); - Pensar em desistir ou trancar a graduação e afirmar haver outro motivo para isso, que não explícito entre as alternativas; - Desejar receber auxílio transporte.	- Não possuir renda e ter seus gastos financiados pela família; - A instituição possuir quantidade suficiente de funcionários; - Não trabalhar; - Realizar avaliações periódicas dos professores do curso; - Possuir 03 pessoas e mesma porcentagem para 0 pessoas na família com ensino superior; - Não desistir do curso mesmo se não fosse beneficiário de alguma bolsa ou auxílio estudantil.
QUÍMICA	
- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos e, a mesma porcentagem afirmou ser o maior responsável pelo sustento da família; - A instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico; - Trabalhar 40 horas semanais ou mais; - Não realizar avaliação dos professores; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação;	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos; e a mesma porcentagem afirmou ser o maior responsável pelo sustento da família.

- Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00); - não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Possibilidade de conciliar graduação e trabalho como principal atração para a carreira docente; - Dificuldade com os conteúdos das disciplinas como o principal motivador para pensar em desistir ou trancar a graduação; - Desejar receber auxílio transporte; - Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil.	
EDUCAÇÃO FÍSICA	
- Trabalhar 40 horas semanais ou mais; - Não realizar avaliação dos professores do curso; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Coordenação do curso não disponível para orientação acadêmica; - Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00); - Desejar receber auxílio saúde; - Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil.	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - Vocação como principal atrativo para a carreira docente - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação.
ARTES	
- Possuir mais de 5 e mesma porcentagem para 0 pessoas com ensino superior na família; - Desejar receber auxílio moradia; - Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil; - A instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.	- Não possuir renda e ter seus gastos financiados pela família; - Não trabalhar; - Realizar avaliação dos professores do curso; - Ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Possuir mais de 5 e mesma porcentagem para 0 pessoas com ensino superior na família - renda familiar de 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.216,50 a R\$ 5.622,00) - Vocação como principal atrativo para a carreira docente; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação.
MÚSICA	
- Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00.);	- Possui renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - Não trabalhar; - Ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação;

- Inserção no mercado de trabalho como principal atrativo para a carreira docente; -Desejar receber auxílio saúde.	- Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação; - Não desistir do curso mesmo se não fossem beneficiários de alguma bolsa ou auxílio estudantil.
PEDAGOGIA	
- Trabalhar até 20 horas semanais; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00.); - Desejar receber auxílio saúde; - Não ser beneficiário de bolsa acadêmica ou auxílio estudantil; - A instituição não dispor de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.	- Possuir renda, mas receber ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos; - Possuir 1 pessoa na família com ensino superior; - Nunca pensar em desistir ou trancar a graduação; - Realizar avaliações dos professores do curso.
FÍSICA	
-Não realizar avaliação dos professores do curso; - Não ter oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação; - Não possuir ninguém na família com nível superior de ensino; - Possuir renda total familiar de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,50 a R\$ 2.811,00.); - Conciliação da graduação com o trabalho e, mesma porcentagem para “outro motivo” como principal atrativo para a carreira docente; - Pensar em desistir ou trancar a graduação e afirmar haver outro motivo para isso, que não explícito entre as alternativas; - Desejar receber auxílio moradia e, mesma porcentagem para nenhum auxílio.	- Possui renda, mas recebe ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos. - Não trabalha; - A maioria dos que recebem alguma bolsa afirmou que não desistiria do curso se não fossem bolsistas; - Desejar receber auxílio moradia e, mesma porcentagem para nenhum auxílio.

Fonte: Dados da pesquisa. (2018). Elaborado pela autora.

Por meio do exposto, percebemos que os cursos de licenciatura da UEPG com mais aspectos negativos do que positivos são Matemática, Química, Educação Física, Pedagogia e Física. Os cursos com maior quantidade de aspectos positivos em detrimento dos aspectos negativos são Letras, Geografia, História, Ciências Biológicas, Artes Visuais e Música.

Dentre os cursos com mais aspectos negativos, temos a predominância do dado que indica a falta de oportunidades para superar dificuldades relacionadas ao processo de formação, bem como, a renda mensal familiar de até três salários mínimos. Dentre os cursos com maior quantidade de aspectos positivos, temos a predominância do dado referente à renda, segundo o qual os familiares dos estudantes conseguem auxiliar os licenciandos no financiamento de seus estudos.

As licenciaturas em Ciências Biológicas, Artes Visuais e Música pertencem ao período vespertino, o que poderia explicar ambos os cursos pertencerem ao conjunto de licenciaturas com mais aspectos positivos do que negativos, pois, como já explanamos no item 2.2 desta dissertação, de acordo com Patrocino (2013) e Branco (2015), o turno (noturno, vespertino ou integral) que os estudantes frequentam o curso é um dos determinantes ao traçar o perfil dos acadêmicos, sendo que ao comparar aqueles que estudam durante o dia com aqueles que estudam à noite, percebemos condições de permanência mais favoráveis para os primeiros. No entanto, ainda temos os cursos de licenciatura em Letras, Geografia e História, ambos do período noturno, porém, com mais aspectos positivos do que negativos.

Importante destacar que apenas um curso – Pedagogia – da área específica das Ciências Humanas está dentre os cursos com mais aspectos negativos em detrimento dos aspectos positivos. O contrário é verdadeiro, sendo que apenas o curso de Ciências Biológicas não faz parte da área das Ciências Humanas dentre os cursos com mais aspectos positivos. Porém, não podemos afirmar que esse elemento – área de estudo – tenha influência sobre os dados, pois não temos as informações que nos permitam elaborar tal conclusão.

Percebemos que, de maneira geral, os dados coletados, por meio dos questionários, corroboram a maioria dos dados já encontrados por outros autores em outras regiões do Brasil. Destacamos que os dados apresentados são de acadêmicos concluintes da graduação em alguma licenciatura, isso quer dizer que nosso objeto de estudo está sendo investigado a partir de uma amostra de estudantes que conseguiram acessar e permanecer no curso superior, sendo assim, as conclusões elaboradas por meio desses dados precisam considerar esse fato.

Nos itens 3.1 e 3.2 deste capítulo apresentamos e, brevemente, problematizamos os principais dados referentes ao perfil do licenciando da UEPG, bem como as condições para a atratividade para a carreira docente e o acesso ao curso de licenciatura. Consideramos que a condição de classe, determinante tanto no perfil do acadêmico,

quanto no rumo profissional que este vai tomar, também interfere, diretamente, nas condições de permanência estudantil.

No que diz respeito à permanência estudantil dos acadêmicos de licenciatura pesquisados, verificamos que quatro questões merecem destaque: a) a maioria dos graduandos (62,1%) em licenciatura já pensou em desistir ou trancar a graduação; b) entre os alunos que já pensaram em trancar a graduação, 17% afirmaram que o principal motivo para isso é a dificuldade em conciliar o trabalho e o curso; c) a grande maioria dos estudantes (89,9%) alegou que não recebeu nenhum auxílio social do governo ou da universidade e d) 87,8% dos alunos sentem a falta de algum tipo de auxílio estudantil.

Também, por meio das entrevistas, foi possível compreender como a universidade, mesmo sendo pública, gera gastos aos estudantes, demandando certa condição econômica para que estes destinem recursos financeiros à própria formação, desde o transporte e alimentação até as cópias de material para estudo.

A condição de classe – trabalhadora – da maioria dos estudantes foi determinante para o entendimento do perfil desses acadêmicos e, também, para a escolha do curso de licenciatura, tendo em vista a acessibilidade desse curso. No entanto, a formação docente, mesmo sendo acessível, torna-se, ao mesmo tempo, com base nos dados sobre a permanência estudantil, precária do ponto de vista econômico. Essa constatação pode ser justificada com base nos dados, os quais indicam que a maioria dos estudantes já pensou em desistir ou trancar a graduação e o fez devido às dificuldades em conciliar os estudos com o trabalho; e ainda, sente necessidade de auxílio/bolsa estudantil, tendo em vista os gastos que são demandados para permanecer estudando, como alimentação, transporte, cópias de materiais, etc.

Sendo assim, a atratividade para a carreira docente, o acesso e a permanência dos estudantes de licenciatura estão condicionados pelos limites e pelas possibilidades oferecidas dentro do sistema do capital.

No próximo capítulo, relacionaremos os dados que acabamos de apresentar com os resultados dos demais trabalhos e intentamos fazer as relações dos nossos achados com os aspectos mais gerais que caracterizam a sociedade.

CAPÍTULO 4

AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES NA ESCOLHA, NO ACESSO E NA PERMANÊNCIA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Neste capítulo, inicialmente, relacionamos os dados que coletamos na UEPG com os demais dados resultantes de outras pesquisas feitas no Brasil, a partir de 2010. Na sequência, buscamos ampliar a resposta a ser dada à nossa questão central: quais os condicionantes sociais para a escolha da profissão docente tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)? Dessa maneira, de acordo com o referencial teórico metodológico marxista, apresentamos as relações de nosso objeto de estudo com o trabalho, o capital e o Estado.

4.1 DADOS DOS LICENCIANDOS DA UEPG EM COMPARAÇÃO COM OS DEMAIS ESTUDOS SOBRE O TEMA

Nesse tópico trataremos da comparação daquilo que encontramos nas licenciaturas da UEPG com os resultados que outros autores encontraram em seus estudos. Trataremos sobre o perfil do aluno, a atratividade para a carreira docente e a permanência na licenciatura, uma vez que, em se tratando do acesso, a revisão de literatura não nos fornece dados para que possamos comparar com o que encontramos em nossa pesquisa.

No que se refere ao perfil, encontramos que, de maneira geral, a maioria dos alunos das licenciaturas são mulheres. Isso também foi verificado na pesquisa de Palazzo e Gomes (2012) e Santos (2014). No entanto, ao contrário do que foi verificado no trabalho dessas autoras, a maioria dos acadêmicos de licenciatura da UEPG se autodeclararam brancos. No que diz respeito ao tipo de escolaridade cursada na educação básica, nossa pesquisa confirma os dados dos demais trabalhos revisados, sendo a maioria dos licenciandos oriundos de escolas públicas. Essa informação também está presente nos trabalhos de Costa et al. (2013), Palazzo e Gomes (2012), Santos, P. (2013), Santos, G. (2014), Souza (2010), Ribeiro (2015), Branco (2015) e Bavaresco (2014). A baixa escolaridade dos pais foi verificada nos trabalhos de Santos (2014), Souza (2010), Ribeiro (2015) e Fonseca (2014), mas nossa pesquisa com os acadêmicos da UEPG apontou que a maioria desses estudantes possui alguém na família com nível de educação superior.

A predominância de estudantes trabalhadores nas licenciaturas da UEPG confirma a literatura, de acordo com as pesquisas de Quadros e Fernandes (2015),

Branco (2015), Martins (2013) e Castro (2013). Outra informação confirmada pelas informações que obtivemos com as respostas dos questionários, diz respeito ao baixo nível cultural dos licenciandos. Esse dado também foi encontrado nos trabalhos de Souza (2010) e Santos (2013). Sobre a renda, nossa pesquisa evidenciou que a maioria dos respondentes possui renda mensal familiar de até três salários mínimos. Esse resultado também foi encontrado na maioria dos trabalhos, como no de Sato (2015), Santos (2014), Souza (2010) e Costa et al. (2013).

Encontramos que, dentre as condições para a escolha da licenciatura, questões referentes ao mundo do trabalho e à vocação tiveram maior expressão nas respostas dos questionários. De fato esse cenário se repete em outros estudos analisados. Como no de Souza (2010), Tartuce, Nunes e Almeida (2010), Palazzo e Gomes (2012) e Palazzo (2015) em que, de maneira geral, o “gosto por ensinar” “desejo de ser professor” e expressões sinônimas, justificam a escolha pelo magistério. Ainda, como mostrado no trabalho de Palazzo (2015), os fatores econômicos (curso mais barato, empregabilidade, estratégia de trabalho) são os principais condicionantes dessa escolha. Nossa pesquisa também confirma os dados encontrados na pesquisa de Palazzo e Gomes (2012) sobre a intencionalidade da maioria dos licenciandos em permanecer na carreira docente após a conclusão do curso de graduação.

Sobre as questões que envolvem a permanência, em nosso estudo verificamos que 43,3% dos alunos nunca recebeu bolsa, mesmo existindo a intencionalidade de receber. Nesse sentido, Costa et al. (2013) revelam a importância do PIBID para a permanência dos licenciandos em Química, e apontam que, dentre os bolsistas entrevistados, se esses não fossem beneficiários desse programa, desistiriam do curso. Nesse último aspecto encontramos uma diferença, uma vez que dentre os licenciandos da UEPG que eram bolsistas, a maioria alegou que não desistiria da graduação, caso não fosse beneficiária.

Em nossa pesquisa, constatamos que a grande maioria dos alunos (94,3%) nunca trancou matrícula, porém, a maioria dos graduandos (60,3%) em licenciatura já pensou em desistir ou trancar a graduação. Esse último dado contraria a constatação de Santos (2014) de que 70% dos estudantes de Pedagogia entrevistados nunca pensaram em desistir do curso.

Entre os estudantes da UEPG, que já pensaram em trancar a graduação, encontramos que para 17% o principal motivo para isso é a dificuldade em conciliar o trabalho e o curso. Nos demais trabalhos revisados também encontramos esse aspecto

da permanência dos estudantes das licenciaturas. Costa et. al (2013) destacam a importância e a necessidade de suporte financeiro para a continuidade da frequência dos acadêmicos. Sato (2015) também confirma essa informação ao afirmar que, para 85% dos estudantes, receber ajuda de custo para as despesas do curso é uma das características associadas aos alunos que afirmam a intencionalidade de ser professor. Castro (2013) encontrou que a grande maioria dos alunos evadidos trabalhava enquanto estudava e não conseguia conciliar vida pessoal, acadêmica e familiar, tendo nessa necessidade de trabalhar, a principal dificuldade para a permanência no curso. Martins (2013) também constatou que a conciliação da vida acadêmica com a vida do trabalho interfere no rendimento pedagógico. Ribeiro (2015) também evidenciou que a falta de tempo é a justificativa dos licenciandos pesquisados para o baixo desempenho no curso e para a pretensão de desistir da graduação.

Percebemos que, de maneira geral, nossos achados não confirmam a revisão de literatura em três aspectos: a revisão indica que há predominância de pessoas negras ou pardas nos cursos de licenciaturas, enquanto que, com base nos dados apontados pelos acadêmicos da UEPG, a maioria desses alunos se autodeclaram brancos. Com base nos estudos analisados, verificamos que a maioria dos licenciandos possui pais com baixa escolaridade, porém, nosso estudo demonstra que a maioria dos alunos das licenciaturas da UEPG possui alguém na família com nível de educação superior, mas, ressaltamos a falta de especificidade do grau de parentesco dessa (s) pessoa (s) com esse nível de ensino. A revisão bibliográfica também indica que ser bolsista ou receber algum tipo de auxílio financeiro é essencial para a permanência dos licenciandos em seus cursos, porém, de acordo com os acadêmicos da UEPG, com ou sem bolsa e/ou auxílio, a permanência na graduação estaria garantida.

No que se refere à cor ou raça dos licenciandos, temos o fato de que a região sul do Brasil possui a menor porcentagem (4,2%) de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, de acordo com os dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por meio do exposto, e na busca por responder a nossa pergunta central, com base nos dados de nosso trabalho e dos demais trabalhos semelhantes, podemos dizer que fatores subjetivos como o gosto e/ou a “vocação” para o magistério e, fatores objetivos como a possibilidade de conciliação dos estudos com o trabalho e a inserção no mercado de trabalho, configuram a atratividade para a carreira docente. O acesso não foge da lógica da atratividade, uma vez que a principal condição que levou os

estudantes a ingressarem na UEPG foi a sua gratuidade. A permanência no curso é perpassada por necessidade de auxílios, pois 88% dos alunos sentem a falta de algum tipo de auxílio estudantil, sendo que 64,3% dos estudantes dividem, de alguma maneira, a vida acadêmica com o trabalho, e a renda total da família, da maioria dos licenciandos (32,6%) fica entre 1,5 e 3 salários mínimos (R\$ 1.405,5 a R\$ 2.811,00).

Em relação à ideia de vocação, é preocupante que alunos do último ano dos cursos de licenciatura, prestes a adentrarem ao mercado de trabalho, não tenham conseguido entender e superar essa concepção da profissão. Vale destacar a importância do curso para a valorização desse profissional. No entanto, podemos considerar que a justificativa, baseada na “vocação”, para adentrar a uma licenciatura, pode indicar uma escolha, de fato, livre, uma vez que tal justificativa não prescinde de entraves socioeconômicos. Por meio dessa reflexão, podemos afirmar que a escolha pela profissão docente ocorre devido a dois fatores principais: a) a possibilidade de conciliar o trabalho e os estudos e a inserção no mercado de trabalho; b) a “vocação” como principal motivo, o que podemos relacionar a fatores subjetivos, como gostar de ensinar, por exemplo.

Mas, ao tratar sobre o acesso, percebemos, com base nos dados dos questionários, que 60,8% dos alunos escolheu a UEPG devido à sua gratuidade, o que poderia indicar um obstáculo de ordem socioeconômica, mas, percebemos, também, que, a maioria desses estudantes adentrou ao curso sem a utilização de alguma política de inclusão social, mesmo que a maioria tenha declarado ter cursado a Educação Básica na rede pública.

Sendo assim, destacamos que a necessidade da reprodução da própria existência perpassa tanto a atratividade, quanto o acesso e a permanência nos cursos de licenciaturas da UEPG, tendo em vista que a necessidade de trabalhar e ter menos gastos financeiros possíveis predominam nesses três aspectos. Sendo assim, cursar uma licenciatura pode até ser uma escolha, baseada no que os alunos chamam de “vocação”, mas, só é possível e efetivada se há condições de manutenção das necessidades gerais dos estudantes.

Para ampliar nossa reflexão a respeito da resposta que se configura para a nossa pergunta inicial e, conseqüentemente, ampliar o entendimento das relações que se estabelecem com as condições de escolha da licenciatura, acesso e permanência dos licenciandos da UEPG, no próximo item, trataremos da relação desse objeto com o capital, o trabalho e o Estado.

4.2 CONDICIONANTES DA ESCOLHA DA LICENCIATURA, ACESSO E PERMANÊNCIA DOS LICENCIANDOS DA UEPG: RELAÇÕES COM O CAPITAL, O TRABALHO E O ESTADO

Já explicitamos a direta relação que existe entre a atratividade para a carreira docente, o acesso e a permanência na licenciatura com o trabalho, uma vez que existe a predominância da necessidade de trabalhar, tanto como uma das atratividades para a licenciatura, quanto uma condição para a permanência na educação superior. Faz-se necessário, nesse momento, relacionar os limites que o trabalho, na atualidade, impõe aos estudantes e, as possibilidades que essa categoria social pode proporcionar. Porém, como já explanamos anteriormente, não podemos falar de trabalho, em sua forma capitalista, sem falar de sua intrínseca relação com o capital e o Estado.

Como já anunciado em nosso primeiro capítulo, o capital se revigora a cada período, com diferentes modelos de produção, a saber: taylorismo-fordismo e toyotismo. Esses modelos não são lineares, podem coexistir, mesclar-se, etc. Porém, temos um grande avanço do neoliberalismo no Brasil, com consequente precarização do trabalho que tem como exemplo concreto a Reforma Trabalhista¹⁷, aprovada pelo Congresso Nacional, conforme proposta de Michel Temer que, dentre tantas outras atribuições, flexibiliza ainda mais as leis trabalhistas e, praticamente, destitui os sindicatos de sua função de mediador entre trabalhador e patrão. Como já vimos, essas características – flexibilização, terceirização, trabalho informal e enfraquecimento dos sindicatos – são centrais dentro do modelo de produção toyotista.

Com relação ao nosso objeto de pesquisa, podemos dizer que os dados apontam para a aquilo que Marx já anunciava sobre o trabalho na sociedade capitalista, em que todos os profissionais são reduzidos a trabalhadores assalariados, sendo o trabalho assalariado a “condição de existência do capital”, pois assegura a “formação e a multiplicação do capital”. A divisão do trabalho, nessa sociedade, tira toda a autonomia do trabalhador em relação ao trabalho. Como apenas um “apêndice da máquina”, o que interessa ao trabalhador é o seu salário, e não aquilo que sua força de trabalho explorada produz diariamente. (MARX; ENGELS, 2008).

Fazemos essa afirmação, pois a necessidade de trabalhar – tanto como um condicionante para a escolha da licenciatura, quanto uma necessidade durante a própria graduação – dos licenciandos da UEPG, não é uma necessidade atendida de maneira

¹⁷Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

satisfatória, em que os estudantes/trabalhadores podem desenvolver suas múltiplas potencialidades, de acordo com aquilo que gostariam de praticar, num tempo adequado. Se assim fosse, não teríamos o dado que aponta que a maioria dos estudantes que já pensaram em desistir ou trancar a graduação o fizeram devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo.

Ao fazer a análise dos dados dos questionários aplicados às turmas de quarto ano, percebemos a necessidade de buscar as informações socioeconômicas do total de selecionados para os cursos de licenciaturas no ano de 2014. Mesmo que as informações levantadas com os questionários corroborem, de maneira geral, os demais resultados encontrados com outras pesquisas, como verificamos na revisão de literatura, destacamos que os dados dos questionários se referem ao conjunto de alunos que conseguiu permanecer no curso superior. Sendo assim, buscamos as informações oferecidas pelos calouros da UEPG, no ano de 2014 (ano de ingresso dos estudantes por nós pesquisados), por meio do formulário socioeconômico que a universidade disponibiliza.

O Apêndice 9 apresenta as informações socioeconômicas dos ingressantes nas licenciaturas no ano de 2014. Ressaltamos que esses dados se referem ao conjunto de todos os selecionados nos vestibulares para os cursos de licenciatura do referido ano. Sendo que o questionário aplicado às turmas de quarto ano em 2017, contou com apenas uma amostra, uma turma de quarto ano de cada licenciatura. Salientamos, ainda, que selecionamos dentre os cursos de Letras, Português/Inglês, Português/Espanhol e Português/Francês, apenas o curso de Letras Português/Inglês para a sistematização dos dados de 2014, mesmo curso o qual temos uma amostra do ano de 2017.

Os ingressantes nas licenciaturas do ano de 2014, em sua maioria (39,08%) possuíam renda mensal familiar de um a dois salários mínimos, e a maioria (32,6%) dos concluintes apontou possuir renda mensal familiar de 1,5 a três salários mínimos.

A grande maioria (73,76%) dos ingressantes afirmou que utilizaria o transporte coletivo para frequentar as aulas do curso. No entanto, dentre aqueles que conseguiram concluir a Licenciatura, 35,3% afirmou utilizar o transporte coletivo e, também, 35,3% alegou utilizar veículo próprio.

No que concerne à escolaridade dos familiares, o formulário da UEPG questionou os calouros sobre a escolaridade do chefe de suas famílias, dessa maneira, a maioria (30,63%) apontou o Ensino Médio e 23,59% alegou que o chefe de sua família possui Ensino Fundamental incompleto. Nosso questionário buscou identificar se

alguém da família afetiva do licenciando possuía nível de formação superior, nesse sentido 37,9% afirmou não possuir alguém, 28,6% possui uma pessoa, e 14,3% possui duas pessoas.

Percebemos que a situação de trabalho, ao comparar ingressantes e concluintes, é parecida. Os dados dos estudantes em 2014 demonstram que 58,62% necessitariam trabalhar durante a graduação, e dentre os concluintes temos 64,74% são trabalhadores.

Como o fato de ser trabalhador pode ser tanto um entrave (dificulta a permanência, tomando tempo e energia do indivíduo) quanto uma possibilidade (garante a subsistência do acadêmico) na permanência dos licenciandos, a percentagem de pessoas que afirmaram necessitar trabalhar durante a graduação em 2014, e o percentual de trabalhadores no 4º ano de graduação são próximos. Entendemos que as condições que tornam o trabalho mais um entrave do que uma possibilidade ou, vice e versa, são determinadas por várias dimensões da vida do trabalhador, como responsabilidade financeira com a família, tipo de trabalho, salário, etc.

Na busca por compreender minimamente o processo de permanência nas turmas dos estudantes de licenciatura por nós pesquisados, avaliamos a taxa de aprovação nos cursos de licenciatura da UEPG com base no número de ingressantes em 2014 e graduados em março de 2018. A tabela a seguir apresenta esses dados:

Tabela 8- Percentual de aprovação dos acadêmicos de licenciatura ingressantes em 2014 e graduados em março de 2018.

Cursos de licenciatura	Nº de ingressantes em 2014	Nº de graduados em março de 2018	Taxa de aprovação no tempo previsto de quatro anos do curso. (%).
Artes visuais	17	01	5,88
Ciências Biológicas	49	27	55,1
Educação Física	49	22	44,89
Física	28	04	14,28
Geografia	44	26	59
História	40	22	55
Letras Português/Espanhol	39	17	43,58
Letras Português/Francês	19	05	26,31
Letras Português/Inglês	48	23	47,91
Matemática	68	15	22
Música	18	08	44,44
Pedagogia	117	71	60,68
Química	30	13	43,33
Total	566	254	44,87

Fonte: Pró-reitoria de Planejamento: divisão de dados estatísticos e informação. (2018). Adaptado pela autora.

Com base nos dados apresentados, argumentamos que a precária condição socioeconômica fundada na condição de trabalho, tanto do licenciando quanto de sua família, é inversamente proporcional à adequada formação do estudante. Explicamos a baixa taxa de aprovação com base nos dados já apresentados. Lembramos que 58,62% dos ingressantes em 2014 afirmaram que necessitariam trabalhar durante a graduação, e 64,74% dos concluintes, por nós pesquisados, apontaram que dividiam o tempo entre o trabalho e os estudos. Considerando esse fator fundamental, pois entendemos que o curso de licenciatura é uma possibilidade para os indivíduos com condição socioeconômica precária à medida que as demandas da organização do trabalho possibilitam a permanência do estudante.

À medida que o estudante possui mais responsabilidades financeiras com a família, necessita de maior tempo dedicado ao trabalho, podendo não conseguir se permanecer num curso superior, gerando evasão. Se o acadêmico, mesmo tendo de trabalhar e com condição socioeconômica desfavorável, consegue manter a sua formação, esta pode não se concluir no tempo previsto, gerando reprovação. Consideramos que os acadêmicos que conseguem trabalhar e se graduar no tempo previsto são aqueles em que a relação proporcional entre trabalho e estudos está mais favorável aos estudos. Desse ponto de vista, os últimos representam apenas 44,17% dos estudantes de licenciatura da UEPG.¹⁸

Como já apresentado no capítulo anterior, com base nas entrevistas com os egressos de Física, Química e Biologia, ambos entraram na carreira docente devido o maior campo de atuação profissional. Nos casos dos egressos de Química e Biologia, existe maior interesse pela área específica do curso, mas como o bacharelado não oferece as mesmas oportunidades que a licenciatura, opta-se pela licenciatura. Aqui verificamos de que maneira as pessoas tendem a se adequar às condições sociais impostas. Na atual organização social não é possível que todos consigam fazer aquilo que gostam e se interessam. Torna-se necessário fazer aquilo que possibilita maior garantia de entrada no mercado de trabalho.

Para os alunos que trabalham enquanto estudam, consideramos que o trabalho, na sua atual configuração, tende a tomar todo o tempo e a energia do indivíduo, de maneira a não possibilitar que este exerça outras atividades, como por exemplo, estudar.

¹⁸ Destacamos que a UEPG não possui sistematizados os dados referentes à evasão, reprovação e matrículas trancadas. Mesmo considerando que essas informações são essenciais para qualquer tipo de política que vise colaborar no processo de assistência estudantil, não foi possível apontar esses dados nesta dissertação.

Além de tirar todo o tempo e energia, ainda restringe o desenvolvimento cultural do trabalhador. Devido aos baixos salários, que não dão conta de garantir a participação do trabalhador em atividades como viajar, ir ao teatro, fazer um curso de língua estrangeira, ir ao cinema, ler livros e revistas, e demais atividades, a elevação do nível cultural do indivíduo é limitada. Portanto, essa argumentação também justifica o dado apresentado pelos estudantes pesquisados, o qual demonstra o baixo nível cultural desses acadêmicos.

A necessidade de receber algum tipo de auxílio estudantil, informação apontada pela maioria dos estudantes, também se relaciona com a precarização e flexibilização do trabalho. De maneira geral, a flexibilização significa menores salários, maiores jornadas de trabalho, aumento do desemprego e enfraquecimento de sindicatos. (PRIEB, 2005). Genro (2017) aborda como o Estado age de modo a legitimar e garantir essas características da organização do trabalho, por meio da ilegalidade, da lei do mais forte, ideologização e repressão. Dessa maneira, sob a forma do Estado neoliberal, ditam-se as regras necessárias para a reprodução do sistema vigente.

A relação de que tratamos está no fato de que a precarização do trabalho não se restringe ao interior dos locais de trabalho, mas, ao conjunto dos aspectos essenciais à vida de cada pessoa. Queremos dizer que a precarização do trabalho significa, diretamente, a precarização da vida do trabalhador que, dentre outras dificuldades, mal consegue se manter numa instituição pública de educação superior, sentindo a necessidade de auxílio estudantil.

Naquilo em que o Estado poderia contribuir positivamente para o acesso e permanência, como já explanado no capítulo II, a UEPG conta apenas com a política de cotas, não aderindo à nenhuma política de permanência estudantil. Percebemos, então, que mesmo dentro das ações do Estado que visam a correção das desigualdades sociais, há entraves de ordem institucional na UEPG.

Se considerarmos apenas a maioria das respostas dos estudantes, e, também, de acordo com a revisão da produção acadêmica sobre o tema, teremos a seguinte situação: o aluno escolhe um curso de licenciatura, na maioria das vezes, pelo fato de conseguir conciliar trabalho e estudo e, além disso, tem rápida inserção no mercado de trabalho. O estudante acessa o curso por meio da UEPG, por se tratar de uma instituição gratuita e, consegue permanecer no curso graças à soma da renda de seu trabalho e do auxílio de familiares e, mesmo assim, ainda sente a necessidade de demais auxílios estudantis.

A partir do exposto, podemos ampliar a resposta a ser dada à pergunta principal dessa dissertação: quais os condicionantes sociais para a escolha da profissão docente, tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa?

Entendemos que tanto na atratividade para cursar uma licenciatura, quanto no acesso e na permanência nesse curso, existem necessidades de ordem socioeconômicas que acabam por distorcer aquilo que seria uma real escolha, e uma adequada permanência. A necessidade de garantir a própria existência, sob os imperativos do capitalismo, é a base sob a qual se efetiva a opção pelo magistério e o acesso e a permanência no curso de formação inicial, para a maioria dos licenciandos. As condições socioeconômicas impostas, à maioria dos alunos pesquisados, geram consequências negativas, tanto no processo de escolha do magistério quanto no acesso e permanência na licenciatura. Essas consequências dizem respeito a não possibilidade de existir de fato uma “livre escolha” pela profissão e, também, pela instituição de educação superior, bem como a insegurança referente à manutenção da matrícula no curso.

Não intencionamos dizer, com base no que expusemos, que a escolha pela licenciatura ocorre somente devido aos imperativos do capital. Como vimos 30,6% dos licenciandos atribuem a sua escolha pela profissão docente pela efetiva vontade de ser professor, o que, de nosso ponto de vista, pode significar, de fato, uma escolha consciente pela profissão docente. Mas, como já explanamos, ter escolhido a licenciatura por esse motivo ou pela necessidade de trabalhar, não elimina a condição de classe do estudante, a qual pode condicionar, passivamente ou não, o acesso à licenciatura.

Importante dizer que aquilo que designamos como consequências negativas, advindas das condições impostas aos estudantes em formação, tem sua base ancorada aos imperativos do capital, o qual configura a razão de existir do Estado moderno, legitimador da *lei do mais forte* e dos mais diversos meios – ideológicos e/ou repressivos – para que não se perturbe a ordem social vigente.

Aparentemente não temos do que reclamar. Temos alunos se formando num curso superior, ultrapassando, na maioria dos casos, a escolaridade dos pais. A maioria dos entrevistados já está no mestrado. Enfim, conseguirão, financeiramente, superar o modo de vida que tinham. O que se esconde por trás dessa aparência? A trajetória até o quarto ano desse aluno trabalhador foi satisfatória? Os investimentos que o Estado

efetuiu com funcionários, professores, estrutura, etc. foram bem aproveitados por esses alunos? Eles conseguiram ler os materiais solicitados pelos professores? Tiveram tempo e oportunidades para fazer pesquisa e extensão?

De acordo com as entrevistas o E.P gostaria de ter cursado psicologia, mas como não tinha condições de pagar uma faculdade particular ou estudar em outra cidade, encaminhou-se para a licenciatura. E.Q sempre se interessou pela área específica da Química, mas optou pela licenciatura devido o maior campo de atuação profissional. Temos pelo menos duas consequências a partir do exposto: um sonho/desejo deixado de lado devido às condições socioeconômicas impostas, e uma vaga ocupada na licenciatura por alguém que não deseja ser professor, sendo que a mesma poderia ter sido ocupada por alguém que desejasse ser professor e estar na carreira docente.

Para o E.B foram as experiências com os projetos de extensão que despertaram seu interesse em atuar como professor, mas não necessariamente em meios formais. Esse egresso foi bolsista de projeto de extensão durante os dois últimos anos do curso, e afirma que provavelmente teria trancado o curso, ou encontrado um emprego se não tivesse conseguido essa bolsa, pois era difícil se manter financeiramente, levando em consideração, principalmente, o transporte, a alimentação e as cópias de materiais para as disciplinas. Outras perguntas surgem a partir do exposto: e os alunos que trabalham e não tem contato com os programas de extensão, quando têm seu “despertar” para a carreira docente? E os demais alunos que não conseguem bolsas de projetos de extensão ou outras bolsas, como mantêm os gastos com alimentação, transporte, materiais, etc.?

E.H e E.EF afirmaram nas entrevistas que ainda não estão desempenhando a profissão docente devido à dificuldade de conseguir aulas pelo sistema PSS, assim como estão esperando editais de concursos públicos. O objetivo desses egressos é lecionar na educação básica. Entendemos que, para além das especificidades de cada área do conhecimento, no que diz respeito à oferta e demanda de professores para educação básica, há, nesse contexto, também uma interferência negativa do Estado, no que se refere a não abertura de editais de concursos públicos e à redução no número de professores contratados.

Entendemos que a organização precária do trabalho, na sociedade capitalista, gera uma precarização na formação do trabalhador. Ser trabalhador e estar num curso superior é um ato de resistência. Se considerarmos que o salário pago ao trabalhador serve para a sua subsistência básica, como alimentação, moradia, vestimenta, transporte, etc. estudar é resistir e, formar-se professor é continuar resistindo, uma vez que o Estado

que oportuniza, à certa parcela da população trabalhadora, o acesso ao curso superior no período noturno, o que contempla as licenciaturas, é o mesmo Estado que desmantela a educação pública.

As considerações apresentadas a seguir, apontam para os limites da atratividade, do acesso e da permanência nos cursos de licenciaturas. Destacamos a gravidade de tais limitações, tendo em vista que não temos boas previsões para o futuro, considerando que o panorama geral da situação brasileira pode ser, breve e sucintamente, entendido com base no capital em crise, o qual busca, dentre diversos meios, ancorar-se ao Estado, sob a forma do Estado neoliberal. Dessa maneira, sob os desmandos do Estado neoliberal, dentre outras ações, ditam-se as regras para a organização do trabalho e da educação, que se tornam ainda mais precarizados.

A atratividade, o acesso e a permanência nos cursos de licenciatura são precários. Na maioria das vezes, escolhe-se a licenciatura por se tratar de um curso em que é possível conciliar o trabalho com os estudos, e ainda, garante uma rápida inserção no mercado de trabalho. O acesso à universidade se dá, principalmente, devido ao fato de sua gratuidade, e o acesso ao curso se dá, principalmente, por pessoas com baixa renda, oriundas de escolas públicas. Nesse sentido, as cotas cumprem com uma função importante, levando em consideração as cotas para alunos negros e para oriundos de escolas públicas. A permanência é perpassada por dificuldades advindas da necessidade de conciliar os estudos com o trabalho.

A atratividade para a carreira docente se dá de acordo com as necessidades materiais do estudante: necessidade de trabalhar durante a graduação e, logo após a conclusão desta. Por que trabalhar? Porque as famílias pertencem à classe trabalhadora, tendo em vista a baixa renda. Logo, não cabe no orçamento dessas famílias a manutenção integral da formação dos filhos. Isso não é uma prioridade daqueles que pagam o salário aos trabalhadores dessas famílias. Na prática, os trabalhadores que compõem as famílias vendem sua força de trabalho para sobreviver, isso significa: morar, comer, vestir, locomover-se.

Obviamente existem as disparidades, ou seja, famílias pertencentes à classe trabalhadora que conseguem manter o filho na educação superior, sem que ele necessite trabalhar, mas aí teríamos que avaliar quais os sacrifícios originados com essa escolha e, sob quais condições viveria essa família. Sinteticamente, o licenciando tem que trabalhar porque, assim como sua família, pertence à classe trabalhadora e precisa

subsistir, e para subsistir precisa vender sua força de trabalho. Só assim consegue reproduzir sua existência.

No acesso à universidade, percebemos a atuação do Estado, garantindo as cotas para alunos negros e oriundos de escolas públicas. Aqui há uma contradição. Garantir maior acesso, por meio das cotas, e não garantir a permanência faz com que muitos alunos nem tentem o ingresso na educação superior.

Então, ter uma política que visa garantir o acesso às pessoas negras e de escolas públicas, não quer dizer que teremos a população negra e a oriunda de escola pública tentando entrar na educação superior. O curso de licenciatura é acessado, justamente, por essa camada de pessoas negras e oriundas de escolas públicas que tentaram a sorte e conseguiram, no entremeio das relações de trabalho e de estudo, permanecer (ou não) na graduação.

A permanência é uma consequência e, ao mesmo tempo é a raiz das condições da atratividade e do acesso. É uma consequência, pois para permanecer (ou não) na licenciatura, o estudante optou por esse curso devido a sua condição socioeconômica (como já discutimos anteriormente), conseguiu ingressar e, permanece, sob condições precárias, porque o motivo que o atraiu para a licenciatura, bem como o método de ingresso na universidade, estão diretamente relacionados com essa condição de precariedade. Então, a permanência precária é só uma extensão da atratividade para a carreira docente desvirtuada de uma escolha livre, na maioria dos casos, bem como do acesso restrito à condição socioeconômica imposta.

O que apontamos até agora consideramos como os limites da escolha, do acesso e da permanência. Dentre as possibilidades, compreendemos que existem duas, as quais devem ser buscadas concomitantemente. Uma diz respeito à luta por políticas educacionais que garantam ao estudante, oriundo da classe trabalhadora, a permanência no curso (pois o aluno que nem tenta entrar na universidade, o faz devido a não possibilidade de sobreviver sem trabalhar), garantindo ao estudante uma renda capaz de financiar seus estudos e sua sobrevivência. Estamos, portanto, vislumbrando uma possibilidade dentro da busca pela emancipação política, a nível do Estado.

Para a realização da outra possibilidade é necessário irmos à raiz do problema: o trabalho, mas especificamente, o trabalho que visa a reprodução ampliada do capital. Sendo assim, nosso problema está embasado no capital. Então, como derrotamos o capital? Entendemos que, dentre alternativas como a luta teórica no meio acadêmico, por exemplo, também devemos lutar ao lado daqueles que são a oposição concreta ao

capitalismo, ou seja, os trabalhadores. Lutar ao lado dos trabalhadores quer dizer, na prática, envolver-se nos movimentos sociais, que objetivem a superação desse sistema.

Não queremos dizer que a luta dentro dos limites da emancipação política esteja descolada da luta pela emancipação humana. Mesmo que tenhamos apresentado as duas possibilidades separadamente, ambas caminham juntas e contribuem uma para a evolução da outra, daí a nossa responsabilidade de estarmos inseridos nos embates de ambas as frentes.

Porém, como a realidade é, por sua essência, dialética, todos os entraves e limites, por nós apontados anteriormente, possuem também, ao mesmo tempo, a possibilidade de sua superação. De acordo com o que já dissemos, a realidade se constitui na dialética da materialidade da história, produzida pelos (e produzindo os) homens a cada geração. Sendo assim, as consequências negativas advindas das condições socioeconômicas – oriundas, em última instância, dos imperativos do capital – impostas aos estudantes em formação, possuem a possibilidade real de transformarem-se em condição necessária para a superação das bases do capitalismo e, conseqüentemente na superação do Estado enquanto “comitê da burguesia”. (MARX; ENGELS, 2008).

Pretendemos contribuir com o estudo realizado, dentro das possibilidades oferecidas na busca pela emancipação política, por meio do conhecimento da realidade que perpassa a formação inicial dos professores da UEPG, de maneira a auxiliar na transformação dessa realidade, com políticas que atendam às demandas apresentadas neste trabalho. Porém, sem perder de vista que somente por meio da emancipação humana é que poderemos, verdadeiramente, nos libertar dos entraves impostos pelo capital, nos mais diversos aspectos da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos contribuir com a seguinte problemática: quais os condicionantes sociais para a escolha da profissão docente tendo em vista o acesso e a permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)? Com vistas a oferecer as possíveis respostas à questão, reportamo-nos ao referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético, o qual subsidiou desde a análise dos dados gerados pelos questionários, entrevistas, revisão de literatura, assim como a forma como estruturamos o trabalho.

Nosso objetivo principal foi analisar os principais determinantes que levam os estudantes a escolher a profissão docente e suas influências nas condições de acesso e de permanência nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. No que se refere aos objetivos específicos, buscamos: a) Traçar o perfil geral dos estudantes de licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa; b) Identificar os determinantes sociais que influenciam os estudantes na escolha da profissão docente; c) Apontar as condições de acesso e analisar as condições de permanência dos estudantes nas licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa; d) Problematicar as possibilidades e os limites na escolha da profissão docente, no acesso e na permanência no curso de formação inicial.

Sendo assim, no primeiro capítulo, procuramos apresentar as principais relações sob as quais se organiza a sociedade capitalista, por meio da inter-relação entre o capital o trabalho e o Estado. Mostramos como a organização do trabalho assalariado e sua intrínseca relação com o capital é a razão de existir do Estado. A reflexão feita nesse capítulo possibilitou a análise dos dados à luz da totalidade social, uma vez que a discussão em torno do tema apresentado, ao ser feita descolada de sua relação com essa totalidade, torna-se fragmentada e limitada às singularidades do objeto pesquisado. Dessa maneira, foi possível problematicar as possibilidades e os limites na escolha da profissão docente, no acesso e na permanência no curso de formação inicial, considerando alguns dos aspectos essenciais da atual sociedade.

Em nosso segundo capítulo, apresentamos dados sobre a educação superior brasileira, bem como, as políticas voltadas para o acesso e a permanência dos estudantes. Identificamos a tendência de a educação superior se concentrar cada vez mais no setor privado e no ensino a distância e, também, que existe uma gama de políticas que visam democratizar tanto o acesso quanto a permanência, embora os dados

da produção acadêmica sobre o tema, e os dados por nós levantados, demonstrem as dificuldades dos acadêmicos de licenciatura.

Buscamos apresentar como a educação superior, sendo considerada uma mercadoria, passa a se concentrar cada vez mais sob os domínios do setor privado. Também demonstramos a relação entre o plano político e o plano particular da vida dos indivíduos, em que, mesmo que o primeiro aponte avanços no que diz respeito aos direitos sociais, o segundo continua a apresentar os entraves impostos pela atual forma de sociabilidade. Disso decorre que é devido à necessidade de, neste sistema socioeconômico, a educação superior ser tomada como mercadoria, que ocorre a prevalência do avanço no plano político em detrimento da superação das dificuldades no plano particular da vida dos indivíduos, sendo que é dessa maneira – superações no plano formal e não no social – que se torna possível a manutenção da produção ampliada do capital. Por meio dessa discussão, buscamos ampliar o espectro de considerações acerca da totalidade social, ao desvelarmos algumas questões a respeito da educação superior no Brasil.

No capítulo três, abordamos as informações dos questionários, das entrevistas e dos dados socioeconômicos dos estudantes selecionados para os cursos de licenciatura da UEPG, em 2014 (mesmos estudantes que, via de regra, estavam no 4º ano em 2017). Com base nesses dados, traçamos o perfil geral do estudante de licenciatura da UEPG, destacando o fato de serem, em sua maioria, indivíduos trabalhadores (64,3%), com educação básica cursada na rede pública (74,5%), com baixa renda e baixo nível cultural. Também identificamos que os determinantes sociais influenciadores da escolha da profissão docente estão relacionados à condição de classe dos indivíduos, sendo assim, quanto à atratividade para a carreira docente, a escolha pelo curso de licenciatura se dá, sobretudo, devido à possibilidade de conciliação entre o trabalho e os estudos e a rápida inserção no mercado de trabalho. Da mesma forma, apontamos como as condições de acesso e de permanência estão fundamentadas na divisão do trabalho nesta sociedade. No que diz respeito ao acesso ao curso de licenciatura, esse se deu principalmente devido à gratuidade da UEPG; quanto à permanência, de acordo com a maioria das respostas, é perpassada pela pressão em desistir do curso devido, principalmente, à necessidade de conciliar o trabalho com os estudos, uma vez que a maioria dos licenciandos também afirmou sentir a necessidade de receber algum tipo de auxílio estudantil.

Em nosso último capítulo, buscamos relacionar os dados levantados com os principais elementos da totalidade social. Com a análise do trabalho subjugado ao capital, por meio da gerência do Estado e, considerando alguns aspectos da educação superior brasileira, bem como, os dados levantados com nossa pesquisa e também os dados encontrados em outros estudos, discutimos as possibilidades e os limites da atratividade para a carreira docente, bem como do acesso e da permanência estudantil.

Concluimos que permanecer num curso de licenciatura e formar-se professor pode ser considerado um ato de resistência, uma vez que todos os imperativos do capital estão em contraposição à formação ampla e de qualidade da classe trabalhadora. Tanto a revisão de literatura quanto os dados por nós levantados apontaram as dificuldades econômicas e a necessidade de os estudantes trabalharem, como entraves no processo da escolha, do acesso e da permanência na educação superior.

A valorização docente pode ser entendida a partir da formação, das condições de trabalho, da remuneração e da carreira. Nesta dissertação tratamos da formação, mais especificamente das condições sociais que influenciam na atratividade, no acesso e na permanência dos estudantes das licenciaturas. O poder estatal está diretamente relacionado aos quatro principais elementos que integram a valorização docente. Sendo assim, entendemos que a ineficiência do Estado em prezar a valorização docente já é identificada na atratividade, no acesso e na permanência dos estudantes de licenciatura, ou seja, nos elementos basilares da formação.

Nesse sentido, entendemos que se formar professor é, ao mesmo tempo, resignar-se e resistir aos imperativos do capital. A escolha pela docência e o acesso à educação superior são condicionados pela necessidade de trabalhar, e a permanência só é possível devido à conciliação do trabalho com a graduação. No entanto, o mesmo elemento – trabalho – que possibilita a permanência do estudante, desqualifica a sua formação e tende a levá-lo à evasão. Por isso, ser trabalhador, cursar uma licenciatura e se formar professor, é um ato de resignação e resistência ao capital. Resignação porque a opção pelo magistério e o acesso ao curso superior se dão de acordo com as possibilidades oferecidas pelo capital. Resistência porque ser trabalhador, com condições socioeconômicas desfavoráveis e, ao mesmo tempo, ser estudante, é ir contra a perspectiva de que os trabalhadores só devem trabalhar para reproduzir sua força de trabalho.

É nesse sentido que priorizamos, para além (mas sem deixar de considerar) da emancipação política, a emancipação humana, segundo a qual, com a superação da

exploração do homem pelo homem, por meio da universalização do trabalho e da educação, todos os indivíduos possam se apropriar daquilo que a humanidade já produziu, tornando-se, assim, verdadeiros membros do gênero humano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, Goiânia, v. 21, n. 66, p. 717-736, jul./set. 2016.

ANDRADE, M. A. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, M. C S. (Org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012. p. 11-28.

ANTUNES, R. As respostas do capital a sua crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. In:_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003. p.35-45.

_____. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In:_____. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 21-47.

BAVARESCO, D. **Política de formação de professores nos institutos federais e a licenciatura em matemática do IFRS – Campus Bento Gonçalves**. 2014, 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

BENITE, A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Ibero-americana de Educação**. n. 50, p. 1-15, set. 2009.

BORBA, S. PORTUGAL, A. D. SILVA, S. R. B. Pesquisa em educação: a construção teórica do objeto. **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 12-20, mar. 2008.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação** – revista da avaliação da educação superior, v. 8, n. 3, 2003.

BRANCO, A. L. C. **O processo de escolha de estudantes universitários pelo curso de licenciatura em ciências biológicas e a escassez de professores de biologia no ensino médio: possíveis relações**. 2015, 243f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa Brasileira**, 1988. Capítulo III, artigos 206 e 208. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-208--inc-V>> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**. Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FGeral%2F_portal%2FEduca%C3%A7%C3%A3o%20Superior> Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho

de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL, **Portaria normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016**. Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15042016-Portaria-46-Regulamento-PIBID-completa.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL, **Programa de Desenvolvimento Educacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2017.

CASTRO, L. P. V. **Evasão escolar no ensino superior: um estudo nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus Cascavel**. 2013, 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

CORRÊA, B. Esperanças vendidas: corrupção, cooptação e capitalismo na América Latina. **Movimento: crítica, teoria e ação**, Porto Alegre, v. 1. n. 5. p. 15-34. abr./jun. 2017.

COSTA, V. A. S. F.; GUEDES, M. G. M.; OLIVEIRA, A. M. A.; SOUSA, K. M.O.; BRITO, A. M. S. S. O processo de democratização do acesso ao ensino superior e a importância do PIBID no contexto dos alunos do curso de licenciatura em química da UFRPE em Serra Talhada – Pernambuco. **Revista virtual de química**, v. 5, n. 2, p. 137-148, mar./abr. 2013.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FÁVERO, M.; L.; A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36. 2006.

FONSECA, C. V. **A formação de professores de química em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul: saberes, práticas e currículos**. 2014, 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GENRO, L. O poder das corporações e a corrupção no capitalismo globalizado. **Movimento: crítica, teoria e ação**, Porto Alegre, v. 1. n. 5, p. 35-51. abr./jun. 2017.

GISI M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista diálogo educacional**, Curitiba, v.6, n.17, p.97-112, jan/abr. 2006.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

KATZ, C. Evolução e crise do processo de trabalho. In:_____. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-31.

LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução a filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LOUZANO, P.; ROCHA, V.; MORICONI, G. M.; OLIVEIRA, R.P. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010.

LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de marx. In:_____. **Para uma ontologia do ser social I**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012. p. 196-294.

LUKÁCS, G. O ideal e a ideologia. In:_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 355-464.

_____. O trabalho. In:_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-126.

MARTINS, D. V. **Estudar a noite e trabalhar de dia: desafio de prosseguir com os estudos no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu**. 2013, 152f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

MARX, K. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O capital:** Crítica da economia política: L. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O método da economia política. In:_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 246-263.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital.** Tradução de Editorial Avante. Avante, 1982.

MASSON, G. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis educativa,** Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 105-114, jul-dez. 2007.

MASSON, G. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (Orgs.). **Marxismo (s) e educação.** Ponta Grossa: UEPG, 2016. p. 19-38.

MELO, E. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: PANIAGO, M. C. S. (Org.). **Marx, Mészáros e o Estado.** São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012. p. 29-58.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

NEVES C. E. B.; RAIZER L. FACHINETTO R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias,** Porto Alegre, n. 17, p. 124-157. jan./jun. 2007.

PALAZZO, J. **A escolha do magistério como carreira:** por quê (não)? 2015, 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

PALAZZO, J.; GOMES, C. A. Origens sociais dos futuros educadores: a democratização desigual da educação superior. **Avaliação,** Campinas. v. 17, n. 3, p. 877-898, nov. 2012.

PANIAGO, M. C. S. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In:_____. **Marx, Mészáros e o Estado.** São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012. p. 59-80.

PARANÁ. **Dia a dia educação.** Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=888>> Acesso em: 28 jun. 2017.

PATROCINO, L. B. **A hierarquia bacharelado/licenciatura em diferentes áreas do conhecimento:** Uma análise da UFMG. 2013, 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-**comunicação, saúde, Educação, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997.

PONTA GROSSA, **Histórico.** Disponível em: <<http://portal.uepg.br/institucional/universidade/historico.php>> Acesso em 06 mar. 2018.

PONTA GROSSA, **Resolução Univ nº 14 de 9 de dezembro de 2013.** Aprova normas relativas à realização de Concursos Vestibulares na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e revoga disposições em contrário. Disponível em: <<https://cps.uepg.br/vestibular/documentos/2014/legislacao/RESOLU%C3%87C3%83O%20UNIV%2014%20DE%209%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202013%20-%20Normas%20Vestibulares%20UEPG.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2017.

PONTA GROSSA, **UEPG em números:** base 2014. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/proplan/dai/uepg-em-dados>> Acesso em: 15 mar. 2018.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo:** uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Unijuí, 2005.

QUADROS, F. S.; FERNANDES, S. R. S. Democratização da educação, o acesso e a (não) permanência dos estudantes de licenciatura em pedagogia do IF catarinense – campus Camboriú. **Criar educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, jul./nov. 2015.

RIBEIRO, E. **Evasão e permanência num curso de licenciatura em Física:** o ponto de vista dos licenciandos. 2015, 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, M. C. E. M. **Trajetórias e motivações de estudantes de matemática:** Abordagens exploratória, interacionista e estatística da formação docente em universidades brasileira e francesa. 2014, 373f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, P. F. G. **Valorização docente:** um estudo sobre as representações sociais de licenciandos. 2013, 172f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

SATO, C. K. C. **Propensão ao magistério:** uma análise com dados do ENADE 2008. 2015, 85f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SATO, S. R. S. ; VALLE, I. R. Democratização do acesso ao ensino superior: Análise dos dispositivos legais postos em vigência desde os anos de 1990. In: VII Congresso brasileiro de história da educação. 2013, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/DEMOCRATIZACAO%20DO%20ACESO%20AO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2017

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SOUZA, L. O. **Motivações para a escolha da licenciatura em matemática e pedagogia**: um estudo com alunos da PUC/SP e UFMT. 2010, 105f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016, 315f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 140. maio/ago. 2010.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió: Edufal, 2007.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.

TONET, I. O padrão marxiano. In:_____. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. p. 65-128.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, **Relatório autoavaliação 2017**. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/proplan/dai/gestao-de-avaliacao>> Acesso em 09 mai. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, **Pró-reitoria de planejamento**: divisão de dados estatísticos e informação. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, **Informações CAO-PROGRAD**. Disponível em: <https://prograd.sites.uepg.br/?page_id=1317>.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: Reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DPBA, 2002 (no prelo).

APÊNDICES

APÊNDICE 1- QUADRO COMPARATIVO DAS PRODUÇÕES SOBRE O TEMA: ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS.

Autor (s)	Ano	Tese (T) Dissertação (D) Artigo (A)	Título	IES/ REVISTA
Neves; Raizer; Fachineto.	2007	A	Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.	Revista <i>Sociologias</i> .
Palazzo; Gomes.	2012	A	Origens sociais dos futuros Educadores: a democratização Desigual da educação superior.	Revista <i>Avaliação</i> .
Quadros; Fernandes.	2015	A	Democratização da educação, o acesso e a (não)permanência dos estudantes de licenciatura em pedagogia do IF catarinense – campus Camboriú.	Revista <i>Criar Educação</i> .
Tartuce; Nunes; Almeida.	2010	A	Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil.	Revista <i>Cadernos de Pesquisa</i> .
Costa; Guedes; Oliveira; Sousa; Brito.	2013	A	O Processo de Democratização do acesso ao Ensino Superior e a Importância do PIBID no contexto dos alunos do curso de Licenciatura em Química da UFRPE em Serra Talhada - Pernambuco.	<i>Revista Virtual de Química</i> .
Pollyana Fátima Gama Santos.	2013	D	Valorização docente: um estudo sobre as representações sociais de licenciandos.	Universidade de Taubaté.
Laís Barbosa Patrocino.	2013	D	A hierarquia bacharelado/licenciatura em diferentes áreas do conhecimento: Uma análise da UFMG.	Faculdade de Educação da UFMG.
Caio Kyoshi Costa Sato.	2015	D	Propensão ao magistério: uma análise com dados do ENADE 2008.	Universidade Federal Fluminense.
Danielle Viegas Martins.	2013	D	Estudar a noite e trabalhar de dia: desafios de prosseguir com os estudos no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Luciana Paula Vieira de Castro.	2013	D	Evasão escolar no ensino superior: um estudo nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus Cascavel.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Cascavel.
Graciele Marques dos Santos.	2014	D	Trajetórias de estudantes de classes populares em cursos de Pedagogia da UNEMAT: condições de acesso.	Universidade do Estado de Mato Grosso.
Levi de Oliveira Souza.	2010	D	Motivações para a escolha da licenciatura em matemática e pedagogia: Um estudo com alunos da PUC SP/ e UFMT.	Pontifícia Universidade católica de São Paulo.
Everton Ribeiro.	2015	D	Evasão e permanência num curso de licenciatura em física: o ponto de vista dos licenciandos.	Universidade Federal do Paraná.
Amanda Leal Castelo Branco.	2015	D	O processo de escolha de estudantes universitários pelo curso de licenciatura em ciências biológicas e a escassez de professores de biologia no ensino médio: possíveis relações.	Universidade Federal de Viçosa.
Carlos Ventura Fonseca.	2014	T	A formação de professores de química em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul: saberes, práticas e currículos.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Janete Palazzo.	2015	T	A escolha do magistério como carreira: por quê (não)?	Universidade Católica de Brasília.
Delair Bavaresco.	2014	T	Política de formação de professores nos Institutos Federais e a licenciatura em matemática do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves.	Universidade do Vale do Rio Sinos.
Maria Cristina Elyote Marques Santos.	2014	T	Trajetórias e motivações de estudantes de matemática: Abordagens exploratória, interacionista e estatística da formação docente em universidades brasileira e francesa.	Universidade do Estado da Bahia.

Fonte: Banco de Dissertações e Teses da CAPES; Portal de Periódicos CAPES; Plataforma IBICT. Elaborado pela autora.

**APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS TURMAS DE 4º ANO DAS
LICENCIATURAS DA UEPG – 2017.**

Coleta de dados para pesquisa de Mestrado em Educação

2017 - Ana Paula de Melo

Esse questionário é um instrumento de coleta de dados para a pesquisa de Mestrado intitulada: "Motivação para a carreira docente, acesso, permanência e evasão: análise da realidade dos licenciandos da Universidade Estadual de Ponta Grossa". Tal pesquisa tem como objetivo geral analisar os principais determinantes que levam os estudantes a escolher a profissão docente e suas influências nas condições de acesso, permanência e desistência nas licenciaturas da UEPG.

1. Idade:

- ☐ 1. menos de 18 anos ☐ 2. de 18 a 20 anos
☐ 3. de 21 a 23 anos ☐ 4. de 24 a 26 anos
☐ 5. mais de 26 anos

2. Sexo:

- ☐ 1. Masculino ☐ 2. Feminino

3. Qual a modalidade de Educação Básica cursada?

- ☐ 1. Escola pública
☐ 2. Escola particular
☐ 3. Escola pública e particular, maior parte na pública
☐ 4. Escola pública e particular, maior parte na particular

4. Você tem filhos, se sim, quantos?

- ☐ 1. Não tenho ☐ 2. 01 filho
☐ 3. 02 filhos ☐ 4. 03 filhos
☐ 5. 04 ou mais filhos

5. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à Universidade?

- ☐ 1. A pé/carona
☐ 2. Transporte coletivo
☐ 3. Veículo motorizado próprio
☐ 4. Bicicleta
☐ 5. Transporte fretado (van, ônibus)

6. Seu domínio de inglês é:

- ☐ 1. Bom ☐ 2. Regular ☐ 3. Fraco ☐ 4. Nenhum

7. O seu domínio de espanhol é:

- ☐ 1. Bom ☐ 2. Regular ☐ 3. Fraco ☐ 4. Nenhum

8. Você tem domínio de outra língua estrangeira além do inglês e do espanhol?

- ☐ 1. Não ☐ 2. Sim

9. Tem interesse em aprender outro idioma?

- ☐ 1. Não ☐ 2. Sim

10. Qual a sua principal fonte de informação de acontecimentos atuais?

- ☐ 1. Jornal escrito ☐ 2. telejornal
☐ 3. Jornal falado (rádio) ☐ 4. Revista
☐ 5. Internet

11. Como você se considera?

- ☐ 1. Branco (a)
☐ 2. Negro (a)
☐ 3. Pardo (a)
☐ 4. Amarelo (a) (origem oriental)
☐ 5. Indígena ou de origem indígena

12. Alguém da sua família afetiva possui formação de nível superior?

- ☐ 1. Sim, 01 pessoa ☐ 2. Sim, 02 pessoas
☐ 3. Sim, 03 pessoas ☐ 4. Sim, 04 pessoas
☐ 5. Sim, 05 pessoas ☐ 6. Sim, mais de 05 pessoas
☐ 7. Não

13. Alguém da sua família afetiva possui nível de pós-graduação?

- ☐ 1. Sim, 01 pessoa ☐ 2. Sim, 02 pessoas
☐ 3. Sim, 03 pessoas ☐ 4. Sim, 04 pessoas
☐ 5. Sim, 05 pessoas ☐ 6. Sim, mais de 05 pessoas
☐ 7. Não

14. Onde e com quem você mora atualmente?

- ☐ 1. Em casa ou apartamento, sozinho
☐ 2. Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes
☐ 3. Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos
☐ 4. Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo republica)
☐ 5. Em alojamento universitário da própria instituição
☐ 6. Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro)

15. Tipo de moradia:

- ☐ 1. Própria ☐ 2. Cedida ☐ 3. Alugada
☐ 4. Financiada ☐ 5. Outros

16. Quantas pessoas moram com você?

- ☐ 1. Nenhuma ☐ 2. 01 pessoa
☐ 3. 02 pessoas ☐ 4. 03 pessoas
☐ 5. 04 pessoas ☐ 6. 05 pessoas
☐ 7. 06 pessoas ☐ 8. 07 pessoas
☐ 9. mais de 07 pessoas

17. Qual a renda total de sua família, incluindo os seus rendimentos?

- ☐ 1. Até 1,5 salários mínimos (Até R\$1.405,5)
☐ 2. De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,5 a R\$2.811,00)
☐ 3. De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$4.216,5)
☐ 4. De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$4.216,5 a R\$5.622,00)
☐ 5. De 06 a 10 salários mínimos (R\$5.622,00 a R\$9.370,00)
☐ 6. De 10 a 30 salários mínimos (R\$9.370,00 a R\$ 28.110,00)
☐ 7. Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 28.110,00)

18. Qual a alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira (incluindo bolsas)?

- ☐ 1. Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais
- ☐ 2. Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família, por outras pessoas ou programas governamentais
- ☐ 3. Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos
- ☐ 4. Tenho renda e contribuo com o sustento da família
- ☐ 5. Sou o principal responsável pelo sustento da família

19. Qual a alternativa a seguir melhor descreve sua situação de trabalho? (exceto estágio ou bolsa)

- ☐ 1. Não estou trabalhando
- ☐ 2. Trabalho eventualmente
- ☐ 3. Trabalho até 20 horas semanais
- ☐ 4. Trabalho de 21 a 39 horas semanais
- ☐ 5. Trabalho 40 horas semanais ou mais

20. Qual modalidade de ensino médio você concluiu?

- ☐ 1. Ensino Médio tradicional
- ☐ 2. Profissionalizante técnico
- ☐ 3. Profissionalizante magistério
- ☐ 4. Educação de jovens e adultos (EJA) e/ou supletivo
- ☐ 5. Outra

21. Excetuando-se os livros indicados na bibliografia do seu curso, quantos livros você leu nesse ano?

- ☐ 1. Nenhum ☐ 2. Um ou dois ☐ 3. De três a cinco
- ☐ 4. De seis a oito ☐ 5. mais de oito

22. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica aos estudos, excetuando as horas aula?

- ☐ 1. Nenhuma, apenas assisto às aulas
- ☐ 2. De uma a três horas
- ☐ 3. De quatro a sete horas
- ☐ 4. De oito a doze horas
- ☐ 5. Mais de doze horas

23. Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de ensino superior?

- ☐ 1. Gratuidade
- ☐ 2. Proximidade da minha residência
- ☐ 3. Proximidade do meu trabalho
- ☐ 4. Facilidade de acesso
- ☐ 5. Qualidade/reputação
- ☐ 6. Foi a única em que tive aprovação
- ☐ 7. Outro motivo

24. Deseja desempenhar a profissão docente?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

25. Quem lhe deu maior incentivo para cursar a graduação?

- ☐ 1. Ninguém
- ☐ 2. Pais
- ☐ 3. Outros membros da família que não os pais
- ☐ 4. Professores
- ☐ 5. Líder ou representante religioso
- ☐ 6. Colegas/amigos
- ☐ 7. Outras pessoas

26. Qual o principal motivo para você ter escolhido o seu curso?

- ☐ 1. Inserção no mercado e trabalho
- ☐ 2. Influência familiar
- ☐ 3. Valorização profissional
- ☐ 4. Prestígio social
- ☐ 5. Vocaçãõ
- ☐ 6. Baixa concorrência para ingresso
- ☐ 7. Possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho
- ☐ 8. Outro

27. Qual a sua perspectiva após concluir a graduação?

- ☐ 1. Trabalhar na educação básica
- ☐ 2. Ingressar na pós-graduação (com o objetivo de trabalhar no ensino superior)
- ☐ 3. Trabalhar na área de educação social
- ☐ 4. Trabalhar em outra área
- ☐ 5. Cursar outra graduação

28. Responda sobre o sistema de cotas: (lembre-se de assinalar somente uma alternativa).

- ☐ 1. Acho justo as cotas somente para alunos oriundos da escola pública
- ☐ 2. Acho justo as cotas somente para alunos negros
- ☐ 3. Acho justo as cotas para alunos negros e para alunos oriundos de escolas públicas
- ☐ 4. Não acho justo as cotas para negros nem para alunos oriundos de escolas públicas
- ☐ 5. Não tenho opinião formada

29. Se você concorda com uma das opiniões abaixo, assinale uma delas:

- ☐ 1. Os alunos que entram por meio das cotas não terão maiores dificuldades que os outros alunos para acompanhar o curso
- ☐ 2. O sistema de cotas é uma alternativa de correção das desigualdades raciais e sociais existentes com relação ao ingresso à universidade
- ☐ 3. A convivência acadêmica com os colegas que entram pelo sistema de cotas é positiva para o processo educacional
- ☐ 4. Outra opinião

30. Se você concorda com uma as opiniões abaixo, assinale uma alternativa:

- ☐ 1. O sistema de cotas irá provocar o acirramento dos conflitos entre os grupos sociais
- ☐ 2. O sistema de cotas não resolverá o problema da desigualdade social
- ☐ 3. Os alunos que entram por meio das cotas são privilegiados em detrimento aos outros alunos
- ☐ 4. A qualidade do curso será prejudicada com a entrada de alunos cotistas
- ☐ 5. Outra opinião

31. Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de inclusão social?
- ☐ 1. Não
 - ☐ 2. Sim, por critério étnico-racial
 - ☐ 3. Sim, por critério de renda
 - ☐ 4. Sim, por ter estudado em escola pública ou em escola particular com bolsa de estudos
 - ☐ 5. Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores
 - ☐ 6. Sim, por sistema diferente dos anteriores
32. Gostaria de estar em outro curso de graduação?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
33. Na sua opinião, qual o nível de dificuldade para ingressar no seu curso de graduação?
- ☐ 1. Fácil ☐ 2. Médio ☐ 3. Difícil
34. Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante o seu curso superior? se tiver mais de um grupo, marque SOMENTE o que foi mais importante.
- ☐ 1. Não tive dificuldade
 - ☐ 2. Não recebi apoio para enfrentar as dificuldades
 - ☐ 3. Pais
 - ☐ 4. Avós
 - ☐ 5. Irmãos, primos ou tios
 - ☐ 6. Líder ou representante religioso
 - ☐ 7. Colegas de curso e/ou amigos
 - ☐ 8. Professores do curso
 - ☐ 9. Profissionais do serviço de apoio aos estudantes da sua universidade
 - ☐ 10. Colegas de trabalho
 - ☐ 11. Companheiro(a)/cônjuge
 - ☐ 12. Outro
35. Já pensou em desistir ou trancar a graduação?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
36. Se já pensou em desistir ou trancar a graduação, qual o motivo principal? (marque somente o principal motivo, apenas uma alternativa)
- ☐ 1. Não pensei
 - ☐ 2. Dificuldades financeiras
 - ☐ 3. Dificuldades com os conteúdos das disciplinas
 - ☐ 4. Dificuldades em conciliar trabalho e curso
 - ☐ 5. Falta de assistência estudantil
 - ☐ 6. Dificuldade de relacionamento com os colegas
 - ☐ 7. Dificuldade de relacionamento com os professores
 - ☐ 8. Outro
37. Quais as atividades extra-classe que você participa?
- ☐ 1. Artísticas/culturais ☐ 2. Movimentos religiosos
 - ☐ 3. Política partidária ☐ 4. Movimento Estudantil
 - ☐ 5. Outro
38. No seu curso atual, você já trancou a matrícula?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
39. Se você utiliza o RU (Restaurante Universitário), responda com que frequência o utiliza:
- ☐ 1. Diariamente para almoçar e jantar
 - ☐ 2. Diariamente para almoço
 - ☐ 3. Diariamente para jantar
 - ☐ 4. Eventualmente
 - ☐ 5. Não utilizo/não tenho informações
40. Você acha o RU higiênico?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não utilizo
41. Você acha que os funcionários do RU atendem satisfatoriamente?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não utilizo
42. Você acha que a comida do RU é bem feita?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não utilizo
43. Você acha que o cardápio do RU é satisfatório?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não utilizo
44. Você acha que o preço no RU é adequado?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não utilizo
45. Assinale abaixo o principal tipo de auxílio que você gostaria de receber: (Lembre-se de assinalar somente o mais necessário)
- ☐ 1. Alimentação
 - ☐ 2. Transporte
 - ☐ 3. Moradia
 - ☐ 4. Saúde
 - ☐ 5. Apoio aos estudantes pais e mães (creches)
 - ☐ 6. Nenhum
 - ☐ 7. Outro
46. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de auxílio da Universidade, ou do governo?
- ☐ 1. Não recebi
 - ☐ 2. Auxílio moradia
 - ☐ 3. Auxílio alimentação
 - ☐ 4. Auxílio moradia e alimentação
 - ☐ 5. Auxílio permanência
 - ☐ 6. Auxílio para transporte
 - ☐ 7. Auxílio para doenças ou deficiências
 - ☐ 8. Auxílio para lazer
 - ☐ 9. Outro tipo de auxílio
47. Ao longo de sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica? (PIBIC, PIBID, PET, etc.) Em caso de haver mais de uma bolsa, marque somente a de maior duração:
- ☐ 1. Nenhuma
 - ☐ 2. Bolsa de iniciação científica (PIBIC/PIBID, etc.)
 - ☐ 3. Bolsa de extensão
 - ☐ 4. Bolsa de monitoria/tutoria
 - ☐ 5. Bolsa PET
 - ☐ 6. Outro
48. você frequentou algum curso de idioma estrangeiro oferecido pela universidade?
- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

49. Caso você seja beneficiário de alguma bolsa acadêmica ou auxílio estudantil, se você não fosse beneficiário, desistiria do curso?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Talvez
☐ 4. Não sou beneficiário

50. No seu curso, foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Talvez

51. A coordenação do seu curso esteve disponível para orientação acadêmica dos estudantes?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

52. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes do seu curso participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

53. O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

54. Os estudantes do seu curso participaram de avaliações periódicas referente a atuação dos professores?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

55. Os estudantes de seu curso participaram de avaliações periódicas referente à infraestrutura?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

56. A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

57. As condições de infraestrutura das salas de aula do seu curso estão adequadas?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

58. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes do seu curso necessitam?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

59. A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso a obras disponíveis em acervos virtuais?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

60. A instituição dispôs de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam às necessidades dos seus usuários?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não ☐ 3. Não sei

61. classifique como é a sua relação com a maioria dos professores de seu curso:

- ☐ 1. Ótima ☐ 2. Boa ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssima

62. Classifique como é a segurança no campus:

- ☐ 1. Ótima ☐ 2. Boa ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssima

63. Classifique como é a internet gratuita da universidade:

- ☐ 1. Ótima ☐ 2. Boa ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssima

64. Classifique como é o seu desempenho nas disciplinas:

- ☐ 1. Ótimo ☐ 2. Bom ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssimo

65. Classifique como é o seu relacionamento com os colegas da turma:

- ☐ 1. Ótimo ☐ 2. Bom ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssimo

66. Classifique como é o tempo que você possui para realizar as atividades acadêmicas domiciliares:

- ☐ 1. Ótimo ☐ 2. Bom ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssimo

67. Classifique como é a sua assiduidade nas aulas:

- ☐ 1. Ótima ☐ 2. Boa ☐ 3. Regular
☐ 4. Ruim ☐ 5. Péssima

**APÊNDICE 3- ENTREVISTAS COM OS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS –
2018.**

Egresso Química.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.Q= Egresso da Química, entrevistado.

AP: A escolaridade dos teus pais, do teu pai e da tua mãe ou com quem você convive, qual é?

E.Q: A minha mãe tem ensino fundamental completo e meu pai ensino médio completo.

AP: E você sabe porque a tua mãe não continuou com o ensino médio e teu pai não fez uma graduação?

E.Q: Eu acho que por falta de oportunidade mesmo, foca no trabalho né.

AP: Pensando no que te atraiu pra carreira docente, o que te atraiu pra seguir essa carreira?

E.Q: Na parte da graduação eu sempre fui incentivada a continuar, sempre fui pelos meus pais e minha família, incentivada a fazer uma faculdade, eu escolhi a licenciatura em química mais pela química mesmo, então eu gostava assim, eu tive a opção de escolher entre o bacharelado e a licenciatura, eu optei pela licenciatura tanto pelo campo assim de, do trabalho, tem um leque bem grande de oportunidades não só na escola como também outras, como o mestrado também, então eu escolhi a licenciatura em química por causa disso, eu gostava da área também...

AP: E você sentiu dificuldade com as disciplinas pedagógicas , ou você não se sentia motivada a .. o seu interesse pela área da educação , teve alguma mudança depois que você estava no curso , ou você continuou na mesma, mais focada na química?

E.Q: Eu fiquei mais focada na química. Acho que desde o começo assim a gente teve uma incentivação, eu pelo menos tive uma incentivação bem maior pra área da pesquisa do que da área da educação , eu acho que na parte das disciplinas pedagógicas, não é que deixou a desejar, mas, o que a química me trouxe de motivação foi bem maior que a da educação. No entanto que quando a gente vai pra escola, o susto é bem grande, então, eu acho que a química ficou mais, motivou mais...

AP: E você sentiu mais dificuldade com as disciplinas pedagógicas assim, mais leitura, não sei, nesse sentido, porque alguns acadêmicos falam que muitos entram mais pela parte da área específica e acabam tendo dificuldade ...

E.Q: eu acho que as matérias elas são bem, bem teóricas, principalmente as primeiras, estrutura e funcionamento da educação, fundamentos da educação, psicologia da

educação, elas se tornaram bem pesadas nesse ponto. As disciplinas de ensino, dependendo do professor, teve um viés mais prático, e alguns anos um viés mais teórico e eu acho que as disciplinas de ensino, todas da parte da educação deveriam ser mais focadas na área da gente, sabe, porque a gente sentiu bastante que os professores da área de pedagogia davam aula de fundamentos, psicologia, estrutura, e a gente se sentia muito distante daquilo sabe, como se a gente não conseguisse aplicar aquilo na química sabe quando a gente chegou lá no estágio, eu acho que tinha que ser focado na área sabe, como é a parte do ensino de química, a gente vê como aplicar outras metodologias...

AP: mais prático pra sala de aula...

E.Q:Uhum, eu acho que deveria seguir esse viés as disciplinas pra tornar menos ,maçante assim, ensinar mesmo como trazer pra sala de aula as metodologias, não simplesmente ficar só falando na teoria .. acho que deveria ser focado bem na prática assim.

AP: E como que você descreve o seu desempenho durante o percurso da tua graduação, tanto nas disciplinas quanto a tua disponibilidade de estudo, etc.

E.Q: Eu avalio bem, eu acredito que eu fui muito bem na graduação, em todas as matérias assim...

AP: Tinha tempo pra estudar, fazer os trabalhos...

E.Q: Sim.

AP: Trabalhava durante a graduação?

E.Q: Não eu era bolsista do PET e no terceiro e último ano do PIBIC.

AP: Então você foi desde o primeiro ano bolsista?

E.Q:Uhum.

AP: e você acha que se você não tivesse sido bolsista, tivesse que arrumar um trabalho, ou não tivesse essa renda da bolsa, você conseguiria permanecer no curso?

E.Q: Eu acho que conseguiria permanecer, com bastante dificuldade...

AP: Será que teria o mesmo desempenho?

E.Q: Eu não sei avaliar, porque a gente tem vários exemplos de pessoas da minha turma que trabalhavam o dia inteiro e tinham bastante dificuldade, alguns reprovaram nas disciplinas, mas a gente tem vários exemplos de pessoas que trabalhavam o dia inteiro e foram muito bem, inclusive estão fazendo mestrado, ou estão trabalhando na indústria, com um emprego bom assim sabe, então eu acho que depende do caso, avaliando eu, eu acredito que eu permaneceria no curso, acredito que iria bem também.

AP: E você pensou em algum momento em trancar ou desistir do curso?

E.Q: Não.

AP: E pensando na UEPG, quando você fez o vestibular aqui na UEPG, o que te levou a prestar o vestibular nessa instituição?

E.Q: A proximidade né.

AP: Você mora aqui em Ponta Grossa?

E.Q: Não, eu morava em Palmeira, agora me mudei pra cá por causa do mestrado, e a graduação inteira eu fiquei indo e voltando de Ponta Grossa a Palmeira, então foi a proximidade mesmo, porque eu prestei vestibular na federal em Curitiba, fiz na Unicentro, é na UTFPR, mas eu optei pela UEPG pela proximidade, pela facilidade de acesso a Universidade.

AP: Então você não está desempenhando a profissão docente, está fazendo mestrado na área da química dura...

E.Q: isso.

AP: E deseja desempenhar a profissão docente, na educação básica?

E.Q: Não?

AP: Na educação superior, sim?

E.Q: Sim.

AP: E as suas expectativas após concluir a graduação estão sendo atendidas?

E.Q: Sim, eu tinha desejo de fazer mestrado e estou no mestrado.

AP: E, qual o meio de transporte que você utilizava para chegar até a UEPG?

E.Q: Eu na graduação vinha de van.

AP: A sim, morava em Palmeira né... E quanto a sua situação financeira, em que medida a sua renda é necessária para o sustento da tua família? Você contribui com o sustento da família? É bolsista?

E.Q: Sou bolsista, mas mantenho as minhas contas mas não ajudo na família?

AP: E a renda total mensal da tua família?

E.Q: O meu pai é aposentado por invalidez faz anos já, ele deve ganhar uns 1900 reais , a minha mãe é empresária então varia no mês... não sei quanto o total, porque a renda fixa é a minha e a do meu pai, aí minha mãe as vezes dá 2000 as vezes dá 3000, é uma renda variável...

AP: E o que você tem a dizer sobre a quantidade de funcionários que a UEPG tem pra atender às demandas dos acadêmicos e professores, em geral?

E.Q: Eu acho que é bom.

AP: É suficiente? Você trabalha com laboratório e tal, não faltam pessoas ...

E.Q: Acho que de laboratório faltam, assim, no caso aqui dos que os alunos usam tudo, eu acho que técnico falta, os professores reclamam, inclusive quando a gente entrou no estágio a professora reclamou que precisava de ajuda pra preparar os experimentos porque os técnicos ficavam andando... acho que tem dois né.. acho que nessa parte sim, falta.

AP: Na graduação você realizou avaliações dos professores ?

E.Q: Ah acho que sim.

AP: Lembra se era do estágio probatório?

E.Q: Sim, acho que sim.

AP: E você lembra se teve, depois das respostas do questionário, teve alguma mudança no professor avaliado, no comportamento...

E.Q: não sei, porque foi aplicado ano passado e eu sai.

Egresso Física.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.F= Egresso Física, entrevistado.

AP: Gostaria de saber a escolaridade dos seus pais...

E.F: Minha mãe foi até a quinta série e meu pai foi até a sexta...

AP: E você sabe qual foi o motivo da impossibilidade de eles continuarem os estudos?

E.F: A minha mãe foi porque ela tinha que trabalhar, a família dela era bem rígida né, família de interior e de acordo com ela, ela não teve oportunidade de estudar porque tinha que trabalhar com a família... no caso do meu pai ele teve oportunidade mas resolveu se dedicar ao time de futebol da cidade de onde viemos...

AP: Em qual cidade?

E.F: Tatuí, interior de SP.

AP: Sua mãe e seu pai?

E.F: Isso, são dessa cidade.

AP: E pensando no que te atraiu para a carreira docente, ser professor, tanto do ensino superior ou ...

E.F: É que eu tenho uma visão de docência que é menos profissional, primeira coisa, eu entendo dois tipos de docente, o docente de fato que é aquele que tem uma vocação pra docência, ou seja, que pode se dar meios informais de ensino, e formais, mas acerca do que você está perguntando acredito que você esteja se referindo aos meios formais..

AP: Sim, carreira... (pausa devido barulho de conversas de outras pessoas ao redor)

AP: Voltando, o que te atraiu pra carreira docente, profissão docente?

E.F: Em termos formais, é eu inicialmente tive a graduação em bacharelado, mas eu vi que na área das ciências duras né, como biologia, química, física, etc. etc. existe pouco campo de atuação em termos profissionais, então o que acontece, os graduados nessas áreas de ciências básicas acabam recuando, de forma consciente ou inconsciente, pra docência, querendo ou não, é e, nisso incluindo a formação de pós graduação, mestrado e doutorado, né, a pessoa acaba caindo as vezes de para quedas na área docente. No meu caso eu já tinha consciência, quando eu comecei o bacharelado, tinha consciente que eu ia me tornar professor, e, pessoalmente eu acredito que eu tenho essa vocação né, que eu queira ser professor e é isso que eu quero fazer da minha vida, tanto no meio formal quanto no meio informal...

AP: E você acredita então que teve uma combinação então, pensando na atração pra carreira docente, entre ampliação do campo profissional e vocação?

E.F: Isso, os dois juntos, com um tom mais forte na vocação.

AP: E o que você entende por vocação?

E.F: Vocação do latim vem de *vocacio* que é chamado , então eu estou ciente de que as pessoas todas tem uma vocação, independente de quais sejam, e eu com minha experiência de vida notei que eu tenho essa vocação para lecionar e dar aula, então, algumas características que facilitam o ensino, o gosto por ver o próximo aprendendo e assim por diante.

AP: Essa questão da vocação foi uma das que chamaram a atenção coma as respostas dos questionários, porque tem toda uma discussão no campo docente referente à isso, e então se tornou necessário compreender o que o alunos entendem por vocação, o que é complicado... seria, pra você algo natural, que já nasce com a pessoa?

E.F: As filosofias modernas, educacionais modernas, tendem a excluir do quadro de análise a vocação no sentido clássico, e a vocação que eu estou me referindo é no sentido clássico, entende, e nessa visão, nessa perspectiva, as pessoas todas tem uma vocação, porque cada uma delas tem um papel no mundo, algumas delas tem o papel de docência, entenda aqui docência né, papel do professor como duas coisas, instrução e descobrir a vocação nos discípulos, nos alunos, enfatizar o que que o aluno quer, então, na visão clássica que é essa que eu estou explicitando, o professor tem essas duas funções, instrução e vocacionar os alunos.

AP: E pensando na sua graduação em licenciatura em física, como você descreve o seu desempenho no curso.

E.F: Bom, eu não sou a melhor pessoa pra pesquisar isso porque eu já tive uma formação anterior em física né, eu terminei o mestrado primeiro, e foi invertido né, e depois eu fui pra licenciatura, então pra mim, digamos, eu não vou dizer ah tirei de letra, mas foi mais fácil porque eu já tinha mais familiaridade com o método.

AP: E você em alguma hora em trancar ou desistir da licenciatura?

E.F: Nunca.

AP: E pensando no teu ingresso na UEPG, o que levou você a escolher a UEPG?

E.F: Pela proximidade.

AP: Localidade onde você mora?

E.F: Exatamente.

AP: Então você não está desempenhando a profissão docente, está fazendo doutorado?

E.F: Sim, eu não desempenho em meios formais, mas em meios informais sim.

AP: E as suas expectativas após concluir a graduação, estão sendo atendidas ?

Sim.

AP: Durante a graduação você necessitou receber algum tipo de auxílio estudantil ou bolsa acadêmica?

E.F: Então eu recebi a bolsa de doutorado, mas não tem nada a ver com a licenciatura, acredito que, eu vendo os meus próximos os meus amigos, colegas, uma bolsa facilitaria eles se manterem no curso de física, porque os cursos de exatas, né, em especial , eu não estou desmerecendo os outros cursos, mas demanda um tempo a mais de estudo sabe, infelizmente, por causa da nossa formação de base né, a formação de base atrapalha muito a formação nesses cursos de exatas e eu acredito que se houvesse mais algum tipo de incentivo financeiro, principalmente nas licenciaturas que ocorre de noite a permanência dos alunos e o aproveitamento seria melhor, certo.

AP: Mas então se você não recebesse essa bolsa de doutorado, se não tivesse a renda do doutorado, sem renda, sem bolsa, você conseguiria se manter?

E.F: Olha não tem como dizer, depende, ia depender da situação, realmente,

AP: E principal motivo para ter escolhido teu curso... tem a ver com um chamado, a vocação.. Isso?

E.F: É, mas é como um complemento na formação né.

AP: Qual meio de transporte que você utilizava para ir para o curso?

E.F: Pra licenciatura em física, o meu automóvel.

AP: Então você possui veículo próprio?

E.F: Sim.

AP: E, a sua família, pai, mãe, possui também?

E.F: possuem.

AP: E sobre a sua situação financeira, em que medida a tua renda é necessária para o sustento da família... Não sei se você mora com seus pais?

E.F:Eu moro com minha família, mas as rendas são independentes né, eu consigo me manter e minha família se mantém, então são rendas independentes, morando na mesma casa.

AP: Então situação de trabalho, você não trabalha, você pesquisa... é pesquisador e recebe a bolsa?

E.F:Isso.

AP: Você consegue me dizer a renda total mensal da tua família?

E.F: Em termos de salários mínimos?

AP: Pode ser.

E.F: Quanto está o salário mínimo?

AP: Novecentos e...não sei exatamente agora...

E.F: Considerando que seja novecentos, é, somando a minha renda da bolsa, e da minha família, acho que dá por volta de uns 10 salários mínimos.

AP: O que você tem a dizer sobre a quantidade de funcionários que a UEPG possui pra atender às demandas da universidade?

E.F: Eu acho suficiente, é, inclusive eu acredito que o principal tipo de funcionário que a UEPG.. Quer dizer, o principal não, o mais importante, de base, é as moças da limpeza sabe, eu acho que sem aquelas moças eu acho que a UEPG não iria funcionar direito.

AP: E você acredita que tem suficiente?

E.F: Acredito que tem suficiente, elas trabalham, e eu acho que é suficiente.

AP: E durante a sua graduação você realizou alguma avaliação dos professores?

E.F: Acredito que sim, duas vezes?

AP: E eram com que frequência, essas avaliações?

E.F: Anual.

AP: Você sabe se era aquela avaliação que é feita no estágio probatório?

E.F: Eu acredito que fiz uma avaliação geral, e uma avaliação de uma professora que estava em estágio probatório.

AP: E depois dessas avaliações você percebeu alguma diferença, algum resultado, da avaliação, esse professor mudou?

E.F: Percebi.

AP: Então surtiu efeito.

E.F: Surtiu efeito.

Egresso Ciências Biológicas.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.B= Egresso da Biologia, entrevistado.

AP: Sobre a escolaridade dos pais...

E.B: Bom, a minha mãe tem o superior completo, o meu pai tem somente até o ensino médio, e ...

AP: E eles tiveram, tanto teu pai quanto tua mãe tiveram possibilidade de estudo, não teve nada que impedisse de...

E.B: Na verdade mas assim, pro meu pai que preferiu na verdade arrumar um emprego e tudo né, pra poder né tipo manter a casa essas coisas assim e tudo, aí fez um concurso público passou né e começou a trabalhar em efetivo né, aí a minha mãe além de ter o superior completo tem também uma pós e nesse período já desde o início da graduação dela ela já trabalhava e já dava aula e continuou também até se aposentar.

AP: O que atraiu você para a carreira docente? No caso fazer um curso de licenciatura?

E.B: Então, foi na verdade vários motivos assim, na verdade, eu né iniciei né, na biologia com o bacharelado em outra cidade, tentei né a transferência pra Ponta Grossa, pra UEPG, e acabei né nesse meio tempo assim também mais contato assim relacionado à licenciatura e vê que teriam muito mais portas abertas assim pra trabalho do que relacionado com o bacharelado, e também principalmente o que me motivou a continuar mais foi também os projetos de extensão que eu acabei me envolvendo e vendo também esses outros lados que a docência também pode trazer né em benefício pra nós.

AP: A ideia de vocação assim, não sei, você concorda com essa... O que você entende por vocação, porque muita gente fala, inclusive em algumas respostas né, a maioria das respostas do questionário diz assim que o que levou eles a cursar uma licenciatura foi a vocação pra ensinar, o que você, em particular entende, por vocação?

E.B: É, na verdade assim não sei se seria bem uma vocação assim, é mais uma questão acho que mesmo ligada ao dom assim né, a pessoa né ter uma dinâmica melhor pra trabalhar assim, com as pessoas assim, até mesmo, pelo próprio interesse relacionado né ao ser professor mesmo né, e trabalhar com essa área, tudo assim, eu particularmente né, como né.. terminei agora tudo então ainda não me sinto preparada ainda pra atuar dentro de uma sala de aula, mas quem sabe futuramente eu possa também né, estar atuando.

AP: Mas você não atribui, ou atribui, a tua entrada na licenciatura por vocação?

E.B: Não, mas assim, pela prática e pelas oportunidades que a licenciatura também poderia oferecer além de ter um campo a mais assim ... mercado de trabalho..

AP: E no teu curso, como que você, assim, previamente descreve assim, teu desempenho no curso?

E.B: Eu acredito que foi até bom assim, algumas matérias, outras assim, acredito que poderia ter sido melhor, é, as pedagógicas tive que ter um pouquinho mais de esforço pra né levar assim, pra conseguir manter ali, entender principalmente o fato de ter que ler bastante assim né. Então, mas eu acredito que de forma geral foi bem gratificante, e bem positivo.

AP: E, alguma vez durante o curso de licenciatura você pensou ou teve alguma intenção de trancar a graduação?

E.B: Sim.

AP: E pode falar porque?

E.B: Acho que mais assim também relacionado a essa questão assim de também ver se realmente eu estava fazendo ali... Estava né na verdade no caminho certo ali né, relacionado a licenciatura, principalmente por conta das disciplinas pedagógicas tudo né que me levavam a pensar tipo nossa, como que vai ser com o estágio obrigatório, tudo, mas depois né quando a gente né, foi pra sala de aula eu vi que tinha né um pouco assim né desse interesse assim em trabalhar com os alunos mas não precisamente dentro de uma sala de aula. Mas assim relacionado assim com a parte do ensino não formal mesmo e educação assim com projetos, outras atividades em outras, outros campos que também trabalham com a educação.

AP: E, pensando na UEPG, o que te levou a ingressar na UEPG, a escolha pela instituição?

E.B: Eu acho que por ser também uma das melhores universidades e também assim por ser a única né na cidade né que oferece uma grande variedade assim dos cursos e também principalmente por ser a única na cidade que tem o curso de biologia.

AP: E, então, você deseja ou está desempenhando a profissão docente?

E.B: No momento não, mas eu acredito que futuramente até possa ser que isso aconteça.

AP: E suas expectativas após concluir a graduação estão sendo atendidas?

E.B: Em alguns aspectos sim em outros ainda... acho que agora é uma questão de tempo né. Principalmente também relacionado a mestrado a emprego também, principalmente, mas é uma coisa que vai agora com o tempo.

AP: A tua perspectiva era mesmo ingressar no mestrado, pós-graduação?

E.B: Sim, também, aham...

AP: Durante a graduação você necessitou receber algum tipo de auxílio estudantil ou bolsa acadêmica?

E.B: Sim, eu fiz por dois anos eu fiquei né como estagiária voluntária e depois no final né, nos dois últimos anos eu acabei sendo bolsista em projetos de extensão e que de alguma forma também acabou né ajudando principalmente em questão de transporte pra poder chegar à universidade, deslocamento, todas essas questões assim né.

AP: Então colaborou, receber a bolsa teve uma maior colaboração com a questão do transporte?

E.B: Isso. Aham, pra poder tipo manter né, terminar a graduação em si.

AP: E você acha que se não tivesse tido esse, essa bolsa, esse auxílio, você teria talvez desistido,ou...

E.B: Possivelmente teria trancado. Que era bem complicado né, estar aqui o dia inteiro, a questão de almoço de transporte, muitos Xerox também que precisava ser feito, então, ajudou bastante nesse quesito, né, então, se eu não tivesse possivelmente eu teria que, ou arrumar um emprego paralelo ou, trancar o curso.

AP: Qual meio de transporte que você utilizava para chegar a UEPG?

E.B: Transporte público.

AP: E você ou alguém da família possui veículo próprio?

E.B: O meu pai, a minha mãe.

AP: E em que medida a renda, não sei se você ta tendo renda agora...

E.B: Não agora no momento não mais (risos)

AP: Ta, é necessário pro sustento da família né, então não tem renda..

Então, situação de trabalho você não...

E.B: Atualmente, né, terminando né que aqui o contrato vai até agora né final de abril, e...

AP: Aqui pergunta carga horária, carteira assinada...

E.B: É, não, atualmente não, nada, desempregada (risos).

AP: É, a renda total, na verdade a renda total mensal da família, você consegue ter uma noção, uma média assim?

E.B: Acho que até três salários mínimos, três ou quatro agora não me lembro ...

AP: E quem que contribui com a renda?

E.B: Meus pais e também meu irmão né, ele que trabalha.

AP: E o que você tem a dizer sobre a quantidade de funcionários que a UEPG possui pra atender às demandas da universidade?

E.B: Em alguns setores é baixa, e outras assim eu acredito que seja bom, problema, eu acho que o problema maior, na universidade ta com relação a segurança, principalmente, eu acho que é bem defasada, né, falta, não sei se seria falta de vigilância, mas eu acho assim que mais uma falta de...

AP: Pessoas...

E.B: Não de pessoas é uma falta assim mais de olhar pra comunidade acadêmica e até mesmo dos próprios funcionários né, eu acho que isso é bem defasado e bem... Eu digo até que poderia ser uma falta assim de respeito assim porque eu acredito que tenha recursos pra isso e infelizmente a gente né... Várias coisas já foram feitas e infelizmente e muitas não foram atendidas.

AP: E quando você estava na graduação você realizou avaliação de algum professor?

E.B: Sim.

AP: E essas avaliações elas eram freqüentes, com que frequência ou era aleatório?

E.B: Foram... Se não me engano nós tivemos no segundo, no terceiro ano, e se não em engano teve também no quarto ano, mas somente aquelas para avaliar os professores no sentido do...

AP: Estágio?

E.B: Estágio probatório e de professor colaborador também.

AP: E algum resultado surgiu depois das avaliações, assim, algumas...

E.B: De alguns até surgiu uma certa melhora de outros permaneceu igual.

AP: Então mais ou...

E.B: Menos. (risos)

Egresso Educação Física.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.EF= Egresso da Educação Física, entrevistado.

AP: qual a escolaridade dos seus pais?

E.EF: Meus pais são formados, tem ensino superior, os dois tem pós-graduação e eu acho que a possibilidade de eles estudarem foi dada pelos pais deles, eu acho que a oportunidade que os pais deles deram a eles pra poder seguir né no ensino superior na graduação na pós... Acho que a ajuda financeira foi mais importante pra poder manter os dois na faculdade.

AP: uhum... E o que atraiu você pra área da carreira docente... Assim, ser professora?

E.EF: Meus pais são professores de educação física, então eu acho que o convívio com eles na rotina escolar e tudo mais, me atraiu pra ser professora também. Eu acho que quando eu percebi que eu também poderia ser professora, também teria uma vocação, também teria as características necessárias para ser uma professora também me atraiu bastante pra poder seguir nessa área.

AP: Então, eu queria que você me falasse o que você entende por vocação, porque foi uma resposta que vários acadêmicos deram nos questionários, mas fica uma dúvida, parece uma questão muito subjetiva... O que seria vocação pra você?

E.EF: então, eu defino vocação como uma capacidade de desenvolver nas crianças nos alunos, da melhor forma possível, atividades do dia a dia, como correr, saltar... Isso nos mais novinhos. E também nos mais velhos ensinar eles a jogar vôlei, handebol, então eu acho assim, eu descobri que eu tenho a vocação, que eu tenho a capacidade, que eu tenho o jeito pra lidar com os alunos pra eles aprenderem o que eu estou passando pra eles.

AP: Entendi.. e pensando no seu desempenho no curso de licenciatura... Você considera bom... Ruim... Não sabe?

E.EF: Meu desempenho no curso foi satisfatório, é, assim, eu acho que eu poderia ter me dedicado melhor, mais no último ano, principalmente no meu TCC que eu não fiquei muito feliz com minha nota mas, então eu acho que poderia ter me dedicado melhor mas eu acho que durante todos os anos eu peguei três exames apenas então eu acho que foi muito bom pra mim.

AP: e você já pensou assim, alguma vez em desistir ou trancar a graduação?

E.EF: Não, em nenhum momento eu pensei em trancar a graduação, em nenhum momento eu pensei em desistir do curso, é, era um sonho que eu tinha em fazer uma faculdade, não tinha bem certo o curso que eu queria fazer, mas depois que eu entrei no curso percebi que era isso mesmo, que eu estava na área certa, que era educação física mesmo e nunca pensei em desistir do curso. Muitas vezes eu estava exausta cansada, mas desistir do curso nunca pensei.

AP: Os motivos da exaustão, do cansaço, você lembra quais os motivos da exaustão, do cansaço?

E.EF: Foi basicamente nos últimos dois anos, que a gente começou estágio e daí como eu sou de Castro a gente tinha que se descolar pra Ponta Grossa pra fazer estágio, e ficar o dia inteiro em Ponta Grossa, e mais a noite estudar, pra chegar no outro dia e trabalhar ainda, né, que aí eu fazia estágio em Castro. Então assim, foi bem cansativo e daí no último ano também tinha o TCC, foi bem desgastante ir atrás e as vezes não tinha muito assunto relacionado aí o professor achava algumas coisas mas não era bem isso que a gente estava pensando. Então assim foi desgastante o TCC e os estágios, e também algumas horas complementares, que a gente chegou no último ano e não conseguimos fechar, devido os cálculos que a UEPG faz para as horas complementares, e, a gente teve que correr atrás de horas, atrás de fazer cursos e ir em palestras e acho que isso desgastou bastante também.

AP: E pensando na tua entrada na UEPG, porque você escolheu a UEPG?

E.EF: Então, por ela, por a universidade ser pública, né e com bastante nome porque a gente sabe que dentre todas as pesquisas de qualidade né, a maioria das vezes a uepg esta entre uma das melhores. Então é importante gente levar um nome um bom nome junto com nosso currículo, eu acho que a uepg proporciona isso pra gente. Né um bom nome sabendo da qualidade do ensino.

AP: Uhum... E você deseja ou está desempenhando a profissão docente... Está trabalhando na sua área e tal?

E.EF: Eu desejo desempenhar a profissão docente, apesar de não estar trabalhando com isso ainda, mas até esse ano eu comecei a estudar Educação Física bacharelado na UEPG mesmo, mas eu percebi que não era bem a minha área, apesar de gostar também de treinamento físico, eu acho que é, o desenvolver a maturidade nas crianças é mais gratificante.

AP: as Expectativas que você tinha pra depois que você... Após você concluir a graduação... Elas estão sendo atendidas?

E.EF: As minhas expectativas por enquanto não estão sendo atendidas, como eu disse eu não estou desempenhando a profissão, estou desempregada, é... na minha cidade, em Castro tem poucas escolas particulares, então a concorrência para as escolas particulares é muito grande, é ... pra poder ingressar na carreira era importante um concurso público, então por enquanto né só há boatos que vai abrir concurso, a gente precisa mesmo que abra concurso tanto pro estado quanto pra prefeitura, mas por enquanto sem o concurso fica bem complicado de trabalhar na área. Eu estou desempenhando alguns trabalhos por fora alguns treinamentos em algumas escolas, mas nada certo nada fichado.

AP: você chegou a Receber algum tipo de auxílio ou bolsa durante a graduação?

E.EF: É, durante a graduação eu nunca precisei receber nenhum auxílio estudantil, nenhuma bolsa. É... Eu fiz estágio durante a graduação, mas auxílio da universidade mesmo eu nunca recebi, eu acho que não desistiria do curso mesmo não recebendo, não me fez falta, minha mãe sempre me ajudou, então com auxílio ou sem auxílio estudantil eu seguiria no curso do mesmo jeito.

AP: E o estágio que você fazia era remunerado, ou era voluntário? Era numa escola?

E.EF: Eu fiz estágio não obrigatório, em Castro, pela prefeitura que era remunerado. Daí eu trabalhei como... Com carteira assinada mesmo, como professora de Educação Infantil numa escola particular em Castro, e fiz estágio na Secretaria de Esportes em Castro, também, durante pouco tempo, mas todos remunerados.

AP: pensando especificamente no que motivou você a escolher o seu curso... Na verdade já respondeu um pouco antes né...

E.EF: Como já disse meu pai é professor de educação física então ele me influenciou bastante a praticar esporte desde pequena, então eu sempre joguei vôlei, sempre participei de atletismo e atividades esportivas. É... Por ele ser da área também eu sempre estive no ginásio, então eu sempre tive incluída nos ginásios, vendo jogos, participando dos treinamentos dele, então, me influenciou bastante na escolha do curso. Como já disse também, não tinha bem certeza do que queria fazer. Tinha feito vestibular pra odontologia, pra ciências biológicas, mas quando eu fiz educação física e passei eu vi que era mesmo essa área que queria seguir. E dentro do curso eu fui descobrindo mais e mais paixões como desenvolver nas crianças essa vontade de praticar educação física e desenvolver nelas a motricidade, é bem gratificante. Uma coisa também que é bem gratificante na nossa área principalmente na licenciatura, o carinho que as crianças tem pelo professor, acho que com todos os professores são assim, são exemplos para os alunos fora de casa né, mas o professor de educação física são bem queridos pelas

crianças, são, acho, os professores mais preferidos delas, então, é bem gratificante perceber isso, entender e participar disso também.

AP: qual meio de Transporte você utilizava pra ir às aulas? Não sei se você tem carro, ou se tua família tem... Algum veículo próprio...

E.EF: Eu ia de van pra UEPG, pagava van de Castro à Ponta Grossa, é... Minha família tem dois veículos é... Mas, a viagem de Castro à Ponta Grossa é muito cara se for pra utilizar todos os dias... De carro, e quando a gente tinha estágio eu ia de ônibus de Castro a Ponta Grossa e pra ir pra UEPG utilizava o ônibus de Ponta Grossa mesmo.

AP: E você está trabalhando? Colabora com o sustento da casa... Ou não?

E.EF: Eu to desempregada com trabalhos esporádicos então a minha renda não influencia muito no sustento da família. Quem sustenta minha família mesmo é minha mãe, meu marido ajuda, contribui pro sustento da casa mas quem carrega mesmo quem sustenta a família, sustenta a casa é minha mãe.

AP: E a Renda familiar, considerando o rendimento de todos os que moram com você... Quanto dá?

E.EF: Renda total da família fica entre 4 e 5 salários mínimos , é... Uma situação bem estável bem tranqüila, como já disse quem mais contribui pra situação financeira da casa é minha mãe, eu moro só com minha mãe, minha irmã e meu marido, meu pai não mora com a gente, então, ele paga pensão, mas quem sustenta é minha mãe.

AP: sobre o Número de funcionários da UEPG, que a UEPG possui assim pra atender às diferentes demandas dos estudantes e de todos né... O que você tem a dizer?

E.EF: São satisfatórios os números né.. Mas, pra segurança, principalmente no campus de Uvaranas, eu acho que falta bastante funcionários, nas outras áreas, biblioteca, laboratórios, é... Eu acho bem tranquilo.. É protocolos também é bem tranquilo.. Não falta funcionário, mas pra atender à segurança do campus de Uvaranas tem muitos locais que é... Ocorrem assaltos, que são escuros que são desertos principalmente perto do bloco G de educação física é bem perigoso e a gente via que... é possível ver que o numero de funcionário pra segurança é bem escasso.

AP: e vocês fizeram algum tipo de avaliação dos professores do curso?

E.EF: Nunca foi realizada avaliação dos professores do nosso curso, nunca tivemos acesso a isso nunca nos foi passado e nem perguntado pra gente qualquer coisa relacionado a isso, tanto que tivemos ótimos professores que mesmo não sendo domínio de toda matéria iam atrás e davam ótimas aulas, e tivemos péssimos professores que estavam em suas aulas e que não puderam contribuir em nada na nossa formação. Tudo

o que a gente aprendeu ou foi com outros colegas da turma que tinham experiência com isso ou pesquisando por fora, na internet livros, porque o professor não dava conta mesmo de proporcionar algum conhecimento pra gente.

AP: Você se decepcionou, achou que seria diferente e tal, por ser uma universidade renomada, que os professores seriam mais dedicados ou algo nesse sentido?

E.EF: Eu me decepcionei um pouco com alguns professores, porque a gente pensa né que não, a UEPG bem renomada vai ter ótimos professores e quando a gente se depara com uma pessoa que as vezes sabe menos que a gente ali dentro ou, não que saiba menos que a gente, mas não tenha didática pra passar o conteúdo pra gente, que nem, vou dar um exemplo, mas... né, quando a gente teve vôlei, eu joguei vôlei minha vida inteira, e a gente teve a matéria de vôlei e a professora não dominava. Então quem tinha que ajudar ela a dar as aulas era eu e mais outros colegas que já jogavam vôlei também. Então assim, a gente sabe que eles ganham muito bem pra isso, e as vezes os professores não sabem como passar isso para os alunos. Que nem essa professora de vôlei, não era a área dela, mas teve o nosso professor de futsal, era a área dele, mas ele não conseguiu passar pra gente o que era necessário pra gente trabalhar na escola e , assim, é complicado porque a gente pensa assim, não, eu vou entrar na faculdade , na universidade e vou aprender coisas novas, pelo menos aprender a como dar uma aula para as crianças, para os mais novos, e a gente não teve isso. Na verdade assim, falam muito da divisão do bacharel com a licenciatura, na Educação Física, que a licenciatura tem que ser focada na escola em ensinar e não no treinamento, mas a maioria das matérias de esportes que a gente teve foi voltada pra treinamento, um exemplo é o futsal, a gente teve basicamente treinamento de futsal, a gente não teve um educativo pra trabalhar com as crianças, tanto que quem davam as aulas éramos nós, os alunos, o professor separava em grupos, dava seminários, a gente apresentava um seminário teórico um seminário prático e era isso as aulas. Então assim, isso me decepcionou um pouco mas um outro fato também que me decepcionou, não que me decepcionou, mas me deixou assim, foi bem vago, foi a parte de trabalhar com a educação infantil. Os professores focaram muito no fundamental 2 e médio, que são os mais velhos, e educação infantil a gente teve muito pouca coisa, e quando eu fiz estágio em Castro eu trabalhei com educação infantil e me bati bastante pra poder desenvolver as atividades com eles.

AP: Vocês nunca realizaram nenhuma avaliação, nem aquelas do estágio probatório ou dos professores que são do teste seletivo? E os alunos nunca tentaram se organizar pra levar até o colegiado esses problemas com os professores?

E.EF: Não, a gente nunca teve, nunca fez avaliação de professor. Com relação a levar à coordenação esses casos, é, teve uma vez, como eu já citei, a professora de vôlei né, alguns alunos, na verdade a turma inteira concordou e alguns alunos foram conversar com a coordenação para falar sobre isso, que a professora não estava suprimindo nossa necessidade de aprender com relação ao vôlei, que o que ela passava era supérfluo, meio superficial, não supérfluo, então, mas a coordenação, assim, conversou com a professora mas, não... Sabe não foi assim, não teve mudança muito radical, e a gente até evitava levar um pouco pra coordenação... Nosso último ano teve um caso que a gente pediu pra professora mudar a data da prova na sala, ela não concordou muito, a gente conversou com a coordenação e ela não gostou, então assim, levar esses casos dos professores pra coordenação a gente evitava e com relação a avaliação de professor nunca teve.

Egresso Pedagogia.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.P= Egresso da Pedagogia, entrevistado.

AP: Qual a escolaridade dos seus pais?

E.P: Os meus pais têm ensino médio incompleto, e eles me contam que desistiram de estudar... Não quiseram levar os estudos adiante.

AP: E eles te falaram porque resolveram parar com os estudos?

E.P: Diz que não pretendiam fazer graduação e decidiram parar.

AP: O que atraiu você para a carreira docente?

E.P: Eu na verdade gostaria de ter feito psicologia, mas na época não tinha como eu pagar, só tinha psicologia na faculdade particular, então não tive condições de pagar e nem de estudar em outra cidade , aí eu acabei optando pela história, optei pela licenciatura e acabei gostando e, só que durante o curso eu senti a necessidade de ter estudado disciplinas voltadas para a didática, então resolvi fazer a pedagogia...Embora eu não tenha feito o curso que eu gostaria de ter feito eu acabei gostando né, durante os cursos de história e pedagogia eu acabei gostando dessa área e pretendo ficar nela.

AP: Como descreve seu desempenho no curso?

E.P: Eu penso que eu tive um bom desempenho durante a graduação, eu penso que eu me dediquei bastante, tinha bastante tempo de estudo, busquei sempre ler bastante, levar o curso com bastante responsabilidade.

AP: Pensou, em algum momento, em desistir da graduação?

E.P: Não, não pensei nem em desistir nem em trancar o curso.

AP: E teve alguma dificuldade durante a graduação?

E.P: Com relação às disciplinas não. Mas no primeiro ano eu fazia estágio remunerado numa escola particular. E eu tinha que ficar até o último aluno ir embora. Com isso as vezes eu chegava atrasada para a primeira aula, e eu tinha que ir de ônibus na época, o que também ajudava a atrasar mais ainda . Quando eu ficava até o último ir embora eu ultrapassava a carga horária de trabalho...

AP: O que levou você a ingressar na UEPG?

E.P: Porque é uma universidade pública, é na minha cidade, então era muito mais fácil pra mim o acesso e penso que o curso, pelo menos de pedagogia né, tem professores muito bons né, então penso que é um curso de qualidade.

AP: Deseja, ou está desempenhando a profissão docente?

E.P: Eu quero atuar na minha área, mas no momento não to trabalhando na minha área.

AP: Suas expectativas após a conclusão da graduação, estão sendo atendidas?

E.P: Eu agora, sou bolsista do mestrado, então eu estou esperando abrir o concurso do município pra dar aula no ensino fundamental... Eu sei que o salário não é bom né, é ruim, é mas a princípio é essa minha expectativa, e terminar o mestrado, ingressar no doutorado e futuramente eu quero ser professora universitária.

AP: E você precisou receber algum auxílio, ou recebeu alguma bolsa de estudos durante a graduação?

E.P: Não precisei receber nenhum recurso e nenhuma bolsa.

AP: E qual o principal motivo para ter escolhido o seu curso?

E.P: Eu escolhi a pedagogia porque durante o curso de história, eu senti muita falta de disciplinas voltadas para a área da didática. Acho que a licenciatura teve muito pouco assim, então, eu precisava de uma base maior pra eu entrar na sala de aula com mais segurança e também porque eu pretendia fazer o mestrado em educação, então eu penso que fazendo o curso de pedagogia iria me ajudar bastante nisso.

AP: E qual meio de transporte você utilizava para ir até a universidade?

E.P: É, as vezes eu ia de carro, e as vezes a pé porque minha casa não é tão longe assim da Universidade.

AP: Carro próprio?

E.P: Sim.

AP: E, sobre sua situação financeira, em que medida a sua renda é necessária para o sustento da sua família?

E.P: Bom, eu moro com meu pai e minha mãe, é, ajudo em algumas coisas em casa, mas o meu salário não é o principal para sustentar minha família.

AP: Situação de trabalho...

E.P: Bom, no momento eu não estou trabalhando, eu ganho bolsa, mas pra fazer o mestrado...

AP: E qual a renda mensal da sua família, e também, quem é o principal contribuinte?

E.P: Bom, meu pai é o principal contribuinte da renda familiar, e nossa renda gira em torno de 1.300 reais...

AP: E sobre a quantidade de funcionários que a UEPG possui pra atender às demandas estudantis e acadêmicas... o que você tem a dizer?

E.P: Posso dizer dos profissionais que eu tinha mais contato que são os professores né, então eu penso que, é, ainda falta um maior número de professores...

Egresso História.

AP= Ana Paula, entrevistadora.

E.H= Egresso da História, entrevistado.

AP: Qual é a escolaridade dos seus pais?

E.H: Minha mãe ela terminou o ensino médio, mas ela fez o ensino médio EJA lembro que em 2013 ela terminou, até então ela tinha só até a oitava série. E meu pai tem o ensino médio, mas ele também fez depois de um tempo, e também... Não era EJA o nome...

AP: Supletivo?

E.H:Isso

AP: E você sabe porque eles não conseguiram terminar no tempo regular?

E.H: A minha mãe foi porque, ela morava numa cidade e ela tinha que estudar em outra e era muito caro o preço da van que eles iam, daí ela abandonou, ela poderia ter terminado mas ela preferiu não gastar com isso.

AP: E o que atraiu você pra Licenciatura em História, pensado na carreira como docente, como professora?

E.H:É que desde criança eu já brincava de dar aula e é uma coisa que eu sempre quis e eu também gostava de história, escolhi história por gosto.

AP: muitas pessoas no questionário colocaram a vocação como o principal atrativo para a carreira docente, o que você entende por vocação?

E.H: Eu acho que vocação talvez não seja a palavra que sirva bem pra mim. É uma coisa que eu gosto, eu acho que gostar também seja um ponto interessante. Mas , é, talvez a vocação seja você fazer bem aquilo que... Se bem que é meio... É confuso porque a gente sai muito ... Não é fresco a palavra ... A gente sai muito indeciso assim do curso, da a entender que você não vai conseguir e tal. Eu talvez não consiga me ver como uma vocação, mas é uma coisa que eu gosto, acho que já é um ponto interessante.

AP: E como você descreve o seu desempenho no curso?

E.H: Eu demorei para me acostumar, foi uma realidade bem diferente do que eu esperava, eu não esperava que o curso fosse do jeito que foi, é acho que eu peguei mesmo o ritmo do curso no terceiro no quarto ano, mas de modo geral foi bem, sempre aproveitei bem..

AP: foi um impacto positivo ou negativo em relação ao curso?

E.H: Positivo...

AP: E em algum momento você pensou em desistir ou trancar a graduação?

E.H: Eu acho que lá pelo terceiro ano, eu tava, seila, com problema de ansiedade e tal, mas foi só uma ideia assim que passou pela cabeça, não uma ideia que eu considerei durante um tempo, mas só... Tipo dava vontade de jogar tudo pro alto, largar, mas não assim, de forma definitiva... Só aqueles pensamentos assim...

AP: A ansiedade relacionada aos conteúdos assim, ao próprio curso ou coisas extra universitárias...

E.H: Não, extra universitária, problema pessoal...

AP: E o que levou você a prestar vestibular e entrar no curso de licenciatura na UEPG?

E.H: Ah, principalmente por ser gratuito né. Porque eu não ia ter condições de pagar nenhuma faculdade particular.

AP: E você deseja ou está desempenhando a profissão docente?

E.H: Ainda não estou, mas é, já penso em entrar na pós graduação porque, como está difícil pegar aula pelo PSS e tal. É o que eu quero, ainda não consegui pegar aula, mas, to tentando.

AP: E as suas expectativas após concluir a graduação, estão sendo atendidas?

E.H: Eu acho que sim, não sei explicar muito mas...

AP: É que você objetiva trabalhar na educação básica né e está...

E.H: É, estou no caminho.

AP: E durante a graduação você precisou receber algum tipo de auxílio ou bolsa acadêmica?

E.H: Eu recebi bolsa de Iniciação Científica...

AP: Quantos anos?

E.H: Foi um ano de Iniciação Científica e aí eu entrei no PIBID um ano antes e também um ano e quatro meses .. mas entrei pra complementar a formação mesmo, não porque precisava, necessariamente, da bolsa... acho que mais pensando na formação...

AP: Então você não desistiria do curso se não tivesse sido bolsista...

E.H: não...

AP: Mas então você vê assim um ganho mais para o currículo mesmo, para a tua formação, do lance de ser bolsista...

E.H: Ah é claro que a bolsa ajuda bastante né, é mas, as duas coisas, porque pra mim facilitou bastante ter feito Iniciação Científica, PIBID, mas, nossa, a bolsa quebrou um galho enorme, pra tudo, passagem, até alimentação..

AP: E qual o principal motivo para você ter escolhido o seu curso?

E.H: Por interesse, uma coisa que eu sempre gostei..

AP: O meio de transporte que você utilizava pra ir pra aula?

E.H: Ônibus.

AP: Sobre a sua situação financeira, não sei se você está trabalhando agora, ou não...E.H:Agora não...

AP: E quando você era bolsista, a tua renda tinha influência assim na renda familiar? Você contribuía com a renda familiar?

E.H:Assim, o que sobrava da bolsa eu acabava ajudando com coisas em casa, mas dependia ainda da renda dos meus pais.

AP: E você sabe a renda total da sua família?

E.H: Eu acredito que dava em torno de dois salários mínimos...

AP: E quem contribui com a renda... Pai, mãe?

E.H: Assim, o dinheiro que eu recebia do meu pai é de pensão, e a minha mãe ela como trabalha na roça, como agricultora então é... Não tem como estipular uma renda porque só recebe no final do ano e varia conforme a safra... Então é uma renda muito variável...

AP: E onde sua mãe mora?

E.H: Ivaí.

AP: E você morou aqui ou ia e voltava?

E.H: Durante os dois primeiros anos eu ia e voltava de Ivaí, daí no segundo ano, eu cheguei a morar um tempo aqui, e da metade do terceiro em diante eu já passei a ficar aqui na casa de uma tia, daí eu ficava todo dia aqui em Ponta Grossa e ia de ônibus igual né...

AP: Pensando na quantidade de funcionários que a UEPG possui para atender as demandas seja de laboratórios, limpeza, o que você considera? Bom, ruim?

E.H: Eu acho que ainda é pouco, até ontem a gente tava conversando, que o número de segurança aqui é, se eu não me engano são cerca de 70 pra universidade inteira, se for dividir em três turnos, se for parar pra pensar cada campus deve ter ali uns 3 guardas por turno, 6 no máximo. Então é uma coisa que ainda falta, se for considerar o... seila. Uvaranas é perigoso pra caramba e então acho que ainda é pouco.

AP: É mais na segurança então que você percebe que tem essa deficiência, ou tem alguma outra área assim dentro do funcionalismo...

E.H: Na verdade nunca prestei atenção, acho que a parte de segurança é o que mais chama atenção.

AP: E você quando estava na graduação, fez alguma avaliação dos professores do curso?

E.H: Eu não lembro, acho que só quando... Eu fiz uma quando era avaliação de estágio probatório do professor... Mas acho que foi o único.

AP: E você percebeu se teve alguma mudança do professor que foi avaliado, assim tipo, foi apontado um ponto que ele deveria modificar e ele mudou...

E.H: Eu acredito que não, assim, todo mundo gostava do professor e ele trabalhava bem então acho que não...

APÊNDICE 4- PERFIL DO LICENCIANDO DA UEPG – 2017.

QUESTÕES	RESPOSTAS						
Idade (anos)	18-20	21-23	24-26			Mais de 26	
	6,4%	43,6%	22,1%			27,9%	
Sexo	Feminino				Masculino		
	64,5%				35,5%		
Educação básica cursada	Pública	Particular	Pública e particular, maior parte na pública			Pública e particular, maior parte na particular	
	74,5%	5%	17%			3,5%	
Tem filhos	Não	Sim, 01	Sim, 02		Sim, 03	Sim, 04 ou mais	
	80%	12,9%	3,6%		2,9%	0,7%	
Meio de transporte utilizado para chegar à UEPG	A pé/carona	Transp. Coletivo	Veículo motorizado próprio		Bicicleta	Transp. Fretado	
	12,9%	34,4%	35%		2,9%	15%	
Como você se considera	Branco (a)	Negro (a)	Pardo (a)			Amarelo (a) (origem oriental)	Indígena ou de origem indígena
	87,2%	1,4%	9,9%			1,4%	0%
Alguém da família possui nível superior	Sim, 01 pessoa	Sim, 02 pessoas	Sim, 03 pessoas	Sim, 04 pessoas	Sim, 05 pessoas	Sim, mais de 5 pessoas	Não
	28,6%	14,3%	6,4%	3,6%	1,4%	7,9%	37,9%
Alguém da família possui nível de pós-graduação	Sim, 01 pessoa	Sim, 02 pessoas	Sim, 03 pessoas	Sim, 04 pessoas	Sim, 05 pessoas	Sim, mais de 5 pessoas	Não
	26,2%	6,4%	1,4%	1,4%	0%	1,4%	63,1%

Onde e com quem mora atualmente	Em casa ou apartamento, sozinho		Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes		Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos		Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república)		Em alojamento universitário da própria Instituição		Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro)	
	10,6%		48,9%		32,6%		7,1%		0%		0,7%	
Tipo de moradia	Própria		Cedida		Alugada		Financiada		Outros			
	70,2%		3,5%		21,3%		5%		0%			
Quantas pessoas moram com você	0	01	02	03	04	05	06	07	Mais de 07			
	9,2%	22%	36,9%	15,6%	7,8%	3,5%	2,8%	1,4%	0,7%			
Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos	Até R\$ 1.405,5	R\$ 1.405,5 à R\$ 2.811,00		R\$ 2.811,00 à R\$ 4.216,5	R\$ 4.216,5 à R\$ 5.622,00		R\$ 5.622,00 à R\$ 9.370,00		R\$ 9.370,00 à R\$ 28.110,00		Mais de R\$ 28.10,00	
	10,6%	32,6%		25,5%	12,8%		14,9%		3,5%		0%	
Qual alternativa melhor descreve sua situação financeira	Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais			Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família, outras pessoas ou programas governamentais		Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos		Tenho renda e contribuo com o sustento da família		Sou o principal responsável pelo sustento da família		
	4,3%			24,8%		39%		22,7%		9,2%		
Qual a alternativa melhor descreve sua situação de trabalho	Não estou trabalhando		Trabalho eventualmente		Trabalho até 20h semanais		Trabalho de 21 à 30h semanais		Trabalho 40h semanais ou mais			
	35,7%		7,1%		22,9%		10,7%		23,6%			
Qual modalidade de ensino médio você	Tradicional		Profissionalizante/ técnico			Profissionalizante/ magistério		Educação de jovens e adultos (EJA) e/ou supletivo			Outra	

concluiu	71,6%	16,3%	7,8%	4,3%	0%
Excetuando-se os livros indicados na bibliografia do seu curso, quantos livros você leu nesse ano	Nenhum 13,6%	01 ou 02 31,4%	De 03 à 05 31,4%	De 06 à 08 8,6%	Mais de 08 15%
Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica aos estudos, excetuando as horas aula	Nenhuma, apenas assisto às aulas 9,9%	De 01 à 03 horas 42,6%	De 04 à 07 horas 22%	De 08 à 12 horas 12,8%	Mais de 12 horas 12,8%
Responda sobre o sistema de cotas	Acho justo as cotas apenas para alunos oriundos de escolas públicas 26,2%	Acho justo as cotas apenas para alunos negros 0,7%	Acho justo as cotas para alunos negros e oriundos de escolas públicas 48,2%	Não acho justo as cotas para negros nem para alunos oriundos de escolas públicas 12,8%	Não tenho opinião formada 12,1%
Se você concorda com uma das opiniões abaixo, assinale uma delas	Os alunos que entram por meio das cotas não terão maiores dificuldades que os outros alunos para acompanhar o curso 12,9%	O sistema de cotas é uma alternativa de correção das desigualdades raciais e sociais existentes com relação ao ingresso na universidade 54,3%	A convivência acadêmica com os colegas que entram pelo sistema de cotas é positiva para o processo educacional 3,6%	Outra opinião 29,3%	
Se você concorda com uma das opiniões, assinale uma alternativa	O sistema de cotas irá provocar o acirramento dos conflitos entre os grupos sociais 4,4%	O sistema de cotas não resolverá o problema da desigualdade social 48,9%	Os alunos que entram por meio das cotas são privilegiados em detrimento aos outros alunos 3,7%	A qualidade do curso será prejudicada com a entrada de alunos cotistas 0%	Outra opinião 43%

Seu domínio de inglês é	Bom 17%	Regular 22,7%	Fraco 38,3%	Nenhum 22%	
Seu domínio de espanhol é	Bom 7,8%	Regular 31,2%	Fraco 42,6%	Nenhum 18,4%	
Você tem domínio e outra língua estrangeira além o inglês e do espanhol	Sim 7,9%		Não 92,1%		
Você frequentou algum curso de idioma estrangeiro oferecido pela universidade	Sim 7,1%		Não 92,9%		
Tem interesse em aprender outro idioma	Sim 92,9%		Não 7,1%		
Quais atividades extra-classe você participa	Artísticas/culturais 16,4%	Movimentos religiosos 13,3%	Política partidária 2,3%	Movimento estudantil 4,7%	Outro 63,3%

Fonte: Dados da pesquisa. (2018). Elaborado pela autora.

APÊNDICE 5- ATRATIVIDADE PARA A CARREIRA DOCENTE, SEGUNDO OS LICENCIANDOS DA UEPG – 2017.

QUESTÕES	RESPOSTAS							
Deseja desempenhar a profissão docente	Sim 81,4%				Não 18,6%			
Quem lhe deu maior incentivo para cursar a graduação	Ninguém 21,7%	Pais 50%	outros membros da família que não os pais 13%	Professores 5,1%	Líder ou rep. religioso 0%	colegas/ amigos 5,1%	outras pessoas 5,1%	
Qual o principal motivo para você ter escolhido seu curso	Inserção no mercado de trabalho 15,7%	Influência familiar 6,4%	Valorização profissional 3,6%	Prestígio social 2,1%	Vocação 30,7%	baixa concorrência para ingresso 2,9%	possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho 17,9%	outro 20,7%
Qual a sua perspectiva após concluir a graduação	Trabalhar na educação básica 26,6%	Ingressar da pós graduação (com o objetivo de trabalhar no ensino superior) 46%	Trabalhar na área da educação social 5%	Trabalhar em outra área 10,8%		cursar outra graduação 11,5%		
Gostaria de estar em outro curso de graduação	Sim 27,7%				Não 72,3%			

Fonte: Dados da pesquisa. (2018). Elaborado pela autora.

APÊNDICE 7- CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS LICENCIANDOS DA UEPG – 2017.

QUESTÕES	RESPOSTAS															
Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante seu curso	Não tive dificuldade		Não recebi apoio para enfrentar as dificuldades		Pais		Avós		Irmãos, primos ou tios		Líder ou representante religioso		Colegas de curso e/ou amigos			
	16,3%		8,1%		30,4%		1,5%		1,5%		0%		8,9%			
	Professores do curso			Profissionais do serviço de apoio aos estudantes da UEPG			Colegas de trabalho			Companheiro(a)/cônjuge			Outro			
	5,9%			0%			2,2%			17%			8,1%			
Já pensou em desistir ou trancar a graduação	Sim 60,3%								Não 39,7%							
Se já pensou em desistir ou trancar a graduação, qual o motivo principal	Não pensei		dificuldades financeiras		dificuldades com os conteúdos das disciplinas		dificuldades em conciliar trabalho e curso		falta de assistência estudantil		Dificuldade de relacionamento com os colegas		Dificuldade de relacionamento com os professores		Outro	
	37,8%		8,1%		7,4%		17%		4,4%		1,5%		6,7%		17%	
No seu curso atual, já trancou matrícula	Sim 5,7%								Não 94,3%							
Se você utiliza o RU, responda com que frequência utiliza	Diariamente para almoçar e jantar		Diariamente para almoço		Diariamente para jantar				Eventualmente			Não utilizo/não tenho informações				
	3,6%		6,4%		3,6%				60%			26,4%				
Você acha o RU higiênico	Sim 66%					Não 9,9%					Não utilizo 24,1%					
Você acha que os funcionários do RU	Sim 68,1%					Não 7,1%					Não utilizo 24,8%					

atendem satisfatoriamente							
Você acha que a comida do RU é bem feita	Sim 68,1%		Não 7,8%		Não utilizo 24,1%		
Você acha que o cardápio do RU é satisfatório	Sim 47,1%		Não 28,6%		Não utilizo 24,3%		
você acha que o preço do RU é adequado	Sim 35%		Não 40,7%		Não utilizo 24,3%		
Assinale abaixo o principal tipo de auxílio que você gostaria de receber	Alimentação 17,3%	Transporte 30,2%	Moradia 12,9%	Saúde 15,8%	Creches 2,2%	Nenhum 12,2%	Outro 9,4%
Ao longo de sua trajetória acadêmica você recebeu algum tipo de auxílio da UEPG, ou do governo	Não recebi 89,9%	Auxílio moradia 0%	Auxílio alimentação 2,2%		Auxílio moradia e alimentação 0%		Auxílio permanência 0%
	Auxílio para transporte 2,2%	Auxílio para doenças ou deficiências 0%	Auxílio para lazer 0,7%		Outro tipo de auxílio 5,1%		
O longo de sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica	Nenhuma 43,3%	Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/PIBID, etc.) 46,1%	Bolsa de extensão 4,3%	Bolsa de monitoria/tutoria 0,7%	Bolsa PET 2,1%		Outro 3,5%
Caso você seja beneficiário de alguma bolsa acadêmica ou auxílio estudantil, se você não fosse beneficiário, desistiria do curso	Sim 2,9%		Não 39,1%		Talvez 7,2%		Não sou beneficiário 50,7%

No seu curso, foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação	Sim 22,1%	Não 45%	Talvez 32,9%
A coordenação de seu curso esteve disponível para orientação acadêmica aos estudantes	Sim 59,7%	Não 23%	Não sei 17,3%
Foram oferecidas oportunidades para os estudantes do seu curso participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária	Sim 79,9%	Não 7,9%	Não sei 12,2%
O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos/externos à instituição	Sim 70,7%	Não 17,9%	Não sei 11,4%
Os estudantes do seu curso participaram de avaliações periódicas referente à infraestrutura	Sim 10%	Não 75%	Não sei 15%
Os estudantes do seu curso participaram de avaliações	Sim 54,3%	Não 37,1%	Não sei 8,6%

periódicas referente à atuação dos professores					
A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico	Sim 32,1%	Não 44,3%	Não sei 23,6%		
As condições de infraestrutura das salas de aula do seu curso estão adequadas	Sim 41,4%	Não 55,7%	Não sei 2,9%		
A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes do seu curso necessitam	Sim 57,9%	Não 28,6%	Não sei 13,6%		
A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso à obras disponíveis em acervos virtuais	Sim 42,1%	Não 21,4%	Não sei 36,4%		
A instituição dispôs de refeitório, cantina, e banheiros em condições adequadas que atenderam às necessidades de seus usuários	Sim 45%	Não 50,7%	Não sei 4,3%		
Classifique como é a sua relação com a maioria dos professores de seu curso	Ótima 19,4%	Boa 73,4%	Regular 6,5%	Ruim 0%	Péssima 0,7%

classifique como é a segurança no campus	Ótima 0%	Boa 2,1%	Regular 12,9%	Ruim 32,1%	Péssima 52,9%
Classifique como é a internet gratuita da universidade	Ótima 0,7%	Boa 8,6%	Regular 29,3%	Ruim 28,6%	Péssima 32,9%
Classifique como é o seu desempenho nas disciplinas	Ótimo 10,7%	Bom 64,3%	Regular 22,9%	Ruim 1,4%	Péssimo 0,7%
Classifique como é o seu relacionament o com os colegas da turma	Ótimo 23,6%	Bom 57,1%	Regular 16,4%	Ruim 1,4%	Péssimo 0,7%
Classifique como é o tempo que você possui para realizar as atividades acadêmicas domiciliares	Ótimo 7,1%	Bom 31,4%	Regular 33,6%	Ruim 16,4%	Péssimo 11,4%
Classifique como é a sua assiduidade nas aulas	Ótima 21,4%	Boa 55,7%	Regular 20%	Ruim 2,1%	Péssima 0,7%

Fonte: Dados da pesquisa. (2018). Elaborado pela autora.

APÊNDICE 8- DADOS DO QUESTIONÁRIO, POR CURSO DE LICENCIATURA.

Principal meio de transporte utilizado para chegar à UEPG						
Cursos de licenciatura	A pé/carona	Bicicleta	Transp. Coletivo	Veículo motorizado próprio	Transp. fretado	Total
<i>História</i>	1 6,3%	0 0%	8 50%	5 31,3%	2 12%	16 100%
<i>Geografia</i>	1 5%	3 15%	7 35%	8 40%	1 5%	20 100%
<i>Ciências Biológicas</i>	0 0%	0 0%	4 66,7%	2 33,3%	0 0%	06 100%
<i>Matemática</i>	3 15,8%	0 0%	7 36,8%	4 21,1%	5 26,3%	19 100%
<i>Letras Português/Inglês</i>	5 50%	1 10%	3 30%	0 0%	1 10%	10 100%
<i>Ed. Física</i>	1 5,9%	0 0%	5 29,4%	8 47,1%	3 17,6%	17 100%
<i>Música</i>	1 25%	0 0%	0 0%	2 50%	1 25%	4 100%
<i>Artes Visuais</i>	1 14,3%	0 0%	2 28,6%	4 57,1%	0 0%	7 100%
<i>Química</i>	1 5,9%	0 0%	5 29,4%	7 41%	4 23,5%	17 100%
<i>Física</i>	1 16,70%	0 0%	1 16,70%	2 33,30%	2 33,30%	06 100%
<i>Pedagogia</i>	3 17,60%	0 0%	6 35,30%	6 35,30%	2 11,80%	17* 100%
Total	18 12,9%	4 2,9%	48 34,5%	48 34,5%	21 15,1%	139 100%

*Questão não respondida por um estudante.

O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição?				
Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
<i>História</i>	14 87,5%	1 6,3%	1 6,3%	16 100%
<i>Geografia</i>	18	1	1	20

	90%	5%	5%	100%
<i>Ciências Biológicas</i>	3	0	3	06
	50%	0%	50%	100%
<i>Matemática</i>	12	06	1	19
	63,2%	31,6%	5,3%	100%
<i>Letras Português/Inglês</i>	6	2	2	10
	60%	20%	20%	100%
<i>Ed. Física</i>	10	5	1	16*
	62,5%	31,3%	6,3%	100%
<i>Música</i>	4	0	0	04
	100%	0%	0%	100%
<i>Artes Visuais</i>	7	0	0	07
	100%	0%	0%	100%
<i>Química</i>	11	02	04	17
	64,7%	11,8%	23,5%	100%
<i>Física</i>	4	1	1	06
	66,7%	16,7%	16,7%	100%
<i>Pedagogia</i>	10	07	01	18
	55,6%	38,9%	5,6%	100%
<i>Total</i>	99	25	15	139
	70,7%	17,9%	11,4%	100%

*questão não respondida por um estudante.

Qual a alternativa melhor descreve sua situação financeira (incluindo bolsas)?

Cursos de licenciatura	Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família, por outras pessoas ou programas governamentais	Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos	Tenho renda e contribuo com o sustento da família	Sou o principal responsável pelo sustento da família	Total
<i>História</i>	1 6,3%	3 18,8%	7 43,8%	4 25%	1 6,3%	16 100%
<i>Geografia</i>	0 0%	6 30%	8 40%	2 10%	4 20%	20 100%
<i>C. Biológicas</i>	0 0%	4 66,7%	2 33,3%	0 0%	0 0%	06 100%

Matemática	2 10,5%	4 21,1%	6 31,6%	6 31,6%	1 5,3%	19 100%
Letras Português/ Inglês	1 10%	3 30%	6 60%	0 0%	0 0%	10 100%
Ed. Física	1 5,90%	2 11,80%	7 41,20%	6 35,30%	1 5,90%	17 100%
Música	1 25%	1 25%	1 25%	0 0%	1 25%	04 100%
Artes Visuais	0 0%	4 57,1%	1 14,3%	2 28,6%	0 0%	07 100%
Química	0 0%	3 17,6%	5 29,4%	4 23,5%	5 29,4%	17 100%
Física	0 0%	1 16,7%	3 50%	2 33,3%	0 0%	06 100%
Pedagogia	0 0%	3 16,7%	9 50%	6 33,3%	0 0%	18 100%
Total	6 4,3%	34 24,8%	55 39%	32 22,7%	13 9,2%	140 100%

A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
História	5 31,3%	6 37,5%	5 31,3%	16 100%
Geografia	9 45%	7 35%	4 20%	20 100%
C. Biológicas	3 50%	2 33,3%	1 16,7%	6 100%
Matemática	9 47,4%	4 21,1%	6 31,6%	19 100%
Letras Português/Inglês	2 20%	1 10%	7 70%	10 100%
Ed. Física	7 43,8%	9 56,3%	0 0%	16* 100%
Música	2 50%	2 50%	0 0%	4 100%

Artes visuais	2 28,6%	1 14,3%	4 57,1%	7 100%
Química	4 23,5%	12 70,6%	1 5,9%	17 100%
Física	2 33,30%	3 50%	1 16,7%	6 100%
Pedagogia	0 0%	14 77,80%	4 22,20%	18 100%
Total	45 32,1%	61 44,3%	33 23,6%	139 100%

* questão não respondida por um estudante.

Qual a alternativa a seguir melhor descreve sua situação de trabalho? (exceto estágio ou bolsa)						
Cursos de licenciatura	Não estou trabalhando	Trabalho eventualmente	Trabalho até 20 horas semanais	Trabalho de 21 a 39 horas semanais	Trabalho 40 horas semanais ou mais	Total
História	3 18,80%	0 0%	5 31,3%	2 12,50%	6 37,5%	16 100%
Geografia	8 40%	3 15%	2 10%	3 15%	4 20%	20 100%
C. Biológicas	5 83,30%	0 0%	1 16,70%	0 0%	0 0%	6 100%
Matemática	7 36,8%	0 0%	4 21,1%	3 15,80%	5 26,3%	19 100%
Letras Português/Inglês	5 50%	1 10%	1 10%	1 10%	2 20%	10 100%
Ed. Física	4 25%	0 0%	5 31,3%	1 6,3%	6 37,5%	16* 100%
Música	2 50%	1 25%	0 0%	1 25%	0 0%	4 100%
Artes visuais	5 71,4%	1 14,3%	1 14,3%	0 0%	0 0%	7 100%
Química	4 23,5%	0 0%	5 29,4%	0 0%	8 47,1%	17 100%
Física	3 50%	1 16,7%	1 16,7%	0 0%	1 16,7%	6 100%
Pedagogia	3 16,7%	3 16,7%	7 38,9%	4 22,2%	1 5,6%	18 100%

Total	49 35,7%	10 7,1%	32 22,9%	15 10,7%	33 23,6%	139 100%
--------------	---------------------------	--------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

*questão não respondida por um estudante.

Os estudantes de seu curso participaram de avaliações periódicas referente à infraestrutura?				
Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
História	1 6,3%	14 87,5%	1 6,3%	16 100%
Geografia	2 10%	15 75%	3 15%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	4 66,7%	2 33,3%	6 100%
Matemática	4 21,1%	12 63,2%	3 15,8%	19 100%
Letras Português/Inglês	0 0%	6 60%	4 40%	10 100%
Ed. Física	1 6,3%	14 87,5%	1 6,3%	16* 100%
Música	0 0%	3 75%	1 25%	4 100%
Artes visuais	1 14,3%	6 85,7%	0 0%	7 100%
Química	3 17,6%	12 70,6%	2 11,8%	17 100%
Física	0 0%	5 83,30%	1 16,70%	6 100%
Pedagogia	2 11,1%	13 72,2%	3 16,7%	18 100%
Total	14 10%	104 75%	21 15%	139 100%

*questão não respondida por um estudante.

Se você utiliza o RU (Restaurante Universitário), responda com que frequência o utiliza:						
Cursos de licenciatura	Diariamente para almoçar e jantar	Diariamente para almoço	Diariamente para jantar	Eventualmente	Não utilizo/não tenho informações	Total
História	0 0%	2 12,50%	1 6,3%	7 43,80%	6 37,5%	16 100%

Geografia	1 5%	0 0%	0 0%	16 80%	3 15%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	0 0%	0 0%	5 83,3%	1 16,7%	6 100%
Matemática	1 5,30%	2 10,50%	3 15,8%	12 63,20%	1 5,3%	19 100%
Letras Português/Inglês	0 0%	0 0%	0 0%	6 60%	4 40%	10 100%
Ed. Física	1 5,9%	0 0%	0 0%	9 52,9%	7 41,2%	17 100%
Música	0 0%	0 0%	0 0%	2 66,7%	1 33,3%	3* 100%
Artes visuais	0 0%	2 28,6%	0 0%	3 42,90%	2 28,60%	7 100%
Química	1 5,9%	1 5,9%	0 0%	12 70,6%	3 17,6%	17 100%
Física	0 0%	2 33,3%	0 0%	2 33,3%	2 33,3%	6 100%
Pedagogia	1 5,6%	0 0%	1 5,6%	10 55,6%	6 33,30%	18 100%
Total	5 3,6%	9 6,4%	5 3,6%	84 60%	36 26,4%	139 100%

*questão não respondida por um estudante.

Os estudantes do seu curso participaram de avaliações periódicas referente a atuação dos professores?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
História	10 62,50%	6 37,5%	0 0%	16 100%
Geografia	12 60%	7 35,5%	1 5%	20 100%
C. Biológicas	4 66,7%	1 16,7%	1 16,7%	6 100%
Matemática	9 47,4%	9 47,4%	1 5,3%	19 100%
Letras Português/Inglês	8	1	1	10

	80%	10%	10%	100%
Ed. Física	4 25%	11 68,8%	1 6,3%	16* 100%
Música	3 75%	0 0%	1 25%	4 100%
Artes visuais	7 100%	0 0%	0 0%	7 100%
Química	3 17,60%	9 52,90%	5 29,4%	17 100%
Física	0 0%	5 83,3%	1 16,7%	6 100%
Pedagogia	15 83,3%	3 16,7%	0 0%	18 100%
Total	75 54,3%	52 37,1%	12 8,6%	139 100%

*questão não respondida por um estudante.

No seu curso, foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
História	3 18,8%	4 25%	9 56,3%	16 100%
Geografia	7 35%	7 35%	6 30%	20 100%
C. Biológicas	1 16,7%	3 50%	2 33,3%	6 100%
Matemática	4 21,1%	6 31,6%	9 47,4%	19 100%
Letras Português/Inglês	3 30%	3 30%	4 40%	10 100%
Ed. Física	1 6,3%	11 68,8%	4 25%	16* 100%
Música	3 75%	0 0%	1 25%	4 100%
Artes visuais	5 71,4%	1 14,3%	1 14,3%	7 100%
Química	1 5,90%	14 82,4%	2 11,80%	17 100%

Física	2 33,3%	2 33,3%	2 33,3%	6 100%
Pedagogia	1 5,6%	11 61,1%	6 33,3%	18 100%
Total	31 22,1%	62 45%	46 32,9%	139 100%

* questão não respondida por um estudante.

Foram oferecidas oportunidades para os estudantes do seu curso participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
História	15 93,8%	0 0%	1 6,3%	16 100%
Geografia	15 75%	1 5%	4 20%	20 100%
C. Biológicas	4 66,7%	1 16,7%	1 16,7%	6 100%
Matemática	15 78,9%	2 10,5%	2 10,5%	19 100%
Letras Português/Inglês	8 80%	1 10%	1 10%	10 100%
Ed. Física	14 87,5%	2 12,5%	0 0%	16* 100%
Música	4 100%	0 0%	0 0%	4 100%
Artes visuais	7 100%	0 0%	0 0%	7 100%
Química	10 58,8%	1 5,9%	6 35,3%	17 100%
Física	5 83,3%	1 16,7%	0 0%	6 100%
Pedagogia	13 76,50%	2 11,8%	2 11,8%	17* 100%
Total	110 79,9%	11 7,9%	17 12,2%	138 100%

* questão não respondida por um estudante.

A coordenação do seu curso esteve disponível para orientação acadêmica dos estudantes?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Não sei	Total
<i>História</i>	14 87,5%	0 0%	2 12,5%	16 100%
<i>Geografia</i>	16 80%	2 10%	2 10%	20 100%
<i>C. Biológicas</i>	3 50%	2 33,3%	1 16,7%	6 100%
<i>Matemática</i>	9 47,4%	6 31,6%	4 21,1%	19 100%
<i>Letras Português/Inglês</i>	4 40%	2 20%	4 40%	10 100%
<i>Ed. Física</i>	3 18,8%	10 62,5%	3 18,8%	16* 100%
<i>Música</i>	4 100%	0 0%	0 0%	4 100%
<i>Artes visuais</i>	5 71,40%	0 0%	2 28,6%	7 100%
<i>Química</i>	9 52,9%	5 29,4%	3 17,6%	17 100%
<i>Física</i>	5 83,3%	1 16,7%	0 0%	6 100%
<i>Pedagogia</i>	10 58,8%	4 23,5%	3 17,6%	17* 100%
<i>Total</i>	82 59,7%	32 23%	24 17,3%	138 100%

* questão não respondida por um estudante.

Como você se considera?

Cursos de licenciatura	Branco (a)	Negro (a)	Pardo (a)	Amarelo (a) (origem oriental)	Indígena ou de origem indígena	Total
<i>História</i>	15 93,8%	0 0%	1 6,30%	0 0%	0 0%	16 100%
<i>Geografia</i>	18 90%	1 5%	1 5%	0 0%	0 0%	20 100%
<i>C. Biológicas</i>	6 100%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 100%

Matemática	17 89,50%	0 0%	2 10,50%	0 0%	0 0%	19 100%
Letras Português/Inglês	9 90,00%	0 0%	1 10%	0 0%	0 0%	10 100%
Ed. Física	13 76,50%	0 0%	4 23,50%	0 0%	0 0%	17 100%
Música	2 50%	0 0%	2 50%	0 0%	0 0%	4 100%
Artes visuais	6 85,70%	0 0%	1 14,30%	0 0%	0 0%	7 100%
Química	14 82,40%	1 5,90%	2 11,80%	0 0%	0 0%	17 100%
Física	5 83,30%	0 0%	0 0%	1 16,70%	0 0%	6 100%
Pedagogia	17 94,40%	0 0%	0 0%	1 5,60%	0 0%	18 100%
Total	122 87,2%	2 1,4%	14 9,9%	2 1,4%	0 0%	140 100%

Alguém da sua família afetiva possui formação de nível superior?

Cursos de licenciatura	Sim, 1 pessoa	Sim, 2 pessoas	Sim, 3 pessoas	Sim, 4 pessoas	Sim, 5 pessoas	Sim, mais de 5 pessoas	Não	Total
História	6 37,5 %	3 18,8%	1 6,3%	2 12,5%	0 0%	0 0%	4 25%	16 100%
Geografia	5 25%	4 20%	1 5%	0 0%	0 0%	1 5%	9 45%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	1 16,7%	2 33,3%	0 0%	0 0%	1 16,7%	2 33,3%	6 100%
Matemática	7 36,8%	1 5,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	11 57,9%	19 100%
Letras Português/Inglês	3 33,3%	3 33,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 33,3%	9* 100%
Ed. Física	4 23,5%	2 11,8%	2 11,8%	1 5,9%	0 0%	2 11,8%	6 35,3%	17 100%
Música	0 0%	1 25%	0 0%	1 25%	0 0%	1 25%	1 25%	4 100%
Artes visuais	1 14,3%	0 0%	1 14,3%	0 0%	1 14,3%	2 28,6%	2 28,6%	7 100%
Química	6 35,3%	1 5,9%	1 5,9%	1 5,9%	0 0%	1 5,9%	7 41,2%	17 100%
Física	2 33,3%	0 0%	0 0%	0 0%	1 16,7%	0 0%	3 50%	6 100%
Pedagogia	6 33,3%	4 22,2%	0 0%	0 0%	0 0%	3 16,7%	5 27,8%	18 100%
Total	40 28,6%	20 14,3%	8 6,4%	5 3,6%	2 1,4%	11 7,9%	53 37,9%	139 100%

* questão não respondida por um estudante.

Qual a renda total de sua família, incluindo os seus rendimentos?

Cursos de licenciatura	Até 1,5 salários mínimos Até R\$1.405,5	De 1,5 a 3 salários mínimos R\$ 1.405,5 a R\$2.811,00	De 3 a 4,5 salários mínimos R\$ 2.811,00 a R\$4.216,5	De 4,5 a 6 salários mínimos R\$4.216,5 a R\$5.622,0	De 06 a 10 salários mínimos R\$5.622,0 a R\$9.370,0	De 10 a 30 salários mínimos R\$9.370,00 a R\$ 28.110,0	Acima de 30 salários mínimos mais de R\$ 28.110,0	Total
História	1 6,3%	4 25%	5 31,3%	2 12,5%	3 18,8%	1 6,3%	0 0%	16 100%
Geografia	1 5%	8 40%	5 25%	3 15%	3 15%	0 0%	0 0%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	3 50%	1 16,7%	0 0%	2 33,3%	0 0%	0 0%	6 100%
Matemática	4 21,10%	5 26,30%	5 26,30%	5 26,30%	0 0%	0 0%	0 0%	19 100%
Letras Português/ Inglês	2 20%	1 10%	3 30%	2 20%	1 10%	1 10%	0 0%	10 100%
Ed. Física	2 11,8%	5 29,4%	4 23,5%	1 5,9%	4 23,5%	1 5,9%	0 0%	17 100%
Música	1 25%	1 25%	1 25%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	4 100%
Artes visuais	0 0%	1 14,30%	2 28,60%	4 57,10%	0 0%	0 0%	0 0%	7 100%
Química	1 5,90%	6 35,30%	5 29,40%	1 5,90%	3 17,60%	1 5,90%	0 0%	17 100%
Física	0 0%	3 50%	1 16,7%	0 0%	2 33,3%	0 0%	0 0%	6 100%
Pedagogia	3 16,7%	9 50%	4 22,2%	0 0%	1 5,6%	1 5,6%	0 0%	18 100%
Total	15 10,6%	46 32,6%	36 25,5%	18 12,8%	20 14,9%	5 3,5%	0 0%	140 100%

Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de ensino superior?

Cursos de licenciatura	Gratuidade	Proximidade da minha residência	Proximidade do meu trabalho	Facilidade de acesso	Qualidade/reputação	Foi a única em que tive aprovação	Outro motivo	Total
História	11 68,8%	0 0%	0 0%	0 0%	4 25%	0 0%	1 6,3%	16 100%

Geografia	9 47,4%	0 0%	0 0%	1 5,3%	6 31,6%	0 0%	3 15,8%	19* 100%
C. Biológicas	3 50%	2 33,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 16,7%	6 100%
Matemática	16 84,2%	0 0%	0 0%	0 0%	1 5,3%	0 0%	2 10,5%	19 100%
Letras Português/Inglês	8 80%	0 0%	0 0%	1 10%	1 10%	0 0%	0 0%	10 100%
Ed. Física	9 52,9%	1 5,9%	0 0%	0 0%	6 35,3%	0 0%	1 5,9%	17 100%
Música	1 25,0%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 50%	4 100%
Artes visuais	4 57,10%	0 0%	0 0%	0 0%	2 28,60%	0 0%	1 14,30%	7 100%
Química	12 70,6%	0 0%	0 0%	0 0%	2 11,8%	1 5,9%	2 11,8%	17 100%
Física	3 50%	2 33,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 16,7%	6 100%
Pedagogia	10 66,7%	0 0%	0 0%	0 0%	4 26,7%	0 0%	1 6,7%	15*** 100%
Total	86 62,8%	6 4,4%	0 0%	2 1,5%	26 19%	1 0,7%	15 11,7%	136 100%

* questão não respondida por um estudante.

Deseja desempenhar a profissão docente?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Total
História	14 87,50%	2 12,50%	16 100%
Geografia	15 75,00%	5 25%	20 100%
C. Biológicas	5 83,3%	1 16,7%	6 100%
Matemática	18 94,70%	1 5,30%	19 100%
Letras Português/Inglês	8 88,9%	1 11,1%	9* 100%
Ed. Física	12 70,60%	5 29,40%	17 100%
Música	4 100%	0 0%	4 100%
Artes visuais	5 71,40%	2 28,60%	7 100%
Química	12 70,6%	5 29,4%	17 100%
	4	2	6

Física	66,7%	33,3%	100%
Pedagogia	17 94,4%	1 5,6%	18 100%
Total	114 81,4%	25 18,6%	139 100%

* questão não respondida por um estudante.

Qual o principal motivo para você ter escolhido o seu curso?

Cursos de licenciatura	Inserção no mercado de trabalho	Influência familiar	Valorização profissional	Prestígio social	Vocação	Baixa concorrência para ingresso	Possibilidade de conciliar a graduação com o trabalho	Outro	Total
História	2 12,5%	1 6,3%	1 6,3%	0 0%	8 50%	0 0%	1 6,3%	3 18,8%	16 100%
Geografia	4 20%	3 15%	1 5%	0 0%	3 15%	0 0%	3 15%	6 30%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	0 0%	0 0%	1 16,7%	2 33,3%	0 0%	0 0%	3 50%	6 100%
Matemática	4 21,1%	0 0%	0 0%	0 0%	8 42%	3 15,8%	3 15,8%	1 5,3%	19 100%
Letras Português/ Inglês	2 20%	0 0%	0 0%	0 0%	3 30%	0 0%	3 30%	2 20%	10 100%
Ed. Física	3 17,6%	0 0%	0 0%	0 0%	8 47%	0 0%	5 29,4%	1 5,9%	17 100%
Música	2 50%	0 0%	0 0%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	1 25%	4 100%
Artes visuais	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	5 71,4%	0 0%	1 14,3%	1 14,3%	7 100%
Química	2 11,8%	3 17,6%	3 17,6%	1 5,9%	2 11,8%	0 0%	4 23,5%	2 11,8%	17 100%
Física	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 50%	3 50%	6 100%
Pedagogia	3 17,6%	2 11,8%	0 0%	1 5,9%	3 17,6%	0 0%	2 11,8%	6 35,3%	17* 100%
Total	22 15,7%	9 6,4%	5 3,6%	3 2,1%	43 30,7%	3 2,9%	25 17,9%	29 20,7%	139 100%

* questão não respondida por um estudante.

Qual a sua perspectiva após concluir a graduação?

Cursos de licenciatura	Trabalhar na educação básica	Ingressar na pós-graduação (com o objetivo de trabalhar no ensino superior)	Trabalhar na área de educação social	Trabalhar em outra área	Cursar outra graduação	Total
História	4 25%	8 50%	0 0%	3 18,8%	1 6,3%	16 100%
Geografia	5 25%	9 45%	2 10%	0 0%	4 20%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	5 83,3%	0 0%	0 0%	1 16,7%	6 100%
Matemática	7 36,8%	9 47,4%	1 5,3%	1 5,3%	1 5,3%	19 100%
Letras Português/Inglês	2 20%	6 60%	0 0%	1 10%	1 10%	10 100%
Ed. Física	4 23,5%	5 29,4%	1 5,9%	4 23,5%	3 17,6%	17 100%
Música	1 25%	2 50%	1 25%	0 0%	0 0%	4 100%
Artes visuais	1 16,7%	3 50%	0 0%	1 16,7%	1 16,7%	6* 100%
Química	4 23,5%	7 41,2%	1 5,9%	4 23,5%	1 5,9%	17 100%
Física	1 16,7%	2 33,3%	0 0%	1 16,7%	2 33,3%	6 100%
Pedagogia	8 47,1%	8 47,1%	1 5,9%	0 0%	0 0%	17* 100%
Total	37 26,6%	64 46%	7 5%	15 10,8%	15 11,5%	138 100%

* questão não respondida por um estudante.

Se já pensou em desistir ou trancar a graduação, qual o motivo principal?

Cursos de licenciatura	Não pensei	Dificuldades financeiras	Dificuldades com os conteúdos das disciplinas	Dificuldades em conciliar trabalho e curso	Falta de assistência estudantil	Dificuldade de relacionamento com os colegas	Dificuldade de relacionamento com os professores	Outro	Total
História	6 37,5%	4 25%	0 0%	4 25%	0 0%	1 6,3%	0 0%	1 6,3%	16 100%
Geografia	5 27,8%	1 5,6%	1 5,6%	5 27,8%	1 5,6%	0 0%	2 11,1%	3 16,7%	18** 100%

C. Biológicas	2 33,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 66,7%	6 100%
Matemática	7 38,9%	2 11,1%	1 5,6%	2 11,1%	1 5,6%	0 0%	1 5,6%	4 22%	18* 100%
Letras Português/ Inglês	3 33,3%	1 11,1%	1 11,1%	1 11,1%	1 11,1%	0 0%	0 0%	2 22%	9* 100%
Ed. Física	8 47,1%	2 11,8%	0 0%	3 17,6%	0 0%	0 0%	1 5,9%	3 17,6%	17 100%
Música	3 75%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 100%
Artes visuais	3 42,9%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 14,3%	1 14,3%	2 28,6%	7 100%
Química	3 17,6%	0 0%	5 29,4%	3 17,6%	3 17,6%	0 0%	3 17,6%	0 0%	17 100%
Física	1 20%	0 0%	0 0%	1 20%	0 0%	0 0%	1 20%	2 40%	5* 100%
Pedagogia	10 58,8%	1 5,9%	1 5,9%	4 23,5%	0 0%	0 0%	0 0%	1 5,9%	17* 100%
Total	51 37,8%	11 8,1%	10 7,4%	23 17%	6 4,4%	2 1,5%	9 6,7%	22 17%	134

* questão não respondida por um estudante.

Assinale abaixo o principal tipo de auxílio que você gostaria de receber.

Cursos de licenciatura	Alimentação	Transporte	Moradia	Saúde	Apoio aos estudantes pais e mães (creches)	Nenhum	Outro	Total
História	3 20%	5 33,3%	1 6,7%	2 13,3%	0 0%	3 20%	1 6,7%	15* 100%
Geografia	2 10%	7 35%	4 20%	0 0%	0 0%	3 15%	4 20%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	4 66,7%	0 0%	1 16,7%	0 0%	1 16,7%	0 0%	6 100%
Matemática	6 31,60%	5 26,30%	4 21,10%	2 10,50%	1 5,30%	0 0%	1 5,30%	19 100%
Letras Português/ Inglês	2 20%	2 20%	3 30%	0 0%	0 0%	2 20%	1 10%	10 100%
Ed. Física	2 11,8%	5 29,4%	0 0%	5 29,4%	0 0%	2 11,8%	3 17,6%	17 100%
Música	1 25%	0 0%	0 0%	2 50%	0 0%	1 25%	0 0%	4 100%

Artes visuais	0 0%	1 14,3%	3 42,9%	2 28,6%	0 0%	0 0%	1 14,3%	7 100%
Química	3 17,6%	10 58,8%	1 5,9%	1 5,9%	1 5,9%	1 5,9%	0 0%	17 100%
Física	0 0%	1 16,7%	2 33,3%	1 16,7%	0 0%	2 33,3%	0 0%	6 100%
Pedagogia	5 29,4%	2 11,8%	0 0%	6 35,3%	1 5,9%	2 11,8%	1 5,9%	17* 100%
Total	24 17,3%	42 30,2%	18 12,9%	22 15,8%	3 2,2%	17 12,2%	12 9,4%	138 100%

* questão não respondida por um estudante.

Caso você seja beneficiário de alguma bolsa acadêmica ou auxílio estudantil, se você não fosse beneficiário, desistiria do curso?

Cursos de licenciatura	Sim	Não	Talvez	Não sou beneficiário	Total
História	0 0%	9 56,3%	1 6,3%	6 37,5%	16 100%
Geografia	0 0%	10 50%	1 5%	9 45%	20 100%
C. Biológicas	0 0%	4 66,7%	1 16,7%	1 16,7%	6 100%
Matemática	1 5,3%	7 36,8%	0 0%	11 57,9%	19 100%
Letras Português/Inglês	1 11,1%	2 22,2%	0 0%	6 66,7%	9* 100%
Ed. Física	1 6,3%	6 37,5%	1 6,3%	8 50%	16* 100%
Música	0 0%	2 50%	0 0%	2 50%	4 100%
Artes visuais	0 0%	2 28,6%	0 0%	5 71,4%	7 100%
Química	1 5,9%	5 29,4%	4 23,5%	7 41,2%	17 100%
Física	0 0%	3 50%	0 0%	3 50%	6 100%
Pedagogia	0 0%	4 23,5%	1 5,9%	12 70,6%	17* 100%
Total	4 2,9%	54 39,1	9 7,2%	70 50,7%	137 100%

* questão não respondida por um estudante.

Fonte: Dados da pesquisa. (2018). Elaborado pela autora.

	Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas.	Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e não recebo ajuda financeira.	Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e contribuo parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas.	Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas.	Não responderam	Total
H	6 12,76%	4 8,51%	7 14,89%	1 2,12%	25 53,19%	4 8,51%	47 100%
A	6 31,57%	0 0%	5 26,31%	0 0%	7 36,84%	1 5,26%	19 100%
B	5 8,92%	2 3,57%	3 5,35%	1 1,78%	39 69,64%	6 10,71%	56 100%
M u	2 11,76%	3 17,64%	4 23,52%	0 0%	7 41,17%	1 5,88%	17 100%
E F	13 28,88%	5 11,11%	7 15,55%	1 2,22%	15 33,33%	4 8,88%	45 100%
F	9 29,03%	2 6,45%	1 3,22%	2 6,45%	15 48,38%	2 6,45%	31 100%
G	10 22,72%	6 13,63%	4 9,09%	1 2,27%	18 40,9%	4 9,09%	44 100%
LI	9 15,78%	8 14,03%	5 8,77%	1 1,75%	33 57,89%	1 1,75%	57 100%
P	22 15,17%	13 8,96%	25 17,24%	4 2,75%	77 53,1%	4 2,75%	145 100%
M a	18 23,68%	9 11,84%	8 10,52%	4 5,26%	33 43,42%	4 5,26%	76 100%
Q	3 9,67%	3 9,67%	5 16,12%	2 6,45%	17 54,83%	1 3,22%	31 100%
To t	103 18,13%	55 9,68%	74 13,02%	17 2,99%	286 50,35%	32 5,63%	568 100%
TERÁ QUE TRABALHAR DURANTE O CURSO SUPERIOR?							
	Sim, mas apenas nos últimos anos.	Sim, desde o primeiro ano, em tempo parcial.	Sim, desde o primeiro ano, em tempo integral.	Não sei.	Não	Não responderam	Total

H	2 4,25%	19 40,42%	12 25,53%	10 21,27%	0 0%	4 8,51%	47 100%
A	0 0%	5 26,31%	2 10,52%	9 47,36%	2 10,52%	1 5,26%	19 100%
B	2 3,57%	14 25%	6 10,71%	24 42,85%	4 7,14%	6 10,71%	56 100%
M u	0 0%	9 59,94%	1 5,88%	5 29,41%	1 5,88%	1 5,88%	17 100%
E F	1 2,22%	16 35,55%	16 35,55%	9 20%	0 0%	3 6,66%	45 100%
F	0 0%	11 35,48%	7 22,58%	10 32,25%	1 3,22%	2 6,45%	31 100%
G	2 4,54%	6 13,63%	16 36,36%	10 22,72%	4 9,09%	6 13,63%	44 100%
LI	1 1,75%	11 19,29%	17 29,82%	24 42,1%	3 5,26%	1 1,75%	57 100%
P	2 1,37%	48 33,1%	38 26,2%	47 32,41%	5 3,44%	5 3,44%	145 100%
M a	1 1,31%	20 26,31%	26 34,21%	22 28,94%	3 3,94%	4 5,26%	76 100%
Q	1 3,22%	13 41,93%	8 25,8%	8 25,8%	0 0%	1 3,22%	31 100%
To t	12 2,11%	172 30,28%	149 26,23%	178 31,33%	23 4,04%	34 5,98%	568 100%
CURSOU O ENSINO MÉDIO OU EQUIVALENTE EM ESCOLA PÚBLICA?							
	Sim		Não		Não responderam		Total
H	29 61,7%		14 29,78%		4 8,51%		47 100%
A	14 73,68%		3 15,78%		2 10,52%		19 100%
B	27 48,21%		23 41,07%		6 10,71%		56 100%
M u	8 47,05%		8 47,05%		1 5,88%		17 100%
E F	31 68,88%		10 22,22%		4 8,88%		45 100%
F	17 54,83%		12 38,7%		2 6,45%		31 100%
G	26 59,09%		12 27,27%		6 13,63%		44 100%
LI	38 66,66%		18 31,57%		1 1,75%		57 100%
P	113 77,93%		26 17,93%		6 4,13%		145 100%
M a	53 69,73%		18 23,68%		5 6,57%		76 100%
Q	20 64,51%		10 32,25%		1 3,22%		31 100%
To t	376 66,19%		154 27,11%		38 6,69%		568 100%

TIPO DE TRANSPORTE QUE PRETENDE UTILIZAR PARA IR ATÉ À UNIVERSIDADE							
	Ônibus	Carro próprio	Motocicleta.	A pé	Outro	Não responderam	Total
H	38 80,85%	4 8,51%	1 2,12%	0 0%	0 0%	4 8,51%	47 100%
A	14 73,68%	2 10,52%	0 0%	2 10,52%	0 0%	1 5,26%	19 100%
B	38 67,85%	10 17,85%	0 0%	1 1,78%	0 0%	7 12,5%	56 100%
Mu	10 58,82%	2 11,76%	1 5,88%	3 17,64%	0 0%	1 5,88%	17 100%
E	35 77,77%	3 6,66%	3 6,66%	1 2,22%	0 0%	3 6,66%	45 100%
F	20 64,51%	5 16,12%	2 6,45%	0 0%	0 0%	4 12,9%	31 100%
G	29 65,9%	7 15,9%	1 2,27%	0 0%	0 0%	7 15,9%	44 100%
LI	36 63,15%	11 19,29%	2 3,5%	5 8,77%	1 1,75%	2 3,5%	57 100%
P	114 78,62%	9 6,2%	1 0,68%	13 8,96%	1 0,68%	7 4,82%	145 100%
M	59 77,63%	8 10,52%	3 3,94%	1 1,31%	1 1,31%	4 5,26%	76 100%
Q	26 83,87%	2 6,45%	1 3,22%	0 0%	1 3,22%	1 3,22%	31 100%
Tot	419 73,76%	63 11,09%	15 2,64%	26 4,57%	4 0,7%	41 7,21%	568 100%
COMO VOCÊ SE CONSIDERA?							
	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	Indígena	Não responderam	Total
H	33 70,21%	3 6,38%	0 0%	6 12,76%	0 0%	5 10,63%	47 100%
A	14 73,68%	1 5,26%	0 0%	2 10,52%	0 0%	2 10,52%	19 100%
B	48 85,71%	0 0%	0 0%	4 7,14%	0 0%	4 7,14%	56 100%
Mu	14 82,35%	0 0%	0 0%	2 11,76%	0 0%	1 5,88%	17 100%
E	31 68,88%	5 11,11%	0 0%	5 11,11%	0 0%	4 8,88%	45 100%
F	23 74,19%	0 0%	0 0%	4 12,9%	0 0%	4 12,9%	31 100%
G	33 75%	2 4,54%	0 0%	3 6,81%	0 0%	6 13,63%	44 100%
LI	48 84,21%	0 0%	0 0%	6 10,52%	1 1,75%	2 3,5%	57 100%

P	110 75,86%	9 6,2%	1 0,68%	15 10,34%	0 0%	10 6,89%	145 100%				
Ma	56 73,68%	2 2,63%	1 1,31%	11 14,47%	0 0%	6 7,89%	76 100%				
Q	22 70,96%	1 3,22%	0 0%	6 19,35%	0 0%	2 6,45%	31 100%				
Tot	432 70,05%	23 4,04%	2 0,35%	64 11,26%	1 0,17%	46 8,09%	568 100%				
Escolaridade do chefe da família											
	S.E	E.F. incom p.	E.F. com p.	E.M. incom p.	E.M. com p.	Superio r incomp.	Superio r comp.	P.G. Lato Sensu	P.G Strict o Sensu	Não respon deram	Total
H	0 0%	13 27,65 %	6 12,7 6%	5 10,63 %	7 14,8 9%	3 6,38%	7 14,89%	1 2,12 %	2 4,25%	3 6,38%	47 100%
A	2 10, 52 %	4 21,05 %	2 10,5 2%	0 0%	4 21,0 5%	3 15,78%	1 5,26	0 0%	0 0%	3 15,78 %	19 100%
B	0 0%	9 16,07 %	3 5,35 %	3 5,35%	16 28,5 7%	1 1,78%	10 17,85%	4 7,14 %	1 1,78%	9 16,07 %	56 100%
M u	0 0%	4 23,52 %	0 0%	2 11,7%	4 23,5 2%	4 23,52%	1 5,88%	1 5,88 %	0 0%	1 5,88%	17 100%
E F	1 2,2 2%	15 33,33 %	4 8,88 %	4 8,88%	11 24,4 4%	1 2,22%	4 8,88%	1 2,22 %	0 0%	4 8,88%	45 100%
F	0 0%	6 19,35 %	0 0%	0 0%	13 41,9 3%	4 12,9%	4 12,9%	2 6,45 %	0 0%	2 6,45%	31 100%
G	1 2,2 7%	10 22,72 %	5 11,3 6%	0 0%	13 29,5 4%	2 4,54%	6 13,63%	0 0%	1 2,27%	6 13,63 %	44 100%
LI	0 0%	8 14,03 %	8 14,0 3%	2 3,5%	24 42,1 %	1 1,7%	10 17,54%	2 3,5 %	0 0%	2 3,5%	57 100%
P	3 2,0 6%	41 28,27 %	12 8,27 %	11 7,58%	49 33,7 9%	8 5,51%	6 4,13%	7 4,82 %	1 0,68%	7 4,82%	145 100%
Ma	0 0%	17 22,36 %	9 11,8 4%	4 5,26%	21 27,6 3%	3 3,94%	12 15,78%	0 0%	2 2,63%	8 10,52 %	76 100%
Q	0 0%	7 22,58 %	2 6,45 %	1 3,22%	12 38,7 %	2 6,45%	5 16,12%	0 0%	0 0%	2 6,45%	31 100%

Tot	7 1,2 3%	134 23,59 %	51 8,97 %	32 5,63%	174 30,6 3%	32 5,63%	66 11,61%	18 3,16 %	7 1,23%	47 8,27%	568 100%
SITUAÇÃO DE MORADIA DOS PAIS											
	Própria		Não própria			Não responderam			Total		
H	30 63,82%		7 14,89%			10 21,27%			47 100 %		
A	17 89,47%		1 5,26%			1 5,26%			19 100 %		
B	44 78,57%		7 12,5%			5 8,92%			56 100 %		
Mu	12 70,58%		4 23,52%			1 5,88%			17 100 %		
EF	34 75,55%		8 17,77%			3 6,66%			45 100 %		
F	25 80,64%		4 25,8%			2 6,45%			31 100 %		
G	31 70,45%		7 15,9%			6 13,63%			44 100 %		
LI	40 70,17%		15 26,31%			2 3,5%			57 100 %		
P	122 84,13%		18 12,41%			5 3,44%			145 100 %		
Ma	63 82,89%		9 11,84%			4 5,26%			76 100 %		
Q	26 83,87%		3 9,67%			2 6,45%			31 100 %		
Tot	444 78,16%		83 14,61%			41 7,21%			568 100 %		

Legenda: H = História; A = Artes Visuais; B = Biologia; Mu = Música; EF = Educação Física; F = Física; G = Geografia; LI = Letras Português/Inglês; P = Pedagogia; Ma = Matemática; Q = Química; Tot = Total; S.E = Sem Escolaridade; E.F. incomp. = Ensino Fundamental incompleto; E.F. comp. = Ensino Fundamental Completo; E.M. incomp. = Ensino Médio Incompleto; E.M. comp. = Ensino Médio Completo; Superior incomp. = Superior Incompleto; Superior comp.= Superior Completo; P.G. Lato Sensu = Pós-Graduação Lato Sensu; P.G Stricto Sensu = Pós-Graduação Stricto Sensu.

Fonte: Pró Reitoria de Planejamento da UEPG (2018), adaptado pela autora.

ANEXO 1- PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Plano Nacional de Assistência Estudantil

PALAVRA DA DIRETORIA

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que congrega as 56 Instituições Federais de Ensino Superior presentes em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, entende a educação como um bem público e o conhecimento como um patrimônio social. Com base nesses dois princípios, defende o acesso e a permanência universal à Educação Superior.

Em 2004, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) realizou estudos que demonstram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES.

Esse trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES.

Dessa forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

O **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, busca satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes. Nele tem-se um marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES

Diretoria Executiva – Gestão 2007/2008

Presidente: Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU)

1º Vice-Presidente: Reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN)

Suplente: Reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS)

2º Vice-Presidente: Reitor Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT)

Suplente: Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)

Secretário Executivo: Gustavo Balduino

Coordenadora Nacional do Fonaprace: Corina Martins Espíndola

SUMÁRIO

I – Introdução	04
II – Justificativa	06
III – Diagnóstico	07
IV – Princípios	14
V – Objetivos	14
VI – Metas	15
VII – Áreas Estratégicas	16
VIII – Investimento	17
IX – Necessidade de Pessoal	17
X – Acompanhamento	17
XI – Referencial Teórico	19

I – INTRODUÇÃO

A missão da universidade cumpre-se à medida que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes.

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: "*Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...*". A LDB, determina ainda que "*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de

suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (IX dimensão).

O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior". E, em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil."

Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

Nesse contexto, pode-se dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e as iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução.

É fundamental articular ações ao processo educativo. Para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, ela deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e de cidadania.

Outrossim, o **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

II – JUSTIFICATIVA

A Andifes vêm demonstrando, desde a sua fundação, preocupação com a política social de assistência aos estudantes. Tal fato permitiu a criação do Fonaprace, com o objetivo de discutir e fortalecer as ações desenvolvidas pelas IFES.

A criação do Fórum coincidiu com a fase em que a sociedade civil brasileira avançava na construção do Estado democrático de direito. Desses eventos, emanaram decisões registradas em documentos próprios, que explicitam a necessidade de estabelecer políticas que viabilizem o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes em condições de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar algumas concepções de consenso desses eventos:

“... A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência” (Fonaprace, 1993, p. 110).

“... As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação”. (Fonaprace, 1993, p. 161).

“... preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (Fonaprace, 1993, p. 301).

“...torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, o legisladores e a comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes.” (Fonaprace, 2000)

Pesquisas, como as realizadas pelo Fonaprace, abalam o imaginário que permeia o senso comum de que as universidades públicas são, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas.

Historicamente essa máxima encontrava eco na maior parte das instituições. Contudo, e felizmente, esse perfil vem transformando-se ao longo do tempo e a efetivação dessa possibilidade de real diversidade só terá ampliação se estabelecidas as condições que transfiram capital cultural e conhecimento àqueles que mais precisam das Instituições Públicas de Ensino.

Para a elaboração de projetos na área de assistência estudantil, é essencial reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivencia diversas formas de

segregação e condições de miséria, que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde.

Nesse sentido, urge o engajamento das universidades públicas, não apenas no debate, mas na concretizando ações que possibilitem o acesso e sobretudo a permanência no meio universitário em condições dignas e de forma equânime.

III – DIAGNÓSTICO

O Fonaprace realizou duas pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. A primeira entre 1996 e 1997 e a segunda entre 2003 e 2004. A pesquisa realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras, que existiam à época. Na pesquisa mais recente, de 2004, esse percentual chegou a 88,68%, o que demonstra uma forte participação das IFES.

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, que representou um universo de 469.378 estudantes dessas instituições, foi adotado o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP). Constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam as categorias C, D e E – categorias que englobam alunos provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.

As condições socioeconômicas dos estudantes de graduação das IFES refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população brasileira. Com base nas constatações feitas em 1996 (*Fonte: Folha de São Paulo, 18 jun., 1996, p. 1-6 e 1-8*) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), verifica-se que:

- a. em cada três brasileiros, um não tem renda suficiente para suprir suas necessidades básicas;
- b. há 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza;
- c. 14% da população encontra-se desempregada, principalmente jovens, idosos e mulheres;
- d. os brasileiros tidos como pobres apresentam baixa qualificação, decorrente da baixa escolaridade;

e. o País apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, superando o Peru, Panamá e, até mesmo, Botsuana, no sul da África. Os dez por cento mais ricos da população têm uma renda quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que, na maior parte dos países, os mais ricos percebem em média, dez vezes mais que os mais pobres.

Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes das classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário.

Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso à cultura como e até mesmo ao estudo de uma língua estrangeira.

Outro aspecto relevante diz respeito à inclusão digital, tendo em vista a indiscutível importância da informática como veículo de informação e realização de pesquisas científicas. Como agravamento desse quadro, os dados apresentam um percentual de 10,1% de estudantes que nunca utilizaram o computador e, conseqüentemente, a Internet.

Associado a esses dados, o estudo "Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas", realizado pelo MEC, por meio de um grupo de Pró-Reitores de Graduação, aponta que 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo. Segundo o Secretário de Políticas de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), Luiz Roberto Liza Curi, *"a evasão reduz a eficiência do sistema, além de torná-lo excessivamente caro"*. (Folha de São Paulo, 13 maio, 1998, Caderno 3)

A SESu estima que o custo com a evasão no sistema federal seja de 486 milhões ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das IFES. Segundo o Presidente da Comissão que realizou o estudo, Merion Campos Bordas, *"a evasão decorre de fatores externos e internos ao sistema. Mas cabe à Universidade criar os meios para estimular o aluno"*. (Folha de São Paulo, 13 maio, 1998, Caderno 3)

O mesmo estudo revela que o problema da evasão é agravado pelo da retenção (de 8 a 13%) que ocorre quando os alunos permanecem na universidade mais tempo que o estabelecido, ocupando uma vaga que poderia ser destinada a outro candidato.

O Fonaprace aponta as dificuldades socioeconômicas da parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas da evasão e da retenção.

É importante citar, como exemplo, o resultado do estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que comparou o desempenho acadêmico de seus estudantes. Foi constatado que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico, quando comparados aos demais, apesar das diferenças socioeconômicas entre os dois grupos. Além disso, o estudo revelou que os estudantes apoiados pela instituição concluíram seus cursos em menor tempo e apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula.

Estudos semelhantes, realizados pelas IFES: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), demonstram que os estudantes de baixa condição socioeconômica, que fazem parte de algum programa de apoio nessas instituições, tiveram rendimento acadêmico superior aos demais estudantes.

Serão apresentados a seguir, alguns indicadores das Pesquisas Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, realizadas pelo Fonaprace entre 1996 e 1997 e entre 2003 e 2004, que reafirmam a necessidade de alocação na matriz orçamentária das IFES, recursos para viabilizar a execução de projetos que se alinhem ao **Plano Nacional de Assistência Estudantil**.

a) Migração/ Moradia

A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condição de vida. A 1ª pesquisa Fonaprace aponta que 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. A segunda pesquisa mostra que 30,5% dos alunos encontram-se nessa realidade.

Os estudantes que não residem com os pais/cônjuges ou em casas mantidas pelas famílias e que pertencem às categorias C, D e E constituem a demanda potencial por moradia estudantil, totalizando um percentual de 12,34 % na 1ª pesquisa e 12,4% na 2ª pesquisa.

As moradias universitárias atendem a um percentual de 2,40% desses estudantes, que, em sua maioria, são das categorias C, D e E. Isso evidencia que 9,94%, na 1ª pesquisa, e 7,5%, na 2ª pesquisa, constituem a defasagem existente entre a demanda potencial e a demanda atendida pelas moradias estudantis.

b) Alimentação

Na 1ª pesquisa, 19,10% dos estudantes informaram que o Restaurante Universitário (RU) constitui-se em importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária. Na 2ª pesquisa, esse número cresce para 24,7%. Desses usuários, os das categorias C, D e E são os que mais freqüentam o restaurante, o que ratifica sua real função acadêmico-social e de convivência universitária.

Dada a sua importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão. É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu desempenho e formação integral.

c) Manutenção e Trabalho

Trabalhar e estudar, essa é a condição que se constata em todas as categorias socioeconômicas. Na 1ª pesquisa, observou-se que 42% dos estudantes exercem atividades não-acadêmicas remuneradas. Na 2ª pesquisa, esse percentual é de 35,4%. Desses, a maior concentração de estudantes encontra-se nas categorias C, D e E, refletindo a necessidade concreta de auto-manutenção.

Verifica-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é ainda tímida. Na 1ª pesquisa, apenas 16,83 % do universo pesquisado participava desses programas. É importante registrar que foi constatado na 2ª pesquisa um aumento desse percentual para 19,10%. Mesmo assim, os estudantes da categoria A são os mais envolvidos nessas atividades (22,2%).

A tendência para a busca da auto-manutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

d) Meios de Transporte

A maioria dos estudantes, tanto na 1ª pesquisa (60,60%), quanto na 2ª (59,9%) utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano, a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transportes.

Destacamos que, em alguns centros urbanos, a despesa com transporte consome um percentual considerável da renda familiar.

e) Saúde

Quanto aos estudantes das IFES, que utilizam os serviços de saúde pública, a 1ª pesquisa demonstra um percentual de 27,22%, havendo um aumento para 37% na 2ª pesquisa. Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais freqüentam os serviços públicos de saúde: C, D e E (55,4%). Essas categorias têm o maior índice das que procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, o que indica precariedade na saúde oral.

Na 1ª pesquisa, identificou-se que 21,41% dos estudantes têm menos de vinte anos. Na 2ª pesquisa, esse percentual aumenta para 23,8%. Tendo em vista a especificidade dessa faixa etária, identificam-se alguns temas considerados desafiadores e que demandam programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreveníveis.

Reforçando as necessidades anteriormente citadas, a 2ª pesquisa mostra que 36,95% dos estudantes das IFES apresentam necessidades significativas ou crise emocional durante o último ano do curso e 39,5% são acometidos por dificuldades emocionais, no início do curso. Esses dados revelam a necessidade de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para este tipo de atendimento.

f) Acesso à Biblioteca

A 1ª pesquisa mostra que 79,9% dos estudantes utilizam as bibliotecas para consulta acadêmica. Na 2ª pesquisa, esse percentual é de 65,4%. Na 1ª pesquisa, apenas 11,25% de estudantes buscam atividades relacionadas a lazer e cultura. Na 2ª

pesquisa, o percentual é de 17,2%, demonstrando um potencial a ser explorado pelas bibliotecas universitárias.

É fundamental o estabelecimento de uma política de investimentos nas bibliotecas universitárias, com ampliação do acervo, da capacidade e dos horários de atendimento, além da viabilização de novas tecnologias de acesso à informação.

g) Acesso à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Com relação à leitura, os estudantes das IFES estão lendo mais, posto que em 1997, 46,7% leram de 1 a 6 livros por ano, e, em 2004, 62,4% dos pesquisados fizeram essa leitura anual.

Na 1ª pesquisa, observa-se que 86% dos estudantes praticam atividade física e/ou esportiva, sendo o lazer a principal motivação para a prática dessas atividades. Na 2ª pesquisa, 34% dos estudantes praticam freqüentemente ou sempre atividades físicas ou esportivas.

Os estudantes, em sua maioria – 55,13%, na 1ª pesquisa e 51,1%, na 2ª pesquisa –, têm como única fonte de informação o telejornal, sendo que a Internet despontou como o novo veículo de informação com 24,3% na 2ª pesquisa.

Assim sendo, faz-se necessária uma ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas.

h) Conhecimento Básico de Informática

O acesso à internet está relacionado ao aumento no nível de conhecimento em informática que em 1997 era de 22,85, passando para 43,9% em 2003/2004. O percentual de estudantes que não dominam este recurso reduziu de 24,65, na primeira pesquisa, para 4,7%, na 2ª pesquisa. O acesso à internet está diretamente relacionado à posse do equipamento.

Os dados apontam para a necessidade de desenvolver políticas e ações de inclusão digital nas IFES, principalmente, junto aos estudantes da categoria C, D e E, 43,1% raramente utiliza a Internet e 10,1% nunca utilizou.

i) Domínio de língua estrangeira

Com relação ao domínio de língua estrangeira, observou-se que o domínio de língua inglesa com 30,2% aumentou 6,9% em relação a 1ª pesquisa. Observa-se que os estudantes das categorias C, D e E são os que têm menor domínio de língua estrangeira, apenas 14,7% apresentam um bom domínio de língua Inglesa.

Ressalta-se que as IFES precisam implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente, para que os estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes curso e, por consequência, ao domínio da língua.

j) Movimentos Sociais

Na 1ª pesquisa, identificou-se um percentual significativo de 42% de estudantes que não participam de movimentos sociais. Os demais participam preferencialmente dos movimentos religiosos – 24,67%, na 1ª pesquisa, e 24,8%, na 2ª pesquisa. A primeira pesquisa mostrou que 11,14% dos entrevistados participavam de movimentos estudantis. Esse percentual foi reduzido para 7% na segunda pesquisa. O número de participantes de atividades políticas partidárias também é baixo – 7,97%, na primeira pesquisa, e 5,1%, na segunda.

Nesse sentido, é preciso ampliar os projetos que estimulem, por intermédio de várias estratégias, dentre elas o pagamento de bolsas para os estudantes de origem popular, o retorno dos alunos a suas comunidades, objetivando trocas de vivência e saberes e oportunizando o contato com lideranças e a participação nos movimentos sociais.

Pelos indicadores sociais apontados, conclui-se que a capacidade instalada de atendimento das IFES públicas à demanda social é insuficiente para responder a realidade apresentada. Os dados refletem a necessidade de implementação de uma política pública, aprofundando a discussão da assistência estudantil com novas perspectivas na ampliação de recursos e programas para atendimento a necessidades básicas, como moradia, alimentação e bolsas, mas também de estratégias que permitam uma efetiva inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã, que não se restrinja à manutenção e à sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico.

IV – PRINCÍPIOS

O **Plano Nacional de Assistência Estudantil** rege-se pelos seguintes princípios:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES.
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de idéias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

V – OBJETIVOS

a) Gerais:

- garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.

b) Específicos:

- promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;

- contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IFES, por meio da implantação de um banco de dados nacional;
- realizar pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES;
- definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;
- desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos.

VI – METAS

- Implantação do **Plano Nacional de Assistência Estudantil** no ano de 2007;
- Criação de um Fundo para Assistência Estudantil, onde os recursos destinados serão adicionados aos aplicados atualmente e que são insuficientes para a assistência estudantil.

VII – ÁREAS ESTRATÉGICAS

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	-Moradia -Alimentação -Saúde (física e mental) -Transporte -Creche -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	- Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	- Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psico-pedagógico	- Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	-Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química	- Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

VIII – INVESTIMENTOS

Para efeito do cumprimento do **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, deverá ser criado um Fundo para Assistência Estudantil. Esse deverá ter o valor equivalente a 10% do orçamento anual de OCC (Outros Custeios e Capitais) das IFES.

Para o segundo semestre de 2007, esse valor será equivalente a 5% do orçamento anual de OCC das IFES.

Estes recursos serão adicionados aos aplicados atualmente pelas IFES.

IX – NECESSIDADE DE PESSOAL

A elaboração e implementação de programas vinculados à assistência estudantil no âmbito das IFES está relacionada ao trabalho integrado de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento. É fundamental que se envide todos os esforços no sentido de garantir a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares que tenham como atribuição a construção e a execução dos programas de assistência estudantil que envolvem, dentre outros aspectos, avaliações de cunho social e econômico.

Nesse sentido, faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo as especificidades de cada região e instituição. Além desses cargos, é urgente a revisão de alguns cargos extintos que estão diretamente relacionados à viabilização de alguns programas de assistência aos estudantes, podemos citar como exemplo o cargo de cozinheiro.

X – ACOMPANHAMENTO

Historicamente as IFES têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes.

A partir das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços.

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-

Reitorias, subsidiando os trabalhos do Fonaprace na avaliação permanente do **Plano Nacional de Assistência Estudantil**.

As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

- relação oferta/ demanda;
- desempenho acadêmico do estudante;
- mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil;

Para isso, as Instituições deverão:

- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão).

Para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas, o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação.

XI – REFERENCIAL TEÓRICO

HALLAK, Ingrides e SOARES, José F. "Influência da bolsa de manutenção no desempenho acadêmico dos bolsistas". Estudo comparado entre dois grupos "bolsista" e "não-bolsistas".

FARIA, Sandra de. "Política de Ação Comunitária". In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 208.

FONAPRACE, I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 1997.

_____, II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2004.

_____, Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 110.

Presidente: Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni – UFU
1º Vice-Presidente: Reitor José Ivonildo do Rêgo – UFRN
Suplente: Reitor José Carlos Ferraz Hennemann – UFRGS
2º Vice-Presidente: Reitor Alan Kardeck Martins Barbiero – UFT
Suplente: Reitor Edward Madureira Brasil – UFG
Vice Sul: Reitor João Carlos Brahm Cousin – FURG
Suplente: Reitor Lúcio José Botelho – UFSC
Vice Sudeste: Reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho – UFScar
Suplente: Reitora Malvina Tânia Tuttman – UNIRIO
Vice Centro-Oeste: Reitor Timothy Martin Mulholland – UnB
Suplente: Reitor Paulo Speller – UFMT
Vice Nordeste: Reitor Amaro Pessoa Lins – UFPE
Suplente: Reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho – UFS
Vice Norte: Reitor José Carlos Tavares Carvalho – UNIFAP
Suplente: Reitor Marco Aurélio Leite Nunes – UFRA

COORDENAÇÃO DO FONAPRACE

Coordenador Nacional: Corina Martins Espíndola -UFSC
Vice-coordenador Nacional: Eduardo Silvio Sarmento de Lyra - UFAL
Coordenador Regional Norte: José Sérgio Siqueira – UFAC
Coordenador Regional Nordeste: Antonio Glaucio de Sousa Gomes – UFCG
Coordenador Regional Sudeste: Rafael Magdalena – UFOP
Coordenador Regional Sul: Rita de Cássia Lopes – UFPR

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Secretário Executivo – Gustavo Balduino
Secretária Adjunta – Marília Angoti Ledier
Assessora de Comunicação – Lilian Saldanha

